



Departamento de Sociologia

DESIGUALDADES SOCIAIS E ACÇÃO COLECTIVA NA
EUROPA

Nuno Filipe Pombo Soares Nunes

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutor em Sociologia

Orientador(a):

Doutor António Manuel Hipólito Firmino da Costa, Professor Auxiliar do ISCTE-IUL

Co-orientador(a):

Doutora Helena Maria Barroso Carvalho, Professora Auxiliar do ISCTE-IUL

[Junho, 2011]

Desigualdades sociais e acção colectiva na Europa

Nuno Nunes

Junho
2011

Departamento de Sociologia

**DESIGUALDADES SOCIAIS E ACÇÃO COLECTIVA NA
EUROPA**

Nuno Filipe Pombo Soares Nunes

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutor em Sociologia

Júri

Doutor Luís Antero Reto, Reitor do ISCTE-IUL

Doutor Manuel Carlos Ferreira Silva, Professor Catedrático da Universidade do Minho

**Doutor Manuel Carvalho da Silva, Investigador do Centro de Estudos Sociais da
Universidade de Coimbra (especialista)**

**Doutor José Virgílio Borges Pereira, Professor Associado da Faculdade de Letras da
Universidade do Porto**

Doutor António Manuel Hipólito Firmino da Costa, Professor Auxiliar do ISCTE-IUL

Doutora Helena Maria Barroso Carvalho, Professora Auxiliar do ISCTE-IUL

[Junho, 2011]

Desigualdades sociais e acção colectiva na Europa

Resumo:

A presente investigação visa contribuir para o enriquecimento científico do estudo da acção colectiva nas sociedades contemporâneas. A pesquisa procurou analisar a relevância e impacto das desigualdades sociais sobre a acção colectiva, relativamente ao contexto europeu. Partindo de uma discussão teórica à volta dos conceitos de classes sociais, actores colectivos e acção colectiva, apresenta-se uma análise estrutural e cultural da acção colectiva, desenvolvida sob a mobilização dos actuais e principais instrumentos da sociologia das classes sociais. Ao nível estrutural, analisam-se as consequências das desigualdades de classes, económicas, de género, do conhecimento, laborais e políticas; ao nível cultural, observam-se os efeitos sobre a acção colectiva dos valores culturais e igualitários, das representações sociais sobre o estado e dos posicionamentos ideológicos. Em termos metodológicos, foram apurados resultados a partir do "European Social Survey" (2008), mediante o accionamento articulado de uma análise transnacional e comparativa europeia. As virtualidades oferecidas pela utilização combinada de inquéritos extensivos de âmbito europeu e indicadores nacionais comparativos permitiram alargar a problemática das classes sociais nos seus referentes metodológicos, analíticos e teóricos. As principais conclusões da investigação revelam que a acção colectiva na Europa varia em função das classes sociais e das desigualdades sociais, das dinâmicas das sociedades do conhecimento, dos valores, da cultura política e dos mercados de trabalho, que marcam presença no conjunto dos países europeus.

Palavras-chave: acção colectiva, desigualdades sociais, classes sociais, Europa

Social inequalities and collective action in Europe

Summary:

This research aims to contribute to the enrichment of the scientific study of collective action in contemporary societies. The research sought to examine the relevance and impact of social inequalities on collective action in the European context. The thesis starts with a theoretical discussion around the concepts of social classes, collective actors and collective action, and then presents a structural and cultural analysis of collective action, using contemporary and central tools from the sociology of social classes. At the structural level, we analyze the consequences of inequality (based on class, economic capital, gender, knowledge, labor and politics). At the cultural level, we analyze the impact of egalitarian values, social representations about the state and ideological positions on collective action. In terms of methodology, results were obtained from the "European Social Survey" (2008), through a transnational and comparative analysis. The potentialities offered by the combined use of extensive European surveys with national indicators allowed us to extend the problematic of social classes methodologically, analytically and theoretically. The main research findings reveal that collective action in Europe varies according to social class, social inequality and also according to the dynamics of the knowledge society, values, political culture and labor market in different European countries.

Keywords: collective action, social inequalities, social classes, Europe

Índice

INTRODUÇÃO	1
PARTE I – TEORIA E MÉTODO	7
Capítulo 1 – PARA UMA TEORIA DAS RELAÇÕES ENTRE DESIGUALDADES, CLASSES SOCIAIS E ACÇÃO COLECTIVA	7
1.1. Desigualdades e classes sociais	7
<i>Teorias do conflito e das classes sociais: debates actuais.....</i>	<i>7</i>
<i>Estrutura, cultura e acção colectiva.....</i>	<i>21</i>
1.2. Desigualdades e actores colectivos	40
<i>Posições estruturais, acção colectiva e instituições</i>	<i>40</i>
Capítulo 2 – OBJECTO DE ESTUDO, METODOLOGIA E ANÁLISE DE CLASSES	59
2.1. O objecto de estudo ‘acção colectiva’	59
<i>Mapear o terreno da acção colectiva.....</i>	<i>59</i>
<i>Estratégia metodológica.....</i>	<i>64</i>
2.2. A análise de classes no estudo da acção colectiva	71
<i>A sociologia das classes sociais: conceitos, tipologias e indicadores</i>	<i>71</i>
<i>Contextos estruturais e instituições</i>	<i>76</i>
<i>Posições sociais e estrutura do capital</i>	<i>79</i>
<i>Classes sociais e actores colectivos.....</i>	<i>81</i>
<i>Disposições sociais e configurações simbólicas.....</i>	<i>83</i>
PARTE II – ESTRUTURA, CULTURA E ACÇÃO COLECTIVA	87
Capítulo 3 – CLASSES SOCIAIS E ACÇÃO COLECTIVA NA EUROPA.....	87
3.1. A mediação da estrutura do capital.....	87
<i>As práticas de acção colectiva das classes sociais na Europa</i>	<i>87</i>
<i>Factores de posição social</i>	<i>89</i>
<i>O capital social das classes</i>	<i>90</i>
<i>O espaço social europeu das classes, estrutura do capital e acção colectiva</i>	<i>94</i>
<i>O capital social nos países europeus</i>	<i>98</i>
3.2. Desigualdade económica, estruturas de classes e acção colectiva	102
<i>Contextos estruturais, condições de classe e acção colectiva</i>	<i>103</i>
<i>Agregados transnacionais de acção colectiva.....</i>	<i>106</i>
<i>Agregados transnacionais de classes</i>	<i>109</i>
<i>Desenvolvimento, rendimento e desigualdade social.....</i>	<i>113</i>
3.3. Género e acção colectiva	119
<i>O género em diferentes modalidades de acção colectiva</i>	<i>120</i>
<i>A conjugação dos efeitos classe social e género sobre a acção colectiva.....</i>	<i>123</i>
<i>Desigualdades de género e acção colectiva nos países europeus</i>	<i>130</i>
Capítulo 4 – SOCIEDADES DO CONHECIMENTO, VALORES E ESTADO NA ANÁLISE DA ACÇÃO COLECTIVA	137
4.1. Desigualdades sociais e acção colectiva nas sociedades do conhecimento.....	137
<i>Sociedades do conhecimento: a captura de conceitos e de indicadores na análise da acção colectiva</i>	<i>138</i>
<i>Utilização da internet e acção colectiva</i>	<i>140</i>
<i>Classe social e literacia tecnológica</i>	<i>145</i>
<i>Sociedades do conhecimento e cidadania no contexto europeu</i>	<i>152</i>
4.2. Classes sociais, valores europeus e acção colectiva	156
<i>Classe social, cultura e acção colectiva: aplicação analítica</i>	<i>156</i>
<i>Classes e perfis culturais de cidadania.....</i>	<i>161</i>
<i>Contextos e padrões de valores europeus nas dinâmicas da acção colectiva.....</i>	<i>166</i>

4.3. Desigualdade e Estado: valores, representações sociais e acção colectiva na Europa	172
<i>Desigualdade, confiança institucional e a importância do Estado</i>	175
<i>Valores de igualdade social</i>	181
<i>Valores igualitários das classes, acção colectiva e futuros legítimos do Estado</i>	188
PARTE III – TRABALHO, POLÍTICA E ACÇÃO COLECTIVA	195
Capítulo 5 - DESIGUALDADES LABORAIS, DESIGUALDADES POLÍTICAS E ACÇÃO COLECTIVA	195
5.1. Precariedade, sindicalização e acção colectiva: realidades nacionais e contexto europeu	195
<i>Mercados de trabalho, trabalhadores, acção colectiva</i>	195
<i>Realidade europeia e definições teóricas e metodológicas para o estudo da precariedade</i>	199
<i>Posição social no mercado de trabalho e precariedade na Europa</i>	201
<i>Sindicalização e precariedade na Europa</i>	215
<i>Mercados de trabalho, sindicalização e acção colectiva</i>	226
5.2. O carácter desigual da cidadania política na Europa	232
<i>Desigualdades sociopolíticas, ideologia e acção colectiva</i>	232
<i>Cidadania política e posicionamentos ideológicos na Europa</i>	239
<i>Desigualdades sociais e proximidade à política</i>	249
<i>Desigualdades sociais, militância partidária e acção colectiva</i>	255
CONCLUSÃO	265
1. A problemática das desigualdades sociais e a análise de classes no estudo da acção colectiva	265
2. As classes sociais e a acção colectiva na Europa.....	267
3. Contextos europeus de acção colectiva.....	271
4. Teoria das relações entre desigualdades sociais, classes sociais e acção colectiva	274
Bibliografia	279

Índice de Gráficos, Figuras e Quadros

Gráficos

Gráfico 3.1	Distribuição das classes sociais em função do nível de adesão a práticas de acção colectiva (%)	89
Gráfico 3.2	Confiança interpessoal e confiança institucional das classes sociais na Europa (médias)	92
Gráfico 3.3	Sociabilidades informais das classes sociais na Europa (%)	92
Gráfico 3.4	Participação em actividades sociais das classes sociais na Europa (%)	93
Gráfico 3.5	Associação profissional e inscrição em partido político das classes sociais na Europa (%)	94
Gráfico 3.6	Confiança e acção colectiva na Europa	99
Gráfico 3.7	Práticas de sociabilidade e acção colectiva na Europa	100
Gráfico 3.8	Pertença associativa e acção colectiva na Europa	101
Gráfico 3.9	Perfil dos clusters de países segundo as práticas de acção colectiva	109
Gráfico 3.10	Desenvolvimento humano e acção colectiva na Europa	114
Gráfico 3.11	Rendimento líquido dos indivíduos e acção colectiva nos países europeus	115
Gráfico 3.12	Rendimento líquido das classes sociais e acção colectiva nas estruturas transnacionais de classes	117
Gráfico 3.13	Desigualdade social e acção colectiva na Europa	118
Gráfico 3.14	Pertença associativa e acção colectiva na Europa, por sexo (%)	122
Gráfico 3.15	Distribuição sexual no indicador práticas de acção colectiva (Diferença homens -mulheres)	123
Gráfico 3.16	Práticas de acção colectiva por sexo e classe social (% total dos indivíduos)	126
Gráfico 3.17	Escolaridade das classes sociais, género e práticas de acção colectiva (médias)	127
Gráfico 3.18	Distribuição dos recursos organizacionais pelas classes sociais e género (%)	129
Gráfico 3.19	Adesão elevada a práticas de acção colectiva em função da presença de recursos organizacionais no trabalho, por classes sociais assalariadas e género (%)	129
Gráfico 3.20	Sexo e práticas de acção colectiva nos países europeus (percentagem de adesão)	132
Gráfico 3.21	Índice de desigualdade de género e práticas de acção colectiva na Europa	134
Gráfico 4.1	Utilização da internet na amostra do “European Social Survey” (%)	140
Gráfico 4.2	Info-integração, info-exclusão e práticas de acção colectiva (%)	141
Gráfico 4.3	Utilização da internet e tipo de práticas de acção colectiva (%)	142
Gráfico 4.4	Práticas de sociabilidade de info-integrados e info-excluídos na esfera da acção colectiva (médias)	143
Gráfico 4.5	Info-integração, info-exclusão e intensidade das práticas de acção colectiva, por idade (%)	144
Gráfico 4.6	Classe social e utilização da internet (%)	146
Gráfico 4.7	Escolaridade e utilização da internet	148
Gráfico 4.8	Anos de escolaridade e práticas de acção colectiva nos países europeus	154
Gráfico 4.9	Utilização diária da internet e práticas de acção colectiva nos países europeus	155
Gráfico 4.10	Valores humanos das classes sociais na Europa (médias centradas)	162
Gráfico 4.11	Perfis culturais dos indivíduos (análise de <i>clusters</i>)	165
Gráfico 4.12	Valores humanos nos países europeus (médias centradas)	167
Gráfico 4.13	Padrões de valores por <i>Clusters</i> (distância em relação à média)	168
Gráfico 4.14	Abertura à mudança e práticas de acção colectiva nos países europeus	171
Gráfico 4.15	Desigualdade social (S80/S20) e assumpção das responsabilidades do Estado nos países europeus	177
Gráfico 4.16	Desigualdade social (S80/S20) e confiança institucional nos países europeus	178

Gráfico 4.17	Confiança institucional e assumpção de responsabilidades do Estado nos países europeus	179
Gráfico 4.18	Concordância com a importância dos apoios sociais do Estado para a construção de uma sociedade mais igualitária, nos países europeus (%)	180
Gráfico 4.19	Concordância com a necessidade da intervenção do governo na redução das diferenças de rendimentos, nos países europeus (%)	182
Gráfico 4.20	Concordância com a relativa igualdade dos níveis de vida para uma sociedade ser justa, nos países europeus (%)	183
Gráfico 4.21	Não-aceitação das desigualdades económicas para recompensar diferenças de capacidade e de esforço, nos países europeus (%)	184
Gráfico 4.22	Valores igualitários pelos <i>Clusters</i> apurados (distância em relação à média)	185
Gráfico 4.23	Valores igualitários, desigualdade social e confiança institucional (distribuição dos clusters)	186
Gráfico 4.24	Valores igualitários e representações sociais do Estado (distribuição dos clusters)	187
Gráfico 4.25	Classe social e valores de igualdade (%)	191
Gráfico 4.26	Valores (in)igualitários e adesão a práticas de acção colectiva das classes sociais (%)	192
Gráfico 4.27	Níveis de assumpção das responsabilidades do Estado pelas classes sociais (médias)	193
Gráfico 5.1	Dimensões da precariedade: emprego não-permanente e precariedade subjectiva nos países europeus	203
Gráfico 5.2	Satisfação profissional e precariedade subjectiva na Europa	204
Gráfico 5.3	Condição perante a precariedade nos países europeus	205
Gráfico 5.4	A distribuição da precariedade nos sectores de actividades económicas europeus (%)	207
Gráfico 5.5	A distribuição da precariedade pelos grupos de profissões europeus (ISCO 88) (%)	208
Gráfico 5.6	Distribuição da precariedade por escalões etários nos países europeus (percentagens de trabalhadores semi-precários e precários)	210
Gráfico 5.7	A precariedade das classes sociais nos países europeus (percentagens de trabalhadores semi-precários e precários)	212
Gráfico 5.8	Escolaridade e condição perante a precariedade (percentagens de trabalhadores semi-precários e precários em função da escolaridade)	214
Gráfico 5.9	Sindicalização nos países europeus (%)	220
Gráfico 5.10	Sindicalização em função da condição perante a precariedade nos países europeus (%)	222
Gráfico 5.11	Sindicalização em função do sexo nos países europeus (%)	223
Gráfico 5.12	Sindicalização em função da idade nos países europeus (%)	224
Gráfico 5.13	Sindicalização em função da dimensão da empresa nos países europeus (%)	225
Gráfico 5.14	Relação entre sindicalização e acção colectiva nos países europeus	228
Gráfico 5.15	Relação entre precariedade e acção colectiva nos países europeus	229
Gráfico 5.16	Satisfação profissional e acção colectiva nos países europeus	230
Gráfico 5.17	Interesse político e satisfação política nos países europeus	241
Gráfico 5.18	Militantes partidários nos países europeus (percentagens em função do eleitorado)	243
Gráfico 5.19	Auto-posicionamento ideológico nos países europeus	246
Gráfico 5.20	Auto-posicionamento ideológico das classes sociais na Europa (%)	248
Gráfico 5.21	Proximidade à política segundo as classes sociais nos países europeus	254
Gráfico 5.22	Escolaridade dos inscritos em partidos políticos nos países europeus	257
Gráfico 5.23	Classe social dos inscritos em partidos políticos nos países europeus	258
Gráfico 5.24	Sexo dos inscritos em partidos políticos nos países europeus	259
Gráfico 5.25	Idade dos inscritos em partidos políticos nos países europeus	260
Gráfico 5.26	Autoposicionamento ideológico dos inscritos em partidos políticos na Europa: análise transnacional	261

Gráfico 5.27	Inscritos em partidos políticos no universo dos indivíduos com adesão elevada a práticas de acção colectiva nos países europeus	262
--------------	---	-----

Figuras

Figura 1.1	Modelo teórico -metodológico para o estudo da acção colectiva sob a óptica das desigualdades sociais	57
Figura 2.1	Dimensões, espaços de observação e unidades de análise da acção colectiva	61
Figura 3.1	Capital social: modelo de análise no contexto “European Social Survey”	91
Figura 3.2	Dimensões posicional e relacional do espaço social (Medidas de discriminação)	95
Figura 3.3	O espaço social das classes, estrutura do capital e acção colectiva (Análise de Correspondências Múltiplas)	97
Figura 3.4	Intensidades de acção colectiva: segmentação do espaço europeu	108
Figura 3.5	Estruturas Transnacionais de Classes e <i>Clusters</i> de acção colectiva	112
Figura 3.6	Dimensões das estruturas de classes	113
Figura 3.7	Medidas de associação entre a classe social, género, recursos organizacionais e práticas de acção colectiva	128
Figura 4.1	Modelo de análise: Estrutura social, sociedades do conhecimento e acção colectiva	139
Figura 4.2	Perfis sociais de literacia tecnológica e acção colectiva no espaço social das sociedades do conhecimento (<i>Análise de Correspondências Múltiplas</i>)	151
Figura 4.3	Modelo de análise das relações entre classes sociais, valores e acção colectiva	158
Figura 4.4	Modelo teórico das relações entre os 10 tipos de valores motivacionais (Schwartz)	160
Figura 4.5	Valores humanos e práticas de acção colectiva (correlações)	164
Figura 4.6	Estruturas de classes e padrões de valores (interacção de tipologias)	169
Figura 4.7	Padrões de valores e acção colectiva na Europa (comparação dos <i>clusters</i> apurados)	170
Figura 4.8	Espaço cultural europeu das representações sociais em relação ao Estado e valores de (des)igualdade social (<i>Análise de Correspondências Múltiplas</i>)	190
Figura 5.1	Sindicalização e acção colectiva no espaço social europeu do trabalho (<i>Análise de Correspondências Múltiplas</i>)	231
Figura 5.2	Espaço político-ideológico da acção colectiva na Europa (<i>Análise de Correspondências Múltiplas</i>)	263

Quadros

Quadro 2.1	Países participantes no “European Social Survey” (ESS)	70
Quadro 3.1	Classe social e práticas de acção colectiva na Europa (%)	88
Quadro 3.2	Medidas de associação ou correlação entre as variáveis de posição social e as práticas de acção colectiva	90
Quadro 3.3	Estruturas transnacionais de classes (análise de <i>clusters</i>)	111
Quadro 3.4	Classe social e sexo na Europa (total dos indivíduos)	125
Quadro 4.1	Relação entre classes sociais e utilização da internet nos indivíduos com práticas de acção colectiva (%)	147
Quadro 4.2	Medidas de discriminação na sociedade do conhecimento	149
Quadro 4.3	Classe social e valores humanos (Anovas e subgrupos homogéneos)	163
Quadro 4.4	Valores humanos explicativos das práticas de acção colectiva (regressão logística)	163
Quadro 4.5	Perfis culturais e adesão a práticas de acção colectiva (%)	166
Quadro 4.6	Padrões de valores nos países europeus (análise de <i>clusters</i>)	168
Quadro 4.7	Valores igualitários no contexto europeu (análise de <i>clusters</i>)	185
Quadro 4.8	Medidas de discriminação dos valores igualitários e representações sociais	189
Quadro 4.9	Distribuição europeia das orientações dos indivíduos face aos valores de igualdade (%)	191

Quadro 5.1	Auto-posicionamento ideológico e práticas de acção colectiva na Europa (%)	249
Quadro 5.2	Medidas de associação ou correlação entre as variáveis de posição social e de cidadania política	251
Quadro 5.3	Condicionantes da proximidade à política (Regressão Linear Hierárquica)	252
Quadro (Conclusão)	Factores explicativos da acção colectiva na Europa (Regressão Logística)	270

Agradecimentos...

Todo o trabalho individual (ou pessoal) é bastante o fruto de relações colectivas que se vão cerzindo ao longo do tempo. Os agradecimentos que se enunciam são profundos e foram indispensáveis ao sucesso desta “caravela no tempo”. Sem estas pessoas provavelmente não teria dobrado o “cabo da boa esperança” e vislumbrado o horizonte tangível.

Começo com um agradecimento à família. Obrigado ao meu pai, mãe e irmão, pela sua disponibilidade constante, sobretudo nos tempos idos da licenciatura. À minha companheira e camarada da vida, a Maria João, bem-haja as alturas em que a temperança se ausentou temporariamente e te mantiveste sóbria com o teu amor e cumplicidade. Obrigado ao Henrique e ao Gil pelos momentos de “meninez” que renovavam a minha maturidade cidadã.

Obrigado ao João Fialho e ao Josué Caldeira por terem aturado durante vários meses as minhas “urgências temporais”, a vossa generosidade não tem preço. Obrigado, Fátima Santos, Margarida Miguel, Susana Ferreira e Lurdes Varandas por terem confiado em mim e na minha luta diária e constante.

Agradeço ainda a militância sociológica do Renato Carmo, Inês Pereira, Luísa Veloso e José Madureira Pinto, que enriqueceram o meu percurso científico e semearam uma amizade germinadora.

Finalmente, os meus orientadores, António Firmino da Costa e Helena Carvalho, a quem devo muito do meu habitus científico; na verdade a melhor dupla que poderia ter encontrado para fazer este caminho por vezes arduo. Obrigado pela confiança, respeito, solidariedade e honestidade científica.

Sem todos Vós este projecto não teria sido possível. Valeu a pena!

INTRODUÇÃO

Esta investigação, cujo tema se intitula de “Desigualdades sociais e acção colectiva na Europa”, visa contribuir para o enriquecimento científico da problemática da acção colectiva, procurando avaliar a relevância e as consequências que sobre a acção colectiva poderão ter algumas das mais decisivas desigualdades sociais das sociedades contemporâneas.

Este é um estudo que assume como objectivo contribuir para uma maior compreensão das causas, processos e consequências sociais directamente relacionadas com as dinâmicas da acção colectiva produzidas no actual contexto das sociedades modernas. A partir da problemática das desigualdades sociais e da análise de classes, e tomando a Europa como referente de observação sociológica, será desenvolvida uma abordagem teórica, problemática e empírica do fenómeno social complexo e integrado que constitui a acção colectiva.

A acção colectiva constitui um desafio e um problema sociológico relevante para a compreensão das sociedades actuais. A relevância do estudo da acção colectiva e dos movimentos sociais cresce quando no actual contexto societal e de historicidade da modernidade, se verificam mudanças profundas no funcionamento das sociedades modernas e capitalistas, nas suas dimensões estruturais, institucionais e culturais, aos níveis económico, político e social e quando novos desafios e dilemas se colocam no domínio das identidades culturais e pessoais.

Se a Europa constitui palco central da modernidade ocidental, tal deveu-se, de igual modo, à importância da acção colectiva como elemento constitutivo e participante do desenvolvimento das sociedades modernas. As desigualdades sociais estiveram no centro das reivindicações sociais e políticas produzidas na Europa, marcando definitivamente a sua história.

A investigação procura compreender até que ponto a acção colectiva dos cidadãos europeus é influenciada por um conjunto de desigualdades sociais, lançando o desafio analítico de observar se as desigualdades de classe, as desigualdades de género, as desigualdades de ‘informação-conhecimento’, as desigualdades laborais e as desigualdades políticas que atravessam transversalmente as sociedades europeias, produzem consequências sobre a acção colectiva dos seus cidadãos.

Que factores estruturais e culturais estão presentes nas dinâmicas de acção colectiva na Europa? Terão as classes sociais relevância explicativa sobre a acção colectiva e quais são as classes sociais na Europa mais activistas? Quais serão as condições sociais e os recursos que potenciam / inibem a acção colectiva? Que relevância assumem as dimensões relacionais por

contraponto ao factores de posição social no espaço social europeu das classes? Qual é a densidade da acção colectiva por parte dos homens e das mulheres na Europa e terão as suas respectivas posições de classe influência sobre a sua acção colectiva? Que valores e perfis culturais das classes produzem maior intensidade de acção colectiva? Terão as condições de emprego e de trabalho das classes sociais na Europa impactos sobre as suas dinâmicas de acção colectiva? Que distanciamento em relação à política se denotam nas classes sociais com repercussões sobre a sua acção colectiva? São estas as questões de partida da investigação em quanto ao esforço de procurar compreender que relações existem entre as classes sociais e a acção colectiva na Europa.

Considerando a existência de dois campos sociais de acção colectiva na Europa - o campo económico-laboral e o campo político -, investiga-se o comportamento das classes sociais e o modo como os agentes e actores colectivos presentes nos respectivos campos, sofrem os constrangimentos das estruturas, incorporam valores, encetam processos de interacção social e constroem hierarquias/distâncias sociais e de poder directamente relacionadas com o carácter (in)igualitário da cidadania económica e da cidadania política na Europa.

Nesta investigação, a acção colectiva é um objecto de estudo construído com lugar conceptual, analítico e empírico para os contextos. Quer isto dizer que se toma a Europa como espaço social e território de desigualdades sociais, estas fazendo parte dos contextos sociais, históricos, políticos, estruturais, institucionais e culturais dos diferentes países. A perspectiva de analisar o macro-social na construção da acção colectiva encontra soluções na utilização de inquéritos internacionais como o “European Social Survey”, que constitui actualmente uma importante ferramenta sociológica e de conhecimento da própria Europa.

Quais serão os impactos das estruturas de classes, dos níveis de desigualdade social, rendimento e desenvolvimento, e dos contextos institucionais económico-laborais e políticos europeus sobre a acção colectiva? Que importância assumem o capital social, a sindicalização e a cultura política existentes em cada país europeu sobre as dinâmicas de acção colectiva? Produzirão as sociedades do conhecimento efeitos sociais sobre a acção colectiva? Serão os países que revelam menores desigualdades de género aqueles cuja acção colectiva se manifesta mais intensa? Quais os países europeus com padrões de valores culturais e de justiça social com maior propensão para a acção colectiva? Que posicionamentos simbólico-ideológicos e que militância partidária se vislumbram na acção colectiva dos países europeus? São estas as questões de partida da investigação em relação ao objectivo de procurar compreender a relevância dos contextos sociais sobre a acção colectiva dos cidadãos europeus.

Pretende-se observar a acção colectiva na Europa procurando aprofundar a problemática das desigualdades sociais nos seus horizontes empíricos, metodológicos, analíticos e teóricos.

Propõe-se uma análise estrutural e cultural da acção colectiva a partir da mobilização dos actuais e principais instrumentos da sociologia das classes sociais, procurando acrescentar ao seu corpo científico, um modelo meta-analítico para as relações existentes entre as classes sociais, as instituições e os actores colectivos.

Esta investigação procura contribuir para a actualidade do debate entre desigualdades sociais, democracia e cidadania (acção colectiva) nas sociedades modernas, quando definitivamente parecem estar afastadas as visões pós-modernas e modernistas que acabaram sobretudo por obscurantizar as características dos conflitos da modernidade. A caducidade do debate entre «velhos» e «novos» movimentos sociais deverá dar lugar a abordagens que confirmem centralidade às desigualdades sociais e às classes sociais e respectivas dimensões materiais, redistributivas e culturais dos conflitos sociais.

De enorme actualidade substantiva consiste em saber de que modo o poder e o exercício dos direitos sociais estarão a ser distribuídos nas sociedades modernas, à medida que os avanços estruturais e sistémicos do capitalismo à escala global, colocam cada vez maiores tensões entre, por um lado, as desigualdades de classes geradas pela competitividade das economias de mercado e, por outro lado, se mantém a institucionalização secular da cidadania representativa e participativa nas democracias europeias.

Mas a teoria sociológica, nas últimas décadas, parece ter estado suspensa no tempo quanto à importância da acção colectiva na estruturação das sociedades actuais. Os quadros teóricos dos principais autores contemporâneos não conferem espaço conceptual suficiente à acção colectiva (Costa, 1999). Tal situação já não se verifica nos quadros teóricos de autores mais recentes como Margaret Archer e Nicos Mouzelis.

O campo do que vulgarmente se denomina de sociologia dos movimentos sociais constitui terreno de diversidade teórica, analítica e empírica, mas tal sociologia acabou muitas vezes por ficar confinada, ou a perspectivas de médio alcance ou então excessivamente globalistas, ambas incapazes de abandonarem uma especialização redutora e espúria; uma sociologia dos movimentos sociais sobranceiramente prisioneira das insuficiências dos paradigmas individualistas, organizacionais e culturalistas, que nas últimas décadas têm dominado o estudo dos movimentos sociais.

Mas também neste domínio da sociologia tem-se procurado produzir novas sínteses e discussões teóricas. Esta investigação inscreve-se no movimento actual de conflagração entre as análises estruturais e culturais da acção colectiva (Kladermans e Roggeband, 2007),

procurando não perder de vista os contextos e as condições sociais dos participantes / agentes sociais e os seus poderes perante os objectivos proporcionados pela acção colectiva.

Esta investigação propõe a construção, e respectiva aferição empírica, de uma teoria das relações entre desigualdades, classes sociais e acção colectiva. Partindo de um debate actualizado das teorias das classes sociais e do conflito, desde os clássicos da sociologia até a autores contemporâneos, e principalmente articulando os quadros teóricos de Pierre Bourdieu e Nicos Mouzelis, procura-se realizar um «estado da arte» teórico suficientemente sustentado para produzir uma análise das relações entre as desigualdades sociais e a acção colectiva na Europa.

É proposto um modelo teórico – metodológico para o estudo da acção colectiva sob a óptica das desigualdades sociais, mobilizando os principais contributos da teoria da prática de Bourdieu, como os conceitos de espaço social, classes sociais, estrutura do capital, campos sociais e habitus, articulados com a teoria das hierarquias sociais de Mouzelis e respectivos níveis das relações sociais estruturais, institucionais, posicionais, interactivos e disposicionais; um modelo teórico–metodológico inscrito na relação entre a estrutura e a acção e operando aos níveis macro–sociais, meso–sociais e micro–sociais.

Esta investigação alicerça-se em problemas teóricos como os dos constrangimentos / possibilidades das estruturas sobre a formação da acção colectiva, a multidimensionalidade das desigualdades sociais e das classes sociais, a apropriação / desapossamento dos recursos de vária ordem e a repercussão sobre a cidadania, o lugar dos valores na acção colectiva, ou as desigualdades de poder na agência individual e colectiva.

Esta investigação inscreve-se no contexto teórico, problemático e operativo da sociologia das classes sociais, que longe de estar confinada a fronteiras rigidamente delimitadas, tem enriquecido o seu *corpus científico* com um conjunto de autores que trabalharam o problema da acção colectiva.

Procura-se contribuir para o debate científico e enriquecimento da análise de classes com enfoque a partir da problematização da acção colectiva, incrementando a conjugação e articulação sofisticada de técnicas de recolha de análise de dados, capazes de alargar o actual espectro metodológico do estudo da acção colectiva e dos movimentos sociais, desde a unidade de análise dos indivíduos até estratégias metodológicas que interpenetrem sobre os contextos sociais.

A estratégia analítica procurará a articulação de cinco conceitos centrais ao longo da investigação: estrutura, cultura, classes sociais, actores colectivos e acção colectiva –

desenvolvidos a partir da estruturação teórica dos eixos “estrutura–cultura–acção colectiva” e “posições estruturais–instituições–campos de acção colectiva”.

Esta é uma investigação assente na imbricação problemática das dinâmicas estruturais, institucionais, configuracionais simbólicas, interactivas, posicionais e disposicionais que atravessam o espaço social europeu, pelo que constitui um desafio perene para a própria sociologia das classes sociais.

A investigação procura equacionar a acção colectiva desde um nível macro–social estrutural e cultural, até aos níveis meso–sociais e micro–sociais, aferindo de que modo as classes sociais se inter-relacionam com as dinâmicas da acção colectiva geradas na Europa. A partir da definição meta–teórica dos níveis macro, meso e micro–sociais são observados respectivamente: (i) o espaço transnacional europeu e os contextos nacionais; (ii) os actores colectivos e as suas vinculações aos campos e às instituições; (iii) e as práticas de acção colectiva dos indivíduos / agentes sociais.

A estratégia metodológica da investigação assenta na articulação entre uma análise transnacional europeia dos cidadãos europeus e uma análise comparativa de vinte e seis países da Europa, a partir da exploração dos dados do “European Social Survey” (anos de 2008 e de 2006).

A tese está dividida em três partes: uma primeira parte, que se debruça sobre as questões de teoria e método (Capítulos 1 e 2); uma segunda parte, que procura desenvolver as relações entre estrutura, cultura e acção colectiva (Capítulos 3 e 4); e uma terceira parte, que analisa a acção colectiva nos campos do trabalho e da política (Capítulo 5).

No primeiro capítulo é discutido o conceito de acção colectiva nas teorias das classes sociais e do conflito, são debatidas as teorias que se especializaram no estudo da acção colectiva e apresentam-se os alicerces teóricos para a construção de uma teoria das relações entre desigualdades, classes sociais e acção colectiva.

No capítulo dois são definidos os parâmetros constitutivos do objecto de estudo da investigação, é explicada a estratégia metodológica seguida e são explanados os principais contributos fornecidos pela sociologia das classes sociais para o estudo da acção colectiva.

No terceiro capítulo procuram-se observar as diferenças de acção colectiva por parte das classes sociais na Europa. Analisa-se de que modo a estrutura do capital (económico, cultural e social) das classes sociais, as estruturas de classes, as desigualdades económicas, o desenvolvimento humano e as desigualdades de género se repercutem na acção colectiva ao nível europeu.

No capítulo quatro analisa-se de que modo as sociedades do conhecimento, os valores e as representações sociais em relação ao Estado, se inscrevem nas relações entre as desigualdades sociais e a acção colectiva à escala europeia. Procura-se compreender como determinados perfis de literacia tecnológica, representações culturais sobre a desigualdade social e específicos padrões de valores culturais se associam à produção social de acção colectiva.

No quinto capítulo são aferidas as consequências que as desigualdades laborais e as desigualdades políticas poderão ter sobre a acção colectiva dos cidadãos europeus. Num primeiro momento, e a partir das características dos mercados de trabalho e da incidência da precariedade, mapeam-se as realidades institucionais inibidoras/potenciadoras de sindicalização e de acção colectiva nos países europeus. Num segundo momento, analisa-se de que modo os posicionamento ideológicos, a militância partidária e a proximidade à política por parte das classes sociais se repercutem sobre a cidadania política e acção colectiva na Europa.

Na Conclusão da tese far-se-á um balanço sobre a actualidade da problemática das desigualdades sociais e a análise de classes para o estudo da acção colectiva, sobre as relações encontradas entre as classes sociais e a acção colectiva na Europa, quais os contextos europeus integrados de acção colectiva revelados pela investigação e inscrever-se-ão os resultados alcançados na teoria das relações entre desigualdades, classes sociais e acção colectiva proposta neste estudo.

PARTE I – TEORIA E MÉTODO

Capítulo 1 – PARA UMA TEORIA DAS RELAÇÕES ENTRE DESIGUALDADES, CLASSES SOCIAIS E ACÇÃO COLECTIVA

1.1. Desigualdades e classes sociais

Teorias do conflito e das classes sociais: debates actuais

Nas últimas décadas, o estudo da acção colectiva tem sido sobretudo marcado pela dominação e polarização teórica entre as teorias da mobilização dos recursos e as teorias dos novos movimentos sociais (Turner, 2001; Maheu, 1995). Mas ambas as teorias enfermam de uma certa incapacidade para se inscreverem em quadros meta-teóricos capazes de lidarem com o problema da relação entre estrutura e acção (Crossley, 2002). A sua relativa “especialização”, ficando principalmente ao nível de uma teorização de médio alcance sem vasos comunicantes solidamente ancorados em teorias gerais do social, são insuficientes para as teorias que procuram explorar as relações entre a acção colectiva e as desigualdades sociais.

À medida que a ‘agenda clássica’ dos movimentos sociais vai perdendo centralidade, o desenvolvimento de uma teoria das relações entre desigualdades sociais, classes sociais e acção colectiva inscreve-se na tendência de crescente convergência entre as análises estruturais e culturais da acção colectiva. As actuais abordagens estruturais procuram integrar no seu universo o problema das desigualdades, a imbricação da cultura no estrutural, as dinâmicas dos actores colectivos, ou a mudança institucional. Por parte das actuais abordagens culturais, assume lugar de relevo a mudança cultural, a produção simbólica, e uma visão menos estratégica e individualista da cultura (Klandermans e Sttagenborg, 2007).

Na senda do que Mouzelis (2008) epistemologicamente propõe para a teoria sociológica, apresenta-se um conjunto de argumentos teóricos justificativos e construtores de um programa holístico para o estudo da acção colectiva, profusamente inscrito nos debates actuais e centrais da teoria sociológica contemporânea relativos ao estudo das desigualdades e das classes sociais.

A estratégia teórica seguida localiza-se no que Alexander classificou de “terceira vaga” de teorização social do pós-guerra, ou seja, trata-se de procurar ultrapassar a extrema fragmentação e segmentação que a “guerra de paradigmas” originou. Tal significa que para a construção de um programa holístico das relações entre desigualdades, classes sociais e acção

colectiva, torna-se necessária a edificação de um «estado da arte» que produza uma síntese teórica desafiadora, acutilante e actualizada dos “clássicos” da sociologia, das teorias do comportamento colectivo, das teorias da mobilização dos recursos, da acção racional e dos novos movimentos sociais, das teorias do conflito e das classes sociais, bem como das novas sínteses teóricas de Pierre Bourdieu e Nicos Mouzelis. As maiores distâncias e convergências entre todas estas teorias e autores serão balizadas a partir do seu potencial contributo para a inscrição da acção colectiva na relação entre estrutura e acção, mais concretamente quanto ao problema das desigualdades sociais e acuidade heurística do conceito de classe social.

As teorias do “comportamento colectivo” contemplam variantes teóricas do funcionalismo e do interaccionismo. Neil Smelser (1962) fará a mais significativa interpretação aos fenómenos de acção colectiva a partir do modelo teórico funcionalista. Rejeitando que a análise do comportamento colectivo possa ser explicada apenas devido a determinantes psicológicas, Smelser procura as determinantes causais do comportamento colectivo nas estruturas sociais e explicita um quadro de condições para a emergência e desenvolvimento da acção colectiva, que passaria pelas seguintes etapas: condutividade social; tensão estrutural; criação de crenças generalizadas; factores precipitantes; mobilização dos participantes para a acção; e controlo social.

Da parte do primeiro interaccionismo simbólico, destacam-se os trabalhos pioneiros de Robert Park, Ernst Burgess e Herbert Blumer. Para estes autores, os comportamentos colectivos não são um mero reflexo de crises sociais, ao invés, os comportamentos colectivos (ou movimentos sociais) constituem parte integrante do normal funcionamento da sociedade, detendo a capacidade de produzir valores e solidariedades indutoras de mudança social. Os estudos de Blumer (1986, 1969) oferecem um quadro teórico em relação aos mecanismos e processos da interacção social quanto à forma como a socialização e o “self” constroem os movimentos sociais, concretamente em contextos de exclusão e marginalização social. O seu trabalho embrionário relevou a importância de conceitos como os de identidade, sentido e cultura no interior dos movimentos sociais.

Em termos diacrónicos e sobretudo no contexto intelectual da sociologia norte-americana, os paradigmas individualistas e utilitaristas assentes no modelo da teoria da acção racional subvalorizaram as abordagens do comportamento colectivo. No emergente contexto teórico dos anos setenta, tornaram-se sobretudo dominantes as teorias da mobilização dos recursos e as teorias do processo político.

Nas teorias da mobilização dos recursos (tendo como autores principais Oberschall, McCarthy, Zald, Tarrow e McAdam), a acção colectiva é essencialmente caracterizada

enquanto acção instrumental-racional e centrada do ponto de vista da capacidade organizativa da obtenção de recursos. A noção limitativa de «interesse» enquanto explicação integrada de acção social, e a escalpelização feita à volta do «dilema do prisioneiro» (Olson, 1998, 1965)¹, vieram demonstrar as carências das teorias da acção racional na explicação da acção colectiva. Uma análise racional entre custos e benefícios acaba por ser insuficiente para entender os motivos individuais, as dinâmicas grupais, ou os processos históricos inerentes às dinâmicas de acção colectiva, apesar da necessária existência de níveis de organização social. Nestas teorias os recursos são conceptualizados enquanto processos de negociação, competição e conflito entre os actores individuais ou colectivos. As organizações são estruturas de oferta onde os recursos para a acção são centralizados. A compreensão sobre os fenómenos da acção colectiva baseia-se sobretudo no estudo de um conjunto de variáveis como a organização, os interesses, as oportunidades, a mobilização dos grupos e as estratégias dos actores.

Barry Hindess (1988) oferece uma perspectiva inovadora no quadro das teorias da escolha racional, ao procurar acrescentar na sua análise, para além dos actores individuais, a importância estratégica dos actores colectivos. Hindess liga conceptualmente a posição social e os cursos de acção dos actores pressupondo a existência de condições sociais externas à sua actuação individual - que os actores controlam parcialmente - de acordo com as técnicas, formas de pensar e meios de acção que têm ao seu dispor.

Enquanto as teorias da mobilização dos recursos procuram salientar os aspectos internos organizacionais dos movimentos sociais, as teorias do processo político focam-se nas variáveis externas aos movimentos como o contexto político e institucional. A sua análise estrutural assenta sobretudo no estudo das estruturas das oportunidades políticas, mas, como refere Crossley (2002), carecendo da contextualização social necessária das relações que se estabelecem com as restantes estruturas e campos sociais da sociedade².

¹ Mancur Olson levantou o problema da acção colectiva baseado na análise do jogo do «dilema do prisioneiro». A sua obra trouxe as questões dos bens públicos, das externalidades e dos bens grupais, até então monopolizadas pelos economistas, para o centro da teoria sociológica. O argumento central de Olson residiu nas vantagens que os pequenos grupos detêm sobre os grandes grupos, graças a melhores condições de organização. O sucesso da acção colectiva nos grandes grupos dependerá da existência de “incentivos selectivos”, tornando a acção colectiva potencialmente proveitosa, ou seja, os indivíduos avaliarão estrategicamente a sua participação e adesão à organização em função dos seus interesses individuais.

² Para uma síntese da teoria da mobilização dos recursos ver Scott (2001), pags.118 a 120 e para um maior desenvolvimento e referência aos seus principais autores será útil a leitura do Capítulo 25 em Turner, Jonathan H. (org.) (2001), *Handbook of Sociological Theory*, Nova Iorque, Kluwer Academic, pp.533-565.

Na Europa, em meados dos anos sessenta, surgem as teorias dos novos movimentos sociais, focando a emergência de novas arenas do conflito, destacando o declínio do conflito entre as classes sociais da sociedade industrial e a proliferação e diversificação de movimentos sociais de novo tipo, ligados a outras categorias sociais de cariz identitário. No entender destas teorias, as causas e conflitos culturais tomariam a supremacia sobre as lutas económicas e da desigualdade social. Em contraponto à racionalização do Estado, da economia e da «política convencional», os cidadãos estariam a formar autónomos espaços sociais e políticos reivindicativos de “novas gramáticas” para a vida social, o que Habermas intitula de “mundo da vida”, ou sob a perscrutação de valores pós-materialistas como alguns autores pós-modernos reivindicaram.

As teorias dos novos movimentos sociais acabaram por se constituir num campo teórico vasto e complexo, que, ao longo do tempo, foi apropriando diferentes perspectivas muitas vezes não facilmente integradas e conciliáveis entre si. Alguns autores associaram exclusivamente a importância das classes sociais à sociedade industrial, como foi o caso de Melucci. Outros autores reinscreveram as classes, e a sua relação com a acção colectiva, de acordo com as (novas) características das sociedades pós-industriais (como foi o caso de Claus Offe). Outras investigações confirmaram a persistente presença das “novas classes médias” entre os simpatizantes e activistas dos novos movimentos sociais (Della Porta e Diani, 2006).

Contudo, se a noção de ‘novos movimentos sociais’ foi sobretudo uma noção pós-marxista que procurava rejeitar uma concepção materialista da história, e substituí-la pela emergência de novos actores e conflitos sociais, o que outrora foi novo já não o é actualmente. Muitos dos movimentos sociais de outrora institucionalizaram-se e integraram o sistema político, outros simplesmente desapareceram ou entraram em período de latência, contrariando assim as “previsões” dos teóricos dos novos movimentos sociais. A tónica de novidade prenunciadora de uma nova fase de desenvolvimento histórico - a partir de sujeitos colectivos que enformariam decisivamente as tensões estruturais das relações de classes das sociedades contemporâneas - constitui uma das principais características das teorias dos novos movimentos sociais construídas a partir de autores como Alain Touraine (1998) e Michel Wiervioka (2010).

A construção de uma teoria da acção colectiva forte na relação entre estrutura e acção deverá ser capaz de dimensionar teórico-problematicamente os níveis macro-sociais, meso-sociais e micro-sociais (Mouzelis, 2008) no quais se inscrevem as relações entre as desigualdades sociais, as classes sociais e a acção colectiva. Tal trajecto teórico radica em três

momentos complementares e articulados da teoria sociológica: um primeiro momento, que diz respeito aos “clássicos” e aos seus contributos para o conceito de acção colectiva, nomeadamente Marx, Weber, Durkheim e Simmel; um segundo momento, que compreende as teorias do conflito e as teorias das classes sociais e da estratificação social, nas suas variantes neo-marxistas, neo-weberianas e interaccionistas, em autores como Rex, Coser, Dahrendorf, Parkin, Eder, Wright e Collins; e um terceiro momento, que, no essencial, se refere à construção de um diálogo comunicante entre a teoria da prática de Pierre Bourdieu e a teoria das hierarquias sociais por parte de Nicos Mouzelis. É fundamentalmente com base neste percurso pela teoria sociológica, que se construiu o modelo teórico-metodológico desta investigação (conforme Figura 1.1.), com vista ao estudo da acção colectiva sob uma óptica das desigualdades sociais.

O interesse no conflito esteve presente na sociologia desde o seu início. Os fundadores da sociologia elaboraram teorias e formularam problemas sociológicos que ainda hoje são centrais para o estudo da acção colectiva.

Se recuarmos aos clássicos, e sobretudo a Marx e Weber, encontraremos a formulação inicial da questão sociológica de fundo discutida nesta investigação: para Marx estaremos a falar do problema da «classe em si» / «classe para si»; na concepção weberiana, é na relação entre *classes*, *status* e *partido*, que se entende a formação da acção colectiva.

Marx e Weber formularam pensamento teórico decisivo no questionamento das relações entre as classes sociais e a acção colectiva. Na concepção de Marx, as classes aparecem como actores colectivos em confronto antagonista (luta de classes), devido à polarização social resultante das relações económicas e contradições sociais entre as forças produtivas e as relações de produção. As classes existem-em-si pela posição similar e objectiva detida na infraestrutura económica, mas transformam-se em classe-para-si quando a homogeneização das condições de existência permitem o crescimento das organizações e consciência de classe dos explorados. Para Weber, a classe não constitui necessariamente e exclusivamente uma base para a acção colectiva. A situação de classe, formada por indivíduos isolados, constitui uma posição de mercado, e são igualmente as condições culturais que permitem a formação da associação, sobretudo através dos grupos de status, ou o exercício do poder, através dos grupos de interesse e partidos³.

³ Na visão de Weber, os partidos são uma extensão do poder dominante e construtores de ideologia. Orientados por interesses de status e de classe, procuram, pela via da burocracia, consolidar o seu poder económico e social na sociedade.

Para Marx, o controle dos meios de produção determina a estrutura de classes numa sociedade capitalista. As diferentes fases do desenvolvimento económico correspondem a diferentes formas de propriedade classista, determinando as relações dos indivíduos entre si no que respeita ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho social, que se transpõe para a superestrutura e para as suas diferentes formas de opressão ideológicas e do aparelho de Estado⁴. Weber admite que o poder económico constitui a forma predominante, mas as sedes do poder variarão de acordo com as circunstâncias históricas, as condições estruturais e os contextos sociais, a partir dos recursos e estatutos sociais produzidos. As esferas da acção social são profundamente influenciadas por formas de dominação tradicional, carismática e racional-legal. Em Weber, os sistemas de dominação são gerados por “ordens de legitimidade”: a *ordem organizacional* composta por grupos sociais que revelam interesses particulares e relações comunais e associativas; e a *ordem da estratificação* formada por categorias de indivíduos num sistema de desigualdade⁵.

Para Marx e Weber, as desigualdades na estrutura de classes seriam o resultado do processo histórico de constituição e desenvolvimento capitalista. Em Marx predomina uma concepção materialista da história. Em Weber, os processos de racionalização e de «desencantamento» do mundo constituem as principais consequências do capitalismo moderno.

Em Weber, o mercado é uma arena na qual todas as classes e grupos de status se encontram em conflito pela posse de poder, prestígio e riqueza. A imagem que resulta destas actividades é a de uma sociedade fragmentada em inúmeras divisões e subdivisões e não a de uma sociedade tendencialmente dividida entre uma classe dominante e uma classe subordinada como propõe Marx. Weber analisa as relações de mercado da perspectiva das motivações e estratégias dos indivíduos na sua luta para acederem aos privilégios do mercado e recompensas sociais⁶.

⁴ Para Marx, a estrutura económica da sociedade determina a super-estrutura e as suas formações políticas, institucionais, religiosas e sociais. A superestrutura assegura as condições para a exploração, ao garantir os direitos de propriedade privada, ao regular as relações laborais, ao instrumentalizar o poder do Estado, ao assegurar a «alienação» das classes sociais desfavorecidas com as suas ferramentas de consentimento ideológico.

⁵ Weber faz a distinção entre legitimação e legitimidade. Ou seja, “as legitimações são as reivindicações que os grupos dominantes fazem acerca de si próprios e que querem que todos os outros aceitem. A legitimidade refere-se à situação em que essas reivindicações foram aceites e subscritas pelos grupos subordinados. A legitimação procede do topo, mas a legitimidade é concedida a partir da base” (Parkin,2000:59).

⁶ A concepção dos marxistas é a de que as relações de mercado são uma consequência estrutural das relações de produção. Segundo a sua perspectiva, estudar o mercado sem tomar em consideração as relações de produção

Em Marx, as classes sociais constituem-se enquanto estruturas objectivas de posição nas relações de produção, sob as quais o conflito, os interesses e a mobilização social são construídos. Weber prevê conflitos políticos na luta pela distribuição do poder, originários quer das classes sociais (causas económicas) quer dos grupos de status (causas normativas e culturais). “Thus, the more memberships in class, status group, and party correlate, the more those high in class, status group, and party horde resources, and the more likely tensions will surface in a society. These tensions over inequalities are often the fuel energizing social change” (Turner, Beeghley e Powers, 2002:191).

Para Marx, o desenvolvimento da indústria pressupõe a concentração fabril, criando as condições para a consciência de classe entre os operários, a partir do momento em que partilham condições comuns. “Class action will emerge only if and when the connections between the causes and the consequences of the class situation become *transparent*; Marx would have said when a class becomes conscious of its interests, that is, of its relation, as a class, to other classes. The unity within the working class will increase as well therefore increasing and strengthening the class consciousness” (Turner, Beeghley e Powers, 2002:128). A acção social em Weber compreende a acção racional com vista a valores, a acção racional com vista a fins, a acção afectiva ou emocional e a acção tradicional. Compreender a acção colectiva em Weber implica necessariamente compreender o sentido que os actores atribuem às suas próprias práticas sociais.

Em Marx as formas de propriedade social (ou poder) e os recursos detidos pelas classes sociais são construídos principalmente na esfera das relações produtivas, sob as quais a «luta de classes» originará a mudança social. Pelo contrário, Weber concebe uma estrutura relacional mais pluralista e construtora de relações de propriedade económica, política e social, ao dispor dos actores individuais ou colectivos na construção conflitual da mudança.

À revelia de uma certa consensualidade das teorias do conflito e dos movimentos sociais, também Durkheim constitui uma referência teórica fecunda e legítima para o estudo da acção colectiva (Ruggiero e Montagna, 2008). Durkheim aprofundou conceitos como os de solidariedade e identidade colectiva, conceitos centrais para o estudo da acção colectiva nas sociedades modernas. A sua noção de conflito associa-se a períodos de transição na divisão do trabalho na qual as tradicionais formas de integração social dão origem a novas

subjacentes à construção do mercado deforma inevitavelmente a compreensão da natureza das estruturas de classe.

modalidades emergentes de consciência colectiva, ou anomia social como contraponto à coesão social das sociedades.

Na obra *A Filosofia do Dinheiro*, Simmel assinala o constante conflito entre a objectividade da produção tecnológica e das trocas económicas e a subjectividade das escolhas dos indivíduos e grupos na vida quotidiana. Na sua teoria, o engajamento no conflito constitui em si mesmo um modo de produção de socialização, o que apelida de “sociação”, como efeito das múltiplas relações sociais que os indivíduos estabelecem com os diferentes círculos sociais (grupos primários e secundários) aos quais pertencem. A “sociação” comporta identidades enquanto campo de tensões e de conflito, como resultado das interacções humanas e das experiências pessoais multifacetadas. Os indivíduos, na perspectiva de Simmel, desenvolvem a sua identidade à medida que se diversificam as suas afiliações.

As teorias do conflito procuram projectar a importância dos aspectos estruturais nos sistemas sociais nos quais o conflito se inscreve. Com vasos comunicantes mais ou menos intensos com as teorias das classes sociais, ambos os quadros teóricos, com diversos matizes, procuram responder ao problema das relações entre “estrutura, consciência e acção”. Neste domínio, como referem Costa e outros, “os focos analíticos têm sido variáveis, consoante os investigadores, centrando-se uns mais nos lugares de classe, outros nos conflitos de classe, outros nas práticas quotidianas e nos estilos de vida e suas relações com as classes sociais, outros nas origens e nas trajectórias de classe, outros nas disposições, identidades e ideologias de classe” (Costa e outros, 2008:9).

Na teoria sociológica, em torno dos temas da desigualdade e da acção colectiva, historicamente opuseram-se as correntes neomarxistas às correntes neoweberianas das teorias do conflito. Como refere Pires, “nas correntes neomarxistas, o sujeito da acção colectiva tende a confundir-se com a classe definida no plano estrutural; nas correntes neoweberianas não só o sujeito da acção colectiva é definido enquanto grupo constituído por processos de acção comunicacional e organizacional sobre os interesses comuns resultantes de localizações estruturais comuns, como das mesmas localizações poderão emergir múltiplos grupos (actores colectivos) por combinação entre razões instrumentais e razões axiológicas” (Pires, 2007: 33).

De igual forma, John Scott procura fazer um balanço actualizado das teorias do conflito. Como refere: “recent conflict theorists have set out powerful and important theories of groups and organizations in and around the struggle for power and resources, but they have been less successful in conceptualizing the agency of large-scale collectivities of the kind that figured in the works of the earlier writers. These concerns have, however, been given a renewed focus in

recent work on ‘social movements’ which as returned conflict theory to the analysis of the historical agency of classes and other collectivities” (Scott,1995:119).

O funcionalismo do conflito de Lewis Coser aponta que nas origens do conflito se encontram quebras de legitimidade da desigualdade na distribuição dos recursos da sociedade. Coser confere alguma atenção à formação dos grupos sociais, mas não aprofunda os factores que são responsáveis pela formação das posições sociais que estão na origem da constituição dos grupos. “Coser assumes that societies contain various groups that are organized around the distribution of resources – wealth, status and political power. Classes, status group, ethnic groups and bureaucratic strata within societies, and nations in the international system are the groups to which he gives greatest attention, and he sees societies as being organized around the social relations between these groups” (Scott,1995:123).

Para além de Coser, conjuntamente com a macroteoria do conflito de John Rex, as teorias do conflito procuraram igualmente destacar a importância da agência colectiva na integração social das sociedades. No lugar do modelo dos sistemas sociais de Parsons, Rex constrói um modelo de desigual distribuição do poder ocupado por grupos sociais em competição por normas e valores sociais. A sub-estrutura do poder assenta numa estrutura social produtora de recursos limitados, inevitavelmente geradora de conflitos de interesses entre os grupos constitutivos da sociedade⁷. Como refere Scott, “in complex modern societies, Rex argues, social stratification arises in three distinct spheres of action: the economic, the political and the values spheres. The *economic sphere* concerns action in relation to the means of life and the allocation of scarce resources. It is the sphere of market and property relations, including access to, and control over, these social relations. The *political sphere* is concerned with action in relation to patterns of domination and, in particular, with control over legitimate power. The *value sphere* involves action that is related to control over cultural ideas and values and to conceptions of superiority and inferiority. These three spheres of action and the social institutions with which they are associated are the bases of social stratification and, therefore, they are the bases of conflict group formation” (Scott,1995:129).

Outro autor importante no estudo da acção colectiva é Ralph Dahrendorf e a sua teoria das classes sociais e dos seus conflitos nas sociedades industriais. “Dahrendorf, retomando as ideias de Weber, acentua mais a emergência de associações dotadas de fins conscientes (procura do poder) e de organização («partidos», no sentido de Weber) a partir de categorias

⁷ Por esta razão, considera Rex, toda a análise sociológica deverá iniciar-se pela identificação dos principais grupos sociais envolvidos na estrutura do poder, e respectivos conflitos nos quais tais grupos sociais actuam.

sociais com «interesses latentes» comuns. A formação, a partir dos «quase-grupos», desses «grupos de interesse» e o confronto entre estes últimos enquanto «grupos de conflito» são as propostas de conceptualização que o autor apresenta para a acção colectiva conflitual centrada em torno dos interesses latentes dos quase-grupos” (Costa,1987:665).

A localização estrutural da formação da acção colectiva significa, segundo Dahrendorf, que as relações de autoridade constituem a base para a formação dos grupos de conflito, ou o mesmo é dizer as classes sociais, que partilhando interesses comuns latentes, serão quase-grupos e poderão formar grupos de interesse organizados. A distribuição da autoridade constitui a base estrutural para a formação dos grupos de conflito. As posições de dominação e sujeição são caracterizadas por interesses conflituais que correspondem a determinadas expectativas sociais. Os conflitos entre os grupos sociais correspondem a conflitos entre as classes sociais quando as posições de dominação e sujeição são caracterizadas pela formação de interesses conflituais nas estruturas e sistemas sociais.

Como salienta John Scott, “the occupants of a particular authority position have certain interests in common and so they share a potential for united action. They are a collectivity united by their ‘latent’, structural interests and by a potential for action. This constitutes them as a ‘quasi-group’ rather than an actual organized social group. A quasi-group is transformed into one or more social organizations or *interest groups* when its members establish a program of action, a structure of decision-making, and enter into action in pursuit of their interests” (Scott,1995:121).

Mas não é inevitável a formação de grupos de interesse a partir dos quase-grupos e Dahrendorf procura identificar as condições para que tal aconteça: condições técnicas, condições políticas e condições sociais de organização. A homogeneidade e a coesão potenciarão a formação de grupos de interesse. Tal como, na teoria de Dahrendorf, as sociedades industriais modernas não se organizam a partir de uma estrutura dicotómica de autoridade, mas existem em contrapartida separadas e distintas hierarquias de autoridade; as sociedades industriais são interpretadas por Dahrendorf como compreendendo uma pluralidade de agregados dominantes em competição.

Se Dahrendorf conceptualiza os grupos de conflito como originários da distribuição social da autoridade, Rex relaciona os grupos de conflito aos padrões mais vastos da estratificação social das sociedades.

Para Parkin (1979), as estratégias pela distribuição dos recursos e formas de propriedade, nas modalidades de usurpação ou fechamento social, constituem o principal factor de identificação das classes sociais. A exclusão e usurpação estão na base dos sistemas

distributivos dos recursos e são os fundamentos da estratificação social. Significa então que a exclusão ou a usurpação serão as estratégias de acção colectiva dos actores, conforme a posição social detida na estrutura social pelas respectivas classes sociais em presença nos conflitos.

Erik Olin Wright constitui igualmente uma importante referência na teoria das classes sociais. Em Wright “os conceitos de classes e de luta de classes são os fundamentais para a análise da estrutura social e da mudança social. As relações de classe têm uma primazia específica pelo facto de as dinâmicas enraizadas nas relações de classe proporcionarem uma direcionalidade genérica para a trajectória da mudança social. Para Wright, a análise das classes é o núcleo da teoria geral do social” (Costa,1987:681). Nas propostas teóricas de Wright (1997, 1985), o conflito e a acção colectiva desenvolvem-se nas relações entre “estruturas de classe”, “formação das classes” e “lutas de classe”, e é nestas que se articulam as “capacidades estruturais” para a formação de interesses de classe.

Klaus Eder (1993,1985) constrói uma teoria cultural das classes, quando direcciona a importância da cultura enquanto mediação entre a estrutura de classes e a acção colectiva. Klaus Eder insistiu numa separação conceptual mais drástica entre classes sociais e actores colectivos, elaborando uma teoria das suas conexões e incidências recíprocas, destacando a importância da esfera cultural quer entre as classes sociais quer entre os próprios actores colectivos (Costa, 1999: 216).

No entendimento de Maheu (1995:19), o autor alemão Klaus Eder cimentou uma versão construcionista da teoria das classes, ao associar certos tipos de acção colectiva a determinados movimentos sociais, nomeadamente os conflitos à volta da produção de identidades e as suas ligações às “novas classes médias”, considerando que a sua teoria do radicalismo das classes médias significava um rejuvenescimento das próprias teorias das classes sociais.

As correntes interaccionistas do conflito também contém em si virtualidades teóricas relevantes para o estudo da acção colectiva. É o caso de Randall Collins (conjuntamente com Jorg Rossel) e da teoria dos rituais de interacção. Esta teoria procura combinar criativamente as noções de acção e estrutura. Collins e Rossel estendem o seu quadro teórico entre as acções individuais, as situações da interacção, as redes, organizações e mercados, até aos padrões de larga escala da mudança política, económica e cultural. Como referem, “the analysis of markets of interaction rituals and the accumulation of resources in chains of interaction rituals and of power and status rituals show how principles of interaction ritual theory explain the emergence of resources divergences, stratification and conflict” (Rossel e Collins, 2001:527).

As dinâmicas do capital cultural e das emoções, em função dos sistemas de classificação e dos símbolos adquiridos, determinam os tipos de rituais de interacção que os indivíduos buscam, as restrições no acesso ao desempenho de determinadas interacções, bem como os cursos de acção a negociar em rituais de interacção futuros.

Collins e Rosssel destacam a importância, por um lado, da emergência da competição e do conflito, e por outro lado, a indispensabilidade de laços afectivos e da solidariedade. “Conflict is intimately connected with solidarity, because the key microprocess that constitutes groups, as well as energizes individuals and gives them a symbolic repertoire in terms of which to frame the world is Durkheimian ritual. We are able to understand social solidarity and shared culture and at the same time maintain a realistic picture of conflict and domination by seeing how pockets of solidarity and culture are generated on the microlevel in an endlessly shifting process” (Rosssel e Collins, 2001:528).

Para um entendimento teórico profícuo da relação entre interacção social e acção colectiva, são contribuições igualmente fundamentais, no quadro geral do segundo interaccionismo simbólico, autores como: David Snow e outros (1986), que inspirados em Goffman, realçam como as orientações, valores e convicções dos indivíduos se tornam confluentes com as actividades, objectivos e ideologias das organizações; Benford e Hunt (1992), que numa abordagem dramaturgica dos movimentos sociais, apontam a necessidade de reconstrução das definições de poder; Passy e Giugni (2000), que realçam o modo como a fenomenologia social e o interaccionismo simbólico podem contribuir para uma análise integrada das dimensões simbólicas (subjectivas) da participação social e em correspondência com as posições estruturais dos actores; a conceptualização de Calhoun (1995) na conjugação entre percepções sociais colectivas e individuais na classificação do mundo social; a proposta de Klandermans e Roggeband (2007) em relação às dinâmicas interactivas dos participantes nos movimentos sociais; e a abordagem cognitiva de Eyerman e Jamison (1991) de considerar os movimentos sociais como produtores de conhecimento.

Naturalmente que o debate na teoria sociológica entre objectivismo e subjectivismo também atravessa o problema da acção colectiva. Pierre Bourdieu procurou superar antinomias existentes entre correntes teóricas diversas que, no seu entender, não superaram o nível micro-agencial, como seria o caso do interaccionismo simbólico, da etnometodologia e da fenomenologia, ou teorias que acabaram por ficar em domínios estritamente macro-estruturalistas, como aconteceria com o funcionalismo, o marxismo, as teorias economicistas-estruturalistas e histórico-culturalistas, ou a análise de redes.

Procurando contrariar o que intitulou teoricamente de “ilusão subjectivista”, Bourdieu defende que os agentes incorporam em si as propriedades sociais da sua localização num espaço social hierarquizado e estruturado, e que este, por sua vez, se repercute sobre as situações e interacções sociais. Os agentes, considera Bourdieu, actuam em função de um conhecimento prático (percepções sociais) que possuem do mundo social, mas este não é estritamente redutível de estruturas sociais “objectivas”. As classes sociais, em Bourdieu, são a constelação de um conjunto de factores estruturais, institucionais e posicionais actuantes num espaço social multidimensional e estratificado que, sob os agentes, pressupõem a incorporação de disposições sociais comuns intituladas de “habitus”, enformadoras da acção dos agentes nos campos sociais da sociedade. As classes sociais, partilhando condições semelhantes de existência e de socialização, não são apenas definidas pelas posições sociais ocupadas nas relações de produção, mas o resultado histórico e contingente das lutas de classificação social pela posse e distribuição de poder e privilégios de diferentes tipos de capitais económicos, culturais, sociais e simbólicos.

Bourdieu também procura superar o debate subjectivismo / objectivismo modificando os termos de Weber relativamente aos conceitos de classe e status. Defende Bourdieu que a classe social e o status devem ser pensados como “unidades nominais” coexistentes na realidade social (apesar das suas proporções poderem variar em diferentes sociedades e classes). A reformulação da relação entre classe social e status permite a Bourdieu integrar o simbólico, o gosto e os estilos de vida num quadro teórico que conceptualiza a cultura como um factor constituinte da classe social. Para Bourdieu, as classes sociais surgem como grupos de status no espaço das relações sociais de dominação. Como refere Swartz: “Bourdieu offers a class-symbolization model of status where cultural differences serve as markers of class differences. Class differences find expression in status distinctions that rank individuals and groups on scales of social honorability rather than in terms of economic interest alone. They go unrecognized, however, since they are legitimated through the powerful ideology of individual qualities of talent, merit, and giftedness” (Swartz, 1997: 152).

Como sugere Nick Crossley, as insuficiências das teorias “especializadas” da acção colectiva podem ser suplantadas pela assumpção teórica (prevalecente) da teoria da prática de Pierre Bourdieu. De facto, Nick Crossley desenvolveu todo um modelo teórico e analítico a partir de Bourdieu (Crossley, 2003, 2002, 2001). Se Bourdieu não trabalhou o conceito de acção colectiva – considerando-a em termos residuais na sua teoria como o resultado de “crises” entre o habitus e os campos, quando os processos de “illusio” dão lugar a momentos de efervescência social e política – na verdade, a sua teoria geral é forte na relação entre

estrutura e acção, ao contrário do que sucede com as teorias (dominantes) dos movimentos sociais. Como refere: “His theory of practice, without losing sight of the purposive nature of action, precisely combines a concern with preferences, interpretations and structural locations. It provides a cultural theory of agency but, at the same time, directly links culture to structures of inequality – particularly class. The concept ‘field’ is also central here, partly because it reminds us that habitus generate practices in and according to specific contexts, that is, because it contextualizes action, and partly because it enables us to explore the specific structural factors which shape movement activity. His theory proves capable of integrating into a coherent conceptual framework a whole range of scattered insights that have been thrown out by various movement theorists”(Crossley, 1999: 651).

Ao nível da produção de teorias do social, a articulação entre os quadros teóricos de Pierre Bourdieu (2002, 2001) e de Nicos Mouzelis (2008, 1995), poderá constituir uma sólida base de partida e de desenvolvimento teórico do estudo da acção colectiva. As suas teorias e enfoques problemáticos fornecem contributos relevantes para um debate actualizado sobre a acção colectiva nas sociedades modernas. A concepção estrutural, cultural e simbólica do espaço social das classes e a distribuição dos respectivos capitais, o reequacionamento do conceito de *campos sociais* e a presença do *interesse* nas suas lógicas de funcionamento, constituem, no essencial, as principais linhas de investigação teóricas no que diz respeito a Pierre Bourdieu, estas complementadas, de modo indispensável, pela teorização de Nicos Mouzelis, quando atribui maior importância à interacção social, problematiza sobre as hierarquias sociais na estruturação do social e confere importância aos conceitos *jogos sociais* e *acção colectiva*.

Uma das principais virtudes de Mouzelis consiste na sua explicitação teórica de níveis de relações sociais, os níveis estrutural, institucional, posicional, interaccional e disposicional, capazes de parametrizarem um programa holístico para a acção colectiva (ver Figura 1.1). Como refere Mouzelis: “An adequate holistic framework should provide conceptual tools for overcoming the compartmentalization that prevails today between micro- and macro-sociologies – the former rejecting all macro-theories as elaborate reifications, the latter dismissing micro approaches as myopic, reductive or empiricist. A holistic framework should not aim at abolishing the division of labor within the social sciences between micro and macro empirical studies; it should rather transform the present ‘walls’ into ‘bridges’. This means that macro-theoretical statements, for instance, should be constructed in such a way that it is possible to provide ‘micro-foundations’ – even if the theory itself does not do so. Therefore, when studying problems that become visible only when one focuses on such

macro-entities as social classes or nation-states, it should be possible to move from macro- to meso- and micro-levels of analysis” (Mouzelis, 2008: 237).

Alguns teóricos importantes, como Giddens, consideraram as interacções face-a-face como apenas micro-sociais, enquanto as estruturas sociais e instituições se situariam ao nível macro-social. Ora, como sugere Mouzelis, as interacções face-a-face envolvendo actores poderosos poderão resultar em efeitos macro-sociais e, como Parsons mostrou, as estruturas e instituições (sejam sociedades nacionais, organizações formais, comunidades ou grupos sociais) também se exprimem ao nível micro-social (Mouzelis, 2008). Esta clarificação teórica entre as relações micro-meso-macro e a sua articulação com o eixo estrutura/acção enriquece um programa holístico para a acção colectiva, que integre diversos graus e modalidades de consenso e conflito, e onde inter-actuam agentes, actores colectivos e classes sociais com diferenciados poderes transformativos ou de reprodução social.

Estrutura, cultura e acção colectiva

A estrutura é um dos mais utilizados e também polissémicos conceitos da teoria sociológica, com raízes desde os clássicos e atravessando várias correntes teóricas das ciências sociais. Autores contemporâneos como Giddens, Bourdieu e Mouzelis, atribuíram nos seus quadros teóricos centralidade ao conceito de estrutura e respectiva relação com a acção, mas é sobretudo Nicos Mouzelis - a partir da crítica sobre a teoria da estruturação de Giddens e da distinção entre a dualidade e dualismo da estrutura -, quem confere espaço na sua teoria para a integração do conceito de acção colectiva.

Uma relação entre estrutura e acção que, no essencial, integre os processos da acção colectiva, os poderes da agência e os seus actores, deverá ser capaz de, simultaneamente, conceptualizar a cultura e o conflito como suas dimensões estruturantes e inter-actuanes. É nesta direcção que, precisamente, Pires propõe uma definição de estrutura que, “enquanto realidade externa à acção, ordena os sistemas sociais constringendo as possibilidades de acção dos agentes, tanto no plano estritamente relacional (constringimento relacional) como no plano cultural (constringimento cultural)” (Pires, 2007: 30), onde “a ênfase da dimensão cultural da estruturação social é logicamente compatível com a construção de modelos analíticos que permitam analisar tanto os processos de consensualização como os de conflitualidade social” (Pires, 2007: 35).

Uma relação entre estrutura e acção com lugar para a acção colectiva, deverá ser capaz de olhar para a realidade social, em simultâneo, sob uma perspectiva “internalista” do actor e “externalista” dos sistemas sociais, contemplando as mediações e redes de relações sociais

existentes entre os actores sociais individuais e colectivos, procurando evitar a «dupla reificação» das estruturas, quando são atribuídas a estas propriedades que pertencem aos actores e à interacção social, ou quando se analisam, principalmente por parte de algumas das vertentes historicistas e institucionalistas, processos macro-sociais de larga-escala.

Ponto crítico na definição de estrutura é a inclusão da categoria recurso (Pires, 2007). Como considera Mouzelis, os recursos possuem uma materialidade dificilmente compatível com uma caracterização da estrutura enquanto ordem virtual, como Giddens sugere. Ou seja, os recursos reportam-se às condições espacio-temporais, ou condições de existência na acepção de Bourdieu, autor que associa a relação entre estrutura e acção a uma ordem social geradora de desigualdade social. Logo, e como refere Costa, as assimetrias são constitutivas das relações entre estrutura e acção, existindo uma desproporção significativa entre as capacidades de acção quotidiana dos agentes sociais e os efeitos causais das estruturas sociais (Costa, 1999:487).

As recentes propostas de Nicos Mouzelis (1991) quanto à importância conferida ao conceito de “hierarquias sociais”, recolocam as questões do poder e da acção colectiva nos debates actuais da teoria sociológica, ao mesmo tempo que é defendida, no que diz respeito à relação entre estrutura e acção, a assumpção da não sobredeterminação de um dos termos sob o outro. “Mouzelis gives us a way to talk about degrees of constraint, rather than just making the general point that structure always constrain and enable actors” (Healy: 1998: 512). As estruturas constroem os actores em função da posição social por eles detida nas hierarquias sociais, conferindo-lhes diferenciados poderes de agência. Mouzelis sublinha, “a respeito da relação que os agentes desenvolvem perante a reprodução das estruturas sociais, a variação possível entre modalidades de maior implicação prática e modalidades de mais acentuado distanciamento crítico, teórico ou estratégico, sendo que estas últimas modalidades tendem a aumentar de importância relativa, precisamente, na acção colectiva organizada” (Costa, 1999: 488). O “actor mouzeliano” encontra-se perante “jogos sociais” hierarquizados pelas regras e instituições das estruturas sociais, que lhe permitem o distanciamento possível para as modificar através da acção colectiva. O agente, no decurso da interacção social, acciona estratégias sociais de acção colectiva, estas construídas a partir dos respectivos poderes causais que lhe são conferidos pela sua posição social de partida.

A teoria de Bourdieu caracteriza-se por postular um maior condicionamento da estrutura sobre a acção. Os actores são definidos pelas posições relativas ocupadas no espaço social das classes, objectivadas pelas lutas e interesses sociais historicamente em competição, e internalizadas nos indivíduos sob a forma de “habitus de classe”. Os agentes, constroem

pela “urgência da prática”, mediante o accionamento do “habitus”, adequam-se à objectividade estrutural necessária ao funcionamento dos diversos campos sociais da sociedade. A relação habitus / campos sociais é corporizada através da objectivação, institucionalização e incorporação de capitais económicos, culturais, sociais e simbólicos mobilizados pelos actores sociais que, remetidos a uma unívoca relação de interesse, lutam pela sua aquisição, conservação ou usurpação. Como sistematiza Parker: “agents are reduced to power seekers and wielders, structures to hierarchies produced by power struggles. The result is a dominant tendency in human life for agents to exercise their powers in ways which broadly tend to conserve a structure of competing groups and classes” (Parker, 2000: 46). .

Na teoria fundamental de Pierre Bourdieu a acção colectiva apenas se verifica quando excepcionalmente ocorrem momentos de crise, ou seja, quando as estruturas e os habitus perdem o seu carácter dinâmico de justaposição. No essencial, Bourdieu não confere importância ao carácter permanente da acção colectiva nas dinâmicas das sociedades modernas. Mas, e como propõe Crossley (2002), as ferramentas essenciais da sua teoria da prática podem ser devidamente apropriadas por uma teoria explicativa da acção colectiva forte na relação entre estrutura e acção, capaz de articular as condições estruturais a um conjunto de práticas sociais (mais ou menos rotineiras) enformadoras de acção colectiva por parte dos actores sociais. Como refere Crossley: “social movements are constituted by way of social practices and they can therefore be studied by way of the same tools as other social practices. They depend, in the first instance, upon agents who are disposed to engage in them; ‘disposition’, in this case, involving a particular way of perceiving and understanding the world, an ethos, an inclination to fight and the know-how necessary to do so. Bourdieu posits a persuasive general theory of practice which we may use to make sense of both social movements and the multiple differentiated contexts out of which they emerge and in which they wage their struggles” (Crossley, 2002: 189).

Na teoria de Pierre Bourdieu verifica-se um centramento nas dimensões distributivas da estrutura social, onde o espaço social e a estrutura do capital são elementos de uma conceptualização da estrutura social como estrutura externa de tipo relacional e distributivo (Pires, 2007: 37). No espaço social, os agentes distribuem-se segundo o volume global do capital que possuem e de acordo com o peso relativo das diferentes espécies de capital, no volume total do seu capital (Bourdieu, 2001: 7). Os agentes têm tanto mais em comum quanto mais próximos se encontram da distribuição desigual de capitais no espaço multidimensional de posições sociais relacionalmente definidas. As diferentes formas de capital estruturam o próprio espaço social. Como refere Swartz: “Bourdieu holds a highly stratified view of the

social world in which individuals and groups struggle to maintain or enhance their relative standing within a hierarchically structured social space. For him, social inequality is rooted in objective structures of unequal distributions of types of capital” (Swartz, 1997: 145).

Em Bourdieu, a acção e a estrutura estão relacionadas pelo desigual poder adstrito das relações entre as classes sociais. Como refere Parker: “thus structure confers agency on agents by distributing power to them. Structures are distributional orders. Agents, as beneficiaries of these orders, use their power to defend or increase their holding, causing realignments within the distributional structure, changes in habitus and innovation of, and within, fields. Agents are thought of as desiring the power conferred by Bourdieu’s four types of capital- economic, symbolic, social and cultural. They struggle for recognition as superior in every form of practice or field (...). The subjectivity of actors is only rendered ‘agentic’ when collectivized by field struggles” (Parker, 2000: 48). A distribuição das diferentes formas de capital efectiva-se no “habitus” dos agentes, não sob o paradigma da acção individual-racional recursiva, mas pela construção de interesses sociais condicionados pelos contextos estruturados das relações de classes.

Significa então que “todas as sociedades se apresentam como espaços sociais, quer dizer, estruturas de diferenças que só podemos compreender de veras na condição de construirmos o princípio gerador que funda essas diferenças no plano da objectividade. Princípio que não é senão a estrutura da distribuição das formas de poder ou das espécies de capital que são eficientes no universo social considerado – e que variam, portanto, segundo os lugares e os momentos” (Bourdieu, 2001: 32). Nas sociedades mais avançadas, considera Bourdieu, a mais eficiente sedimentação de posições sociais (ou estruturas de classes) assenta nas distribuições de capital económico e de capital cultural, mas que poderão variar em graus de intensidade e de inter-relação interna de sociedade para sociedade (Bourdieu, 2001: 7). Desta forma, como refere Swart: “the class structure of society becomes internalized in distinct class habitus. Each habitus embodies both the material conditions of existence of the class and the symbolic differentiations that categorize and rank its relation to other classes. Individuals then enter the various fields of taste with dispositions that predispose them to make lifestyle choices characteristic of their class habitus”(Swartz, 1997: 163).

Para Bourdieu, as sociedades são hierarquizadas em classes sociais, definidas, numa perspectiva duradoura, por posições sociais ligadas à desigualdade da distribuição de capitais (ou recursos), e numa perspectiva dinâmica, por trajectórias sociais diferenciadas por parte dos agentes, no contexto de campos sociais que se articulam, por homologia estrutural, ao espaço social. Cada classe social ou fracção de classe possui um determinado “habitus”,

perdurável nas trajectórias sociais dos agentes e gerador de específicas práticas sociais. As identidades de classe são construídas relacionalmente ao mesmo tempo que reflectem o carácter de oposição distintiva entre as várias classes sociais.

Bourdieu propõe uma abordagem multidimensional da classe social, onde, para além das condições materiais de existência, poder-se-ão incluir outros factores de estratificação social como o género, a raça, a religião ou a nacionalidade. Como refere Swartz relativamente a Bourdieu: “social class is not defined by a property nor by a collection of properties (of sex, age, social origins, ethnic origin, income, educational level etc.), nor even by a chain of properties strung out from a fundamental property (position in the relations of production) in a relation of cause and effect, but by the structure of relations between all the pertinent properties which gives its specific value to each of them and to the effects they exert on practices” (Swartz, 1997: 157).

A desigualdade social é legitimada pelas próprias classes sociais. Como refere Bonnewitz: “cette reproduction de l’ordre social s’explique par les multiples stratégies que les agents sociaux mettent en œuvre pour la conservation ou l’appropriation du capital sous ses différentes espèces. En effet, selon P. Bourdieu, les agents sociaux cherchent toujours à maintenir ou à accroître le volume de leur capital et donc à maintenir ou à améliorer leur position sociale. Les mécanismes de conservation de l’ordre social prédominent en raison de l’importance des stratégies de reproduction” (Bonnewitz, 2002: 54).

As desigualdades sociais são perpetuadas pelas relações estruturais entre as classes, ao nível da dominação simbólica que as classes dominantes exercem sobre as disposições sociais das classes subordinadas. Como refere Crossley: “Bourdieu identifies the relations of symbolic power that effectively place these different aesthetic dispositions in a hierarchical structure, such that they seem to legitimate the inequalities upon which they are founded. Differences that are the effect of class are “misrecognized” as natural causes of class and inequality and thus function to legitimate the very class structure that produces them” (Crossley, 2001: 86). Ou seja, se a desigualdade social se apresenta aos agentes enquanto constrangimento estrutural, é nas componentes culturais da desigualdade social, sob as formas que os agentes as internalizam no seu “habitus”, que se joga a reprodução ou a ocorrência de processos de mudança social.

Contudo, Bourdieu não inscreveu a acção colectiva no domínio das relações entre as classes sociais, quando o poderia ter feito, uma vez que a sua teoria possibilita que se inscreva o conflito no carácter sistémico das sociedades desiguais (Bihr e Pfefferkorn, 2008), nomeadamente ao nível das suas relações simbólicas e culturais. O conflito, na teoria de

Pierre Bourdieu, fica ao nível de uma ordem social generativa infra-estrutural, subliminarmente implícito nas relações de dominação entre as classes, concretizando-se na realidade social apenas excepcionalmente quando ocorrem tensões e contradições entre a estrutura e a acção.

As desigualdades sociais possuem uma natureza sistémica, isto é, geram-se e reproduzem-se relacionadamente num espaço social que determina, de forma intensa, o modo assimétrico como os recursos disponíveis se distribuem pelos indivíduos, de acordo com o seu lugar de classe (Bihl e Pfefferkorn, 2008). No capitalismo, as desigualdades sociais tendem a acumular-se, e a serem transversais quanto à posse ou destituição de recursos materiais, simbólicos ou culturais. Como resultado, temos sociedades contemporâneas segmentadas, hierarquizadas e conflituais, assumindo o conflito formas mais ou menos ocultas, implícitas, latentes ou manifestas, associado a classes, grupos sociais e actores colectivos diferenciadamente dotados de recursos sociais (materiais, políticos, culturais e simbólicos), com desiguais capacidades de poder ou/e de acção colectiva.

Pelo contrário, Eder procura construir uma teoria da agência colectiva que reconheça a mediação das relações de classes a partir de um conjunto de determinantes estruturais e culturais que dão origem a uma diversidade de “movimentos sociais” (Eder, 1993), mas sem integrar devidamente a teoria da prática de Pierre Bourdieu, no seu propósito mais lato de compreender as relações entre as classes sociais e a acção colectiva (Crossley, 2002). Como principal resultado, Eder propôs a teoria do radicalismo da classe média, influenciada pela noção de “novos movimentos sociais”.

Problemática central, e ao mesmo tempo inconclusiva, que atravessa a teoria sociológica, é a de apurar se a acção colectiva tem lugar no desespero, privação social ou exclusão, ou se, pelo contrário, pressupõe capacidades e recursos acumulados, redes pré-estabelecidas e melhores condições de vida por parte dos actores. Historicamente, muitas foram as lutas e transformações sociais ocorridas tomando as desigualdades sociais (materiais e outras) como obstáculo social a transpor. Uma abordagem estrutural e cultural da acção colectiva poderá permitir situar as desigualdades sociais e injustiças institucionalizadas numa dada sociedade, contexto ou período social, ou seja, numa determinada relação espaço-tempo. Considera Klandermans: “society’s weakest and most marginalized people are typically not well placed to engage in what can be highly risky political actions. Lacking secure economic opportunities and savings, they cannot afford to take many risks. Facing discrimination from a more powerful majority, they may seek to remain invisible or to engage in symbolic forms of resistance as they go about their efforts to survive. These people also tend to lack the time and

political skills required to work for social change. Thus, not only are certain groups materially deprived, but they are also denied equal capacity to influence the political process that help determine how society's resources are used and distributed" (Klandermans, 2007: 14).

Na formação da acção colectiva, quando se tomam as desigualdades sociais como sua causa e efeito, torna-se necessária a mobilização de vários conceitos: não apenas os de estrutura, cultura ou classe social, mas também noções ou conceitos como os de solidariedade, identidades colectivas ou identidades culturais, entre vários outros que se adequem à escala e ao objecto de estudo que esteja em causa. Contudo, não é olvidável a supressão da noção meta-teórica de recursos, ou o conceito de capital na terminologia bourdieusiana, que poderão fornecer excelentes rumos de problematização teórica e analítica, ao serem articulados com outras variáveis sociais. Seja qual a for a natureza dos recursos, seja quais forem as condições sociais dos actores, ou o espaço-tempo histórico, a mobilização de recursos é incontornável na formação, (in)organicidade e institucionalização da acção colectiva.

As teorias da mobilização dos recursos assentaram predominantemente nos paradigmas individualistas, do processo político e da análise de redes. Como refere Crossley: "it is only relatively recently that there has been any recognition of the cultural and symbolic resources used in protest, and there has been little development with respect to the theorization of these resources. On this point, I suggest, Bourdieu's theory of practice, with its notions of 'cultural' and 'symbolic' capital, could play an important role. Bourdieu offers a cogent conceptual framework for extending the notion of resources beyond economic/technological and social capital, to include symbolic and cultural forms" (Crossley, 2003: 57).

No que diz respeito à sua teoria das classes e estrutura do capital, Bourdieu consegue oferecer-nos um modelo multidimensional para o estudo da acção colectiva. Os capitais económicos, culturais, sociais e simbólicos são factores de possibilidades de acção (também colectiva), ancorados em condições e posições objectivas, estilos de vida, identidades de classe e habitus, como propõe Bourdieu.

Outros contributos complementares a Pierre Bourdieu e em torno do binómio classe-classe em acção, são os de Bader e Benshop (Silva, 2009). Para compreender e explicar a acção colectiva nomeadamente de classe, a par de outras como as étnicas ou de género, Bader desenvolveu teoria "a partir da necessidade de analisar e avaliar os factores que influenciam ou favorecem a emergência e o desenvolvimento das identidades grupais ou colectivas. (...) Classes sociais formam conjuntos de agentes que, ocupando posições relativamente homogéneas, interesses e objectivos semelhantes, incorporando hábitos e estilos de vida e estando dependentes de condições político-organizacionais e simbólico-culturais semelhantes,

apresentam provavelmente atitudes e práticas também semelhantes. Porém, nem sempre tal ocorre ou, se se verifica, não ocorre de modo directo e mecânico, na medida em que a classe em acção não resulta automaticamente da posição objectiva de classe” (Silva, 2009:128).

A modernidade é, em larga medida, configurada pelas dinâmicas de luta, concorrência e interdependência das classes sociais (Costa, 1992). As classes sociais são estruturas e actores centrais no processo histórico que, ao longo do tempo, consolidou posições entre dominantes e dominados. Bourdieu fala de uma “cumplicidade ontológica” entre agentes e estruturas, onde dominantes e dominados reproduzem a estrutura e a sua respectiva localização no interior da mesma. “Agents ‘anticipate’ and ‘adjust’ their aspirations to likely outcomes and the ‘immanent necessity’ of situations, and that the dominated routinely contribute to their own domination. They practically anticipate the immanent necessity of their social world, by following the intuitions of a practical sense that is the product of a lasting subjection to conditions similar to the ones they are placed in’ (Parker, 2000: 47). O exercício do poder económico, político e social “naturaliza-se”. A conservação da ordem simbólica, o que surge como auto-evidente ou inconsciente nas escolhas sociais, é a condição do funcionamento da própria ordem social e económica. Perante os mecanismos sociais eficientes da institucionalização da dominação, os dominados encontram muitas dificuldades para mudar os processos sociais.

Para Bourdieu, as relações sociais são constrangidas por um sentido prático do mundo que potencia ou limita as possibilidades de acção dos agentes, ou seja, as expectativas subjectivas adequam-se às probabilidades objectivas. “The actor’s subjective knowledge and expectations can only apprehend the “objective” world in a limited fashion, up to the point at which misrecognition inhibits the formulation of “objectively” more accurate propositions concerning that world” (Crossley, 2001: 91). Tal não significa que estejamos perante determinismos sociais, mas sim de construções sociais da realidade adaptativas, pragmáticas e realistas, colectivamente produzidas e partilhadas pelos agentes sociais posicionados comunmente no espaço social e simbólico das classes. Como refere Crossley: “Bourdieu advances a strong theory of symbolic power which examines the manner in which certain ‘frames’ (not his term) are elevated and politically backed, at the expense of others. The efficacy of frames is not merely a matter of their ‘resonance’, therefore, but equally of the power and interests which invest them” (Crossley, 2002: 174).

Para Bourdieu, as lutas de classes são lutas de classificação social simbolicamente construídas e continuamente asseguradas pela acção prática dos agentes. Como refere Swartz: “Bourdieu thinks of class struggle in terms of actors pursuing, consciously and unconsciously,

social reproduction strategies that maintain or improve their positions in the stratification order. These strategies involve ways of investing various types of capital to maintain or enhance positions in fields”(Swartz, 1997: 181). Nas lutas de classificação social jogam-se a perpetuação da dominação, hierarquias sociais, interesses sociais, “visões do mundo” e reconhecimento social. Elas ditam os sentidos dos lugares sociais a preencher na ordem social, incluem, delimitam distâncias sociais, dividem ou excluem os agentes sociais no espaço social das classes e campos sociais. “What is at stake in the struggles about the meaning of the social world is power over the classificatory schemes and systems which are the basis of the representations of the groups and therefore of their mobilization and demobilization”(Swartz, 1997: 185). Bourdieu não o referiu, mas é possível considerar teoricamente que as estratégias de classificação ou de desclassificação social e consequente reclassificação, constituem tarefas dos actores colectivos e agentes envolvidos nos processos de acção colectiva das sociedades modernas, para as quais, igualmente, participam os valores e representações sociais das classes sociais.

As classes sociais, segundo Bourdieu, são conceptualizadas em termos de posições objectivas na estrutura e das representações sociais dos actores. Um dos principais objectivos no trabalho de Bourdieu é mostrar como a cultura e a classe social se correlacionam. As práticas culturais, sustenta, constituem manifestações das distinções entre as classes sociais.

As diferenças na composição do capital delimitam as fracções de classes. A classe dominante é internamente diferenciada pela distribuição do capital económico e do capital cultural. Como sustenta, a oposição entre o capital cultural e o capital económico funciona como uma das principais clivagens da estrutura do poder nas sociedades modernas, heterogeneamente repercutida no espaço social (vertical e horizontal) das classes e das fracções de classes. A inscrição da cultura numa perspectiva multidimensional e dinâmica de hierarquias de classes, respectivas configurações dos diferentes tipos de capital e correspondentes estilos de vida, esvaziam profundamente os estudos culturalistas e as teorias pós-modernas que procuraram deterministicamente reificar a cultura.

Os estilos de vida, como considera Bourdieu, constituem provavelmente as maiores barreiras entre as classes sociais. “As diferenças associadas às diferentes posições, quer dizer, os bens, as práticas e sobretudo as maneiras, funcionam, em cada sociedade, enquanto diferenças constitutivas de sistemas simbólicos como signos distintivos” (Bourdieu, 2001: 10). No espaço dos estilos de vida, está presente o capital simbólico que “pode ser qualquer propriedade (qualquer espécie de capital, físico, económico, cultural, social) que seja percebida por agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles são capazes de a

conhecer (de se aperceberem dela) e de a reconhecer, concedendo-lhe valor” (Bourdieu, 2001: 80). A homologia estrutural entre o espaço das classes sociais e o espaço dos estilos de vida, ocorre, não em termos de correspondência entre características intrínsecas de determinada classe social e particulares práticas sociais (ou consumo), mas pela construção estrutural e relacional de oposições diferenciadoras entre as várias classes sociais entre si.

Estrutura, cultura e poder constituem, então, três vectores associados na teoria de Pierre Bourdieu, que poderão potenciar novos desenvolvimentos teóricos para o estudo da acção colectiva. Bourdieu almejou revelar as estruturas sociais e culturais constitutivas do poder, postulando que as dinâmicas do poder intersectam com todas as formas de acção dos agentes. A cultura, imanente em si mesma, representa uma distinta forma de poder que se convola em capital (capital cultural), com autonomia em relação ao capital económico, convertível em poder social no seio das instituições e organizações e força -motriz da interacção social entre os actores.

No centro da teoria sociológica de Pierre Bourdieu reside a inquietação à questão de como certas formas da desigualdade social persistem sem uma tenaz resistência. “The answer, Bourdieu argues, lies in how cultural resources, practices, and institutions function to maintain unequal social relations. The relationship of culture to power stands at the center of Bourdieu’s intellectual project. Bourdieu’s analysis of how culture obscures class power and provides the tools for social distinctions represents a key contribution to contemporary sociology of culture. Indeed, Bourdieu’s reformulation of the problem of ideology and false consciousness stands as one of his central contributions to the study of class and power in modern societies” (Swartz, 1997: 285).

O incremento dos sistemas educativos e da diferenciação cultural nas sociedades modernas caminhou a par do desenvolvimento de mais subtis e elusivos mecanismos de dominação cultural. Os modos de dominação actuais cumulativamente diferem dos existentes no nascente capitalismo industrial, constituindo a economia política do poder simbólico, proposta por Bourdieu, uma poderosa ferramenta de desocultação dos processos sustentadores das desigualdades sociais contemporâneas. Bourdieu procurou sugerir alternativamente para o domínio do cultural o que Marx houvera proposto para o domínio do económico: entender as estruturas fundamentais e as dinâmicas do poder centrais das relações sociais (culturais). É nesse sentido que propõe os conceitos de reprodução social e cultural, capital cultural, habitus e violência simbólica. Com a sua teoria, “Bourdieu is able to extend and reformulate with particular insight both Weber’s idea of legitimation and the Marxian concept of ideology

when he analyses how cultural practices assume symbolic value and obscure their role in justifying social inequality” (Swartz, 1997: 289).

Em coerência com a sua teoria, Bourdieu considera que o trabalho simbólico de constituição ou de consagração que é necessário para a formação de um grupo, terá maiores probabilidades de êxito se os agentes sociais envolvidos tenderem, dada a sua proximidade no espaço das posições sociais, disposições, gostos e interesses associados a essas posições, a reconhecerem-se mutuamente e a reconhecerem-se num mesmo projecto (político ou outro). Mas, para além da aproximação entre as posições sociais, que outros elementos permitem a agregação de uma vontade social colectiva? “Struggles over standards of cultural validity and the assertion and maintenance of cultural identities, centered on commitments to values and the meaning of certain symbols, cannot be reduced to interests in the distribution of an undifferentiated power. The peculiar tenacity with which the social groups hold onto their taste, cultures and forms of life in the face of historical changes and social transformations cannot be understood via ... Bourdieu ’s utilitarian concept of action’. Collectivization is not just a matter of being positioned in a distribution of power, but of being caught up in a world of values attracting commitment. Bourdieu regards the possibility of a ‘committed subject’ as illusory” (Parker, 2000: 51). Como igualmente aponta Crossley (2001), parece haver uma contradição teórica de fundo no trabalho de Pierre Bourdieu: entre uma perspectiva da acção objectivamente construída sobre o habitus, e a assumpção do actor como perseguindo interesses sociais estratégicos mas incapaz de transcender os objectivos estruturados dos campos, ainda que a teoria de Bourdieu se distancie dos paradigmas individualistas racionais sobretudo mais convencionalistas da sociologia norte-americana.

A compreensão da acção colectiva poderá ter muito a ganhar examinando o entrelaçamento entre as dimensões culturais e as dimensões estruturais do social. Cultura e relações sociais são dimensões ubíquas da realidade social, profundamente entrelaçadas entre si, tais como os sistemas de posições sociais e as dinâmicas identitárias, cabendo à sociologia analisar as suas influências recíprocas de carácter complexo e dinâmico (Costa, 1999, 1992). Os actores sociais incorporam nos seus quadros de valores e representações as condições estruturais em que vivem, ou seja, é estreita a relação entre tais quadros de valores e representações com as condições sociais e históricas em que profusamente os mesmos são produzidos. As relações entre a estrutura e a cultura só podem ser convenientemente problematizadas contemplando ainda as variáveis de natureza biográfica resultantes das trajectórias colectivas e individuais dos actores. Tais trajectórias são, elas próprias, um factor

de estruturação social, justamente visível no plano das representações e valores que os actores transportam consigo (Machado e outros, 1989).

Mas as configurações culturais não são homogêneas, urgindo desmitificar o mito da integração cultural (Costa, 1999), e abandonar a suposição de que a ordem cultural seria essencialmente uniforme, ou que a acção social se desenvolve num quadro valorativo coerente e partilhado, em geral, por todos os actores. Os valores e representações sociais são diferenciados e diferenciam as práticas sociais. É sob um quadro estrutural e cultural multidimensional societário que devem ser entendidas as dinâmicas da acção colectiva, os posicionamentos dos actores individuais perante as possibilidades de adesão à acção colectiva, tal como a intervenção dos actores colectivos nos quadros institucionais e estruturais das sociedades.

Nas relações entre estrutura, cultura e acção colectiva assumem importância conceptual as identidades colectivas, que integrando condições estruturais (e de classe), sistemas simbólicos, ideologias e quadros cognitivos de valores e de representações sociais, sedimentam as identidades culturais, a agência colectiva e o “habitus” dos actores. As identidades colectivas são factores decisivos na mediação entre as estruturas do poder e a acção colectiva. Como refere Klandermans: “Collective identities” are far from automatic, because the “interlocking systems of domination” embedded in broader political and economic structures affect possibilities for social groups to articulate and mobilize around social movement identities” (Klandermans,2007:13).

Williams (2004) é um dos autores que reflectiu sobre os contextos culturais da acção colectiva e inerentes constrangimentos sociais, oportunidades e dimensões simbólicas dos movimentos sociais. Williams procura salientar a influência da cultura sobre a formação dos movimentos sociais e da acção colectiva. Propõe um descentramento dos movimentos sociais em si como nível de análise, reinante na sociologia dos movimentos sociais, para, ao invés, se incidir a atenção para a variabilidade do ambiente cultural e dos contextos institucionais (e respectivos recursos sociais, culturais e simbólicos produzidos), que acabam por constranger/possibilitar as actividades dos movimentos sociais, existindo estes enquanto espaços de sistemas de sentido e de inovação simbólica. Como salienta: “locating culture only “within” – within individuals or within social movement groups – misses the extent to which it is the *public enactment of culture* that is at stake with many social movement challenges” (Williams, 2004: 100).

Como refere Scott, “Culture provides the symbolic resources on which people draw to interpret their worlds and build strategies of action. Problems are not simply given and do not

impel people, inexorably and inevitably, towards collective action in pursuit of their solution. Experiences are shaped by the cultural contexts in which they occur, and the subjectively recognized interests that motivates them are the products of processes of cultural construction” (Scott,2001:120).

Sob o quadro geral do interaccionismo simbólico, um conjunto de autores, entre eles Gusfield, Eyerman e Jamison, defendem que o sucesso do estabelecimento de formas colectivas de acção, dependerá da construção de identidades colectivas partilhadas e indutoras de solidariedade, que, simultaneamente, se vinculam à identidade do “self”. Gamson considera que para ocorrer uma acção motivacional (colectiva) deverão existir três elementos: “injustiça”, “agência” e “identidade” (Williams, 2004).

Ao nível das culturas de classes, estas tematizam determinados “ethos”, status, morais sociais, esquemas de classificação social e representações cognitivas das desigualdades sociais. Ridgeway considera, tal como Weber o observara, que o status constitui uma dimensão fundamental das desigualdades sociais nas sociedades modernas. Como refere: “status involves evaluative relations between social groups, such as occupations, ethnic groups, or genders. It also involves hierarchies of esteem and influence among actors” (Ridgeway, 2001: 323). Constrangidos pelas condições estruturais e pelos processos de socialização, o status contribui para a construção de histórias de vida e seus cursos de acção, mais ou menos distantes de disposições (ou habitus) potencialmente propensas a acções colectivas.

Mas entender as relações entre estrutura, cultura e acção colectiva implica, igualmente, rejeitar uma visão funcionalista dos valores, como a que propõe Parsons, que “abstratiza” e “unidirecciona” dos sistemas sociais para os actores o conceito de valores. Como propõe Mouzelis: “We are not encouraged to ask actor-related questions such as who contributed most to the construction of the core values, or whose interests they primarily serve; how precisely actors handle their role in actual contexts of social interaction; or in what ways actors mobilize their dispositions in the complex games in which they are involved. In the absence of such questions, core values become essences floating in the air, so to speak. All we need to do to avoid viewing values as disembodied entities is to combine system with social integration: to show how incompatibilities/compatibilities between institutional subsystems (for instance) are linked to co-operation/conflict between actors” (Mouzelis, 2008: 239).

Os valores são a expressão de sistemas (estruturais e culturais-simbólicos) organizados e duradouros de preferências, que, enquanto sistemas abertos, imprecisos de contornos e

internamente complexos (Almeida, 1990:2), e activados no decurso da interacção social, funcionam como guias de acção, justificam comportamentos e legitimam identidades.

As representações sociais “são saberes socialmente engendrados e partilhados com funcionalidades práticas diversas na interpretação e no controlo da realidade. Elas constituem referências explicativas, comunicacionais e operatórias. Elas nomeiam e classificam, produzem imagens que condensam significados, atribuem sentido, ajudam, nas suas diversidades estruturadas, a reproduzir identidades sociais e culturais” (Almeida, 1990: 124).

Conceptualização, da mesma forma útil para o estudo da acção colectiva, é a que sugerem Peter Berger e Thomas Luckmann, referindo-se à *construção social da realidade*: “a sociedade é, simultaneamente, realidade social objectiva e realidade social subjectiva – produto da institucionalização das acções e interpretações levadas a cabo pelos indivíduos, por um lado, e resultado da interiorização pelos actores sociais dos padrões culturais e institucionais em que se inserem, por outro. À medida que os seres humanos, a partir do universo cultural e institucional preexistente, vão construindo, no decurso dos processos sociais, a maneira como vêem a sociedade (o conhecimento que têm dela), vão igualmente construindo – ou reconstruindo – as relações sociais que estabelecem entre si” (Costa, 1992: 52).

Como é possível assumir, a utilização da teoria de Pierre Bourdieu com vista a uma compreensão das condições estruturais e culturais formativas da acção colectiva encerra em si enormes potencialidades de desenvolvimento. A partir da sua teoria, mas não apenas, será igualmente crível problematizar sobre as relações entre as estruturas (de classes) e os campos sociais das sociedades, a mobilização de acção colectiva no interior dos campos e os seus respectivos ciclos de protesto e mudança, sobre a pluralidade do habitus e as suas implicações na adesão à acção colectiva (o “habitus” activista). Propõe-se, discutindo os conceitos centrais da teoria da prática de Pierre Bourdieu, uma articulação teórica entre os níveis estruturais, posicionais e disposicionais das relações sociais (Mouzelis, 2008), incisivamente no que diz respeito ao problema da acção colectiva (Figura 1.1).

Bourdieu define campos sociais como o terreno onde se concretizam as relações objectivas entre as diferentes posições sociais dos agentes, onde a estrutura das diferentes espécies de capital configura as relações de dominação / subjugação social, onde as relações de poder hierárquicas definem os interesses sociais prevalentes, onde são legitimadas as desigualdades sociais de classe, e se constrói a acção enquanto produto das disposições de classes, ou o mesmo é dizer o habitus, que se intersecta com as dinâmicas próprias e estruturas dos campos sociais.

As estruturas de classes e as respectivas práticas sociais dos agentes são intermediadas na autonomia relativa dos campos, que, possuindo propriedades isomórficas intrínsecas, não deixam por isso de serem condicionados pelas estruturas sociais, mediante a transposição do “habitus” pelos diferentes campos sociais da sociedade. Como refere Swartz: “Bourdieu’s field analytic perspective, then, is intimately connected to his conception of class legitimation. The idea of field autonomy, mediation, and homology ties in with his theory of symbolic power and violence. It builds on the idea that legitimation of social class inequality is not the product of conscious intention but stems from a structural correspondence between different fields. Class distinctions become translated into euphemized forms specific to other fields. Actors unwittingly reproduce or change those class distinctions simply by pursuing their own strategies within the sets of constraints and opportunities available to them. When cultural producers pursue their own specific interests in fields, they unwittingly produce homologous effects in the social class structure” (Swartz, 1997: 134).

Para Bourdieu, os campos sociais encontram-se inter-relacionados por padrões estruturais de classe mais amplos. Logo, em todos os campos sociais das sociedades configuram-se propriedades comuns, que, a priori, estatuem a existência de posições de dominação e de subordinação, de estratégias de exclusão e de usurpação e mecanismos sociais de reprodução e mudança. As relações entre os campos, tais como as oposições no seu interior, resultam de factores estruturais, contudo, tais regularidades assumem específicas e irreduzíveis formas em cada campo social, que, ao configurarem as dinâmicas sociais autónomas dos campos, constroem articuladamente quais são a natureza e as características dos recursos, quais os interesses sociais em competição, e quais as relações sociais concretas que contribuem para o funcionamento do campo.

Nos diferentes campos sociais verifica-se uma homologia de posições entre os indivíduos e os grupos sociais em disputa, ou seja, “observa-se uma extraordinária correspondência entre a hierarquia das posições e a hierarquia das origens sociais, e, portanto, das disposições associadas” (Bourdieu, 1997: 50). Implica então que as posições de dominação ou de subordinação existentes num campo são transponíveis para os outros campos do social. Para Bourdieu, tal homologia é ainda extensível na interacção social, já que esta é condicionada pelas dinâmicas no interior dos campos e respectivas localizações das posições sociais. Tais posições sociais definem o espaço dos possíveis para cada uma das classes nos campos sociais. Os efeitos estruturais das classes intersectam com as hierarquias dos campos, interacções sociais e conflitos onde os agentes se prostram.

Com o conceito de campos sociais, Bourdieu procura situar as lutas e interesses que atravessam os grupos sociais, as organizações e as instituições das sociedades modernas. “Field struggle pits those in dominant positions against those in subordinate positions. The struggle for position in fields opposes those who are able to exercise some degree of monopoly power over the definition and distribution of capital and others who attempt to usurp the advantages”(Swartz, 1997: 124).

Para Bourdieu, existem tantos campos sociais quantas são as diferentes formas que a estrutura do capital poderá assumir. O espaço das posições nos campos é construído de acordo com a distribuição dos diferentes tipos de capital económico, cultural, social e simbólico, estes distintivos de posições nos campos, alicerces das relações sociais de poder e dos objectos das lutas e interesses sociais em disputa. “Bourdieu’s field analytic approach to the study of the social world consists of identifying the various forms of capital takes in specific arenas of struggle. His is a structuralist analysis that search for transformations of this deep structure of all social and political conflict”(Swartz, 1997: 140).

A relação habitus/campos constitui um tema igualmente relevante na teoria de Pierre Bourdieu. É graças ao habitus que os agentes dispõem de disposições similares nos vários campos da sociedade. O habitus, quer ao nível das estruturas quer ao nível das práticas dos agentes individuais, constrói o princípio unificador de homologia entre os campos sociais. Se o habitus é o produto da pertença social de classe, ele estrutura-se igualmente em relação às dinâmicas específicas de cada campo. Ou seja, as condições sociais de existência e os processos de socialização “conjugam-se”, numa obra e história de vida, com os interesses sociais específicos de cada campo, daí resultando determinadas trajectórias sociais individuais e colectivas. “Bourdieu warns that practices cannot be “deduced either from the present conditions which may seem to have provoked them or from the past conditions which have produced the habitus ...but from their interrelationship. Practices are not to be reduced to either habitus or field but grow out of the “interrelationship” established at each point in time by the sets of relations represented by both” (Swartz, 1997: 142).

Os campos, na teoria de Bourdieu, tendem para a manutenção das relações sociais de dominação entre as classes. A reprodução do consentimento representa a forma habitual resultante dos interesses sociais em disputa, assente nas assumpções pré-reflexivas do campo, na aceitação tácita ou implícita das suas regras sociais, nos processos de *illusio* gerados, ou evidências sociais produzidas pelas inter-relações entre os habitus presentes no interior dos campos. Como refere Swartz: “One important consequence of the competitive logic of fields and their doxa is that they help create the conditions for the “misrecognition” of power

relations and thereby contribute to the maintenance of the social order. Actors misrecognize the arbitrary character of their social worlds when they take for granted the definition of rewards and of ways of obtaining them as given by fields. An unintentional consequence of engaging in field competition is that actors, though they may contest the legitimacy of rewards given by fields, nonetheless reproduce the structure of fields”(Swartz, 1997: 126).

Mas as relações entre os campos e os habitus não geram necessariamente apenas reprodução social. As características autónomas dos campos e os seus impactos sobre as próprias classes, a densidade das relações intra e inter-classistas, a multiplicidade e combinatória das formas de capital (apesar da sua distribuição desigual), constituem factores complexos mas dinâmicos de inovação social, e que acabam por tornar urgente a expansão, na teoria de Pierre Bourdieu, dos conceitos de interesse e estratégia. Como refere Bonnewitz: «La relation entre l’habitus et le champ est d’abord une relation de conditionnement: le champ structure l’habitus qui est le produit de l’incorporation de la nécessité immanente de ce champ ou d’un ensemble de champs plus ou moins concordants. Mais c’est aussi une relation de connaissance ou de construction cognitive: l’habitus contribue à constituer le champ comme monde signifiant, doué de sens et de valeur, dans lequel il vaut la peine d’investir son énergie. La réalité sociale existe pour ainsi dire deux fois, dans les choses et dans les cerveaux, dans les champs et les habitus, à l’extérieur et à l’intérieur des agents» (Bonnewitz, 2002: 70).

Bourdieu sugere que nos campos jogam-se diferentes estratégias de conservação, sucessão ou subversão, consoante a posição social e respectivas disposições detidas no espaço social e estrutural das classes. Mas a sua teorização sobre os campos é omissa em relação à acção colectiva, desta forma encobrindo os seus efeitos duradouros (institucionais) e conjunturais (estratégicos), decisivos na própria construção dos campos. De certa forma, Crossley (2003, 2002) procura colmatar a lacuna e, a partir da teoria de Bourdieu, postula que a acção colectiva, enquanto conjunto de práticas sociais, é o resultado combinado dos efeitos dos campos, da estrutura do capital e do habitus. Na sua perspectiva, os campos pressupõem conflitos latentes e manifestos, aglutinando os interesses e os objectivos que adquiriram valor social e simbólico pelos respectivos agentes e grupos sociais participantes. As expectativas e oportunidades proporcionadas ao longo das “situações sociais” dos campos ancoram nos recursos possuídos pelos agentes. Como refere: “social agents ‘play the game’, which entails both that they act strategically and innovatively, with improvisation, but also that they tend to stick within the parameters of the game. One’s opportunities in a particular field and one’s ability to play well within it will be dependent upon one’s feel for that game and the resources available to one”(Crossley, 2002: 181).

Os campos não são sistemas fechados, mas abertos à diferenciação social, complexidade e mudança, a partir das interdependências, alianças e competição construídas entre os diferentes indivíduos, estratos, grupos sociais e actores colectivos. “Fields denote arenas of production, circulation, and appropriation of goods, services, knowledge, or status, and the competitive positions held by actors in their struggle to accumulate and monopolize these different kinds of capital” (Swartz, 1997: 117).

Nos campos são mobilizados reportórios de acção colectiva, na acepção proposta por Tilly, enquanto recursos disponíveis para os conflitos existentes nos campos, recursos adaptáveis às características e dinâmicas necessárias ao domínio do campo. Como refere Crossley: “and all parties ‘know’, in the pre-reflective and habitual sense of know-how, how to play that game strategically (...). Through the concept of the habitus, however, we are able to ask and raise research questions that Tilly’s conception does not extend to. In particular, through the notion of a habitus built up through a combination of biographical trajectory and class belongingness, we are able to begin to make sense of the patterns of repertoire appropriation. Repertoire choice, we may hypothesize, is a function of a player’s feel for the protest game, which is, in turn, a product of their specific biographical trajectory” (Crossley, 2002: 177).

Tal como é possível observar ciclos de protesto e mudança, no interior de um campo ou atravessando os diferentes campos sociais, pela formação e actuação de “habitus activistas” (Crossley, 2003 e 1999). Afirma Crossley: “Movement activism fluctuates between quiet periods, where movements are small, few in number and relatively inactive, and then busy periods where they grow in size and number, becoming very active. Diverse struggles may cluster because they are generated by a common ‘resistance habitus’ whose underlying ‘grammar’ may be transposed in to different fields. The struggles in any cluster are different because they emerge in specific fields as a response to grievances which may be particular to that field, in accordance with field-specific constraints and dynamics. There is a cluster, however, and a ‘family resemblance’ between struggles in that cluster, because there is a common habitus at work” (Crossley, 1999: 657).

A pluralidade do habitus (Costa, 2007) constitui um factor indispensável nos processos formativos de acção colectiva. No quadro da relação entre a estrutura e a acção, o habitus constitui a articulação e a mediação fundamental entre as disposições sociais do indivíduo e os sistemas sociais que compõem as estruturas da acção colectiva (Scott, 2001), ou seja, o conjunto das organizações e instituições presentes num determinado campo social. É a partir do habitus, enquanto sistema de disposições aberto à diversidade das orientações da acção

(Costa, 1999), que o agente reflexivo (Crossley, 2003) se posiciona perante os grupos sociais e os actores colectivos do campo. Como refere Mouzelis: “It is precisely this inventive flexibility that allows the habitus carrier, when s/he enters a specific field, to cope with the varied requirements that ‘positions’ entail” (Mouzelis, 2008: 132).

Nick Crossley refere-se a “habitus activistas” para demonstrar a influência, não apenas dos constrangimentos estruturais, da posição social e das socializações primárias na adesão à acção colectiva, mas procurando igualmente explicar, os efeitos socializadores que a própria acção colectiva poderá ter sobre os agentes, como ela poderá incrustar-se nos padrões culturais e modos de vida dos agentes, exercendo assim influência sobre os seus esquemas de apreciação, representação e de acção sobre o mundo social.

O “habitus activista” representa uma história objectiva incorporada nas formas de acção colectiva. O “habitus activista” internaliza-se nos agentes individuais e objectiva-se estruturalmente, perante os jogos sociais da interacção social e constrangimentos/possibilidades dos diferentes tipos de capitais presentes, com impactos sobre a acção colectiva (prestativa, organizada ou institucional) de grupos de status, movimentos sociais, países ou processos históricos. Como refere Crossley: “The formation of a radical habitus is closely bound up with an individual’s biography but their biography is, in turn, intertwined with and affected by their social-structural location, as well as broader historical trends and events” (Crossley, 2003: 51).

O “habitus activista”, idiossincrático em cada biografia pessoal, manifesta as características dos seus grupos de referência e pertença. “Since the history of the individual is never anything other than a certain specification of the collective history of his class or group, each individual system of dispositions may be seen as a structural variant of all other group or class habitus, expressing the difference between the trajectories and positions inside or outside the class” (Crossley, 2001: 85).

Uma teoria da acção colectiva, defende Crossley, poderá ter muito a ganhar a partir do conceito de habitus e correspondente teoria da prática de Pierre Bourdieu. Como refere: “Bourdieu’s conception of the habitus encourages us to view social movements and political activities as the collective work of skilled and active agents. Boudieu’s agents act strategically and skillfully. They ‘build’ movements and ‘do’ protests, with all that this implies in terms of purposive action and a requisite skill-base. His agents are not minimal ‘calculating machines’. They are social beings endowed with forms of know-how and competence, schemas of perception, discourse and action, derived from their involvement in the social world. They are

beings with personal histories, which affect them and which are woven into broader collective histories which affect them too”(Crossley, 2002: 176).

1.2. Desigualdades e actores colectivos

Posições estruturais, acção colectiva e instituições

Se no ponto anterior, a um nível meta-teórico, se procurou compreender as relações da estrutura para a acção (colectiva), fará igualmente sentido explicar as relações que vão desde a acção colectiva (na esfera individual) até à estrutura (e respectiva reprodução ou mudança social). No ponto anterior, a acção colectiva foi sobretudo conceptualizada a partir dos níveis estruturais, posicionais e disposicionais das relações sociais. Ancorando sobretudo no pensamento teórico de Nicos Mouzelis, a acção colectiva poderá ser também articuladamente problematizada a partir dos níveis disposicionais, interaccionais e institucionais constituintes das relações sociais nas sociedades modernas (Figura 1.1).

Na verdade, se as respostas mais específicas de Bourdieu em relação ao problema da acção colectiva são bastante limitativas, o mesmo já não se poderá dizer quanto a uma utilização integrada da sua teoria da prática, nomeadamente os conceitos de espaço social, classe social, campos sociais, capitais e habitus, fundamentais para compreender as envolventes estruturais da acção colectiva nas sociedades modernas, como o demonstra Crossley. Mas a teoria de Mouzelis constitui um indispensável complemento à construção de uma teoria das relações entre desigualdades, classes sociais e acção colectiva, já que no seu esforço de procurar suplantar algumas das insuficiências basilares da teoria da prática de Bourdieu, com enormes resultados para a teoria sociológica (Mouzelis, 2008), o problema da acção colectiva constitui uma das pedras angulares da sua teorização. Na sua teoria das hierarquias sociais, a acção colectiva ocupa uma importância uterina e imanente nas relações entre a estrutura e a acção, nos processos de interacção social, e nas estratégias e jogos sociais dos agentes e actores colectivos nos contextos institucionais da modernidade; uma teoria com condições heurísticas na construção de uma análise holística da acção colectiva.

No debate crítico à teoria da prática, Mouzelis desenvolve teoria adjacente em relação ao problema da acção colectiva, concretamente no que diz respeito ao conceito de “habitus” e às suas limitações em contemplar os processos autónomos da interacção social, e quanto ao grau de abertura nos campos para a ocorrência de jogos sociais integrando dinâmicas de acção colectiva.

Mouzelis propõe uma reestruturação da teoria de Bourdieu no que diz respeito às relações entre estruturas, disposições e práticas. Para além dos factores posicionais e disposicionais enformadores das práticas sociais, torna-se necessário considerar igualmente os factores interaccionais que se jogam nos campos sociais. No seu entender, a interacção social constitui um espaço autónomo central das relações sociais entre estrutura e acção, atravessada por hierarquias sociais, quer a montante quer a jusante nas suas causas e impactos sociais, mas com indeterminação social suficiente para que as relações entre os agentes não reproduzam apenas as regras, os papéis e as posições sociais das estruturas, mas seja igualmente possível a abertura à mudança, este último atributo muito deficitário na teoria de Bourdieu.

Mouzelis e outros autores salientam a necessidade de atribuir uma maior importância à interacção social do que faz Bourdieu. Como refere Costa, “Bourdieu acaba por rejeitar a dimensão explicativa das relações e contextos de interacção. Não lhes concede estatuto teórico nem operatividade analítica próprios, isto é, não lhes atribui nenhuma autonomia interpretativa e explicativa em relação às dimensões do espaço social, dos campos, das trajectórias e das disposições” (Costa, 2007: 23). No entender de Mouzelis, tal subalternização da interacção social na teoria de Bourdieu acontece graças ao seu conceito de “habitus”, que ao procurar integrá-la acaba sobretudo por a ocultar, uma vez que as manifestações sociais do habitus se encontram bastante confinadas a uma quase-automática e inconsciente pré-disposição estrutural. Como refere: “Bourdieu has argued that his habitus concept, given its ‘dual’ character, covers both the dispositional and the interactive dimension, and that the flexible, practical, ‘polythetic’ nature of the habitus can adequately explain the specific practices of actors. However, in so far as these practices entail rational calculations and the construction of tactical plans in the light of ongoing interactive-situational developments, the habitus – as quasi-automatic, quasi-unconscious mechanism – cannot cover both rational decision-making and automatic, not-consciously-made orientations to action” (Mouzelis, 2008: 121).

Em alternativa, Mouzelis sugere um “habitus” menos constrangido pelas estruturas e pela posição social e mais agencial e estratégico numa ordem da interacção social hierárquica, contingente, mas situacional e reflexiva. Como refere, “a better strategy for establishing the specificity of the interaction order as a fundamental dimension of all encounters is to point out that neither social roles and positions nor dispositions can explain fully the games actors play among themselves. Social positions or roles and dispositions only provide the interpretative resources that actors use or refrain from using in social games. They never can provide full

solutions to the emerging situational problems inherent in all types of encounter” (Mouzelis, 1992:126).

No entender de Mouzelis, o habitus só dará conta das práticas sociais dos agentes se ele for o resultado combinado das estruturas posicionais, institucionais e interactivas presentes nos contextos sociais. São as estruturas interactivas (ou a ordem da interacção social) que fornecem aos indivíduos as capacidades estratégicas (valorativas, racionais e/ou reflexivas) formativas das práticas de reprodução ou de transformação das estruturas sociais (Mouzelis, 2008: 139).

Entender as práticas sociais implica ter em conta os elementos situacionais e os seus efeitos não deriváveis exclusivamente nem da posição social nem das disposições sociais dos actores, numa ordem social que se alcança pelos próprios processos da interacção social (Mouzelis, 1992:127). As situações (ou jogos sociais) não são um terreno neutro onde os agentes aplicam os meios para atingir determinados fins pré-estabelecidos, mas sim contextos sociais estratégicos geradores de intencionalidades singulares e colectivas múltiplas, entre elas a acção colectiva (Mouzelis, 2008: 88).

A ordem da interacção integra as capacidades organizacionais (formais ou informais) dos actores colectivos ao longo das situações sociais. ““Situations” can be both micro and macro, and in that sense the interaction order, as a dimension of all social encounters, also can be both micro and macro” (Mouzelis, 1992:124). Torna-se assim imperativo considerar a ordem da interacção como nível social específico e analisar, “com a maior elaboração teórica possível, os seus parâmetros próprios, nomeadamente as suas regras e os seus mecanismos, assim como as suas (meso/micro) estruturas espaciais e temporais” (Costa, 2007: 23).

Os agentes na interacção social, individual ou colectivamente, usando as possibilidades das suas posições, lutam para manter ou aumentar o seu poder relativo nos jogos sociais (cooperativos ou competitivos), que necessariamente envolvem relações entre factores posicionais/disposicionais e situacionais/interaccionais que fazem com que a relação entre acção e estrutura possa ser aberta, ambivalente e geradora de autonomia.

A interacção social comporta uma ordem material, institucional, cultural e simbólica regulativa dos jogos sociais gerados nos campos e estrategicamente incorporada/apropriada pelos agentes e actores colectivos presentes nos processos de integração, negociação e conflito.

Mediante o “habitus” os agentes individuais percebem cognitivamente os jogos sociais e através dele inter-actuam estrategicamente ao longo dos diversos campos sociais da sociedade.

Em Mouzelis, o esquema bourdieusiano estruturas–disposições–práticas assume um carácter mais complexo. Numa fase inicial, o agente, fruto das variadas socializações, internaliza as estruturas sociais e adquire um conjunto de disposições sociais. Numa segunda fase, o agente encontra-se situado num campo específico, no qual o seu “habitus” se confronta com as posições sociais inter-relacionadas e constitutivas dos respectivos campos, ou seja, as suas estruturas institucionais; no interior dos campos, o “habitus” toma em conta as suas estruturas interaccionais (ou figuracionais) e os respectivos jogos sociais (re)produzidos. As práticas sociais são o resultado da articulação das disposições adquiridas pela internalização das estruturas sociais independentes dos campos (as posições sociais estruturais) e da combinação das estruturas institucionais e interaccionais gerada nos específicos campos sociais onde o agente actua. Como refere: “in order to understand a certain type of social practice one must take into account the positions of the relevant field as well as the dispositions that actors carry with them and bring to the power games played in that field. Players involved in a field’s social game, singly or collectively, produce practices or game outcomes by mobilizing their dispositions in the light of constraints/ enablements generated by a field’s institutional and figurational structures” (Mouzelis, 2008: 141).

As instituições distribuem a priori as posições sociais e a sua estruturação sistémica na realidade social, mas é na interacção social que as posições sociais são efectivadas. Tal significa que as posições sociais nas hierarquias institucionais não determinam automaticamente determinadas condutas ou práticas sociais. “Mouzelis resists the reproductive bias of Bourdieu’s approach (which elides position and disposition) by insisting on the irreducibility of the ‘interactional-situational’ dimension of games. The actual course of struggles or games has a relative autonomy such that results may be at odds with what might be expected, knowing the initial distribution of power and dispositions among the competitors” (Parker, 2000: 93).

No entender de Mouzelis, o quadro teórico de Bourdieu torna-se incapaz de explicar a constituição e transformação dos processos de distribuição social. Os campos para Bourdieu são estáticos e imutáveis e o poder parece reproduzir-se indefinidamente, são campos sem espaço para os jogos interactivos que determinam o resultado histórico das lutas pelo controlo dos bens económicos, políticos e culturais das sociedades, nas quais macro-actores e actores colectivos se tornam decisivos no desenrolar dos processos de mudança.

São actores individuais e colectivos, actuando num determinado espaço-tempo - e não estruturas, regras, papéis ou instituições -, que activam nos jogos sociais, inscritos na interacção social dos campos, as posições sociais e a ordem/conflito pela distribuição dos seus

capitais. “The specificity of the interaction order consists of the fact that norms and rules-whether they impinge on actors’ games via social roles and positions or via dispositions-never can eliminate a space of interactive indeterminacy or uncertainty. They never can eliminate completely a social space of “openness” and achieve “total closure” by recourse to predefined roles and already shaped dispositions. That is, they can never dispense with the necessity for actors to “think on their feet”, to devise strategies and counterstrategies that are shaped partly by the logic of social positions and dispositions, and partly by the logic of the interaction situation itself” (Mouzelis, 1992:127).

As estruturas são o produto da interacção social e não da acção e adquirem uma externalidade para os actores sob a forma de um espaço social hierarquizado. As estruturas não se relacionam com os actores, mas com as posições sociais hierárquicas que os actores incorporam ao longo da interacção social em específicos contextos de espaço-tempo. As estruturas, como conjunto de elementos inter-relacionados, constituem-se enquanto ambientes externos e internos de acção definindo limites e criando oportunidades para os actores situados nos jogos sociais.

Sob a forma de constrangimentos ou de oportunidades sociais, a externalidade estrutural é cultural-simbólica, institucional e figuracional (Mouzelis, 2008: 85). Como refere: “If institutional structures entail relations between norms/roles/institutions, and figurational structures relations between concrete actors, cultural or symbolic structures refer to linkages between symbols – between values, beliefs, scientific ideas, ideologies, etc” (Mouzelis, 2008: 229). As formas que as estruturas assumem são analiticamente distintas e poderão variar independentemente das restantes. A internalidade estrutural manifesta-se nas disposições dos actores, em concretas práticas sociais e culturais.

Se na verdade as estruturas não constituem essências e são material e simbolicamente construídas, Mouzelis separa a causalidade estrutural da causalidade (ou poderes causais) dos agentes. “Structural causality refers to enablements and constraints that actors face in specific social contexts, whereas actors’ causality entails decision-making, agentic powers”(Mouzelis, 2008: 274).

Como considera Mouzelis, a dualidade da estrutura proposta por Giddens não permite lidar com o problema fundamental dos constrangimentos/oportunidades estruturais da agência, uma vez que as estruturas conferem variados graus de poder aos agentes. “Mouzelis provides tools for analyzing social games played by hierchized actors, micro, meso and macro, whose outcomes are the result of the interaction of positional, dispositional and interactional/situational factors. The dualism of structure and agency allows for the variability

of agentic powers and structural constraint typical of hierarchies. The notion of the hierarchisation of social systems implies that subordinate systems...portray varying degrees of autonomy. All levels have their specific emergent properties which confer on actors at least some powers of agency” (Parker,2000:92).

Mouzelis distingue entre “dualidade” e “dualismo” na relação entre a agência e a estrutura: “All actors orient themselves to rules both in terms of duality (in a taken-for-granted manner) and in terms of dualism (taking distance). But the articulation of the two modes of orientation to rules varies according to the hierarchical position of the actors concerned. In hierarchically super-ordinate positions the emphasis is on subject-object dualism; in subordinate positions the emphasis is on duality. In both cases, however, actual subjects may or may not follow what their roles and positions require” (Mouzelis, 2008: 260).

É pela interacção social que se articulam a causalidade estrutural e a causalidade da agência. A causalidade estrutural delimita os constrangimentos e oportunidades sociais, conferindo à causalidade da agência determinados poderes aos actores individuais e colectivos. O que une as duas ordens da causalidade, transformando-as num processo unitário, são os contínuos fluxos da interacção social, em forma de situações ou jogos sociais, dos quais resultam decisões sociais, resultados práticos e cursos de acção. Como refere Mouzelis: “The lynchpin between structures and actors is interaction: the self-other interactions which simultaneously take place in a specific context. Self and other use their agentic powers in order to take into account limitations (with varying degrees of accuracy), and activate the enablements inherent in their internal and external environments of action” (Mouzelis, 2008: 233). Os poderes causais das estruturas referem-se aos constrangimentos sociais e culturais e à sua internalização nas disposições sociais. Os poderes causais da agência surgem nas formas de tipificação, invenção, estratégia, discernimento, deliberação e dedicação.

Como resultado, os actores contribuem diferenciadamente para a reprodução ou mudança das ordens sociais. A sua participação nos jogos sociais é assimétrica, dada a desigual distribuição dos poderes causais sobre a sua acção individual e colectiva. Como refere Parker: “So it is relations of super- and subordination which determine the degrees of agency and constraint attaching to the various levels at which actors operate – micro, meso and macro. This is a non-reified conceptualizing of structural constraint since it flows from being positioned in relations with other actors whose powers are different from one’s own. What constrains, socially speaking, is relations with the other, hierarchically positioned, actors with whom one interacts” (Parker, 2000: 92).

Em virtude das desigualdades de poder dos actores envolvidos nos jogos sociais da interacção social, verifica-se uma desigual capacidade de construção social da realidade, seja através da acção individual ou da acção colectiva. Os agentes e os actores colectivos colocados no topo das hierarquias sociais (ou sistemas de estratificação social) contribuem mais para os processos de tomada de decisão do que aqueles que ocupam posições sociais subalternas.

Mouzelis procura abjurar/suplantar algumas das considerações teóricas de Archer no que diz respeito à relação entre estrutura e acção. No entender de Mouzelis, Archer procura evitar três tipos de reducionismo: a reificação das estruturas, a redução das estruturas à interacção e a dualidade entre a agência e a estrutura (como propõe Giddens). Tal como Mouzelis, Archer distingue entre as propriedades emergentes das estruturas sociais e os poderes causais dos actores, ou seja, as estruturas são autónomas dos agentes. Mas no entender de Mouzelis, Archer falha quando postula que a externalidade das estruturas se deve apenas ao tempo histórico, olvidando a hierarquização do espaço social, da mesma forma que se verifica uma desvalorização da interacção social e uma sobrevalorização da intra-acção, ou seja, as conversações internas dos actores (Mouzelis, 2008: 201).

Mouzelis e Archer confluem na ideia que as situações sociais, construídas a partir de constrangimentos/oportunidades estruturais e culturais, constituem uma realidade objectiva, e enquanto tal distinta das condutas sociais dos actores. Mas Archer confere às identidades dos actores a variação possível perante as mesmas realidades objectivas socioculturais, ao contrário de Mouzelis que salienta que a internalização das estruturas é principalmente mediada pela interacção social.

Como considera Mouzelis, postular a estrutura sem a existência de hierarquias sociais, conduz a um quadro teórico deficitário. Como refere: “The neglect of interactions between hierarchically placed agents, i.e. the neglect of the fact that social outcomes result from the strategies of interacting actors who often possess different amounts of economic, political, social or symbolic capital, leads either to reductionism or to the partial hypostasization of structures. If social constructionists, as Archer has pointed out, tend to reduce structures to the discursive practices of interacting agents, social realists, by neglecting the hierarchical dimension of social life, ascribe to social structures a fixity which they do not possess” (Mouzelis, 2008: 213). Ou seja, as estruturas serão autónomas mas não reificadas em relação aos actores. E prossegue: “The enablements and constraints that structures generate vary according to the actors’ power position. Structures whose main features are unchanging from

the point of view of actors with small amounts of capital can be more manipulable from the point of view of more powerful actors involved in the same game” (Mouzelis, 2008: 227).

Defende Mouzelis que postular os efeitos das hierarquias sociais e a contribuição desigual dos actores na construção das realidades sociais, permite transpor obstáculos teóricos que erroneamente associam o domínio do micro-social às interações face-a-face, como acontece com as teorias interpretativas e o interaccionismo simbólico, ou quando se confina o macro-social às estruturas institucionais ou à agregação dos encontros sociais, como acontece com as teorias estruturalistas ou da acção racional. Ao ser conferida centralidade à acção colectiva de microactores, macroactores e actores colectivos, com desiguais poderes hierárquicos nas instituições da modernidade, é possível considerar que as estruturas estão presentes no micro-social, ou que a interacção face-a-face também ocorre ao nível macro-social.

Seja ao nível micro-social ou macro-social, os contextos sociais estão presentes na actuação dos agentes, com as suas componentes estruturais, morfológicas, relacionais e simbólicas, nos quais se inscreve a interacção social, com as suas regras e dinâmicas próprias. Na interacção social estão presentes a cultura e os processos de comunicação. Como refere Costa, “comunicar através de símbolos e partilhar significados está na base dos processos de interacção social, no decurso dos quais se constituem, simultaneamente, tanto as instituições sociais, enquanto padrões de relacionamento relativamente sedimentados, como o actor social, enquanto dotado de um eu -reflexivo (o self)” (Costa, 1992: 70).

A estruturação de determinados contextos sociais conduz a específicos “quadros de interacção” (Costa, 1999)⁸ activados nas dinâmicas da acção colectiva, e sob os quais se mobilizam os “habitus activistas” (Crossley, 2003) e participam os actores colectivos nos jogos sociais dos campos. Como referem Ruggiero e Montagna, “social movements are guided by framing processes that define social reality, shape grievances, and turn them into broader claims justifying and dignifying discontent while prompting collective action. ‘Framing work’ not only shapes social reality, but also defines the enemy and builds boundaries between ‘us’ and ‘them’. Collective action requires the availability of mobilizing or connective structures and social networks which make possible face-to-face relations and

⁸ Como refere Costa reportando-se ao conceito de “quadros de interacção”: “São em grande medida os quadros de interacção diversificados, nos quais se vão desenrolando os sucessivos episódios e situações da vida social, que suscitam a activação selectiva de certos esquemas de acção, entre os vários aprendidos em contextos sociais e episódios interaccionais diferentes, no decurso da pluralidade significativa de experiências sociais dos indivíduos. Sobretudo, tal como estes processos tendem a configurar-se nas condições de diferenciação e complexidade acentuadas prevaletentes nas sociedades contemporâneas” (Costa, 2007: 26).

the circulation of information among activists or potential allies. Contention turns into a social movement when connective structures, framing processes and repertoires of contention are present” (Ruggiero e Montagna, 2008: 143).

A acção colectiva decorre em “quadros de interacção” inscritos em jogos sociais hierarquizados, que, na acepção mouzeliana, consistem em disputas sobre os sistemas de regras protagonizadas por actores situados em posições sociais diferentes e assimétricas, e, portanto, com acesso desigual aos meios da acção (Mouzelis, 1991: 106).

Em simultâneo, são os “quadros de interacção” que transportam sentidos e identidades (plurais) aos agentes para a acção colectiva (ou ausência dela), construídos a partir de parâmetros estruturais, institucionais, disposicionais, relacionais e simbólicos, e mobilizados no decurso da interacção social.

Da mesma forma que será impossível que uma identidade social se transforme em sentimento de pertença sem que existam estruturas organizativas e espaços de interacção que suportem tais processos de activação colectiva. O grau de solidariedade (ou de coesão social) que uma organização ou actor colectivo é capaz de assegurar, repercutido na densidade e intensidade das interacções e estratégias, são dimensões teóricas igualmente fundamentais para a compreensão da acção colectiva.

Na acção colectiva jogam-se estratégias sociais, as quais, no entender de Mouzelis, não são suficientemente apreendidas pelo conceito de “habitus”. Mouzelis defende que o carácter estratégico dos jogos sociais deve ser colocado no centro da teoria sociológica. Se o “habitus” compreende as estruturas posicionais e disposicionais dos campos, ao “habitus” devem ser acrescentadas teoricamente as consequências estratégicas produzidas pelos processos de interacção social. Como refere Mouzelis, “The idea of strategy, like the orientation of practice, is not conscious or calculated nor is it mechanically determined. It is the intuitive product of knowing the rules of the game. But ‘knowing the rules of the game’ is not sufficient for playing it successfully. Entails not only an intuitive knowledge of game rules, but also the reflexive, rational handling of such rules”(Mouzelis, 2008: 137).

São as características estruturais e culturais dos campos que determinam o grau de densidade estratégica na condução dos jogos sociais por parte dos actores. Na acção estratégica está presente a dualidade e o dualismo da estrutura. Como refere Mouzelis: “It is only when the subjective-objective distinction is maintained that it is possible to deal in a theoretically congruent manner with cases where situated actors distance themselves from social structures relatively external to them in order to assess, more or less rationally, the

degrees of constraint and enablement these structures offer, the pros and cons, the chances of success or failure of different strategies” (Mouzelis, 2008: 139).

O conceito de “estratégia” de Mouzelis permite salientar a centralidade das relações de poder hierárquicas em disputa nos jogos e campos sociais. Mouzelis distingue entre microactor e macroactor, definidos em função do poder estratégico que cada actor individual detém nos processos decisionais e com as condições da acção nos campos. Nos campos “a competência estratégica dos actores varia em função da sua capacidade desigual para manipular os sistemas de conhecimento necessários ao processamento da informação nos processos de tomada de decisão, em parte condicionada pelas heranças sociais presentes na reprodução das assimetrias sociais. Em segundo lugar, a capacidade estratégica dos actores é diferenciada segundo a relação entre as suas posições sociais e as possibilidades de acesso à informação necessária para a definição dos objectivos e a antecipação das consequências da acção. Em terceiro lugar, o desempenho estratégico depende da possibilidade de mobilizar os recursos necessários ao accionamento dos meios seleccionados para atingir os objectivos definidos. Finalmente, a eficácia do desempenho estratégico depende da capacidade dos actores para controlarem tanto quanto possível o carácter mutável das dinâmicas sociais durante o longo prazo, isto é, da capacidade para estabilizarem os contextos da acção” (Pires, 2003: 42).

Mouzelis entende ser necessária a construção de pontes teóricas entre o “habitus” e a reflexividade, propondo o conceito de “habitus reflexivo” (Mouzelis, 2008: 141). Tal conceptualização, considera, permite superar uma certa visão estática que Bourdieu atribui às estruturas e aos campos, um “habitus reflexivo” que interactiva estratégico-criativamente na produção de práticas sociais (e entre elas a acção colectiva). Como refere: “In order to understand what role reflexivity assumes in a given field, one has to consider not only the dispositional and positional but also the interactive dimension of the social games played within it. If a field’s game entails the varied internalized dispositional structures of the players involved, it also entails not only relations between positions but also the actual relations between actors, which often entail a rational, strategizing dimension” (Mouzelis, 2008: 132). Para Mouzelis, a solução teórica do “habitus reflexivo” constitui uma alternativa à proposta de Archer de ligar a reflexividade à noção de conversações internas por parte dos agentes (Mouzelis, 2008: 208).

Apesar das hierarquias sociais produzirem uma relativa desigualdade da reflexividade nos campos, como refere Mouzelis: “Means and goals, values and norms are in constant flux, in constant negotiation as interacting actors attempt to cope with each other’s strategies and

counter-strategies. Actors try to adapt and readapt means to ever-changing ends. The concrete course which the action takes has to be determined constructively from situation to situation and is open to continuous revision” (Mouzelis, 2008: 209).

Mouzelis alerta para o que considera serem visões essencialistas da acção colectiva, ao se transformarem categorias sociais (ou estatísticas) em actores colectivos, ou então quando se adscvem aos grupos sociais existentes características sociais que eles não possuem. Em substituição de uma concepção lógico-dedutiva que transmuta aprioristicamente os quase-grupos em grupos de status, Mouzelis propõe que se focalize o olhar sobre as realidades institucionais e os actores colectivos “concretos” que delas fazem parte integrante.

Tal implica que, ao invés, se compreendam as vinculações estruturais e culturais inter-actuantes nos processos de formação, de organização e de representação social dos actores colectivos nas sociedades modernas. Como refere Scott: “It does not yet seem plausible to recognize collectivities such as social classes, ethnic groups or gender categories as collective actors *per se*, although it is entirely plausible to discuss the ‘emergent properties’ (realism) of these collectivities and to analyze the groups, organizations and social movements with which they are associated” (Scott, 1995:135).

Como refere Costa, “a diferença de regimes em que normalmente se processam as práticas rotinizadas da vida quotidiana, mais ou menos dispersas e atomizadas, e a actividade de actores colectivos visando a manutenção ou a transformação de determinadas configurações estruturadas dos sistemas sociais, tal diferença requer tradução teórica” (Costa, 1999: 487).

A questão da formação dos grupos tem sido um tema desenvolvido por diferentes autores e correntes teóricas. Simmel enfatizou as formas de relacionamento social, em si mesmas autónomas das propriedades dos actores envolvidos, centrando a sua atenção nas dinâmicas das relações entre os indivíduos e os círculos sociais. As teorias da acção racional e do interaccionismo simbólico acabaram por revelar uma enorme dificuldade em transpor os níveis da racionalidade ou da motivação entre os indivíduos. A componente formal-organizacional na formação dos grupos constitui a tónica central das teorias da mobilização dos recursos. Dahrendorf, Coser e Rex concentraram a sua atenção na formação dos grupos para o conflito e lutas sociais. Segundo Eder, são as classes médias os protagonistas dos novos conflitos e movimentos sociais.

Bourdieu estabelece a diferença entre classe provável e classe prática. Uma classe provável integra os actores que ocupam posições sociais e espécies de capital semelhantes nos diferentes campos sociais. Uma classe prática, enquanto grupo social, é construída pelo

“processo de delegação, pelo qual o mandatário recebe do grupo o poder de fazer o grupo” (Bourdieu, 1989: 157).

Margaret Archer distingue teoricamente entre “agentes corporativos” e “agentes primários”. Os agentes corporativos possuem maior influência e capacidade transformadora sobre o contexto estrutural e cultural em relação aos agentes primários, por via da sua posição nos sistemas de estratificação e relações articuladas com outros actores colectivos na formulação de interesses e recursos estratégicos, interaccionais e organizacionais ao seu dispor. Os agentes primários são os actores não organizados e passivos da interacção social. A morfogénese ou morfoestática são o resultado dos efeitos agregados produzidos pelas relações (posições) entre os agentes primários e os agentes corporativos durante os ciclos morfogenéticos (Archer, 1995). Como refere Archer: “People are unavoidably constituted as ‘primary agents’ of the vested interests of some collectivity since they must relate to the world through material stratification systems. To become a ‘corporate agent’ involves actively participating in, and elaborating, the relations between collectivities, using organizational resources (means) and with reasons for acting in one way rather than another (interests or ‘ends’). That assessment also depends on the autonomous properties of persons, who can opt to act for, or against, their collectivity’s vested interests. Interests are subject to social necessity, but there is no compulsion to adopt them. The interests and desires that actually motivate action are thus only partly decided by the ‘external reasons’ supplied by the vested interests of collectivities in the social structure. Structure sets an agenda, but this is positively related to on the basis of the ‘internal reasons’ supplied by the self-reflection of each person” (Archer 1995: 129).

Para Mouzelis os quase-grupos transformam-se em grupos sociais no interior dos contextos institucionais históricos da modernidade, pela via do envolvimento relacional entre os grupos na interacção social e jogos sociais dos campos. Como refere: “It presupposes moving from a rationalist analysis that views actors’ identities and interests as given to one that attempts to show empirically how actors’ characteristics are ongoing symbolic constructions” (Mouzelis, 2008: 244).

Na teoria de Mouzelis os actores colectivos são entidades com meios identificáveis para poderem decidir e agir, a partir dos processos de tradução, representação e organização envolvidos na constituição e reprodução das relações de poder (Pires, 2003: 43). Mouzelis distingue entre posições estruturais e actores colectivos, apesar de considerar que a partilha de posições estruturais semelhantes facilita a emergência de actores colectivos, mas a acção

colectiva só ocorrerá quando os quase-grupos se transformam em colectividades sociais autónomas das posições estruturais.

O conceito de actores colectivos de Mouzelis visa igualmente contrariar a reificação das estruturas, e na sua teoria os microactores, macroactores e actores colectivos inter-actúan com diferenciados poderes perante as estruturas institucionais. Os macroactores podem ter uma forte influência sobre as condições dos microactores, independentemente da co-presença, alterando assim as regras das estruturas da interacção dos microactores. A organização confere aos microactores e macroactores desiguais capacidades de acção que, através da sua participação nos actores colectivos, reproduzem ou transformam a legitimidade das decisões produzidas nos jogos sociais, adstritas a determinadas posições de poder nos contextos institucionais. Tal como os microactores e os macroactores, os actores colectivos possuem intenções e estratégias sociais e almejam objectivos sociais.

Como refere Parker, “Mouzelis regards the micro-macro distinction as useful, provided it refers to differences in the scope and power of the agency of actors. The micro-macro dimension is best thought of as one of continuous quantitative variation of the power of actors to exercise more or less extensive influence over other people’s lives. Collective and individual macro-actors can determine rules and rules can determine actors. Actors make ‘asymmetrical differential contributions’ to outcomes, because some have more extensive and effective powers than others” (Parker, 2000: 96).

Mouzelis conceptualiza a acção colectiva articulando-a com o que chama de ordens institucionais da modernidade (Mouzelis, 1991). Na definição de Mouzelis, as instituições constituem ordens hierárquicas organizadas por sistemas de papéis e de regras sociais assentes em relações de poder e geradoras de determinadas posições sociais ocupadas pelos agentes (Parker, 2000: 92).

Mouzelis desafia as concepções das teorias institucionalistas da escolha racional, nas quais as preferências e a maximização utilitária dos actores são consideradas como constantes e as instituições constroem os mecanismos sociais capazes de resolver os dilemas da acção colectiva, por via da consensualização e da estabilização racional dos processos de tomada de decisão. Nestas teorias, as interacções estratégicas não contemplam a construção simbólica de identidades e interesses extra-rationais/individualistas nos contextos institucionais, fundamentais na (re)produção de dinâmicas de acção colectiva. A mesma inadequada conceptualização da acção colectiva e das suas articulações com as estruturas institucionais das sociedades modernas encontra Mouzelis nas sociologias interpretativas, em Parsons, Habermas e Alexander (Mouzelis, 2008, 1991).

Mouzelis procura construir espaço conceptual na teoria social que reconheça a agência de microactores, macroactores e actores colectivos associada a regras e instituições. Como refere: “The central question is how to move in a theoretically congruent manner from institutional analysis to an analysis in terms of actors; or how to link institutional incompatibilities and contradictions with collective actors’ strategies and struggles; a transition from system to action”(Mouzelis, 2008: 270). Neste espaço teórico os actores colectivos não são meros produtos, mas igualmente produtores dos subsistemas institucionais, participando activamente na construção da divisão do trabalho e das hierarquias sociais (Parker, 2000: 98).

As dinâmicas da interacção social e as instituições imbricam-se mutuamente aos níveis micro e macro-sociais. Como refere Mouzelis: “The erroneous linkage of micro with face-to-face interaction and macro with institutional structures disregards the obvious methodological guideline that on all levels of analysis (micro, meso and macro), social phenomena should be regarded in terms of both action/interaction and in terms of institutional structures. The linkage of the micro with interaction and the macro with institutional structures creates confusion and leads away from a multidimensional exploration of the social world” (Mouzelis, 2008: 253).

Mouzelis subdivide os contextos institucionais em subsistemas ou esferas institucionais económica, política, social e cultural, nos quais decorre a acção colectiva. Para Mouzelis não existe predominância de qualquer uma das esferas institucionais sobre as restantes. É na articulação entre instituições/actores colectivos que se estrutura a acção colectiva. São os actores colectivos e os agentes individuais envolvidos, e não as instituições, que possuem objectivos sociais, capacidade para tomar decisões e realizar acção colectiva.

Para Mouzelis cada uma das esferas institucionais é constituída por três elementos /dimensões fundamentais: “(i) a specific technological dimension, so that, following Weber, one would speak of administrative-political, social and cultural technologies; (ii) a specific appropriational dimension, i.e. institutionalized ways of controlling/owning such technologies which would lead to a reference not only to relations of economic production but also to relations of domination/violence in the political sphere, relations of solidarity/cohesion in the social sphere and relations of persuasion/influence in the cultural sphere; iii) an ideological dimension: specific ways of legitimizing and/or occluding appropriation arrangements” (Mouzelis, 2008: 272).

A produção, apropriação e ideologia constituem os objectos fundamentais da análise institucional da acção colectiva proposta por Mouzelis, em que se analisam as relações entre

os diferentes subsistemas das hierarquias institucionais e os jogos sociais em que participam os actores colectivos. Como refere, “the reference not only to economic but also to political, social and cultural technologies, appropriation arrangements and ideological legitimations permits the empirically open-ended examination of how those who own or control economic technologies (the means of production) relate to those who control political technologies (means of domination), social technologies (means of solidarity creation) and cultural technologies (means of persuasion)” (Mouzelis, 2008: 278).

A definição hierárquica das posições sociais de poder é o resultado da institucionalização das vantagens ou desvantagens historicamente obtidas pelas lutas e conflitos sociais envolvendo os respectivos participantes dos jogos sociais. Os níveis macro e micro-organizacionais existentes nos domínios institucionais são recobráveis pela distinção entre dualidade e dualismo da estrutura. Como refere Mouzelis: “Macro-actors at the top of the organizational hierarchy are usually supposed to distance themselves from existing rules and resources in order to assess an organization’s overall performance and to plan its long-term strategy (dualism of structure). Those lower down the organizational hierarchy are supposed to follow the same rules in a taken-for-granted, quasi-automatic manner (duality of structure)” (Mouzelis, 2008: 260).

Mouzelis coloca no centro da sua análise as desigualdades e conflitos pela produção, apropriação e controle das tecnologias ou recursos económicos, políticos, sociais e culturais existentes nas instituições, desta forma aproximando-se da teoria de Pierre Bourdieu (Parker, 2000). Determinadas instituições são menos maleáveis e mais difíceis de mudar, uma vez que os actores colectivos e os grupos sociais que as sustentam procuram preservar/assegurar os seus interesses conquistados. É na disputa pelos recursos gerados nas instituições, mobilizados no decurso dos jogos sociais, que se formam antagonismos e ganham autonomia organizativa os grupos sociais e os actores colectivos, a partir dos quais se institucionalizam objectivos e estratégias de acção colectiva.

As desigualdades sociais (económicas e de poder) atravessam as instituições da modernidade e os seus conflitos, prerrogativa teórica parcialmente encoberta por alguns autores, teorias, e conceitos como os de “movimentos sociais” ou “sociedade civil”. Se é visível o caminho que a teoria sociológica parece tomar com vista a superar algumas das insuficiências das teorias da mobilização dos recursos e dos novos movimentos sociais, Mouzelis detém-se no recente conceito de “sociedade civil” de Alexander. Como salienta Mouzelis: “In order to explain why civil society’s cultural codes, institutions and interactive patterns are stronger in some societies than others, or to understand why in some countries

clientelistic or ideological politics peripheralize civil politics and universalistic modes of solidarity, one needs to put collective actors at centre-stage. Alexander needs to spell out more fully how the conceptual tools he is offering would work on the level of collective actors and the intricate games they play within the macro-institutional orders that both shape and are shaped by such games” (Mouzelis, 2008: 77).

As instituições não deverão ser conceptualizadas como entidades reificadas e antropomórficas (Mouzelis, 2008:99). As explicações sobre a mudança e o desenvolvimento, considera Mouzelis, assumem normalmente uma perspectiva sistémica unidireccional, em detrimento de uma perspectiva actor-sistema. No seu entender existem dois mecanismos fundamentais interligados nos processos de mudança: a cooperação/conflito entre os actores e a compatibilidade/incompatibilidade entre as instituições (Mouzelis, 2008: 105). Para compreender os processos de mudança, é necessário interpretar como os actores colectivos se relacionam com a constituição, reprodução e transformação de longo-prazo das ordens macro-institucionais no interior das quais se desenvolvem complexos e intrincados jogos sociais (Mouzelis, 2008: 78). Como refere Mouzelis: “Do incompatibilities between economic and political or cultural norms automatically generate change? Obviously not. It depends on whether, and how, actors see these incompatibilities and contradictions, and what they do about them. System contradictions do not result automatically in social transformation. In order to assess whether or not systemic contradictions or incompatibilities lead to social change, and/or to see what type of change, one has to focus on how actors handle contradictions, how conscious they are of incompatibilities between institutions, what they do in order to maintain or change the contradictory status quo” (Mouzelis, 2008: 99).

Na agência para a mudança social assumem equivalente importância as divisões do trabalho, as relações de apropriação, ou a hierarquização económica, política e cultural. “Mouzelis advises beginning analysis of macro developments by identifying the relevant hierarchies and (collective or individual) macro-actors who have the decision-making power to influence macro change. The hierarchical variability of agency allows that some actors, because they are collectivities and/or by virtue of their positions in hierarchies, may have macroscopic powers. The agency capable of structuring institutions and games is itself constrained and enabled by pre-existing hierarchized positions within such institutions and games. Structure and agency are thus interdependent, balanced elements of historical structuration” (Parker, 2000: 101).

Sem uma referência agencial-sistémica às complexas lutas pela produção, apropriação e ideologização dos recursos económicos, políticos, sociais e culturais, não será possível

explicar satisfatoriamente as macro–transformações sociais, como as transições de um regime para outro (Mouzelis, 2008: 26).

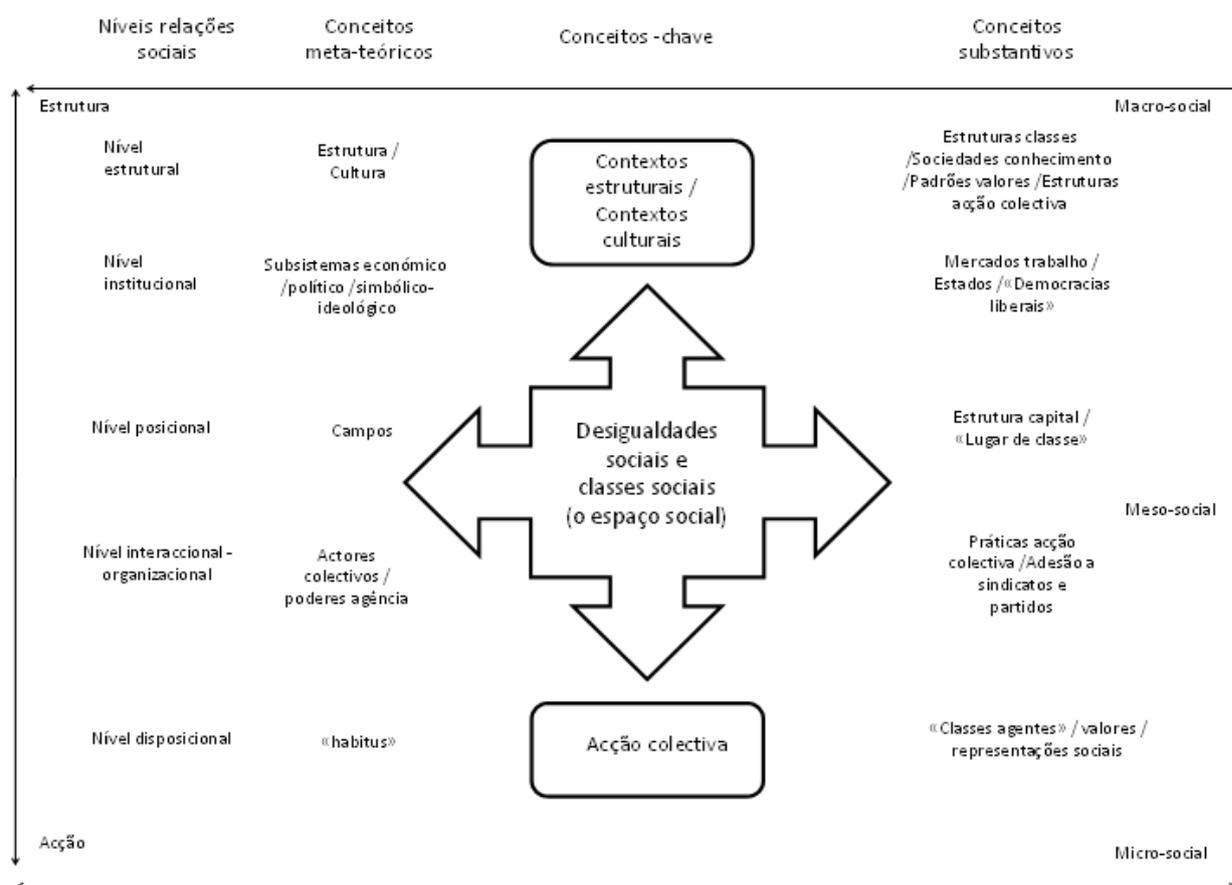
A constituição, reprodução e transformação das estruturas institucionais incorpora em si micro, meso e macro situações e encontros sociais. Como refere Mouzelis: “Games played by powerful actors (i.e. macro-actors) at the top do not consist of an aggregate of games played by less powerful actors lower down the organizational hierarchy. To link macro-games (global level) with meso-games (national level) and micro-games (regional/local level) requires taking into account the formal, bureaucratic structure of the corporation, as well as the informal power relations between actors at each level as well as between those at different levels. One way of conceptualizing micro-macro linkages in hierarchical configurations is to view the game outcomes or decisions taken at the top as factual or value premises in the decisional environment of those occupying subaltern bureaucratic positions. In hierarchical configurational wholes we have both emergence from below and constitution/imposition from above” (Mouzelis, 2008: 260).

Relativamente à acção colectiva e aos processos de mudança nas relações micro–macro, Mouzelis crítica a teoria dos rituais de interacção de Randall Collins, quando ele não distingue entre rituais de interacção que são macro, com grandes impactos nas instituições e na sociedade em geral, dos micro rituais de interacção, cujas consequências sociais são circunscritas e não transmutativas sobre a mudança social. Ou seja, e como considera Collins, nem as macro-situações constituem uma agregação das interacções nem dos seus rituais de interacção (Mouzelis, 20088: 259).

Na teoria de Mouzelis os actores contribuem muito desigualmente para a construção dos ordens sociais e processos de mudança. Na verdade, as desigualdades sociais têm estado no centro da acção colectiva e das transformações sociais estruturais (Klandermans, 2007: 15). Nos períodos de estabilização e de institucionalização dos sistemas sociais, contudo, determinados actores são mais activistas que outros e o descontentamento social não origina adesão automática aos movimentos sociais. Como referem Ruggiero e Montagna: “Transformations are exceptional and sporadic, so that people usually conform to the institutional arrangements regulating their daily life. The status quo appears to be the only viable arrangement, and in ordinary times activists feel that they can do very little to change things or create new opportunities for action. The eruption of discontent, on the other hand, is determined by institutional changes affecting the structure of everyday life, and by the consequent, growing, perception that deprivation can be fought and redressed. Events and opportunities may lead to insurgency when a certain degree of organizational strength is

acquired. Political opportunities and organization alone do not produce social movements or political insurgency. Therefore, the subjectivity of actors makes resources usable and collective action viable. Social movements result from the transformation and development of political consciousness among significant sectors of aggrieved populations. Such consciousness will help actors and groups to frame their situation as unjust and liable to change” (Ruggiero e Montagna,2008:142).

Figura 1.1 – Modelo teórico -metodológico para o estudo da acção colectiva sob a óptica das desigualdades sociais



Adaptado de Mouzelis, Bourdieu e Crossley

Capítulo 2 – OBJECTO DE ESTUDO, METODOLOGIA E ANÁLISE DE CLASSES

2.1. O objecto de estudo ‘acção colectiva’

Mapear o terreno da acção colectiva

Se no Capítulo precedente se discutiu o problema teórico das relações entre desigualdades, classes sociais e acção colectiva, a apresentação das opções metodológicas que regeram a investigação deve começar, em primeiro lugar, por procurar definir o objecto de estudo e os seus contornos concretos para a observação empírica. A construção conceptual desenvolvida à volta da acção colectiva pressupõe, agora, a necessidade de mapear o terreno/universo da acção colectiva sob o qual os instrumentos e ferramentas da investigação se debruçaram.

É a partir do conceito empírico ‘práticas de acção colectiva’ que são construídos os horizontes e limites desta investigação sociológica. A acção colectiva naturalmente que não se esgota nas práticas de acção colectiva, mas a consubstanciação desta noção/indicador poderá possibilitar novos acréscimos de conhecimento que contribuam para o desenvolvimento problematizador desta área científica.

Um conjunto de autores adverte para o perigo da falta de consistência conceptual e enviesadas terminologias que poderão obscurecer a análise da acção colectiva (Poteete e Ostrom, 2004). Para além de uma adequada definição e operacionalização das práticas de acção colectiva, será profícuo situá-las nas suas dimensões macro, meso e micro-sociais, em que “esferas de observação da acção colectiva” essas práticas se inscrevem e que unidades de análise poderão ser convocadas (Figura 2.1).

As práticas de acção colectiva são, ao mesmo tempo, um instrumento de medida, ancorado numa infra-estrutura metodológica e técnica internacionalmente reconhecida como é o caso do “European Social Survey”. Construídas a partir deste inquérito internacional, elas permitem a sua comparabilidade, bem como a determinação de condições e factores que poderão afectar a sua variação, enriquecendo assim a problemática da acção colectiva.

O indicador de práticas de acção colectiva (IPAC), construído a partir do questionário do “European Social Survey” abrange as seguintes práticas sociais de implicação colectiva:

- O contacto com um político, um representante do governo central ou um representante do poder local;
- Trabalho para um partido político ou movimento cívico;
- Trabalho numa organização ou associação de outro tipo;
- Uso de emblema auto-colante de campanha/movimento;

- Assinatura de uma petição;
- Participação numa manifestação;
- Boicote de determinados produtos.

O alcance destas sete práticas de acção colectiva circunscreve o referente empírico e o esforço de teorização da investigação. De facto, a construção de qualquer indicador implica uma assumpção teórica e metodológica rigorosa e que situe apropriadamente os resultados empíricos que se obtenham.

O referente empírico em causa, no fundo, procura contemplar um diverso conjunto de reportórios de acção colectiva actualmente ao dispor dos cidadãos europeus. Estas práticas de acção colectiva são transversais aos vários países, podendo ser potencialmente mobilizadas por qualquer indivíduo. Existem, por isso, condições metodológicas para poder medir a acção colectiva na Europa, seja pelo tipo de prática de acção colectiva, seja pela sua graduação verificada no conjunto agregado do indicador de práticas de acção colectiva (ausência de acção colectiva, adesão mínima, moderada e elevada de práticas de acção colectiva)⁹.

Uma adicional vantagem em relação a outros instrumentos empíricos quantitativos que procuram medir a acção colectiva, tem a ver com o facto da solução de graduação preconizada para operacionalizar o indicador de práticas de acção colectiva (IPAC), conseguir cobrir as suas próprias componentes constitutivas, o que muitas vezes tal não sucede quando os inquéritos apresentam elevadas respostas de não-participação nos seus indicadores isolados.

A análise da acção colectiva ao longo da investigação far-se-á pelo tipo de prática, mas recorreu-se sobretudo a uma visão integrada do indicador de práticas de acção colectiva, seja ele medido em termos da in(existência) e/ou intensidade das práticas de acção colectiva. As práticas que compõem o indicador são concretas e delimitadas entre si mas não é possível considerarmo-las como distintas categorias sociais mutuamente exclusivas, ainda para mais quando a multi-participação constitui uma das principais características do fenómeno da acção colectiva (Della Porta e Diani, 2006).

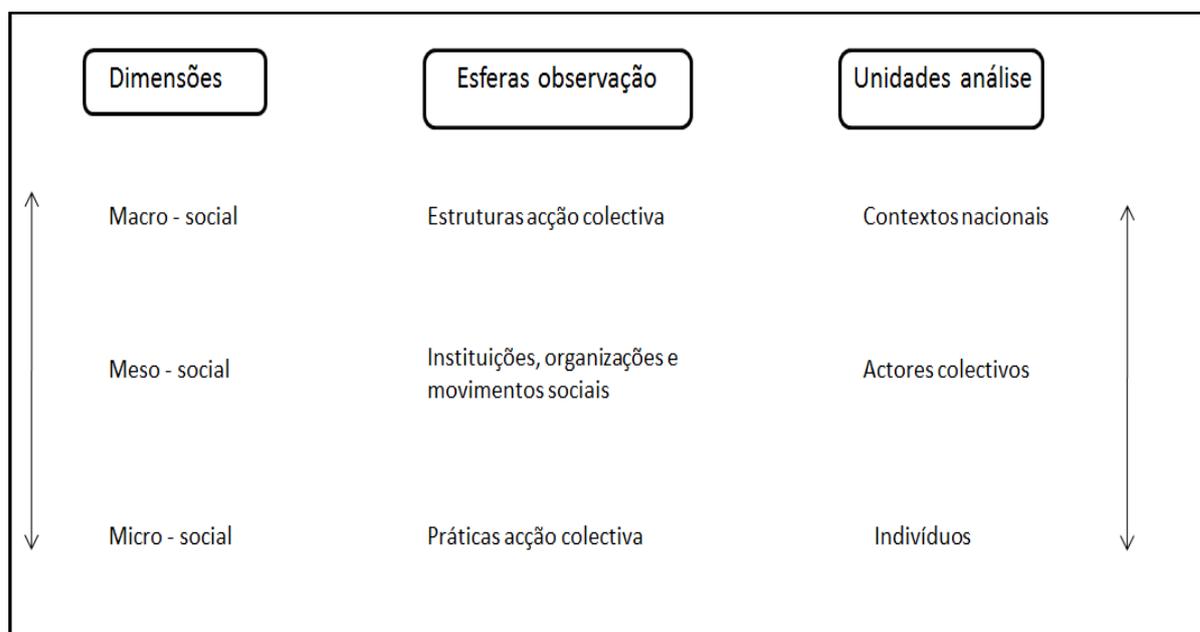
Estão presentes no indicador de práticas de acção colectiva as formas de participação mais ou menos convencionais, cujas modalidades se aproximam quer da democracia representativa

⁹ É reforçada a legitimidade para a construção de um indicador agregado para as sete práticas de acção colectiva, quando, no plano técnico-metodológico, o ‘Alpha de Cronbach’ apurado é de 0,654. Como refere Madelena Ramos, “o ‘Alpha de Cronbach’ uma medida de consistência interna que permite apurar quão bem um dado conjunto de itens (ou variáveis) está a medir um único constructo latente unidimensional” (s/d, s/e).

quer também da democracia participativa. Determinadas práticas assumem características mais organizadas e tradicionais, mas também se questiona sobre a ocorrência de novas formas cidadãs e com um carácter mais inorgânico. Abrange-se o campo político mas também o terreno de associações ou organizações de diversa ordem. Está presente o protesto social mas também a participação institucional. No essencial, o indicador de práticas de acção colectiva (IPAC) é extensivo e intensivo quanto às formas de acção colectiva disponíveis que caracterizam a integração no modelo de cidadania extra-eleitoral legitimado pelas democracias constitucionais de génese ocidental–europeia.

A Figura 2.1 sintetiza o modo como o indicador de práticas de acção colectiva se alicerça na construção do objecto de estudo da investigação.

Figura 2.1. – Dimensões, espaços de observação e unidades de análise da acção colectiva



A análise sociológica defronta-se perante o desafio de procurar superar as insuficiências das abordagens redutoramente macro-sociológicas ou micro-sociológicas (Costa, 1999: 483). A consideração do nível meso-social e a respectiva articulação entre os processos micro, meso e macro–sociais que atravessam as dinâmicas da acção colectiva, regeram a definição e construção do objecto de estudo.

Como refere Costa, o meso-social designa uma escala intermédia de constituição de relações e processos sociais, entre os indivíduos e os sistemas sociais, contemplando os efeitos de contexto e as lógicas da interacção (Costa, 1999: 489-490).

Baldassari (2005) propõe para a acção colectiva, a partir de Coleman, três tipos de mecanismos constitutivos das relações macro, meso e micro sociais: mecanismos situacionais (macro-micro), que se referem ao impacto das estruturas sociais ou macro-fenómenos sobre o comportamento individual; mecanismos de formação da acção (micro-micro), que dizem respeito às interacções localizadas, convicções e oportunidades de acção dos indivíduos; e mecanismos transformacionais (micro-macro), referentes aos padrões de interacção dos actores sociais e aos efeitos colectivos emergentes que estes geram¹⁰.

McAdam, McCarthy e Zald (1973) sugerem a noção de «contexto de micromobilização» como o eixo conceptual graças à qual os processos micro-sociais, meso-sociais e macro-sociais podem ser articulados (Campenhoudt, 2003: 255). Ou quando John Scott formula, sob uma perspectiva teórica distanciada dos autores anteriores, a noção de “estruturas de acção colectiva”, com o objectivo de delimitar conceptualmente a presença das várias formas organizacionais, protestos e movimentos sociais enquanto reportórios de acção colectiva existentes nas sociedades modernas (Scott, 2001: 111-116).

Este é um objecto de estudo que, simultaneamente se constrói sob a relação teórico-metodológica entre a estrutura e a acção e esta se interpenetra nas dimensões micro, meso e macro-sociais. Como refere Costa, “as relações entre estrutura e acção apresentam-se de maneira muito diversa quando se referem, não à reprodução corrente de práticas sociais e padrões culturais, mas a processos de acção colectiva em que os actores sociais envolvidos – indivíduos e grupos, organizações e instituições – procuram intervir de maneira deliberada nos quadros de vida próprios ou de outros, isto é, em determinados aspectos dos sistemas sociais a que estão ligados” (Costa, 1999: 487).

Na relação entre estrutura e acção - no que à acção colectiva diz respeito - é possível considerar a existência de múltiplos níveis de interacção e dinâmicas temporais/históricas, onde se interconectam mecanismos sociais e propriedades formais estruturais, relacionais e individuais (Baldassarri, 2005: 2). Neste quadro teórico do realismo, a acção colectiva é definida como o conjunto das formas sociais nas quais os múltiplos agentes individuais e

¹⁰ Vale a pena acrescentar o que refere Turner (2001:4), quando assinala que as realidades macro-sociais constroem a acção e os processos micro-sociais mas não os determinam, nem a soma dos actos individuais e inter-individuais dos processos micro-sociais são os únicos elementos formativos do macro-social.

colectivos se empenham colectivamente em objectivos comuns. No realismo, a presença das entidades super-estruturais não é negligenciada, uma vez que elas constituem componentes de articulação entre as dimensões macro e micro-sociais presentes na acção colectiva (Baldassarri, 2005: 3,11).

Um outro patamar analítico-metodológico com relevância para a construção do objecto de estudo e respectivas esferas de observação, é o que se refere às relações entre instituições, movimentos sociais e organizações. Estas últimas, constituem a esfera mais directamente observável, podendo assumir várias modalidades, desde sindicatos, partidos políticos ou associações. Por seu turno, os movimentos sociais assumem múltiplas formas, mais ou menos homogéneas, integrando/deslaçando um conjunto de organizações sociais unidas por interesses e objectivos mais ou menos comuns (Snow e outros, 2007). Tal como a acção colectiva contempla, necessariamente, uma certa formatação institucional (Campenhoudt, 2003: 251). Como referem Costa e outros, “persiste neste domínio (de estudo) um pressuposto equivocado, implícito ou explícito, de contraposição rígida entre movimento e instituição, que não ajuda a descobrir o que há de movimento social em diversos dos mais importantes fenómenos da actualidade” (...), ao mesmo tempo que deve assumir-se “o carácter decisivo que o quadro institucional pode ter para potenciar ou dificultar a emergência e a acção, a sustentabilidade e o impacto dos movimentos sociais” (Costa e outros, 2005: 13).

No que diz respeito às unidades de análise do objecto de estudo, como ponto de partida *ideal-tipo*, os indivíduos constituem as unidades de análise micro-sociais, os actores colectivos posicionam-se nas dimensões meso-sociais e os países recobrem os domínios macro-sociais do espaço social europeu.¹¹

Na maioria das discussões sobre a acção colectiva, o “grupo” (ou o movimento) constitui a principal unidade de análise, como ponto de partida e não enquanto objecto de escrutínio (Poteete e Ostrom, 2004: 221). Contudo, *a priori*, existem indivíduos que formam esses mesmos grupos/movimentos, sendo estes também, mas não só, a resultante conjugada de

¹¹ Como refere Turner (2001:4), o problema com a maioria das abordagens analíticas é que as categorias (macro, meso e micro-sociais) descrevem, mas não explicam (nem implicam), as dinâmicas de cada uma das dimensões da realidade social. No mesmo sentido, Mouzelis sugere que uma regra fundamental que evite a reificação e/ou o reducionismo consiste em considerar que a distinção interação / instituição opera simultaneamente nas várias dimensões de análise, bem como a postulação de que os actores contribuem desigualmente para a construção das ordens sociais (Mouzelis, 1992: 123, 126).

múltiplas acções individuais implicadas colectivamente. A acção colectiva pode, precisamente, ser estudada a partir da mobilização activa dos indivíduos¹².

A acção colectiva não é uma simples agregação dos interesses individuais, sendo através dos actores colectivos que são mediados, traduzidos e sincronizados os objectivos e esforços colectivos dos agentes individuais (Baldassarri, 2005: 5).

O estudo da acção colectiva através dos contextos sociais dos países, possibilita ainda a inferência de regularidades, historicidades e mudanças de natureza económica, política, social e cultural, assentes na pluralidade das práticas de acção colectiva que no seu território têm lugar através dos seus cidadãos.

Estratégia metodológica

Klandermans e Staggenborg afirmaram que, se nas últimas décadas, a produção teórica e a pesquisa empírica desenvolvida à volta do estudo da acção colectiva e dos movimentos sociais, se tem revelado extremamente pujante e criativa, tal se tem devido à sua crescente capacidade para integrar as diferentes abordagens metodológicas das ciências sociais em geral. Concluíram estes autores, numa obra que precisamente procurou fazer um balanço actualizado sobre os métodos e as técnicas utilizadas na sociologia dos movimentos sociais (Klandermans e Staggenborg, 2002), que esta tem sabido estar à altura dos principais desafios e desenvolvimentos científicos de descoberta e actualização metodológica.

Algumas das metodologias empregues pelos estudos da acção colectiva são quantitativas, como os inquéritos por questionário, os modelos matemáticos ou a comparação de indicadores estatísticos; outras são qualitativas, como a observação participante, a entrevista em profundidade ou as «histórias de vida»; ou é possível uma combinação quantitativa/qualitativa, com a análise de eventos, a análise de redes sociais, a análise discursiva, a pesquisa histórica e arquivística, a análise macro-organizacional, a análise ecológica (na observação do impacto dos contextos), os estudos de casos, ou a análise comparativa (Klandermans e Staggenborg, 2002: xv)¹³.

¹² Por isso se justifica que o nosso indicador de práticas de acção colectiva possa ser uma esfera de observação micro-social enquanto acção individual.

¹³ Constitui sempre uma dificuldade acrescida a tentativa de aglutinar, com soluções nunca completamente satisfatórias, a vasta panóplia de métodos e técnicas existentes. O exercício de enunciação exaustiva sob a dicotomia quantitativo/qualitativo foi escolhido porque o seu debate atravessa igualmente os estudos sobre a acção colectiva. Contudo, fecundamente, Klandermans e Staggenborg organizaram precisamente a sua obra colectiva *Methods of Social Movement Research* adoptando, como princípio organizativo, a unidade de análise sobre a qual serão mais apropriados determinados métodos, ou seja, do micro-social para o macro-social,

A análise quantitativa ocupa um lugar central no estudo da acção colectiva. Cerca de um quinto dos estudos publicados durante a década de oitenta e noventa basearam o seu trabalho em inquéritos e fontes estatísticas (Klandermans e Staggenborg, 2002: 3). Autores como Keniston (1968), Klandermans (1984), Walsh e Warland (1983) ou Opp (1989) empregaram métodos quantitativos para estudar a participação em movimentos sociais.

Como refere Baldassari, a análise quantitativa constitui uma útil abordagem se quisermos estudar as formas ordinárias de acção colectiva (Baldassari, 2005: 2). Se as formas mais extraordinárias de acção colectiva, como as revoluções, os movimentos sociais, as agitações sociais de vária ordem ou os acontecimentos imprevistos, são melhor entendidos sob uma perspectiva histórica e análise processual-qualitativa, as regularidades sociais, no espaço e no tempo, intrinsecamente associadas às dinâmicas da acção colectiva, poderão ser apropriadamente inferidas sob uma estratégia de incidência quantitativa. Mas a complementaridade e articulação metodológica (Costa, 1999) constituem a melhor solução também no estudo da acção colectiva¹⁴.

A análise quantitativa no estudo da acção colectiva é corporizada, fundamentalmente, no «design construtivo» de inquéritos por questionário direccionados para os indivíduos ou para os actores colectivos. Nos inquéritos dirigidos aos indivíduos, para além das possibilidades de descrição e caracterização social dos participantes e não participantes em acções colectivas, é possível a comparação de diferentes grupos sociais, observar diversos tipos de práticas de acção colectiva, construir agregados macro-sociais (contextos sociais da acção colectiva), bem como revelar padrões multi-variados de (in)dependência causal. Numa análise quantitativa com incidência sobre os actores colectivos, é possível um conhecimento (iniciático) da respectiva estrutura organizacional, a detenção e alocação de recursos, as táticas e os objectivos da sua acção colectiva. As possibilidades de comparação de actores colectivos/movimentos sociais, no espaço e no tempo, provêem um manancial de informação empírica que permite o incremento teórico no estudo da acção colectiva¹⁵.

começando a apresentação do texto com os métodos mais adequados para estudar os indivíduos e terminando com as metodologias que melhor lidam com os contextos sociais (Klandermans e Staggenborg, 2002: xviii).

¹⁴ Um determinado protesto social, por exemplo, é sempre explicado por regularidades sociais que se interpenetram na acção, mas dificilmente ele será apenas compreendido através de metodologias extensivas, principalmente porque as componentes de ‘movimento’ do protesto social sugerem igualmente o recurso a metodologias intensivas.

¹⁵ Como referem Klandermans e Staggenborg, “the intelligent use of such designs turns surveys into a powerful tool for the study of social movements” (2002: 4).

As metodologias quantitativas poderão permitir explicar as dimensões micro–sociais, meso–sociais e macro–sociais da acção colectiva, desde que se defina com rigor quais são os limites analíticos dos indicadores/variáveis que tenhamos ao nosso dispor, sendo desejável que se complementem os resultados apurados com análises qualitativas e reflexão teórica suficientemente capazes de interpretar os contextos sociais da acção colectiva em causa.

O surgimento em 2001 e posterior desenvolvimento institucional do “European Social Survey”, constituiu uma enorme oportunidade para a actividade científica nacional e internacional. Trata-se de um inquérito europeu, aplicado transversalmente em mais de vinte e cinco países europeus, que procura aprofundar o conhecimento sobre diversas áreas temáticas, mobilizando para o efeito a utilização de um conjunto de ferramentas metodológicas apropriadas a uma análise quantitativa – extensiva de amplitude transnacional, longitudinal e comparativa.

As variáveis que formam o indicador de práticas de acção colectiva (IPAC) integram-se no módulo temático das atitudes políticas, com carácter permanente, ou seja, constam em todas as edições bianuais do “European Social Survey”. Os inquéritos que aqui são trabalhados, recorde-se, são aqueles cujos dados já disponibilizados são os mais actualizados possíveis (anos de 2008 e 2006).

O “European Social Survey” é um projecto sobretudo dirigido ao estudo sistemático e comparativo das atitudes sociais, valores e comportamentos sociais na Europa, assentes em procedimentos metodológicos rigorosos. Como referem os seus responsáveis, “the ESS has three main aims: firstly, to produce rigorous data about trends over time in people’s underlying attitudes, values and behavior within and between European nations; secondly, to rectify long-standing deficits in the rigor and equivalence of comparative quantitative research, especially in attitude studies; and thirdly, to develop and secure lasting acceptance of social indicators, including attitudinal measures, that are able to stand alongside the more familiar economic indicators of societal progress” (Stoop e outros, 2010: 40).

Constitui ambição científica por parte do projecto do “European Social Survey”, no que diz respeito aos seus preceitos metodológicos: o desenvolvimento de metodologias de estudos transnacionais e longitudinais; o desenvolvimento de novas técnicas de construção de variáveis e de teste de validade e fidelidade em estudos correlacionais; e o incremento de qualidade nas técnicas de amostragem aleatória.

O projecto do “European Social Survey” envolve uma rede de pesquisa que integra países europeus comunitários e não comunitários. O “European Social Survey” é representativo das atitudes e comportamentos de mais de 900 milhões de europeus. Os países participantes

manifestam uma Europa com diferentes estruturas económicas, geográficas e sociais, com diferentes Estados-nação, instituições e sistemas políticos, processos e contextos históricos, culturais e sociais.

Em 2005, a Comissão Europeia atribuiu ao *European Social Survey* o prémio Descartes para a investigação, tendo sido a primeira vez que este prémio foi atribuído a um projecto na área das Ciências Sociais. Pelo rigor e inovação metodológica, e pela abrangência e pertinência dos temas abordados, este inquérito europeu tem-se constituído como uma referência fundamental, não só para a investigação mas também para a intervenção e tomada de decisão política, a nível nacional e europeu¹⁶.

A estrutura interna do inquérito “European Social Survey” constitui a matriz causal, explicativa e compreensiva das práticas de acção colectiva, estas enquanto indicador (IPAC) de observação empírica.

O inquérito europeu organiza-se em cinco grandes grupos de questões permanentes:

- Utilização dos media e confiança;
- Atitudes políticas;
- Bem-estar social, religião e nacionalidade (s);
- Caracterização sócio -demográfica;
- Valores sociais.

O “European Social Survey” possui a capacidade de cobrir um conjunto de temas centrais, não apenas para as ciências sociais, mas enquanto desafios com que as sociedades modernas europeias actualmente se confrontam. Um deles é precisamente o problema da (des)igualdade de condições no exercício da cidadania. A problemática das relações entre desigualdades sociais (de várias ordens), classes sociais e acção colectiva, é passível de ser estudada a partir dos dados fornecidos pelo inquérito do “European Social Survey” e com garantias de reflexividade, substancialidade analítica e fiabilidade metodológica que os dados empíricos asseguram.

Esta investigação é construída sob a utilização dos módulos permanentes “utilização dos media e confiança”, “atitudes políticas”, “caracterização sócio-demográfica”, “valores sociais” e ainda explorando o módulo temático sobre o Estado introduzido na quarta edição do inquérito (ano de 2008). A análise multidimensional das relações entre desigualdades

¹⁶ A OCDE e o Eurostat já fazem referência a dados obtidos através do *European Social Survey*.

sociais e acção colectiva na Europa que aqui se apresenta implicou a consideração de oitenta variáveis distribuídas pelos vários módulos do inquérito europeu¹⁷.

A compreensão de muitos fenómenos sociais contemporâneos, como é o caso do estudo da acção colectiva, requer uma análise sociológica que articule os níveis de análise nacional e transnacional. Não só as comparações internacionais (entre países) mantêm a sua validade analítica, como a constituição da sociedade dá-se também, em larga medida, directamente a escalas transnacionais (Costa e outros, 2008: 8). Ora, o estudo da acção colectiva tem muito a ganhar com esta dupla assumpção estratégico–metodológica. A convocação isolada ou articulada do método comparativo e/ou de uma perspectiva transnacional, ao longo da investigação, deveu-se às opções analíticas que foram sendo tomadas e à descoberta empírica relevada por uma metodologia inovadora quanto ao objecto de estudo ‘acção colectiva’.

Como referem Smith e Fetner, a sociologia necessita de ter acesso a dados que nos permitam estabelecer comparações entre diferentes contextos nacionais. Tal torna-se difícil para os que apenas estudam específicos actores colectivos ou movimentos sociais, e revelar-se-ia extremamente útil possuir uma verosímil medida com capacidade suficiente para comparar a acção colectiva entre países e até ao longo do tempo (2007:47).¹⁸

A partir dos anos noventa, cada vez mais trabalhos no campo da acção colectiva ancoraram sob a comparabilidade da emergência dos movimentos sociais e o seu contexto macro–social (Kitzinger, 2002: 2). É possível considerar a existência de três tipos de comparação no estudo da acção colectiva: entre movimentos, no espaço e no tempo (Klandermans e Staggenborg, 2002: 8). Byron Miller alude aos estudos comparativos que dão origem a uma abordagem geográfica–social (Miller, 2000). É sob este último parâmetro de enunciação epistemológico–metodológico que esta investigação radica, ou seja, a comparação do espaço (social) constituiu o seu paradigma metodológico.

A comparação entre países extrapola a possibilidade analítica de comparar diferentes contextos nacionais e os seus impactos estruturais, institucionais, culturais e sociopolíticos sobre a acção colectiva. Neste sentido, sob o quadro teórico do processo e das oportunidades

¹⁷ A análise de dados e o seu tratamento estatístico implicou muitas vezes a recodificação de variáveis originais. Quando analiticamente se considerar útil, tais procedimentos metodológicos serão explicados, ao longo dos Capítulos 3, 4 e 5.

¹⁸ Os micro-dados das práticas de acção colectiva recolhidos no inquérito europeu são agregados para o contexto nacional, ao se considerar a construção da amostra de cada país, passando cada país europeu a possuir uma percentagem que reflecte a quantidade dos indivíduos com práticas de acção colectiva.

políticas, McAdam, McCarthy and Zald (1996) sugerem uma abordagem comparativa que parta da prioridade explicativa da macro-estrutura.

Nesta investigação foi dado lugar a ‘variáveis contextuais’, estas erigidas a partir da sofisticação técnico – metodológica desenvolvida sobre os dados do “European Social Survey”, mas integrando igualmente indicadores secundários macro–sociais analiticamente relevantes para a compreensão das dinâmicas da acção colectiva¹⁹.

A análise transnacional poderá fornecer alguns contributos para as relações entre a acção colectiva e os processos da globalização, especificamente em relação ao campo económico. Mas à medida que se assiste a uma integração política e institucional crescente no contexto europeu, até que ponto a acção colectiva dos cidadãos europeus, não é passível de ser observada e inscrita sob os parâmetros de uma análise transnacional? Este é um desafio metodológico que, precisamente, vai ao encontro do que Klandermans e Smith (2007) afirmam quanto à necessidade de superar um certo “nacionalismo metodológico” que impera igualmente no estudo da acção colectiva²⁰.

Ao longo da investigação serão mobilizados um conjunto de métodos e técnicas quantitativas de análise dos dados. Se o incremento e uso crítico de novas técnicas estatísticas de análise de dados estão entre os objectivos que vêm sendo prosseguidos pela rede criada pelo “European Social Survey” (Vala, Torres, 2007: 32), esta investigação propõe uma «análise multivariada» do fenómeno social da acção colectiva na Europa, sob o eixo metodológico da comparação nacional e do espaço transnacional europeu.

Foram trabalhados os inquéritos do “European Social Survey dos anos de 2008 (*Round 4*) e 2006 (*Round 3*)²¹. O universo dos países seleccionados para o estudo é o mesmo, excepto o caso de alguns países que não participaram na edição de 2006. Os países participantes nas respectivas edições estão descritos no quadro seguinte (Quadro 2.1).

¹⁹ Esta possibilidade metodológica está, inclusive, prevista pela literatura científica produzida em redor da utilização do “European Social Survey (ver Rydland, Arnesen, Ostensen, 2007).

²⁰ Para Kaase (2008) o “European Social Survey” encerra em si mesmo possibilidades analíticas e metodológicas que se transformarão em desafios pungentes à medida que mais edições de inquéritos europeus se realizem.

²¹ A edição de 2006 apenas foi utilizada para o Capítulo Cinco, uma vez que esta edição continha variáveis laborais em maior número que a edição de 2008 e se pretendia a realização de uma análise multivariada dos dados.

Quadro 2.1. – Países participantes no “European Social Survey” (ESS)

Países (siglas)	Edições “ESS”
Alemanha (DE)	2008, 2006
Bélgica (BE)	2008, 2006
Bulgária (BG)	2008, 2006
Chipre (CY)	2008
Croácia (HR)	2008
Dinamarca (DK)	2008, 2006
Eslováquia (SK)	2008, 2006
Eslovénia (SI)	2008, 2006
Espanha (ES)	2008, 2006
Estónia (EE)	2008, 2006
Federação Russa (RU)	2008, 2006
Finlândia (FI)	2008, 2006
França (FR)	2008, 2006
Grécia (GR)	2008
Holanda (NL)	2008, 2006
Hungria (HU)	2008, 2006
Letónia (LV)	2008
Noruega (NO)	2008, 2006
Polónia (PL)	2008, 2006
Portugal (PT)	2008, 2006
Reino Unido (GB)	2008, 2006
República Checa (CZ)	2008
Roménia (RO)	2008
Suécia (SW)	2008, 2006
Suíça (CH)	2008, 2006
Ucrânia (UA)	2008

Esta investigação constitui uma análise sincrónica das práticas de acção colectiva na Europa, embora seja possível a realização de uma análise diacrónica e longitudinal dos dados, uma vez que o indicador de práticas de acção colectiva (IPAC) pode ser utilizado em todas as edições dos inquéritos realizados pela estrutura do “European Social Survey”.

2.2. A análise de classes no estudo da acção colectiva

A sociologia das classes sociais: conceitos, tipologias e indicadores

Procurando fazer um balanço científico actualizado, como refere Costa, “a sociologia das classes sociais e da estratificação, em sentido amplo, é um campo problemático atravessado por polémicas intensas, no qual coexistem diversos quadros teóricos e diferentes abordagens paradigmáticas, e em que impera o debate de perspectivas, o confronto de conceitos e de opções metodológicas, a comparação e a aferição cruzada de resultados de pesquisa. Apesar disso – ou talvez por isso mesmo – constitui não só um dos domínios nucleares em que se alicerçou o desenvolvimento da sociologia, como dispõe actualmente de teorias amadurecidas, de uma bateria consolidada de instrumentos e procedimentos operatórios e, ainda, de um vasto leque de resultados de investigação empírica acumulados” (Costa, 1999: 208). Estas são condições de partida que justificam compreender o problema da acção colectiva sob a ancoragem da sociologia das classes sociais.

O teor desta investigação sociológica acaba por ir ao encontro de alguns dos principais tópicos da agenda da sociologia das classes sociais: quanto à *intersecção das desigualdades*, relativamente às *relações entre classes e cidadania*, bem como no desenvolvimento de uma abordagem das *classes a nível transnacional* (Costa e outros, 2008:9).

A sociologia das classes sociais, bastante longe de estar confinada a fronteiras rigidamente delimitadas, tem enriquecido o seu *corpus científico* com um conjunto de autores contemporâneos que trabalharam o problema da acção colectiva. Seja a acção colectiva uma questão central ou complementar, constituam enfoques de orientação teórica, problematização analítica e/ou observação empírica, destacam-se Parkin (1979), Dahrendorf (1982), Offe (1985), Eder (1993), Lee e Turner (1996), Marshall (1997), Crompton (1998), Esping-Andersen (1999), Costa (1999, 1995), Scott (2001, 1996), Goldthorpe (2002), Crossley (2003, 2002), Wagner (2007), Wright (2008, 2002), Bader (2008) e Silva (2009).

A classe social constitui o conceito mais adequado para dar conta das manifestações das desigualdades sociais contemporâneas. A desigualdade na participação em acções colectivas, a par de outros fenómenos sociais - como a transformação dos processos de produção e dos sistemas de emprego, a globalização e desregulação dos mercados, a desestruturação do welfare state, a retracção do movimento sindical, os realinhamentos políticos à escala internacional e partidária, ou os processos de mediatização -, lançam novos e complexos desafios à análise sociológica baseada no primado conceptual das classes sociais (Pinto, 1999).

Para a relação entre desigualdades sociais e acção colectiva, fará sentido a sua inscrição num contexto de investigação onde seja possível a apropriação do objecto de estudo segundo uma configuração multidimensional de tipo estrutural (Carvalho, 2000: 271). Ora, as principais versões contemporâneas da sociologia das classes sociais reforçam uma análise multidimensional das relações sociais (de classe), inscrevendo-se assim na tendência teórica predominante que caracteriza as principais teorias sociais da actualidade (Costa, 1999: 211).

A sociologia das classes sociais erigiu-se enquanto um instrumento de articulação entre a estrutura e a acção, centrando-se nos protagonistas sociais enquanto sujeitos a condições e dinâmicas estruturais e sujeitos de práticas e processos sociais (Costa, 1999: 211), capaz de fornecer instrumentos teóricos e metodológicos que analisem as intersecções das classes e das desigualdades sociais na constituição da acção colectiva.

Um dos contributos da sociologia das classes sociais é também o de permitir estabelecer articulações entre dois tipos de pesquisas que frequentemente se ignoram entre si: “De um lado, estão os estudos que se situam predominantemente no plano agregado e estrutural das macro-dinâmicas económicas e institucionais, políticas e culturais, estudos nos quais os processos de recomposição social das populações e as relações de classe aparecem como “variáveis dependentes” – para usar com intuítos heurísticos esta terminologia imperfeita. De um outro, colocam-se aquelas pesquisas cujo objecto principal se situa no domínio da pluralidade de práticas e representações quotidianamente observáveis, pesquisas que tomam as características estruturais da população como, por assim dizer, “variáveis independentes” (Costa, 1999: 211).

Procurando integrar os quadros teóricos mais importantes da sociologia das classes sociais e da estratificação, a tipologia de lugares de classe de Almeida, Costa e Machado (Costa e outros, 2008; Almeida e outros, 2006; Machado e outros, 2003; Costa, 1999), poderá revelar-se igualmente útil no estudo das relações entre desigualdades sociais e acção colectiva. Nos pressupostos de constituição teórica, elaboração analítica e operacionalização empírica da tipologia de Almeida, Costa e Machado (tipologia ACM), o estudo da acção colectiva encontra plasmados os domínios inter-relacionados do económico/profissional e do cultural/simbólico para a análise de classes das sociedades actuais (Machado e outros, 2003: 46). Através da tipologia ACM, procuram-se apreender alguns dos principais processos estruturais que as sociedades modernas actualmente atravessam, também eles directamente relacionados com as dinâmicas da acção colectiva, como são a reorganização da divisão social do trabalho, os impactos da escolaridade e das sociedades do conhecimento, os diferentes

padrões socioculturais, as configurações institucionais e as relações com Estado, ou as lógicas sociopolíticas da acção colectiva.

No campo das opções existentes, para além da tipologia de Almeida, Costa e Machado (tipologia ACM), existem “a tipologia G (Goldthorpe), também conhecida por EGP (Erikson-Goldthorpe-Portocarrero) (Erikson e Goldthorpe, 1993), de que a ESeC, um protótipo proposto por Rose e Harrison (2007) de uma *european socio-economic classification*, constitui uma nova versão; a tipologia W (Wright, 1997); a tipologia E-A (Esping-Andersen, 1993); e a tipologia francesa CPS (*catégories socioprofessionnelles*) e depois PCS (*professions et catégories socioprofessionnelles*) (Desrosieres e Thévenot, 1988)”²² (Costa e outros, 2008:10).

A tipologia de classes ACM consiste, em termos operatórios, num indicador socioprofissional de lugares de classe, construído com base em duas variáveis principais, a “situação na profissão” e a “profissão”, esta última operacionalizada de acordo com a International Standard Classification of Occupations (ISCO) (Costa e outros, 2008:10).

Como refere Costa, “as diferentes situações na profissão dão conta de clivagens importantes na estruturação das relações sociais e são, por si próprias, reveladoras de homogeneidades e heterogeneidades quanto à localização no espaço social – semelhanças e diferenças essas influentes tanto nas distribuições de recursos como no desenvolvimento de estratégias sociais, individuais e colectivas, e no desenrolar de trajectórias de vida. De certo modo, o indicador “situação na profissão” operacionaliza de maneira simples e agregada o conceito de localização nas relações sociais de produção, de raiz marxista. Mas revelou-se um indicador susceptível de utilização mais alargada, tendo vindo a ser mobilizado na operacionalização de diversos quadros teóricos e incorporado pelos aparelhos estatísticos institucionais nas suas operações habituais de caracterização das populações”²³ (Costa, 1999: 204).

Quanto à “profissão”, este é um indicador que, “segundo os sistemas de classificações que lhe são associados, nomeadamente as classificações internacionais de tipo de profissões, remete de maneira condensada, com precisão variável, para dimensões conceptuais relevantes,

²² Para uma discussão detalhada das especificidades da tipologia ACM relativamente a outras tipologias de uso corrente na análise de classes ver Machado e outros (2003) e Costa e outros (2000).

²³ “A variável “situação na profissão” é decomposta em três categorias principais, como nos indicadores estatísticos institucionais habituais: empregador, trabalhador por conta própria e trabalhador por conta de outrem. Para mais pormenores de operacionalização ver Machado e outros (2003) e Costa (1999).

como as referentes a recursos qualificacionais, a autoridades organizacionais e a status profissionais” (Costa, 1999: 206).

Um indicador socioprofissional de classe constitui um importante instrumento em análises multidimensionais que tomam as classes sociais como referentes privilegiados, tal como acontece nesta investigação. Como refere Costa, “os indicadores socioprofissionais, por mais densos de dimensões que sejam, não recobrem todo o âmbito substantivo do conceito de classe social. Devem assim ser tomados como aquilo que são: aproximações operatórias parcelares ao conteúdo desse conceito. Não obstante, sintetizam de forma articulada um conjunto de dimensões decisivas da estruturação das relações de classe nas sociedades contemporâneas. O essencial é que a estrutura da tipologia classificatória do indicador retraduz de maneira operatória aspectos centrais das relações de classe tais como entendidas nos referidos quadros teóricos” (Costa, 1999: 231).

Outra das vantagens da tipologia ACM para a investigação aqui em causa, é que ela “sendo mais compacta, o que é vantajoso na análise estatística, dá conta, de maneira mais abrangente, das principais clivagens e articulações estruturais entre dimensões de análise de classes, permitindo ainda realizar, com coerência conceptual e com facilidade de procedimentos, operações de agregação ou desagregação classificatória, consoante os objectos e níveis de análise específicos” (Machado e outros, 2003: 52).

Na sua versão principal, a tipologia ACM inclui cinco categorias socioprofissionais. Mas pode ser decomposta ou agregada em outras versões, consoante os objectos de estudo (Costa e outros, 2008:10). Os resultados exploratórios desenvolvidos na investigação constataram que a melhor opção para o estudo da acção colectiva, seria utilizar a tipologia ACM através da sua opção de seis lugares de classe: os Empresários e Dirigentes (ED); os Profissionais Liberais (L); os Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE); os Trabalhadores Independentes (TI); os Empregados Executantes (EE); e os Operários (O).

A transposição e aplicação do indicador socioprofissional em inquéritos internacionais, nomeadamente o *European Social Survey*, alargaram o campo das possibilidades de pesquisa e dos objectos de estudo integráveis numa análise de classes, e entre eles, o da acção colectiva. Foi assim possível aplicar a tipologia de classes ACM a dados de âmbito europeu, anteriormente baseados em informação estatística do Eurostat (Costa e outros, 2000).

Os recursos educativos, “na sua distribuição social diferenciada e desigual, tendem a configurar um campo relacional específico e a repercutir-se em variadíssimos aspectos da existência em sociedade, nomeadamente na formação dos sistemas de disposições e no acesso a quadros de oportunidades, na adesão a critérios de gosto e a estilos de vida, na constituição

de representações cognitivas e de sistemas classificatórios, no desenvolvimento de estratégias de vida e de práticas sociais” (Costa,1999:231).

Os indicadores socioeducacionais são, por isso, igualmente relevantes na análise de classes (Costa e outros, 2008; Almeida e outros, 2006; Mauritti, Martins e Costa, 2005; Costa e outros, 2000; Costa, 1999). Como referem Mauritti, Martins e Costa “os indicadores socioeducacionais, de formulação e operacionalização simples, referem-se aos graus de escolaridade estabilizados institucionalmente através dos níveis de ensino, apesar de, eles próprios, constituírem *sistemas de classificações sociais* muito menos claros do que uma primeira abordagem pode deixar perceber” (Mauritti, Martins e Costa, 2005:72).

O “European Social Survey” permite, da mesma forma, que se apurem os recursos educativos dos cidadãos europeus. O indicador usado foi o número de anos de escolaridade completos. “É um indicador bastante simples, mas tem a vantagem de a sua medição ser fiável e comparável. Outros indicadores de recursos escolares poderiam conduzir a análises mais finas e mais aprofundadas, mas o “European Social Survey” por enquanto não permite recorrer a eles de maneira suficientemente segura” (Costa e outros, 2008:15).

A indispensabilidade de contemplar outras dimensões fundamentais da análise de classes, enquanto vectores de estruturação das relações sociais contemporâneas, tornou-se entendimento teórico partilhado (Costa, 1999: 205). Nesta investigação são avançados quatro indicadores que poderão vir a ser incluídos em futuras análises por parte da sociologia das classes sociais: indicadores de rendimento, de capital social, literacia tecnológica e de precariedade. A sua integração teórica, amplitude analítica e operacionalização empírica (a partir do inquérito do “European Social Survey”) são discutidas nos capítulos seguintes, ou seja, no terreno concreto da sua aplicabilidade heurística.

No plano conceptual, vislumbra-se a utilidade de distinguir analiticamente, no que diz respeito ao estudo da acção colectiva, duas dimensões fundamentais da formação das relações de classe: a constituição de “lugares de classe”, na medida sobretudo em que ela está ligada a dinâmicas estruturantes do tecido económico-organizacional, e a constituição de “classes de agentes”, cada vez mais tributária, em contexto da sociedade do conhecimento, dos sistemas de educação (Costa e outros, 2008:15; Costa e outros, 2000:41). Em ambas as dimensões intervêm os processos de acção colectiva, assumida ela mais a forma de acção institucional ou de movimento social (Costa e outros, 2008:15).

Contextos estruturais e instituições

Os contextos estruturais reflectem-se nas características sociais dos protagonistas sociais e repercutem-se em transformações nas ideias, nos valores, nas acções colectivas, nos estilos de vida, nas práticas quotidianas (Costa, 1999: 210). Tais contextos estruturais integram instituições e posicionamentos sociais perante elas, que assumem a forma, entre outras possíveis, de dinâmicas de acção colectiva. Se as análises de classes podem contribuir para revelar, caracterizar e explicar aspectos decisivos dos processos contemporâneos da mudança estrutural (Costa e outros, 2008:5), nestes a acção colectiva, duplamente enquanto causa e efeito social, assume igualmente importância.

O actual contexto de globalização em curso coloca novas questões à análise das relações de classe (Costa e outros, 2008 e 2000; Almeida e outros, 2006). Como referem Almeida e outros, “um dos instrumentos privilegiados de que a sociologia pode socorrer-se para tornar os processos de globalização inteligíveis é a análise de classes, mas mudando-lhe a escala habitual. Ou melhor, deixando de fazer análise de classes apenas à escala nacional, o que não significa prescindir dela, e combinando-a com análises de tipo internacional, que comparem multilateralmente países, e sobretudo análises de tipo transnacional, que identifiquem traços estruturais de composição e recomposição de classe em espaços sociais muito amplos correspondentes a conjuntos alargados de países” (Almeida e outros, 2006: 73).

Partindo de uma análise de classes que se projecta simultaneamente para os níveis transnacionais e nacionais (europeus), um dos possíveis eixos de problematização analítica poderá ser, tomando o contexto da globalização como pano de fundo, o das relações entre contextos estruturais, instituições, classes sociais e acção colectiva. Ou seja, é possível a compreensão da acção colectiva a partir de uma análise sociológica que articule os dois níveis de análise, o nacional e o transnacional, utilizando os instrumentos teóricos e metodológicos da análise de classes.

Na verdade, as primeiras teorias das classes sociais continham importantes dimensões tanto nacionais como transnacionais (Costa e outros, 2000: 14). Outras escalas de análise, como a local ou regional, também têm enriquecido a análise de classes (Almeida, 1986; Costa, 1999; Pinto e outros, 2010), mas o quadro nacional-estatal tem constituído o horizonte de referência principal de boa parte das pesquisas sobre classes sociais, pelo menos como unidade geográfica de análise empírica, destacando-se a grande quantidade e variedade de investigações que se inspiraram no trabalho de Pierre Bourdieu ²⁴ (Costa e outros, 2000: 15-

²⁴ Uma pesquisa recente procurou, precisamente, aplicar os principais fundamentos da obra *La Distinction* de Pierre Bourdieu ao Reino Unido (Bennet e outros, 2009).

16; Costa, 1999: 218). Nos últimos anos, alguns grandes programas de pesquisa, de âmbito comparativo internacional, como os de Erikson e Goldthorpe (1993), de Esping-Andersen (1993) ou de Wright (1997), forneceram valiosos contributos. Os estudos de autores portugueses sobre o contexto europeu (Costa e outros, 2000; Almeida e outros, 2006; Costa e outros, 2008), através do “European Social Survey”, articulando simultaneamente o nível nacional e transnacional, ilustram um novo patamar da análise de classes, ainda a dar os seus primeiros passos.

Mas na articulação entre os níveis nacional e transnacional, continuam a persistir razões teórico-substantivas pertinentes para considerar que, em grande medida, as estruturas, instituições e processos que contribuem para a formação de relações de classe se têm estabelecido no contexto dos estados nacionais, em consonância com o carácter crucial destes na configuração das condições sociais da modernidade (Costa e outros, 2000: 15). Será importante sobretudo apurar o que corresponde ao âmbito nacional ou ao âmbito transnacional. Como referem Costa e outros, “na análise das estruturas sociais que se estão actualmente a formar no contexto europeu, mais do que assumir unidades transnacionais definidas de maneira apriorística importa tornar a própria delimitação dessas unidades transnacionais como objecto de investigação” (Costa e outros, 2008:8). Tal como existe o perigo de os contextos nacionais–estatais tenderem a ser “naturalizados” ou “absolutizados”, “como se não fosse necessário averiguar se eles são pertinentes, ou suficientes, para a análise dos fenómenos em estudo, ou como se os seus modos de relação com outros níveis de estruturação das relações sociais não fossem historicamente variáveis. Se este é um problema a ter sempre em conta, coloca-se ainda com mais acuidade em contexto de globalização” (Costa e outros, 2000: 15).

Em contexto de globalização, há tendências de estruturação das relações de classe que se configuram de maneira largamente transnacional, sobretudo visível nas reconfigurações estruturais dos “lugares de classe”, enquanto as “classes de agentes” estão mais dependentes dos quadros nacionais-estatais, principalmente em relação às configurações institucionais, aos modos de regulação estatal, tecidos económicos e padrões socioculturais (Costa e outros, 2000: 41-42).

Na análise de classes direccionada para o estudo da acção colectiva, tal como foi desenvolvida por esta investigação, a perspectiva transnacional muitas vezes sobrepôs-se às contiguidades geográficas e/ou às fronteiras institucionais. As fronteiras entre o nacional e transnacional não se cristalizaram, embora as mediações entre as instituições e a acção colectiva tenham sido sobretudo postuladas ao nível nacional, as relações entre as estruturas e

a acção colectiva radicaram principalmente no nível transnacional, enquanto os sistemas simbólico-ideológicos das classes sociais assumiram um carácter conflacional/fusional entre o nacional e o transnacional.

Um dos eixos de análise seguido nesta investigação é o que procura compreender as relações entre as estruturas de classes e a acção colectiva. Como referem Almeida e outros, “as estruturas de classes sociais tendem a já não se constituírem só no quadro das sociedades nacionais. É certo que estas continuam a apresentar particularidades duradouras, no plano socioeconómico e no plano sociocultural. E também é verdade que os Estados nacionais, com as suas configurações institucionais e as suas políticas públicas, influem diferencialmente nas relações de classe e nas recomposições sociais. Porém, na actualidade, as estruturas de classe tendem a assumir dimensões transnacionais destacadas” (Almeida e outros, 2006: 70). O conceito de estruturas de classes ganha maior acutilância analítica se forem combinados os níveis nacional e transnacional (Costa e outros, 2008:19), como esta investigação procura fazer.

Na operacionalização do conceito estruturas de classes, ao nível mais desagregado, são apresentados os resultados relativos à estrutura de lugares de classe (operacionalizados através do indicador socioprofissional) de cada um dos países europeus. Ao nível mais agregado, figura a composição de classe do universo europeu objecto de investigação, tomado como um todo (Costa e outros, 2008:11). Ou seja, através da tipologia ACM e utilizando os dados do “European Social Survey”, obtêm-se a composição de classes de cada país, tal como é possível avançar na determinação de estruturas transnacionais de classes (Costa e outros, 2008:11).

As desigualdades sociais estão presentes nas estruturas de classes - nacionais e transnacionais - pelo que, no interior dos contextos estruturais, importará averiguar os seus impactos sobre a acção colectiva. Estas desigualdades sociais são de carácter estrutural, socioeconómico e sociopolítico, que se repercutem, quer a nível das oportunidades pessoais, quer a nível das potencialidades societais (Costa e outros, 2008:17).

Valerá igualmente a pena, sob os horizontes da análise de classes, estabelecer nexos de compreensibilidade entre as sociedades do conhecimento, os recursos educativos e as dinâmicas da acção colectiva. As configurações sócio-educacionais na Europa atravessam os contextos estruturais e influem institucionalmente sobre os campos da acção colectiva. Como referem Mauritti, Martins e Costa, “a educação formal é hoje um dos elementos mais decisivos tanto de organização dos quotidianos e dos trajectos de vida pessoais como de configuração das sociedades e dos seus processos de desenvolvimento. Constitui,

actualmente, do mesmo modo, um dos mais importantes eixos segundo os quais se hierarquizam as distribuições desiguais de poderes, recursos e oportunidades (...). Do mesmo passo, estas dinâmicas não deixaram de arrastar consigo novas subalternizações ou mesmo novas exclusões sociais. Este é também um dos domínios em que se observam, com clareza, quer a importância crescente dos processos transversais que hoje ocorrem a nível mundial, em contexto de globalização, quer a presença persistente das diferenças nacionais, se bem que elas próprias igualmente em transformação” (Mauritti, Martins e Costa, 2005:75).

No quadro de uma análise de classes, esta investigação analisa os efeitos da literacia tecnológica e da exclusão digital sobre a acção colectiva, procurando fornecer novos contributos para a problemática das relações entre desigualdades sociais e sociedades do conhecimento.

A análise de classes pode igualmente ser enriquecida se forem problematizados, ao nível institucional, os mercados de trabalho (europeus), assumidos enquanto contextos nacionais (re)produtores de precariedade que influenciará (ou não) a acção colectiva dos protagonistas sociais. É proposto o conceito “posição social de mercado”, que visa apreender alguns dos parâmetros que marcam os processos de assalariamento e de flexibilização das relações laborais no capitalismo moderno.

O domínio das relações sociais de produção e as suas potenciais implicações hierárquicas, de poder e exploração, geradoras ou não de conflitualidade social, constitui, da mesma forma, um campo de desenvolvimento da análise de classes. Nesta investigação, são dados pequenos passos para a compreensão das relações entre precariedade, sindicalização e acção colectiva no contexto europeu.

A análise de classes poderá ainda revelar-se uma ferramenta adequada à problematização e observação empírica das componentes estruturais e institucionais das democracias europeias, no que concerne às relações entre classes sociais, desigualdades sociopolíticas e acção colectiva.

Posições sociais e estrutura do capital

A abordagem multidimensional das relações entre desigualdades e acção colectiva, assenta numa descodificação da complexidade do espaço social (Carvalho, 2000), este formado por um amplo conjunto de propriedades sociais, hierarquias sociais, desigualdades estruturais, lugares de classe e classes de agentes, contextos sociais e significações sociais e simbólicas. A caracterização e interpretação da configuração topológica do espaço social, marcada pela multiplicidade de posições sociais que nele coexistem (Carvalho, 2000),

constituem a principal estratégia teórica e analítica para a investigação das relações entre desigualdades sociais e acção colectiva no espaço social europeu.

A investigação contempla uma multiplicidade de indicadores de caracterização social, todos eles operacionalizáveis através do “European Social Survey”, como o indicador socioprofissional proposto por Almeida, Costa e Machado, como os teoricamente elaborados por Pierre Bourdieu, ou seja, o capital económico (indicador de rendimento), o capital cultural (escolaridade) e o capital social, os recursos organizacionais, sobretudo conceptualizados por Olin Wright, e ainda através dos indicadores de literacia tecnológica e de precariedade, que, neste estudo, são explorativamente apresentados e desenvolvidos. Na conjugação, articulação e transversalidade de todos os indicadores importa garantir a exploração dos efeitos estruturais e sistémicos existentes entre eles e a sua variabilidade diferenciadora na relação com a acção colectiva.

Nas sociedades actuais, os sistemas estruturados de desigualdades de recursos e poderes não deixaram de ser elementos constitutivos fundamentais dessas sociedades (Costa e outros, 2000; Costa, 1999). A desigual disponibilidade de recursos e as limitações impostas pelas condições sociais de existência associados aos lugares por eles partilhados tenderá a reflectir-se nos limites dessa capacidade de intervenção nos processos sociais (Carvalho, 2000), conquanto o mesmo sucedendo nos processos sociais directamente relacionados com a constituição e organização da acção colectiva e mudança social.

No espaço social e nos sistemas de posições sociais, o conceito de classe social possui a capacidade de instanciação mediadora entre a estrutura e a acção, não apenas pela sua delimitação entre lugares de classes e classes de agentes, mas, *a priori*, pela sua referenciação estrutural intrínseca, identificativa de condições de existência, processos e situações sociais, atributos, protagonismos e práticas sociais (Almeida, 1981). Na actual sociologia das classes sociais a importância das mediações sociais e a focalização nos protagonistas sociais (Costa, 1999: 209), constituem características indispensáveis para o estudo da acção colectiva.

A estrutura e volume do capital incorporado e transporto para as práticas sociais constitui uma das matrizes conceptuais principais da investigação da acção colectiva. Para Bourdieu, a objectivação do capital económico e do capital cultural constituem os recursos que mais eficientemente definem as posições sociais dos agentes ou dos grupos que se distribuem pelo espaço social (Bourdieu, 2001). Nesta investigação, para além de se procurarem aferir dos efeitos dos referidos capitais nas práticas de acção colectiva, são também passíveis de observação empírica as consequências da detenção social de capitais sociais, organizacionais, de literacia tecnológica e de condição perante a precariedade. Tal alargamento, estende a

multidimensionalidade da própria estrutura do capital, bem como se «projecta» para os domínios actuais das relações laborais e das sociedades do conhecimento, no que diz respeito aos seus impactos sobre a acção colectiva.

Ancoradas estruturalmente no espaço social das classes, são estudadas as consequências sociais das desigualdades de género sobre a acção colectiva, a partir dos perfis classistas revelados pelo “European Social Survey” (Almeida e outros, 2006).

Nesta investigação ocupam igualmente lugar as dimensões relacionais e praxiológicas das relações de classes, mais directamente relacionadas com a acção colectiva (Costa, 1999). As variáveis de caracterização de classe podem ser consideradas como indicadores das distribuições relacionais de posições sociais (Almeida e outros, 1990: 220). Tal quer dizer que as posições sociais possuem determinadas configurações relacionais (Costa, 1992; Carvalho, 2000) e, por outro lado, “porque ainda que constituam posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, são definidas umas por referência às outras” (Bourdieu, 2001:7).

A dimensão relacional observa-se então pela análise entrecruzada das posições sociais, enquanto posições relativas: “sendo pela abordagem comparativa que são aferidas e avaliadas as diferenças bem como as semelhanças – concretizando-se em relações de proximidade ou de afastamento – revelam aos actores sociais que as integram maior ou menor disponibilidade relativamente a recursos, poderes e oportunidades e que se reflectem na sua participação nos diferentes campos de intervenção no espaço social” (Carvalho, 2000: 359).

Como refere Costa, “o que importa sobretudo analisar são posições relativas nos espaços estruturados e multidimensionais das condições sociais de existência e das práticas sociais, prestando particular atenção a determinadas relações sociais decisivamente estruturantes das sociedades contemporâneas: relações sociais de propriedade e assalariamento, relações de autoridade organizacional e poder político, relações de credenciação escolar e saber profissional, relações de distinção cultural e dominação simbólica, relações de integração institucional e exclusão social” (Costa, 1999: 213). Ora, a jusante, a focalização do olhar sobre a acção colectiva por parte desta investigação, poderá contribuir para a elucidação de algumas das dinâmicas destas esferas das relações sociais.

Classes sociais e actores colectivos

Como refere Costa, “está bastante presente na sociologia das classes actual a preocupação em não se confundirem as posições relativas no espaço estrutural das classes com algo que se situa num outro plano: os actores colectivos mobilizados na acção social, tanto os dotados de organização formal como os constituídos em modalidades informais. Tais actores colectivos –

partidos, sindicatos, associações, clubes, movimentos de opinião e grupos de acção mais duradouros ou mais efémeros – emergem, de um ou outro modo, de quadros sociais estruturados por relações de classe e têm, por sua vez, efeitos na respectiva estruturação, nomeadamente enquanto protagonistas de processos sociais de conflito e aliança, de competição e cooperação. Mas isso não faz deles classes sociais. São níveis diferentes e realidades distintas se bem que com múltiplas interligações” (Costa, 1999: 215).

É nas relações entre os actores colectivos e as classes sociais que se convolam os processos de acção colectiva e a sua articulação com as estruturas e instituições, onde intervêm os protagonistas sociais, com as suas propriedades caracterizadoras de posicionamento relativo no espaço social das relações de classe, dirigidas agora mais da acção para a estrutura (Costa, 1999: 211). É sob esta direcção multiforme que a acção individual e colectiva dos protagonistas sociais vai contribuindo para reproduzir ou transformar as relações assimétricas de poderes e as distribuições desiguais de recursos e oportunidades (Costa e outros, 2000:12).

As relações entre as classes sociais e os actores colectivos posicionam-se sobretudo ao nível meso-social, mas com mediações inerentemente subjacentes aos níveis macro-sociais e micro-sociais. O nível meso-social é “relativo aos diversos quadros de interacção em que se processa contextualmente a prática social, sejam esses quadros de interacção configurados de forma institucional, organizacional ou local, envolvam grupos ou redes sociais, ou, mais provavelmente, convoquem combinações diversas destes e doutros elementos” (Machado e outros, 2003: 48).

Nesta investigação, as relações entre as classes sociais e os actores colectivos são consubstanciadas empiricamente no que se refere à pertença associativa das classes sociais, nomeadamente a sua militância partidária (inscrição em partido político) e sindicalização por parte dos trabalhadores por conta de outrem. Tomam-se principalmente os contextos nacionais como a unidade de análise privilegiada, mas também se adopta uma perspectiva transnacional quando estamos perante desigualdades estruturais.

O “European Social Survey” permitiu decisivamente uma exploração analítica das relações entre classes sociais, actores colectivos e acção colectiva, bem como procura solucionar um conjunto de constrangimentos metodológicos que a investigação sociológica padece, respeitante à medição da sindicalização e militância partidária. Os níveis de sindicalização e de inscrição em partido político podem ser obtidos fundamentalmente a partir de duas vias: através de inquéritos às populações ou por informação obtida

administrativamente junto dos respectivos actores colectivos²⁵. A inquirição por questionário de amostras representativas da população permite o cruzamento da sindicalização e militância partidária com outras variáveis e indicadores, o que possibilita o acréscimo de novos conhecimentos. Tal implica que o “European Social Survey” poderá revelar-se igualmente uma valiosa fonte de recolha de informação em análises que convoquem o estudo de grupos sociais e as suas conexões com determinadas categorias sociais, como nesta investigação sucede.

Disposições sociais e configurações simbólicas

Poderá ser pertinente, do ponto de vista substantivo, centrar a atenção na configuração topológica das posições sociais, detectar que valores e representações tendem a estar particularmente associados aos mais diversos lugares sociais (Carvalho, 2000), para de seguida, caracterizar as suas transposições para a observação da acção colectiva.

O dispositivo metodológico da investigação possui condições aproximativas para medir o conceito de «habitus» proposto por Pierre Bourdieu (Almeida e outros, 2006: 80). Através do «habitus», é possível a construção de patamares mediadores entre as estruturas e a práticas sociais - e entre elas a acção colectiva -, enquanto sistema de disposições cognitivas e valorativas que indivíduos e grupos vão interiorizando e accionando, de modo mais implícito ou mais reflexivo, na prática social (Machado e outros, 2003: 48).

Entre o «habitus» e a acção colectiva, situam-se as posições sociais no espaço social e simbólico das classes sociais, os quadros de valores e representações sociais e as orientações simbólico-ideológicas que os indivíduos interiorizam, estruturam e accionam nos vários campos das relações sociais nos quais intervêm. A partir do espaço social, a acção colectiva (ou ausência dela) entronca necessariamente “nos modos como os indivíduos e as múltiplas relações inter-individuais geram efeitos emergentes, de conjunto, a níveis supra-individuais de constituição das relações sociais” (Almeida e outros, 2006: 73). Estes são quadros de interacção com específicas configurações simbólicas, inscritos em determinados contextos estruturais e culturais.

²⁵ Para um «estado da arte» empírico a partir de informação recolhida administrativamente, ver Visser (2006) em relação ao apuramento das taxas de sindicalização, e Maiz e Biezen (2001) quanto à militância partidária, procurando ambos os estudos apurar percentagens de adesão para um elevado universo de países europeus.

No que respeita às relações entre classes sociais e acção colectiva, elas têm a ver com “o carácter constitutivo das dimensões simbólicas nas relações de classe; e com o reconhecimento da importância dessas dimensões tanto nos processos de estruturação das relações das classes e de formação das classes como colectivos sociais como nos impactos de umas e outras nas práticas quotidianas, na acção colectiva e nas dinâmicas institucionais” (Costa, 1999: 216).

No domínio da sociologia das classes sociais são relevantes as “hierarquias simbólicas de posição social, assim como as articulações (variáveis) das classes com os campos diferenciados de relações sociais, com as estratégias sociais e as formas de acção colectiva, incluindo as que se estruturam em movimentos sociais, com as práticas e representações quotidianas, com as identidades culturais e os estilos de vida” (Costa e outros, 2000: 13).

A partir do modelo teórico e problemático de Almeida e outros (2006) para as relações entre classes sociais e valores, procura-se compreender de que modo a inter-relação destes dois vectores analíticos poderá explicar a acção colectiva no espaço social europeu. Através do “European Social Survey”, é aplicada a teoria e a correspondente tipologia dos valores humanos de Shalom Schwartz (2007) à presença da acção colectiva, procurando assim apurar que configurações simbólicas e culturais estão subjacentes aos protagonistas de acção colectiva no contexto europeu.

Nesta investigação, são trabalhados um conjunto de indicadores que permitem avaliar os sistemas de valores e de representações sociais partilhados pelos indivíduos, para além dos propostos por Schwartz, e que estabelecem «pontes analíticas» entre classes sociais, hierarquias políticas, valores de igualdade e representações sociais do Estado, desta forma, procurando contribuir para o aprofundamento da problemática das desigualdades sociais nas sociedades modernas.

São construídos contributos para uma sociologia da injustiça (Costa, 1987) assentes numa análise de classes que se desenvolve entre uma desigualdade social “objectiva”, aferida pelas desigualdades de rendimentos, e uma desigualdade social “subjectiva”, respeitante aos valores e percepções sociais das classes perante as desigualdades existentes em cada contexto nacional. Problematiza-se sobre as consequências culturais das desigualdades sociais, ou seja, inferindo sob que formas as desigualdades económicas influenciam as configurações simbólicas das classes sociais, identificando posicionamentos sociais perante a igualdade social potencialmente repercutidos em acção colectiva.

Focalizando o olhar sobre as classes sociais na Europa, são analisadas as suas representações sociais em relação ao «Estado» enquanto actor institucional regulador das desigualdades sociais contemporâneas.

É ainda sob a problemática das classes sociais que se procuram compreender as relações entre desigualdades sociais, posicionamentos ideológicos e acção colectiva, mostrando que também no campo político o domínio do simbólico intermedeia as relações entre as classes sociais e a acção colectiva.

Colocam-se sob investigação os efeitos culturais da estrutura social. Como referem Almeida e outros, “tal análise é tanto mais relevante quanto permite relacionar os padrões de valores e atitudes com processos de mudança societal” (Almeida e outros, 2006: 70), entre eles o estudo de padrões de acção colectiva que uma análise europeia poderá revelar.

Uma análise de classes à escala europeia permitirá sublinhar semelhanças e diferenças sociais, culturais, económicas, políticas e territoriais no espaço europeu, que acrescerão ao estudo da acção colectiva por parte da sociologia contemporânea.

PARTE II – ESTRUTURA, CULTURA E ACÇÃO COLECTIVA

Capítulo 3 – CLASSES SOCIAIS E ACÇÃO COLECTIVA NA EUROPA

3.1. A mediação da estrutura do capital

Até que ponto o espaço social das classes organiza os campos de possibilidades, recursos e atitudes mobilizáveis em práticas de acção colectiva? De que modo a estrutura do capital, ou seja, ou seja, o volume e composição do capital económico, cultural e social, condiciona e constrange a *produção social* de acção colectiva na Europa? São principalmente estas as questões que orientarão a análise aqui desenvolvida.

A influência do capital social (sobre a acção colectiva) é problematizada sob uma dupla perspectiva: enquanto potencial recurso das classes sociais, e enquanto propriedade social observável nos contextos nacionais dos respectivos países europeus.

As práticas de acção colectiva das classes sociais na Europa

A partir da tipologia de lugares de classe de Almeida, Costa e Machado (ACM), verifica-se que na estrutura social europeia (Quadro 3.1) os Empregados Executantes constituem a classe social mais numerosa na Europa (29,4%). Seguem-se os Operários, que perfazem 26,5%, e logo de seguida os Profissionais Técnicos e de Enquadramento que constituem 26,4% da amostra. Os Empresários e Dirigentes representam 9,9% dos europeus, os Trabalhadores Independentes 4,8% dos indivíduos, e os Profissionais Liberais constituem 3% da população europeia.

A utilização do indicador de práticas de acção colectiva (IPAC) permitiu observar que 62,9% dos europeus não revelaram deter qualquer prática de acção colectiva, 18,1% tiveram uma adesão mínima, 9,7% uma adesão moderada, e 9,3% dos europeus participaram em grau elevado em práticas de acção colectiva.

Os Empresários e Dirigentes (EL), Profissionais Liberais (L) e Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE) são as classes com maiores níveis de envolvimento no conjunto das práticas de acção colectiva inquiridas. A estas classes pertencem-lhes as maiores percentagens de agentes sociais com uma maior frequência e intensidade de práticas de acção colectiva. Em situação contrária encontramos os Trabalhadores Independentes (TI), os Empregados Executantes (EE) e os Operários (O). Nestas classes sociais a grande maioria (entre 64,2% e 74%) não realizaram práticas de acção colectiva, e somente 7,6% dos trabalhadores

independentes, 8% dos empregados executantes e 4,6% dos operários participaram intensamente em práticas de acção colectiva.

Quadro 3.1 - Classe social e práticas de acção colectiva na Europa (%)

Classe social (% na amostra)	Ausência acção colectiva	Adesão mínima a práticas de acção colectiva	Adesão moderada a práticas de acção colectiva	Adesão elevada a práticas de acção colectiva	Total
	(62,9%)	(18,1%)	(9,7%)	(9,3%)	(100%)
Empresários e Dirigentes (9,9%)	50,1%	22%	13,8%	14,1%	100%
Profissionais Liberais (3%)	45,7%	23,3%	15,1%	15,9%	100%
Pr..Técnicos Enquadramento (26,4%)	49,5%	21,1%	13,8%	15,6%	100%
Trabalhadores Independentes (4,8%)	66,9%	18,3%	7,2%	7,6%	100%
Empregados Executantes (29,4%)	64,2%	18,6%	9,2%	8%	100%
Operários (26,5%)	74%	14,8%	6,6%	4,6%	100%

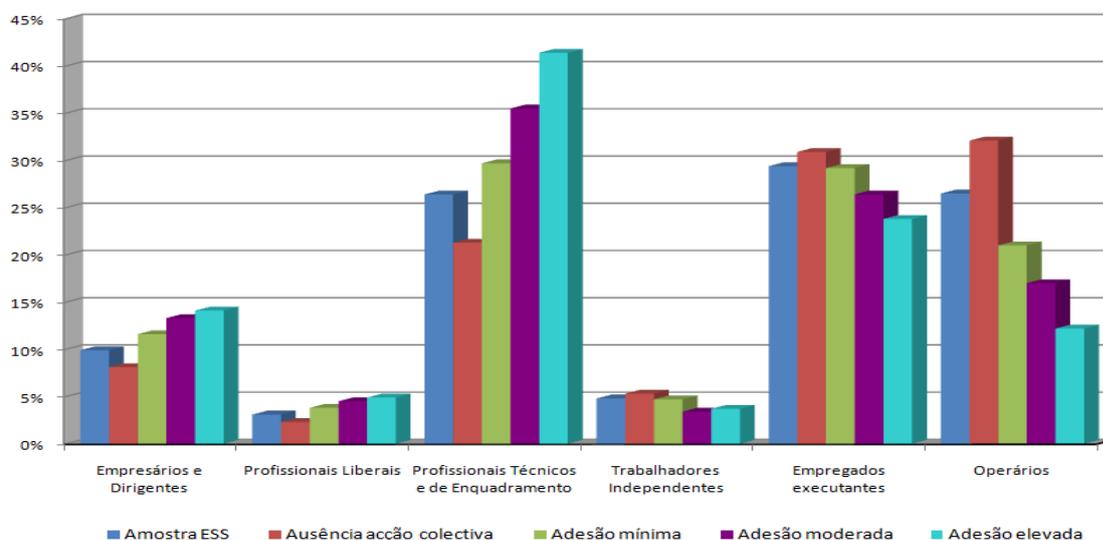
Fonte: European Social Survey (2008)

O Gráfico 3.1 elucida complementarmente sobre a diminuição ou aumento do nível de adesão a práticas de acção colectiva em função das diversas classes sociais, sobretudo entre os resultados obtidos pelos operários e empregados executantes, por um lado, e pelos empresários e dirigentes, profissionais liberais e profissionais técnicos e de enquadramento, por outro.

No caso dos ED, L e PTE, verificamos que à medida que aumenta o nível de adesão a práticas de acção colectiva reforça-se o seu peso proporcional, superando o valor médio de cada uma destas classes no total da amostra. Esta situação destaca-se sobretudo no caso dos profissionais técnicos e de enquadramento: representam 41,4% dos europeus que revelaram adesão elevada a práticas de acção colectiva.

Nos empregados executantes e principalmente nos operários, à medida que aumenta o nível de adesão à acção colectiva vai diminuindo a percentagem de indivíduos no respectivo indicador. Os trabalhadores independentes não se diferenciam muito em função do nível de práticas de acção colectiva, acompanhando sempre a média da amostra. Do universo dos europeus que revelaram adesão elevada a práticas de acção colectiva, apenas 12,2% são operários, mas a percentagem praticamente que triplica, relativamente a esta classe, quando observamos o comportamento de ausência de acção colectiva.

Gráfico 3.1 - Distribuição das classes sociais em função do nível de adesão a práticas de acção colectiva (%)



Fonte: European Social Survey (2008)

Os resultados empíricos europeus alcançados sugerem um quadro social diferenciado ao nível das relações entre a classe social e a acção colectiva, e, grosso modo, desafiam teorias e teses dominantes que anunciam a «morte das classes» (Pakukski e Waters, 1996), ou a irrelevância da classe social sobre a compreensão das dinâmicas de acção colectiva ou formação dos movimentos sociais (Maheu, 1995).

Factores de posição social

De acordo com Pierre Bourdieu (1986, 1985, 1980b), a estrutura e volume do capital encontram-se desigualmente distribuídos pelo espaço social das classes e campos sociais. A objectivação das posições sociais alcançadas no espaço social é o produto histórico de um longo processo de lutas onde os dominantes consolidaram a sua posição social a partir das suas respectivas culturas, expectativas acumuladas e presunções estratégicas. As posições sociais individuais são objectivamente ordenadas a partir da estrutura e do volume de capital acumulado.

Nick Crossley (2003, 2002, 2001, 1999) desenvolveu teoricamente uma “abordagem bourdieusiana” de análise dos movimentos sociais. Crossley salienta as virtualidades do quadro teórico de Pierre Bourdieu para a compreensão da acção colectiva e as possibilidades que a sua teoria da prática oferece aos impasses criados pelas abordagens mais comuns da sociologia dos movimentos sociais.

A relevância substantiva da teoria de Pierre Bourdieu é comprovada pela análise empírica dos dados do “European Social Survey”. Como se observa no Quadro 3.2, estamos perante relações estatisticamente significativas entre as variáveis de posição social, ou seja, entre a classe social, o capital cultural, e o capital económico. De igual forma, as práticas de acção colectiva estão correlacionadas com os capitais detidos pelos indivíduos e com a respectiva pertença de classe.

Quadro 3.2 – Medidas de associação entre as variáveis de posição social e as práticas de acção colectiva

Variáveis	Classe social	Escolaridade	Rendimento
Classe social	-		
Escolaridade	0,485*** (a)	-	
Rendimento	0,313*** (a)	0,309*** (b)	-
Acção colectiva	0,211*** (a)	0,250*** (b)	0,285*** (b)

*** Resultados estatisticamente significativos para $p < 0,001$

(a) Eta

(b) R Pearson

Verifica-se a inter-relação entre os capitais económico e cultural, o modo como a distribuição dos respectivos recursos estão intimamente associados às posições sociais de classe, e o seu impacto estrutural sobre as práticas de acção colectiva. A posição social - enquanto matriz multidimensional - constitui elemento decisivo sobre as práticas de acção colectiva dos agentes sociais.

O capital social das classes

A procura da melhor operacionalização do conceito de capital social a partir dos dados disponibilizados pelo European Social Survey, permitiu considerar três dimensões (Figura 3.1): a confiança, desdobrada nos indicadores de confiança interpessoal e confiança institucional; a presença de práticas de sociabilidade, aferida nos indicadores de sociabilidades informais e participação em actividades sociais; e a pertença associativa, quer a sindicatos ou associações profissionais e a inscrição em partido político.

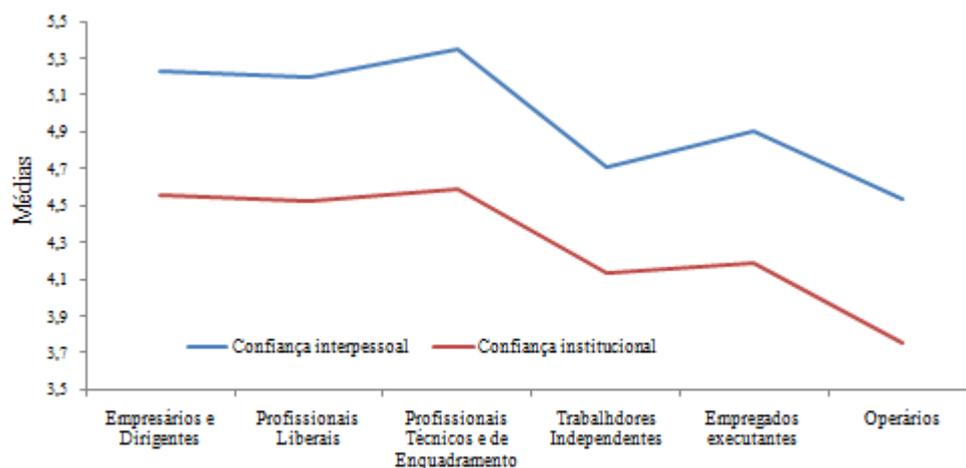
Figura 3.1 – Capital social: modelo de análise no contexto “European Social Survey”



Os profissionais técnicos e de enquadramento são os que denotam maiores níveis de confiança, seguidos pelos empresários e dirigentes e os profissionais liberais. Seguem-se-lhes os empregados executantes e os trabalhadores independentes, enquanto os operários são os que manifestam valores médios mais reduzidos (Gráfico 3.2).

A confiança interpessoal e a confiança institucional seguem um padrão regular quando comparamos as classes. Em todas as classes sociais, a confiança interpessoal é superior à confiança institucional.

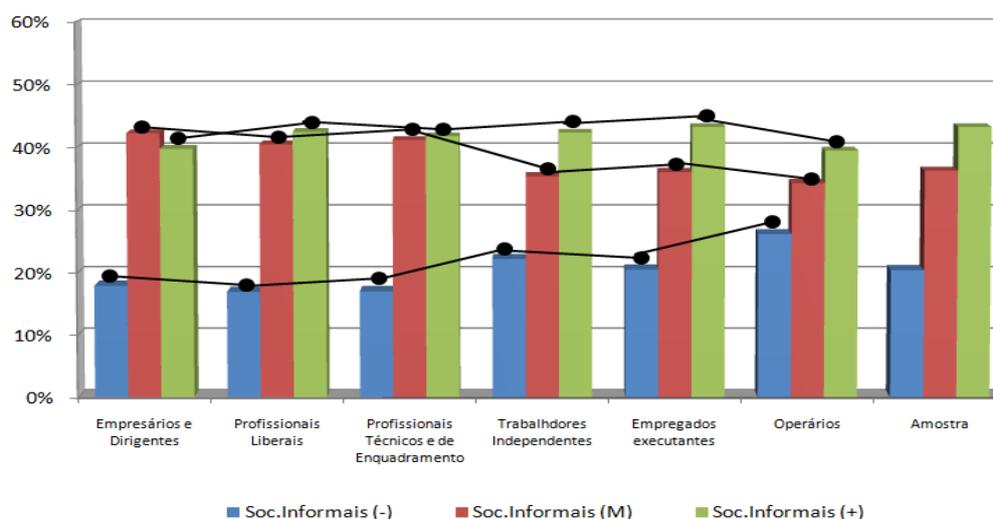
A confiança interpessoal e a confiança institucional são mais elevadas nos empresários e dirigentes, profissionais liberais e profissionais técnicos e de enquadramento. Nos trabalhadores independentes, empregados executantes e operários, a confiança interpessoal e a confiança institucional são menores comparativamente com as classes sociais melhor posicionadas na estrutura social.

Gráfico 3.2 – Confiança interpessoal e confiança institucional das classes sociais na Europa (médias)²⁶

Fonte: European Social Survey (2008)

As diferentes classes sociais revelam níveis semelhantes de sociabilidades informais (Gráfico 3.3). Apesar de algumas variações não é possível concluir que existam diferenças substanciais. Contudo, verifica-se uma tendência das classes pior posicionadas na estrutura social revelarem uma maior percentagem de sociabilidades informais reduzidas.

Gráfico 3.3 – Sociabilidades informais das classes sociais na Europa (%)

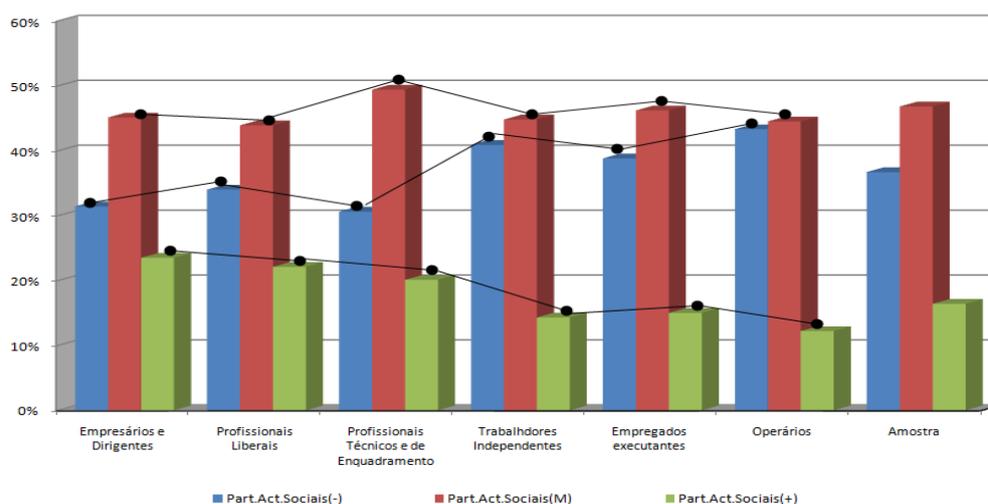


Fonte: European Social Survey (2008)

²⁶ Valores que variam entre zero (valor mínimo) e dez (valor máximo).

Relativamente à participação em actividades sociais a situação é outra (Gráfico 3.4). A par de uma mais intensa participação em actividades sociais por parte dos empresários, dirigentes e profissionais liberais, as curvas da elevada e baixa participação em actividades sociais afastam-se progressivamente em relação aos trabalhadores independentes, empregados executantes e operários, sendo, portanto, estas as classes sociais com menores níveis de participação em actividades sociais.

Gráfico 3.4 – Participação em actividades sociais das classes sociais na Europa (%)



Fonte: European Social Survey (2008)

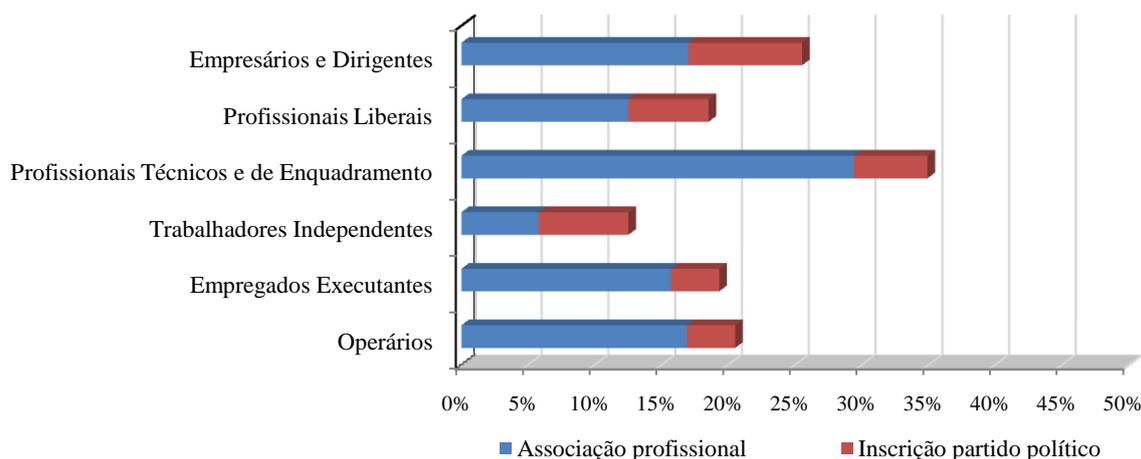
A pertença associativa não revela uma certa tendência polarizadora que parece verificar-se na dimensão confiança e no indicador participação em actividades sociais²⁷. Os profissionais técnicos e de enquadramento são a classe social com maior percentagem de pertença associativa, a única classe social acima dos 30%. Acima dos 20% situam-se os empresários e dirigentes. Abaixo dos 20% de pertença associativa encontram-se, sucessivamente, os operários, os empregados executantes, os profissionais liberais, e por último os trabalhadores independentes (Gráfico 3.5).

A pertença associativa profissional é maior nos profissionais técnicos e de enquadramento, empresários e dirigentes, operários e empregados executantes, e menor nos profissionais liberais e trabalhadores independentes.

²⁷ Afastando empresários e dirigentes, profissionais liberais e profissionais técnicos e de enquadramento, de um lado, dos trabalhadores independentes, empregados executantes e operários, no outro.

Quanto à pertença associativa em partido político, substancialmente inferior em todas as classes sociais em relação à pertença a sindicatos ou associações profissionais, verifica-se que é ainda mais residual a militância partidária dos empregados executantes e operários.

Gráfico 3.5 – Associação profissional e inscrição em partido político das classes sociais na Europa (%)



Fonte: European Social Survey (2008)

As diferentes classes sociais denotam diferenciados níveis de capital social. Os empresários e dirigentes destacam-se principalmente por maiores níveis de confiança e participação em actividades sociais. Os profissionais liberais caracterizam-se por uma mais elevada participação em actividades sociais e menor associação profissional. Os profissionais técnicos e de enquadramento são a classe social mais confiante e com maior pertença associativa. Os trabalhadores independentes são os que estão menos associados profissionalmente. Os empregados executantes revelam menor confiança social e comparativamente maiores níveis de associação profissional. Os operários são os menos confiantes, os que participam menos em actividades sociais, mas uma das classes sociais com maior nível de associação profissional.

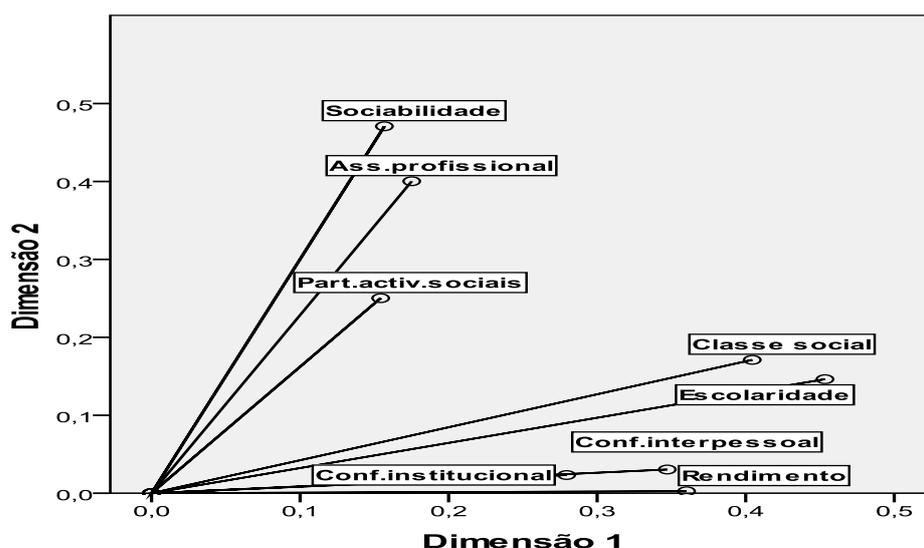
O espaço social europeu das classes, estrutura do capital e acção colectiva

Partindo de uma concepção multidimensional de classe (Silva, 2003), foi desenvolvida uma análise multivariada das relações entre as classes sociais e a acção colectiva a partir da contribuição de instrumentos de caracterização das posições sociais dos indivíduos (Carvalho, 2008 e 2000).

Tomando por referência os resultados de uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) verifica-se que o espaço social europeu das classes e dos seus respectivos capitais estrutura-se em duas dimensões ou eixos analíticos²⁸ (Figura 3.2): uma mais de tipo *posicional* (Dimensão 1), e outra mais de índole *relacional* (Dimensão 2). A Dimensão 1 é construída em trono da classe social, dos recursos económicos e culturais detidos, e da confiança interpessoal e institucional; por seu turno, a Dimensão 2 é definida a partir das práticas de sociabilidade e pertença associativa profissional.

As dimensões *posicional* e *relacional* do espaço social revelam o carácter divisível e flexível da posse de capital social: enquanto as sociabilidades informais, a participação em actividades sociais e a associação profissional, são factores constituintes da última, ao invés, a confiança interpessoal e a confiança institucional radicam na estrutura posicional dos agentes²⁹.

Figura 3.2 – Dimensões posicional e relacional do espaço social (Medidas de discriminação)



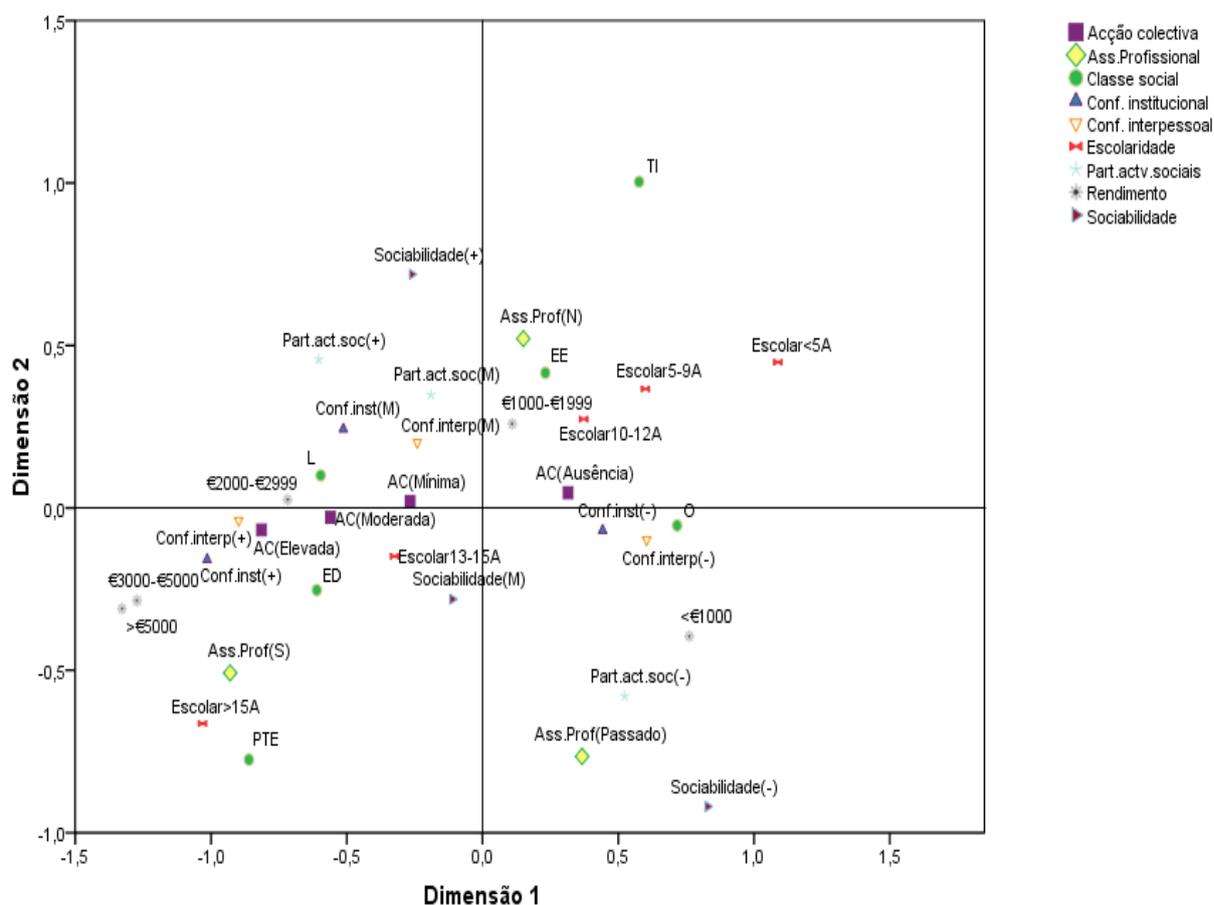
²⁸ Na análise de correspondências múltiplas (ACM), as dimensões apuradas constituem os principais eixos estruturadores e que configuram relacionalmente as diferentes posições das categorias sociais presentes no espaço social em análise.

²⁹ A inscrição em partido político, enquanto factor de capital social, não diferencia no espaço social estrutural das relações entre a classe social, a estrutura do capital e a acção colectiva. De qualquer forma, a ser incluída no modelo ela estaria mais próxima do eixo da *dimensão posicional*.

Conforme pode observar-se na Figura 3.3 existem determinadas configurações societais delimitáveis no espaço social das classes, da estrutura do capital e da acção colectiva:

- Uma configuração societal caracterizada principalmente pela *apropriação de recursos* (Quadrante 3), na qual se destacam as categorias profissionais técnicos e de enquadramento, escolarização elevada, rendimentos médios superiores, forte confiança institucional e interpessoal, e adesão elevada a práticas de acção colectiva.
- Em situação contrária, existe uma configuração que aponta para uma condição de *privação parcial de recursos* (Quadrantes 1/4). Destacam-se as seguintes categorias: operários, baixos níveis de escolaridade e de rendimentos, reduzida confiança social e maior ausência de práticas de acção colectiva.
- Um padrão *relacional mais intenso* (Quadrante 1 e 2), caracterizado por uma maior intensidade de sociabilidades informais, nível médio de participação em actividades sociais e inexistência de pertença associativa profissional. Os trabalhadores independentes e os empregados executantes são as classes sociais mais próximas.
- Por último, uma configuração societal marcada pelo *distanciamento social* (Quadrante 4), devido à reduzida participação em actividades sociais e sociabilidades informais, e por uma associação profissional passada.

Figura 3.3 – O espaço social das classes, estrutura do capital e acção colectiva
(Análise de Correspondências Múltiplas)



Fonte: European Social Survey (2008)

Verifica-se uma inter-relação entre os vários recursos e o modo como a sua distribuição está intimamente associada às posições sociais de classe com impactos sobre as práticas de acção colectiva. A posição social - enquanto matriz multidimensional - constitui então elemento decisivo sobre as práticas de acção colectiva dos agentes sociais e estas tendem a representar um recurso social hierarquizado em função da posição social detida na estrutura social.

Os recursos económicos e escolares produzem principalmente formas de capital relacionadas principalmente com os níveis de confiança e com a pertença associativa. Todavia a posse de mais recursos não implica necessariamente uma maior intensidade relacional, apesar de haver alguma diferenciação relativamente à participação em actividades sociais, designadamente quando se considera a posse de recursos económicos.

Entre os actores onde existe maior densidade relacional, sem associação profissional, verifica-se que esta não é condição suficiente para a ocorrência relevante de práticas de acção colectiva.

Da parte dos agentes sociais em situação de maior privação de recursos, os baixos recursos económicos e escolares caminham a par com a reduzida confiança social. Nos indivíduos em condição de maior distanciamento social, os menores recursos escolares e económicos parecem produzir consequências sobre a reduzida sociabilidade dos agentes no espaço social.

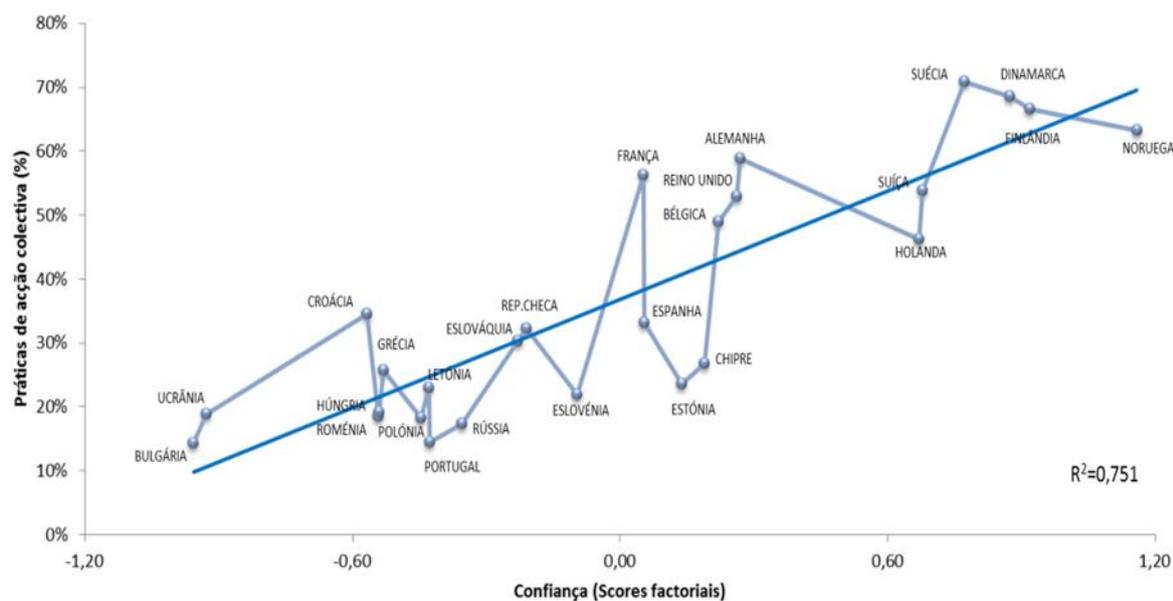
O capital social nos países europeus

Foi possível, através da realização de uma Análise de Componentes Principais (ACP), construir uma escala unidimensional para cada uma das três dimensões constitutivas do capital social - confiança, práticas de sociabilidade e pertença associativa (Ver modelo de capital social na Figura 3.1) – e analisar os seus impactos sobre a acção colectiva no contexto dos países europeus. Como pode observar-se (Gráficos 3.6, 3.7 e 3.8) existe uma relação linear entre cada uma das dimensões de capital social e as práticas de acção colectiva. A qualidade dos modelos analíticos oscila entre os 29% e os 75% ($R^2= 0,29$ e $R^2= 0,75$).

Os países com maior confiança social são de igual modo os países com maior frequência de práticas de acção colectiva (Gráfico 3.6).

Nesta dimensão de capital social, os países nórdicos são os que duplamente manifestam elevados níveis de confiança e de acção colectiva. Seguem-se-lhes os países da Europa Ocidental, ou seja, a Alemanha, França, Reino Unido, Bélgica, e com uma confiança maior a Holanda e Suíça.

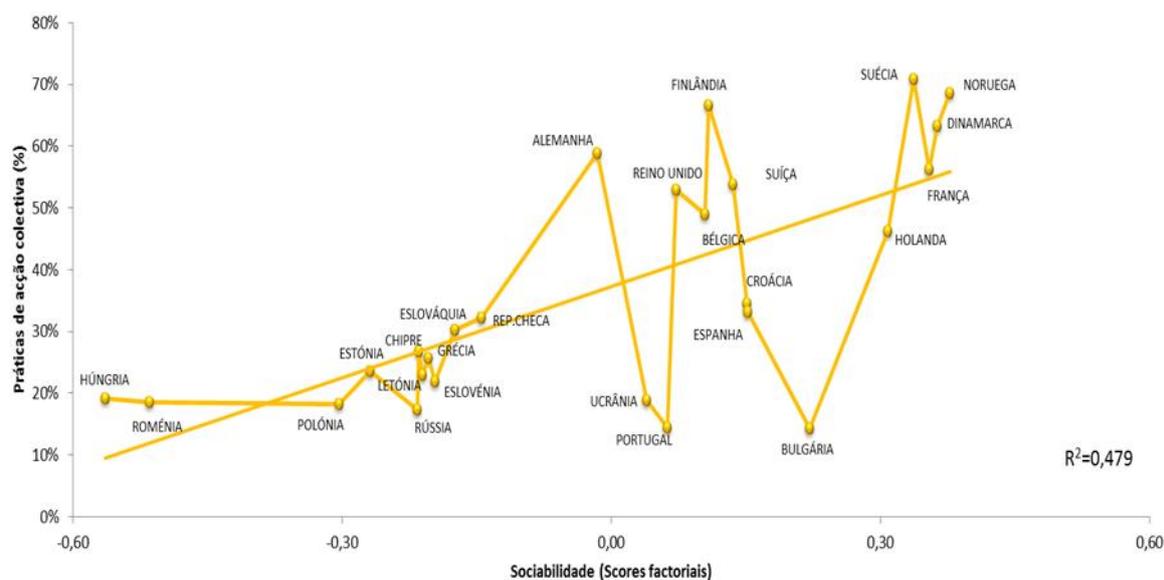
Um terceiro grupo de países integra os países do Sul e Leste da Europa, com, em termos gerais, menor confiança e acção colectiva. Contudo, Espanha e Chipre detém níveis médios positivos de confiança, tal como a Estónia, o único país ex-socialista a revelar esta tendência, ao contrário de todos os restantes países do Leste europeu, acompanhados por Portugal e Grécia, que possuem scores factoriais com valor médio negativo.

Gráfico 3.6 – Confiança³⁰ e acção colectiva na Europa

Fonte: European Social Survey (2008)

Quando comparamos os países na relação entre práticas de sociabilidade e de acção colectiva (Gráfico 3.7), mantém-se a tendência para uma relação linear, mas a configuração macroscópica europeia altera-se comparativamente com o que acontece em relação à confiança. É verdade que os países com mais acção colectiva, com a excepção da Alemanha, são também países com mais elevadas práticas de sociabilidade. Mas nem todos os países com mais sociabilidades manifestam elevada acção colectiva, como são os casos mais salientes da Bulgária, Portugal e Ucrânia, que inclusive, a nível europeu, apresentam das mais baixas percentagens de práticas de acção colectiva. Com excepção da Croácia, os restantes países do Leste europeu, e conjuntamente com Chipre, são os que têm duplamente menos práticas de sociabilidade e reduzida acção colectiva na Europa.

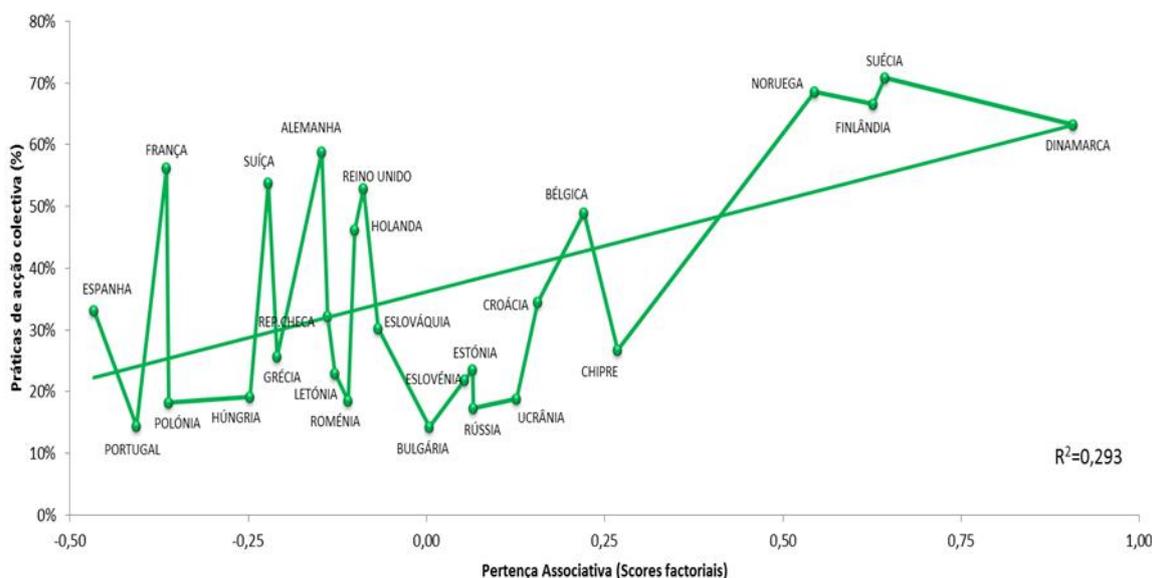
³⁰ Scores factoriais alcançados pela redução a um factor das variáveis “confiança interpessoal” e “confiança institucional”.

Gráfico 3.7 – Práticas de sociabilidade³¹ e acção colectiva na Europa

Fonte: European Social Survey (2008)

Como evidencia o Gráfico 3.8, é na Europa do Norte que se verifica maior pertença associativa. Se Suécia, Noruega, Finlândia e Dinamarca têm simultaneamente elevada pertença associativa e acção colectiva, o mesmo já não acontece, com excepção da Bélgica, por parte dos países da Europa Ocidental, que revelam menor pertença associativa, e estão em referência a França, Suíça, Alemanha e Reino Unido (com médias negativas). Na maioria dos países do Leste europeu e países mediterrânicos, excepto o Chipre, o padrão é de reduzida pertença associativa e acção colectiva. Mas a realidade associativa dos países ex-socialistas não é homogénea, e nos casos da Croácia, Federação Russa, Ucrânia, Eslovénia e Estónia a pertença associativa é mais alta.

³¹ Scores factoriais alcançados pela redução a um factor das variáveis “sociabilidades informais” e “participação em actividades sociais”.

Gráfico 3.8 – Pertença associativa³² e acção colectiva na Europa

Fonte: European Social Survey (2008)

O capital social assume, no conjunto dos países analisados, diversas matizes e combinatórias, e a sua apropriação por parte dos indivíduos, com repercussões na *produção social* de acção colectiva, é simultaneamente a consequência e o resultado de diferentes estruturas sociais, culturas, sistemas institucionais, processos políticos, relações de classe e práticas sociais.

Mas os dados empíricos obtidos revelam algumas tendências gerais: os países nórdicos são os que detém maior volume de capital social na Europa, cumulativamente nas suas três dimensões; seguem-se-lhes os países europeus ocidentais, revelando confiança e práticas de sociabilidade, mas ao invés, com menor pertença associativa – estes dois conjuntos de países distanciam-se em relação aos restantes no que se refere à intensidade das práticas de acção colectiva. Nos países com menor acção colectiva (Leste e Sul da Europa), a confiança tem *scores* médios negativos (com excepção da Espanha, Chipre e Estónia), tal como sucede com as práticas de sociabilidade, mas um conjunto de países (Croácia, Espanha, Portugal, Bulgária e Ucrânia) contrariam este padrão; a pertença associativa é predominantemente baixa mas não muito diferente do que se verifica nos países da Europa ocidental, conquanto alguns países de Leste e o Chipre revelarem maior pertença associativa.

³² Scores factoriais alcançados pela redução a um factor das variáveis “associação profissional” e “inscrição em partido político”.

3.2. Desigualdade económica, estruturas de classes e acção colectiva

Será que a desigualdade económica se reflecte nas dinâmicas de acção colectiva das sociedades europeias? Haverá relevância sociológica em analisar a acção colectiva a partir das estruturas de classes e do respectivo capital económico das classes sociais? Que relações se estabelecem entre desigualdade económica, estruturas de classes e cidadania e qual é a natureza e medida dessas relações a nível europeu?

Um dos instrumentos centrais da sociologia das classes sociais tem sido precisamente o conceito de “estruturas de classes” e a sua consequente operacionalização. Sob diversas perspectivas teóricas e problemáticas, e diversos níveis analíticos e metodológicos, as estruturas de classes têm sido ferramenta e instrumento de apropriação de um conjunto de objectos sociais: a recomposição social, estratificação e mobilidade social (Breen e Rottman, 1995; Erikson e Goldthorpe, 1993; Costa e outros, 2000), o capitalismo e as suas transformações sociais (Wright, 1997; Marshal, 1997), os regimes de *welfare* (Esping-Andersen, 1993 e 1990), as comunidades nos campos (Almeida, 1986), a identidade cultural, etnicidade e culturas de classe (Costa, 1999; Machado, 2002; Pereira, 2005), as desigualdades estruturais (Chauvel, 2001), os valores e atitudes políticas (Almeida e outros, 2006), ou as relações das estruturas de classes com os recursos educativos (Costa e outros, 2008)³³.

Se as estruturas de classes são componentes integrantes das estruturas sociais, e elas são compostas por sistemas de desigualdades sociais de vária ordem (económica, educativa, social), pretende-se observar as suas principais características e averiguar os seus impactos sobre a cidadania (ou conjunto de práticas de acção colectiva) nos países europeus.

A unidade de análise é o país (europeu), instrumento estratégico para captar as estruturas de classe e a densidade de um conjunto de práticas de acção colectiva, e palco de actuação social das classes sociais. Mas o país como unidade de análise articula-se com o nível transnacional, que se convoca para analisar as regularidades e dissemelhanças das estruturas de classes (os agregados transnacionais de classes, utilizando o conceito de Costa e outros, 2008) e para encontrar “estruturas de acção colectivas” (agregados transnacionais de acção colectiva) comuns no conjunto dos países europeus.

É ainda avançada a proposta analítica, com inferência empírica, de decompor o conceito estruturas de classes nas dimensões de desenvolvimento humano, rendimento e desigualdade social, para o que diz respeito ao estudo da acção colectiva a nível europeu.

³³ Com as referências teóricas assinaladas não se pretende graduar, exaurir, nem delimitar o «estado da arte» do conceito “estruturas de classe” na vasta sociologia das classes sociais, mas principalmente evidenciar o seu potencial heurístico.

Contextos estruturais, condições de classe e acção colectiva

Um conjunto de mudanças estruturais verificam-se actualmente na Europa e elas são a resultante dos impactos provocados pela globalização e emergência da sociedade do conhecimento. Estes são processos sociais com consequências sobre a formação e caracterização das estruturas de classes europeias (Costa e outros, 2008).

A Europa é palco e protagonista dos processos de globalização. O território europeu é uma componente da economia mundial de mercado, constitui um pólo do desenvolvimento capitalista mundial e do crescente poder comercial e tecnológico das empresas multinacionais, ou seja, é um motor da globalização económica, que atravessa e se cruza com processos de construção social, institucional e política que marcam a contemporaneidade sócio-histórica da Europa. É nestes processos múltiplos e contextos transversais de interdependência (europeia e mundial) ao longo do tempo, que assenta a divisão internacional do trabalho a nível europeu, e sob os quais devem ser compreendidas as características principais das actuais estruturas de classes.

A globalização económica fez crescer o número de assalariados e a produção estandardizada em grandes quantidades transfere-se para pontos do mundo em que a mão-de-obra é mais barata e acessível (Reich, 1996). A divisão internacional do trabalho é recomposta, por uma desindustrialização do Norte (a Europa mais desenvolvida e América do Norte) que passa a deter economias cada vez mais terciarizadas e dos serviços, enquanto a indústria pesada e a produção de consumo de massas (incluindo informação e software) são transferidos para outras áreas do globo, em particular para a Ásia Central, América Latina e Leste Europeu. Há que focalizar as convulsões sociais, que inevitavelmente acompanham a globalização económica (Castles, 2002), quer por parte dos *ganhadores* quer por parte dos *perdedores* da globalização, seja se, por exemplo, estamos perante conflitualidade por aumentos salariais ou contra as deslocalizações de empresas.

Stephen Castles (2002) sugere que o estudo das mudanças sociais precisa de ter em conta, não só, os aspectos gerais da globalização, mas também os factores específicos que produzem efeitos e reacções variados aos níveis regional, nacional e local. Os processos de mediação entre os factores globais e os factores regionais, nacionais e locais são, no seu entender, o tema central no estudo das transformações sociais. Como refere, “estudar as transformações sociais significa examinar os diferentes modos como a globalização interfere ao nível das comunidades locais e de sociedades nacionais com experiências históricas, padrões económicos e sociais, instituições políticas e culturas altamente diversificados” (2002:130).

Factor central da mudança social é, da mesma forma, a emergência da sociedade do conhecimento que caminha a par dos processos de globalização, concretamente, quando analisamos a expansão da procura no mercado mundial das tecnologias de informação e de comunicação, igualmente com impactos na deslocalização do trabalho. Mudanças graduais e diferenciadas nas tecnologias, que, por sua vez, subtilmente mudaram as formas económicas e outras formas institucionais (Lenski, Lenski, e Nolan, 1991).

Os processos de globalização desenrolaram-se de forma assimétrica. Os sistemas de competitividade e de flexibilidade laboral à escala mundial reforçaram as desigualdades entre países e territórios e no interior dos países (incluindo os países industrializados europeus). Gradualmente, o modelo produtivista deu lugar a um modelo competitivista (ETUI, 2005). Na economia política keynesiana era possível o aumento dos lucros e o crescimento dos salários reais, negociados por princípio em sede de concertação social por sindicatos, governos e capital, actores institucionais que formavam o pilar dos sistemas de relações industriais de base nacional. Este modelo, susceptível de igualmente apelidar-se de “fordista”, acabou por conter o aumento das desigualdades salariais (Reich, 1996; Atkinson, 2005). Mas no actual modelo competitivista trata-se principalmente de produzir mais barato e a globalização económica, enquanto modo de produção, produziu efeitos de polarização e de segmentação nos mercados de trabalho.

A necessidade de contestar a visão unidimensional e apocalíptica das teorias das crescentes e novas desigualdades, não deve ocultar o aumento da desigualdade económica, apesar das variações substanciais entre os países europeus (Diamond e Giddens, 2005; Chauvel, 2001; Esping-Andersen, 2005).

A transição para economias do conhecimento e dos serviços gerou novas formas de crescimento económico, elevada criação de emprego e o aumento exponencial dos analistas simbólicos (Reich, 1996). Contudo, enquanto as mudanças tecnológicas verificadas dinamizaram mais competências técnico-científicas e bem remuneradas, o emprego desqualificado e pior remunerado não desapareceu. As desigualdades de rendimentos foram exacerbadas (Atkinson, 2005), e os trabalhadores de rotina com uma fraca instrução, encontram-se cada vez mais pobres (Reich, 1996).

Ora, as condições socioeconómicas ao longo da história da modernidade sempre exerceram influência sobre os conflitos sociais e políticos. Na estruturação e condições de vida das classes sociais, um conjunto de instituições, actores colectivos, processos e dinâmicas societárias, exercem uma influência não menosprezável. O desenvolvimento social e económico, o Estado, as políticas salariais, as políticas públicas, os sistemas educativo e de

protecção social, é possível afirmar, constroem relações de mediação entre as estruturas de classes e a provável redução ou aumento das desigualdades económicas.

Toda a teoria desenvolvida por Louis Chauvel (2008, 2004, 2001) sobre a “classe objectiva” e a “classe subjectiva” entronca fortemente na questão de saber como as sociedades toleram os seus níveis de desigualdade. No seu entender, a tendência crescente das desigualdades económicas, ou o “regresso” às desigualdades de acumulação, faz precisamente aumentar a importância do estudo das classes sociais. Esta é uma perspectiva dinâmica das desigualdades estruturais e dos seus efeitos sobre as classes, num tempo histórico concreto cujas mutações das «sociedades salariais» e dos direitos sociais assegurados por ela, convocam um retorno à problemática classista. A análise das desigualdades económicas e sociais será estratégica na estruturação das relações sociais de classes. E como salientam Bihr e Pfefferkorn (1995), a capacidade aquisitiva das classes sociais constroem e produzem diferenciações sociais no acesso a bens e serviços materiais e simbólicos.

Como refere Chauvel, a «sociedade salarial» construiu mecanismos sociais que procuravam assegurar uma relativa integração social e possibilidades de mobilidade social. As desigualdades sociais instituídas obteriam um maior grau de consentimento a partir do momento em que fossem engendradas socialmente expectativas de mobilidade no plano subjectivo. Mas a estagnação, como resultado das desigualdades actuais existentes, oferece uma perspectiva de imobilidade e reprodução social (2001:333).

É no entrecruzar entre espaços nacionais e espaços transnacionais que devem ser parametrizadas as relações sociais de classes e os múltiplos impactos dos processos de globalização e desigualdade económica.

Às desigualdades estruturais entre as classes sociais somam-se as desigualdades estruturais entre contextos sociais caracterizados tanto em termos dos perfis de lugares de classe como em termos das classes de agentes. Como referem Costa, e outros, “os lugares de classe são estruturados predominantemente por processos económicos, enquanto as classes de agentes, pelo seu lado, são formadas fundamentalmente através de processos de socialização” (Costa e outros, 2008:15). E é nesta articulação entre “lugares de classe” e “classes de agentes”, como apontam estes autores, que a acção colectiva se constitui.

As desigualdades sociais repercutem-se quer ao nível das oportunidades pessoais, quer ao nível das potencialidades sociais. Por isso, para entender as relações entre desigualdades económicas, estruturas de classes e acção colectiva, devem ser interligados três níveis fundamentais: o das *estruturas sociais transnacionais*, o dos *contextos sociais nacionais* e o das *classes de agentes* (as classes sociais).

Torna-se necessário focalizar o olhar no modo como os recursos e os poderes distribuídos nas sociedades actuais são elementos constitutivos dos processos de acção colectiva (Costa e outros, 2000). Do ponto de vista dos “lugares de classe”, as estruturas de oportunidades são diferenciadas entre as diferentes classes sociais, com impactos igualmente diferenciados nas condições, possibilidades e modos de constituição da acção colectiva. Mas se os contextos estruturais exercem influência sobre as oportunidades sociais das classes, de igual modo, os padrões socioculturais, as configurações institucionais e os percursos históricos, condicionam / potenciam as práticas de cidadania nos respectivos países europeus por parte das “classes de agentes”.

Se a desigualdade económica constitui factor configurador da acção colectiva, tal remete-nos para o problema da articulação do económico e do social no estudo das classes sociais. Se o económico não deve ser o critério principal para a caracterização das classes e se os factores económicos não são os únicos que podem servir de denominador comum à constituição de um grupo social ou adesão a um determinado actor colectivo, não devem ser esvaziados os diferentes universos de produção simbólica de toda a sua dimensão económica (Queiroz, 2007) e o rendimento, no que diz respeito à acção colectiva, remete as classes para universos sociais distintos (ver Figura 3.3).

As sociedades contemporâneas, argumenta Bourdieu, são principalmente estruturadas à volta da distribuição do capital económico e do capital cultural. Os diferentes capitais são convertíveis e transmutáveis em função das lógicas internas de funcionamento dos diferentes campos sociais. Neles, e nas respectivas estruturas de classes e contextos (trans)nacionais, o volume e respectiva estrutura do capital detidos são mobilizáveis na prossecução de práticas de acção colectiva.

Agregados transnacionais de acção colectiva

Estudos anteriores que, sob diversas matizes e perspectivas, tomaram como enfoque a análise comparativa europeia (Barnes e outros 1979; Opp, 1989; Norris, 1999; Jennings e outros, 1990; Norris, 2002; Viegas e Faria, 2007), seja na esfera da sociologia, da ciência política ou da história, à volta de noções muitas vezes sobrepostas, como as de acção colectiva, participação política ou movimento social, na verdade, constata-se que não existe uma tipologia de formas de participação inequivocamente aceite, e provavelmente ela não seria extraordinariamente útil já que as formas de acção colectiva vão mudando e comportam sempre algum grau de hibridez social. No entanto, os indicadores normalmente utilizados acabam por reflectir troncos comuns às diversas tipologias, e o mesmo se passa com o

indicador de práticas de acção colectiva, construído a partir do inquérito internacional “European Social Survey”.

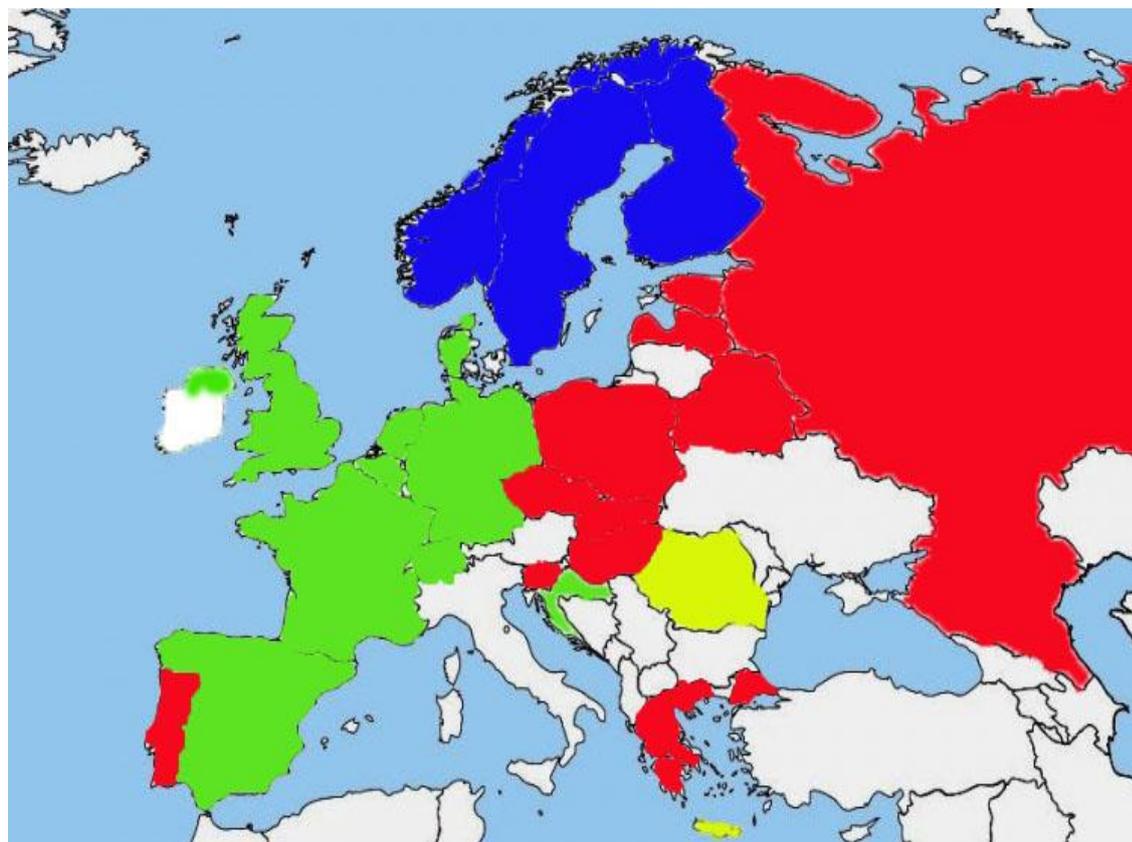
Para apurar a existência de “estruturas de acção colectiva” (Scott, 2001: 111-116), recorreu-se a uma Análise de Clusters a fim de identificar que semelhanças existem entre os diversos países europeus em relação às formas de acção colectiva que constituem o indicador de práticas de acção colectiva (IPAC)³⁴.

Foi possível detectar a existência de quatro “*clusters* (grupos de países) de acção colectiva” (Figura 3.4)³⁵. O *cluster* 1, com níveis mais elevados de práticas de acção colectiva, é formado pelos países da Europa do Norte (Noruega, Suécia e Finlândia); o *cluster* 2, com níveis intermédios de práticas de acção colectiva, e constituído pela Dinamarca e pelos países da Europa Ocidental, ou seja, França, Bélgica, Alemanha, Holanda, Espanha, Suíça e Reino Unido, e ainda pela Croácia; o *cluster* 3, com baixos níveis de acção colectiva, agrupa todos os países da Europa de Leste (Bulgária, Republica Checa, Estónia, Hungria, Letónia, Polónia, Federação Russa, Eslováquia, Eslovénia e Ucrânia), a Grécia e Portugal; e por último, o *cluster* 4, constituído pelo Chipre e Roménia.

³⁴ A fundamentação e ancoragem da noção de “estruturas de acção colectiva”, proposta por John Scott, e a sua imbricação no indicador práticas de acção colectiva, é explicada, recorde-se, no Capítulo dois desta investigação.

³⁵ A opção por uma solução com quatro clusters (grupos de países) foi validada com base em vários ensaios, os quais envolvem diferentes algoritmos hierárquicos de agrupamento.

Figura 3.4 – Intensidades de acção colectiva: segmentação do espaço europeu



Cluster 1: Europa do Norte
 Cluster 2: Europa Ocidental
 Cluster 3: Europa de Leste, Grécia e Portugal
 Cluster 4: Roménia e Chipre



Como se observa no Gráfico 3.9, as diferenças entre os quatro *clusters* de acção colectiva são menos acentuadas no que se refere ao contacto com políticos ou representantes do governo central ou local, onde os quatro clusters revelam percentagens mais aproximadas.

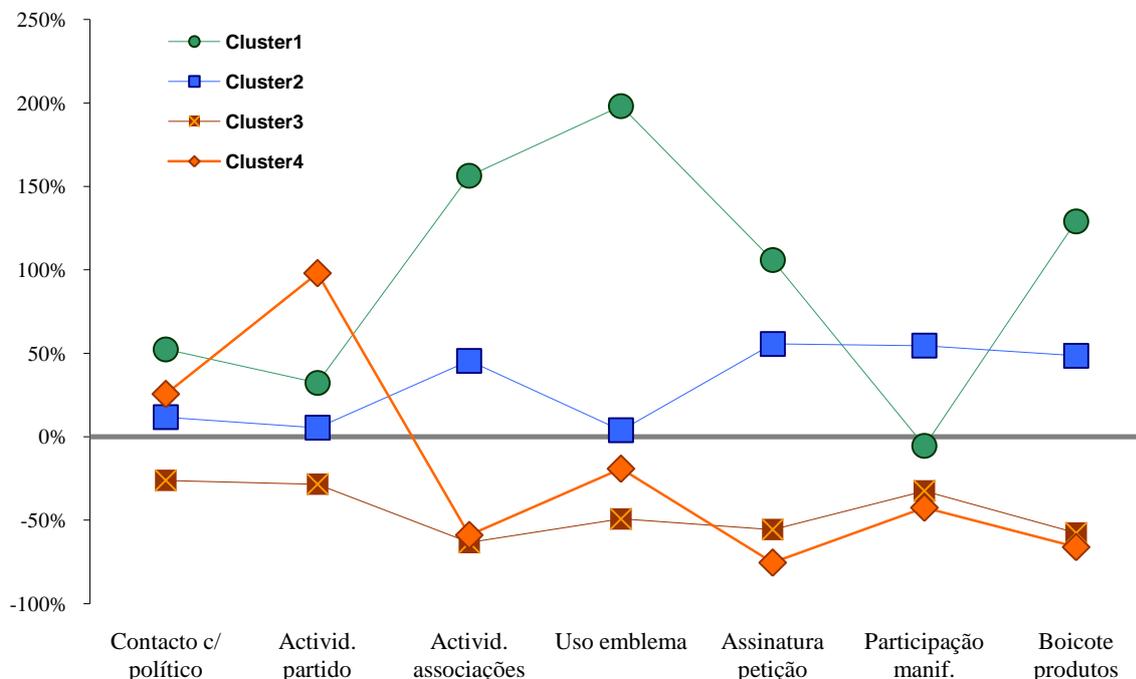
O *cluster* 1 (Noruega, Suécia e Finlândia) revela práticas de acção colectiva bastante superiores aos demais clusters na actividade em associações, uso de emblema, assinatura de petições e no boicote de determinados produtos.

O *cluster* 2 (Europa Central, Dinamarca e Croácia) revela um comportamento relativamente homogéneo, sobressaindo, contudo, um maior envolvimento em associações, assinatura de petições, a participação em manifestações e o boicote de produtos.

Já o *cluster* 3 (Europa de Leste, Grécia e Portugal) tem um padrão de práticas de acção colectiva essencialmente caracterizado pela generalizada baixa adesão a todas as práticas de acção colectiva inquiridas.

O *cluster 4* (Chipre e Roménia) segue um comportamento semelhante ao *Cluster 3* com a excepção de a actividade em partido ou movimento cívico ser uma característica mais presente, a tónica que o diferencia dos demais clusters de acção colectiva.

Gráfico 3.9 – Perfil dos clusters de países segundo as práticas de acção colectiva



Fonte: ESS 2008.

Nota: Para a representação gráfica foi usada a distância em relação à média

Os maiores desfasamentos entre os clusters apurados verificam-se no boicote de determinados produtos (uma das novas formas de participação), no trabalho em associações e assinatura de petições.

Como se observa claramente na Figura 3.4, são notórias as contiguidades territoriais em termos de estruturas de acção colectiva a diferenciarem o espaço europeu. Observa-se uma Europa com quatro padrões e características diferentes de acção colectiva: a Europa do Norte, a Europa Ocidental, o Leste e Europa do Sul, e os casos específicos do Chipre e Roménia.

Agregados transnacionais de classes

Continuando a recorrer à tipologia Almeida, Costa e Machado e aos dados do European Social Survey (ESS) de 2008 (*round 4*), envolvendo 26 países, é possível não apenas caracterizar a composição de classe de cada país mas, para além disso, avançar na pesquisa de estruturas transnacionais de classes (Costa e outros, 2008).

Em moldes idênticos a Costa, e outros (2008), realizou-se uma análise de clusters e foram apuradas estruturas transnacionais de classes a nível europeu³⁶ (Quadro 3.3).

O *cluster 1 de estruturas transnacionais de classes* compreende os países da Europa do Norte e os países ocidentais. Este cluster distingue-se, fundamentalmente, pelo elevado peso dos PTE, a classe mais importante nesta estrutura transnacional de classes, denotando esta uma estrutura económica com forte presença de actividades altamente qualificadas, inovadoras e criativas, centradas na produção e utilização de conhecimento.

O *cluster 2* é constituído unicamente pelo Reino Unido. Este *cluster* diferencia-se do *Cluster 1* pela maior presença dos empregados executantes (EE), a classe mais representada neste cluster (39,3%), e de seguida pelos PTE e EDL. Está-se perante uma sociedade altamente terciarizada.

O *cluster 3* é formado pela Grécia e pela Polónia. Este é um *cluster* que se caracteriza por uma maior presença de EDL e Trabalhadores independentes (TI) e uma menor proporção de PTE.

O *cluster 4*, constituído pela Espanha, Croácia e Portugal assume como principais características um peso maior de empregados executantes (EE), operários (O) e trabalhadores independentes (TI).

O *cluster 5 de estruturas transnacionais de classes* é constituído exclusivamente pelos países do Leste europeu, caracterizado por um forte sector industrializado, devido à predominância dos operários, seguido pelos empregados executantes (EE) e PTE. Os TI são em número reduzido.

³⁶ Os dados trabalhados por esta investigação vão, de uma forma geral, ao encontro dos resultados alcançados por Costa e outros (2008), relativos ao European Social Survey 2004, apesar dos países participantes não coincidirem na totalidade.

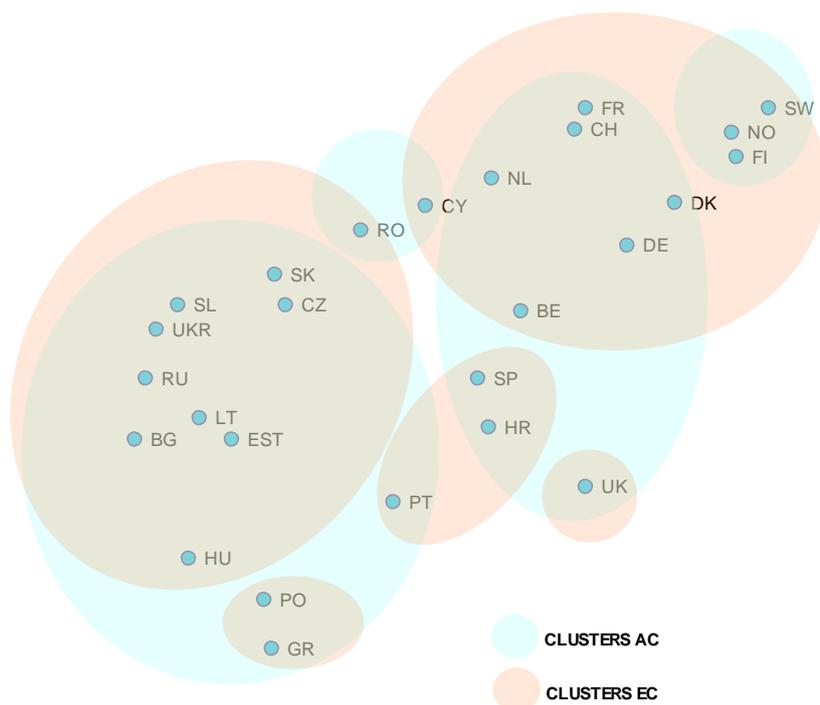
Quadro 3.3 – Estruturas transnacionais de classes
(Análise de Clusters)

CLUSTERS	Países	EDL	PTE	TI	EE	OP	Total
	Total-ESS	12,9	26,6	4,8	29,2	26,5	100,0
1	Holanda	21,0	33,1	3,3	31,5	11,0	100,0
	Bélgica	18,3	27,7	3,8	28,0	22,2	100,0
	Suíça	16,6	35,1	4,1	27,0	17,2	100,0
	Dinamarca	16,2	32,1	1,5	30,5	19,7	100,0
	Alemanha	14,4	30,4	3,1	30,4	21,5	100,0
	Finlândia	14,2	28,8	7,1	26,7	23,1	100,0
	Noruega	13,7	35,5	3,7	30,2	16,9	100,0
	Chipre	13,0	27,7	8,4	31,4	19,5	100,0
	Suécia	11,9	35,6	3,8	30,0	18,7	100,0
	França	11,4	35,6	2,5	30,3	20,4	100,0
	Total	15,1	32,2	4,1	29,6	19,0	100,0
2	Reino Unido	17,9	20,6	5,5	39,3	16,7	100,0
	Total	17,9	20,6	5,5	39,3	16,7	100,0
3	Grécia	19,8	11,9	17,5	33,3	17,4	100,0
	Polónia	16,4	18,0	12,3	23,3	30,0	100,0
	Total	18,1	15,0	14,9	28,3	23,7	100,0
4	Espanha	13,3	14,7	7,5	35,0	29,6	100,0
	Croácia	7,0	29,7	4,2	34,6	24,5	100,0
	Portugal	7,0	13,6	9,4	36,2	33,9	100,0
	Total	9,1	19,3	7,0	35,3	29,3	100,0
5	Estonia	17,2	22,5	1,4	22,9	36,0	100,0
	Ucrânia	13,7	30,1	3,3	24,1	28,8	100,0
	Eslováquia	10,6	29,2	2,7	27,5	30,1	100,0
	Eslovénia	10,6	30,0	3,9	26,9	28,6	100,0
	Roménia	9,5	25,3	1,2	24,4	39,6	100,0
	Republica Checa	9,4	28,0	5,1	25,0	32,6	100,0
	Bulgária	9,1	22,5	3,0	25,8	39,6	100,0
	Letónia	8,5	23,4	1,3	32,3	34,5	100,0
	Hungria	7,6	17,7	3,6	28,5	42,6	100,0
	Federação Russa	6,3	32,7	2,1	24,8	34,1	100,0
Total	10,3	26,1	2,8	26,2	34,7	100,0	

Fonte: ESS 2008.

Ora até que ponto são coincidentes as *estruturas transnacionais de classes* e os *clusters de acção colectiva* apurados a nível europeu? Apesar de algumas especificidades, os *clusters de acção colectiva* (clusters AC) aferidos para o espaço social europeu coincidem aproximadamente com as *estruturas transnacionais de classe* (clusters EC) (Figura 3.5).

A relativa sobreposição entre *estruturas transnacionais de classes* e *clusters* de acção colectiva é tendencialmente visível, salvo algumas excepções, na segmentação produzida a nível europeu entre os países da Europa do Norte, os países da Europa Ocidental, os países da Europa do Sul, e os países europeus de Leste.

Figura 3.5 - Estruturas Transnacionais de Classes e *Clusters* de acção colectiva

Fonte: ESS 2008.

Os países pertencentes ao *cluster 1 de acção colectiva* pertencem ao *cluster 1 das estruturas transnacionais de classes*. Os países que estão incluídos nesta dupla condição de pertença são a Noruega, a Suécia e a Finlândia, ou seja, simultaneamente aqueles com uma estrutura social marcada pela relevante presença dos PTE's e uma maior intensidade de práticas de acção colectiva.

Os países pertencentes ao *cluster 2 de acção colectiva*, com níveis intermédios de práticas de acção colectiva, dispõem-se nas estruturas transnacionais de classes pelos *cluster 1* (a grande maioria dos países da Europa ocidental), *cluster 2* (o caso do Reino Unido), e *cluster 4* (Espanha e Croácia).

Os países pertencentes ao *cluster 3 de acção colectiva*, com níveis inferiores de acção colectiva, estão distribuídos nas estruturas transnacionais de classes pelo *cluster 5* (onde se integram a esmagadora maioria dos países do Leste europeu), a totalidade dos países do *cluster 3* (Grécia e Polónia) e Portugal do *cluster 4*.

Os países do *cluster 4 de acção colectiva*, Chipre e Roménia, pertencem respectivamente aos *clusters 1 e 5 das estruturas transnacionais de classes*.

Desenvolvimento, rendimento e desigualdade social

Entre as estruturas transnacionais de classes e a acção colectiva será profícua a consideração analítica dos contextos macro-sociais de cada país, mais especificamente, o seu desenvolvimento social e económico, e níveis de desigualdades sociais. Operacionalizando o problema, é lançada a hipótese de que a relação entre estruturas de classes e práticas de acção colectiva será melhor explicada se observarmos o comportamento do índice de desenvolvimento humano (IDH), o rendimento líquido dos indivíduos (RLI) e através da medida de desigualdade social “S80 /S20”.

Figura 3.6 – Dimensões das estruturas de classes³⁷



Em 1990, o PNUD, com o seu Relatório do Desenvolvimento Humano, encontrava uma alternativa para além do rendimento *per capita* como única e principal medida do desenvolvimento. Recomendava que se visse o desenvolvimento de uma forma muito mais ampla, como um aumento da capacidade humana e propunha medi-lo também de forma diferente. No fundo, era a consagração da premissa de que um rendimento mais elevado não era condição necessária nem suficiente para o desenvolvimento humano (Sutcliffe, 2004).

Como se pode observar no Gráfico 3.10, quanto maior é o nível de desenvolvimento humano de um determinado país, maior é também a percentagem de práticas de acção colectiva verificada³⁸.

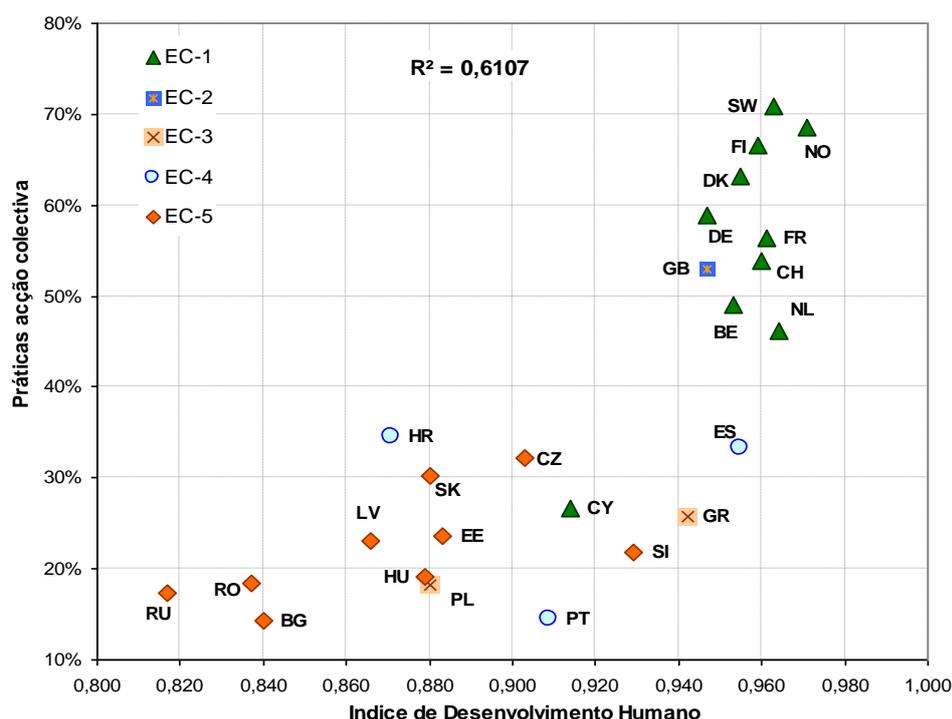
³⁷ O modelo analítico que se sugere e os resultados empíricos que se apresentam, dão conta de um enfoque possível da proposta de decomposição do conceito estruturas de classes.

³⁸ Coeficiente de correlação (R de Pearson) R = 0,6107.

São as *estruturas transnacionais de classes dos clusters 1 e 2* as que revelam maior desenvolvimento humano e práticas de acção colectiva. Na relação entre IDH/IPAC (indicador de práticas de acção colectiva) é visível a distância entre os *clusters 1 e 2* e os restantes *clusters de estruturas transnacionais de classes*.

Nos países com menor índice de desenvolvimento humano os seus cidadãos manifestam menos práticas de acção colectiva, nomeadamente na Bulgária, Roménia e Federação Russa.

Gráfico 3.10 - Desenvolvimento humano (IDH)³⁹ e acção colectiva na Europa



Fonte: PNUD e ESS de 2008

Constata-se, de igual modo, que o maior rendimento dos indivíduos num determinado país se reflecte positivamente na adesão a práticas de acção colectiva (Gráfico 3.11)⁴⁰. Os *clusters 1 e 2 das estruturas transnacionais de classes* são os que possuem um maior rendimento

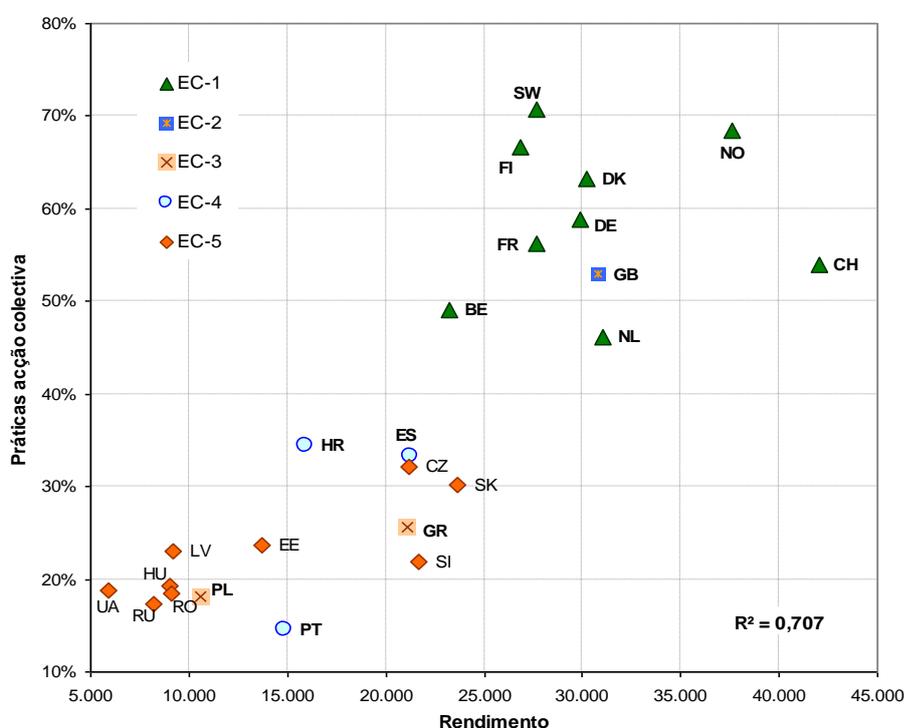
³⁹ O índice de desenvolvimento humano (IDH) é uma medida compósita construída a partir de três dimensões substantivas: longevidade e saúde dos indivíduos, conhecimento e condições de vida. A primeira dimensão é operacionalizada a partir do indicador esperança média de vida; a segunda com base na literacia de adultos e nas taxas de participação no sistema de ensino; as condições de vida dos indivíduos são medidas através do produto interno bruto per capita. O Índice de Desenvolvimento Humano é considerado elevado, médio e baixo quando os resultados dos países são superiores a 0,80, entre 0,79 e 0,50 e abaixo de 0,50, respectivamente (Nota extraída do Observatório das Desigualdades a partir do PNUD).

⁴⁰ $R^2 = 0,707$.

relativamente aos restantes *clusters* e simultaneamente maior frequência de práticas de acção colectiva.

As estruturas transnacionais de classes dos *clusters* 3, 4 e 5 não são contudo homogéneas ao ponto de se diferenciarem entre si em termos de rendimento, mas têm em comum o seu relativo baixo padrão de práticas de acção colectiva, apesar de Espanha, Croácia, Grécia, Eslováquia, República Checa e Eslovénia se destacarem por possuírem, em termos relativos, maior rendimento e maior frequência de práticas de acção colectiva que os restantes países dos referidos *clusters*.

Gráfico 3.11 – Rendimento líquido dos indivíduos⁴¹ e acção colectiva nos países europeus



Fonte: ESS 2008.

⁴¹ O indicador “rendimento líquido dos indivíduos” foi construído com base na variável “Rendimento” do ESS a qual foi submetida a um processo de transformação cujo resultado permite o seu tratamento como variável quantitativa bem como a sua comparação entre indivíduos de diferentes países. O processo de transformação teve como primeiro passo o cálculo do valor central da classe de rendimento de cada indivíduo. Porque as classes de rendimento nos dados originais do inquérito se encontram na moeda (local) de cada país, o passo seguinte do processo de transformação correspondeu à conversão dos valores centrais de cada classe de rendimento em valores em moeda comum, isto é, o Euro (utilizando para tal a taxa de câmbio apresentada nos documentos de referência do ESS2008). O processo conclui-se com a aplicação, a todos os indivíduos do respectivo factor de Paridades de Poder de Compra (Purchasing Power Standard), usando a informação do INE, eliminando, assim, os efeitos das diferenças nos níveis de preços entre países e permitindo, desta forma, uma adequada comparação real entre os níveis de rendimento dos indivíduos.

De igual modo, verifica-se o impacto do rendimento das classes sociais sobre a acção colectiva (Gráfico 3.12). A leitura do gráfico permite constatar que a inserção das classes sociais em determinadas estruturas de classes e estruturas do rendimento influi directamente sobre a adesão a práticas de acção colectiva⁴².

Os EDL e PTE das *estruturas de classes dos clusters 1 e 2* são claramente os que auferem maiores rendimentos e simultaneamente revelam mais acção colectiva.

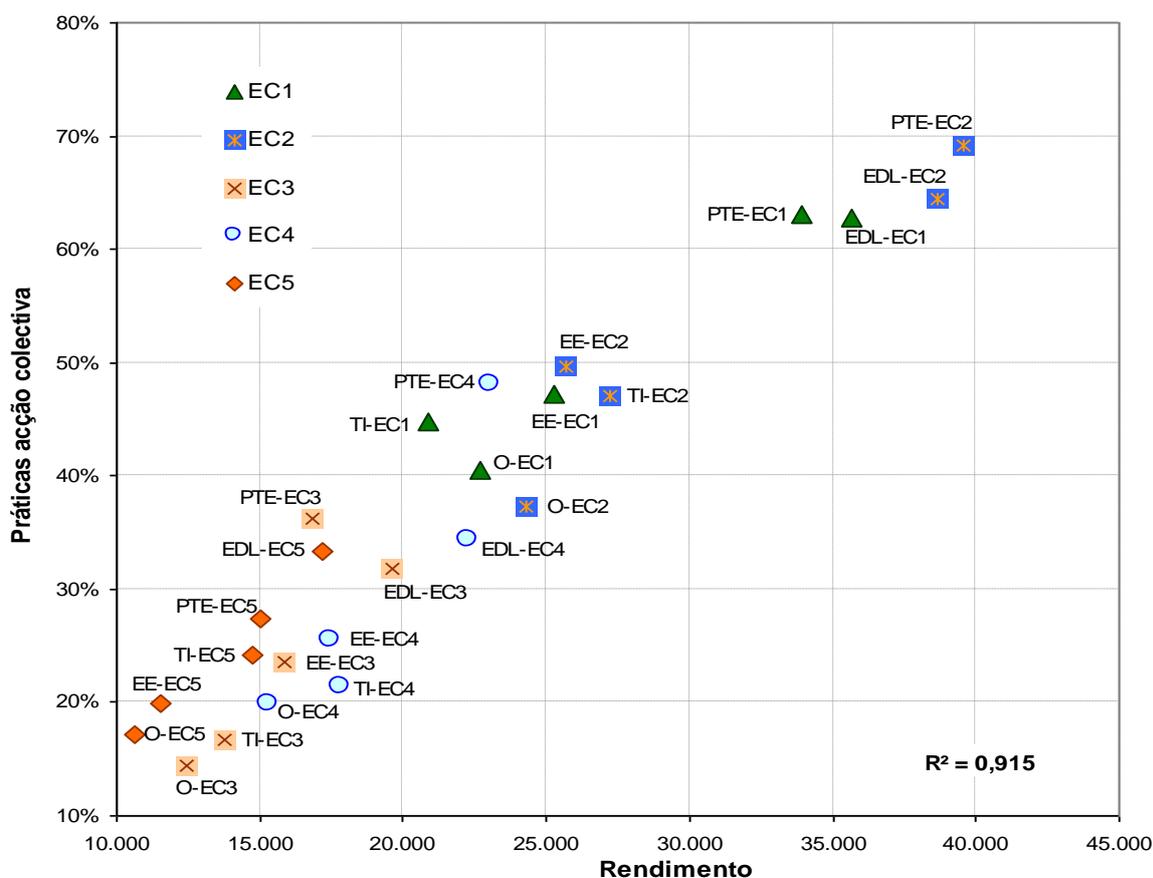
De facto, em todas as classes sociais, à medida que se passa dos *cluster 1 e 2* para os *clusters 3, 4 e 5 das estruturas transnacionais de classes*, verifica-se uma redução contínua das taxas de adesão a práticas de acção colectiva por parte das respectivas classes sociais.

As classes pior posicionadas na estrutura social nacional se estiverem incluídas em determinadas estruturas de classes e auferirem maiores rendimentos, tem tendência a revelarem níveis de acção colectiva superiores a classes sociais bem posicionadas na estrutura social nacional mas com rendimentos médios inferiores⁴³.

⁴² $R^2 = 0,915$.

⁴³ Por exemplo, os empregados executantes e até mesmo os operários das *estruturas de classes dos clusters 1 e 2* detêm maior rendimento e práticas de acção colectiva que, por exemplo, os PTEs das *estruturas de classes dos clusters 3 e 5*.

Gráfico 3.12 – Rendimento líquido das classes sociais e ação colectiva nas estruturas transnacionais de classes



Fonte: ESS 2008.

A influência sobretudo *dos clusters 1 e 2 das estruturas transnacionais de classes* parecem influir positivamente sobre as práticas de ação colectiva.

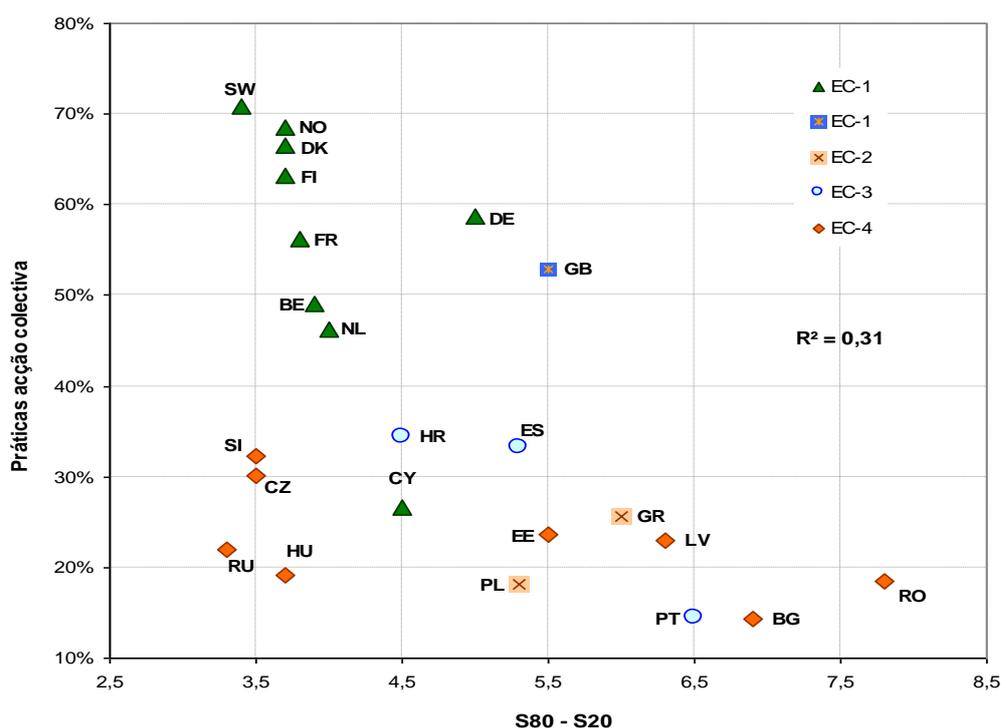
Em todas as estruturas de classes europeias verifica-se um padrão regular: são sempre os EDL e PTE os que têm mais práticas de ação colectiva e os operários os com menor ação colectiva.

Quanto ao indicador de desigualdade social, ele não diferencia determinadas estruturas transnacionais de classes europeias (Gráfico 3.13). De qualquer modo, os países do *cluster 1* são os que revelam menores níveis de desigualdade social, ou seja, os nórdicos, a Alemanha, França e Bélgica. O *cluster 5*, constituído pelos países do Leste europeu é claramente dicotómico uma vez que nele estão os países mais e menos desiguais da Europa. Quanto ao *cluster 2*, ou seja, o Reino Unido, afasta-se dos padrões dominantes de maior igualdade que caracteriza o *cluster 1*, ao contrário do que sucede quando se comparam os níveis de desenvolvimento humano e económico.

Quanto maior é o nível de desigualdade social no país, menores são os níveis de acção colectiva dos seus cidadãos⁴⁴. Ou seja, na generalidade dos casos, os países mais igualitários são também os países com maiores níveis de acção colectiva.

Constata-se, porém, que a existência de um maior igualitarismo em alguns países ex-comunistas não implica que estes desenvolvam mais acção colectiva, como é o caso da Hungria, Fed.Russa, Rep.Checa e Eslovénia.

Gráfico 3.13 - Desigualdade social⁴⁵ e acção colectiva na Europa



Fonte: ESS 2008 e Eurostat (2010)⁴⁶

Como refere Silva, a igualdade jurídico-política dos cidadãos colide com o desigual poder de disposição e distribuição de recursos, “quando se avalia pela mesma bitola «democrática» as diferentes classes e grupos sociais quanto à natureza e ao grau de acesso a bens e serviços, assim como os seus recursos políticos, comunicativos e culturais” (2006:142). Esse desigual

⁴⁴ $R^2 = 0,31$.

⁴⁵ A desigualdade social foi medida através do indicador S80/S20. O S80/S20 é um "rácio de percentil" que é calculado a partir da diferença entre o rendimento monetário líquido recebido pelos 20% da população que detém níveis mais elevados de rendimento (quartil do topo) e o rendimento auferido pelos 20% com menor nível de rendimento (quartil da base) (Nota metodológica extraída do Observatório das Desigualdades).

⁴⁶ Dados empíricos referentes ao ano de 2008.

poder, estrutural, verifica-se e observa-se, concomitantemente, ao nível dos contextos sociais nacionais e transnacionais, e correspondentes assimetrias sociais de desenvolvimento humano, rendimento e desigualdade social.

É necessário observar o que está a acontecer nas “estruturas de oportunidades” dos países europeus. Uma questão central, suscita Esping-Andersen (2005), é verificar se as crescentes desigualdades económicas estão a caminhar a par com maiores desigualdades de oportunidades ao longo do curso de vida e entre gerações.

Não é possível deter uma visão mecanicista entre desigualdade social e democracia (Whitehead, 2002), mas certamente que a existência de desigualdades sociais, num sentido amplo e lato, interfere sobre a qualidade das democracias europeias.

3.3. Género e acção colectiva

A libertação da mulher

tem como primeira condição prévia

a reintegração de todo o sexo feminino

na indústria pública (Friedrich Engels, 1891).

Ao longo das últimas décadas várias mudanças sociais ocorreram no que concerne aos direitos de igualdade entre homens e mulheres. Pode-se mesmo afirmar que se assistiu a uma revolução nos papéis de género com consideráveis avanços no campo legislativo, das políticas públicas e sistemas educativos, tal como nos universos simbólicos-ideológicos e culturais dos indivíduos, com repercussões nas práticas de socialização e relações de sociabilidade.

Mudança institucional com consequências de fundo foi a participação crescente das mulheres na força de trabalho. A integração das mulheres nos mercados de trabalho permitiu alargar decisivamente os horizontes da sua participação cidadã no contexto das sociedades contemporâneas. Processo estrutural, de igual modo relevante, consiste na gradual feminização dos graus mais elevados de ensino. Com efeito, se no passado os homens eram mais escolarizados que as mulheres, a tendência inverte-se gradualmente nas gerações europeias mais jovens (Costa e outros, 2000).

Mas as desigualdades de género, em múltiplos domínios, não desapareceram. Se essas desigualdades constituem tema de grande visibilidade pública nas sociedades industrializadas e do conhecimento, e se é reconhecida a relativa exclusão das mulheres da esfera política, sobretudo ao nível da sua presença nas instituições políticas representativas, fará sentido

inferir sobre a participação de género em relação a um conjunto de diferentes modalidades de acção colectiva? Se se passou de um *traditional gender gap* para um *modern gender gap* (Torres e Brites, 2007) sobretudo ao nível da participação política, que causalidades estruturais poderão estar por detrás de eventuais diferenças de acção colectiva por parte de mulheres e homens na Europa?

Desde o marxismo até aos estudos feministas ou estudos culturalistas, o género tem sido um tema predominante na sociologia moderna. O mesmo se verifica na sociologia das classes sociais (Crompton, 2003, 1998, 1996; Wright, 1997; Bennet e outros, 2009; Marshall, 1997; Bottero, 2005, 1998; Bottero e Irwin, 2003). As classes sociais e a sua inter-relação com o género constituem o fio condutor analítico e interpretativo das características de acção colectiva aqui observadas.

Serão as dinâmicas sociais e culturais de género relevantes sobre a cidadania dos europeus? Observa-se o comportamento dos sexos masculino e feminino em diferentes modalidades de acção colectiva, para depois se analisar o impacto da interpenetração estrutural da classe social e do género sobre a acção colectiva.

Os avanços femininos, quer na participação no mercado de trabalho, quer na escolaridade, como se reflectem na acção colectiva das sociedades modernas europeias? Que consequências sobre a cidadania terão os novos recursos educacionais das mulheres? Em concomitância inscrita numa análise de classes, analisam-se as influências do capital escolar (cultural) e dos recursos organizacionais (como atributo do campo laboral) sobre a acção colectiva de homens e mulheres.

Tal como, ao se compararem os países europeus da amostra do “European Social Survey”, se procura principalmente aferir se as suas (des)igualdades de género – para o efeito, utilizando o indicador internacional “global gender gap” (GGG) – diferenciam ou não a acção colectiva dos cidadãos europeus nos seus respectivos países.

O género em diferentes modalidades de acção colectiva

A relação entre género e cidadania tem sido discutida, sob diversas abordagens, por vários autores, seja a partir de uma perspectiva teórica do conflito e da dominação social (Parkin, 1971; Lockwood, 1986; Walby, 1986), da análise das classes e da estratificação (Crompton, 1998), sejam a partir de enfoques, como a condição feminina (Cabral, 1997), a identidade social (Kelly e Breinlinger, 1996), a presença em sindicatos (Grint, 2002), ou a participação em associações voluntárias (Popielarz, 1999).

O desenvolvimento histórico da cidadania é ele próprio marcado pela desigual participação de homens e mulheres. Ao longo dos séculos, às mulheres fora negado um completo e efectivo envolvimento civil e político. A política foi, até muito recentemente, considerada um assunto de homens. A par e/ou inscrito no movimento operário, as lutas de libertação das mulheres marcar(am) a modernidade e são muitas as etapas e os momentos históricos decisivos da sua emancipação, em que o movimento sufragista, ou figuras como Louise Michel ou Clara Zetkin, constituem provavelmente os melhores exemplos. Nos últimos cinquenta anos, e com a consolidação das democracias ocidentais, os direitos das mulheres são progressivamente incorporados nas instituições e culturas.

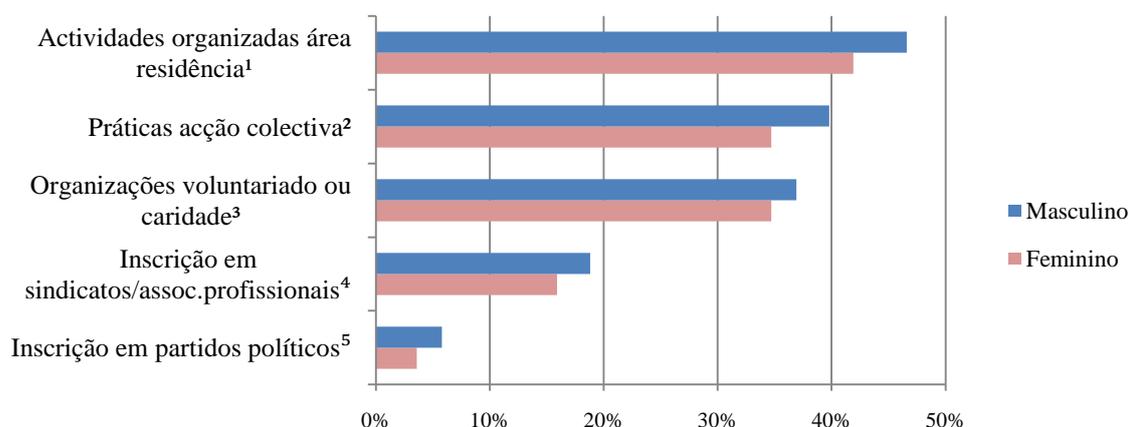
Mas apesar dos avanços alcançados, as desigualdades de género reflectem-se na cidadania (Lister, 2001), e principalmente na cidadania política. As razões são principalmente de ordem estrutural em virtude da desigual divisão social do trabalho. Quer isto dizer que é a partir da centralidade do trabalho (Carvalho da Silva, 2007) que devem entendidos os padrões de cidadania política e acção colectiva de homens e mulheres.

Persistem constrangimentos económicos, desigualdades salariais, dificuldades acrescidas para as mulheres nos contextos organizacionais e inserção nos mercados de trabalho, com repercussões na conciliação vida familiar – vida profissional.

Uma análise da esfera profissional não pode isolar a ligação casa-trabalho. A divisão social do trabalho em função do género, que surge a partir da esfera privada das relações familiares, condiciona o acesso diferenciado à esfera pública e aos seus direitos económicos, políticos e sociais nos quais se efectiva o exercício da cidadania (Lister, 2003).

A partir de dados fornecidos pelo inquérito internacional “European Social Survey”, num conjunto de indicadores de pertença associativa e acção colectiva (Gráfico 3.14), concretamente, a participação em actividades organizadas na área de residência e em organizações de voluntariado ou caridade, no agregado que constitui o indicador práticas de acção colectiva, e a inscrição em sindicatos / associações profissionais e em partidos políticos, podemos notar as diferenças de participação menores por parte das mulheres em todas as situações descritas.

Gráfico 3.14 – Pertença associativa e acção colectiva na Europa, por sexo (%)



Fontes: European Social Survey (2006 e 2008)

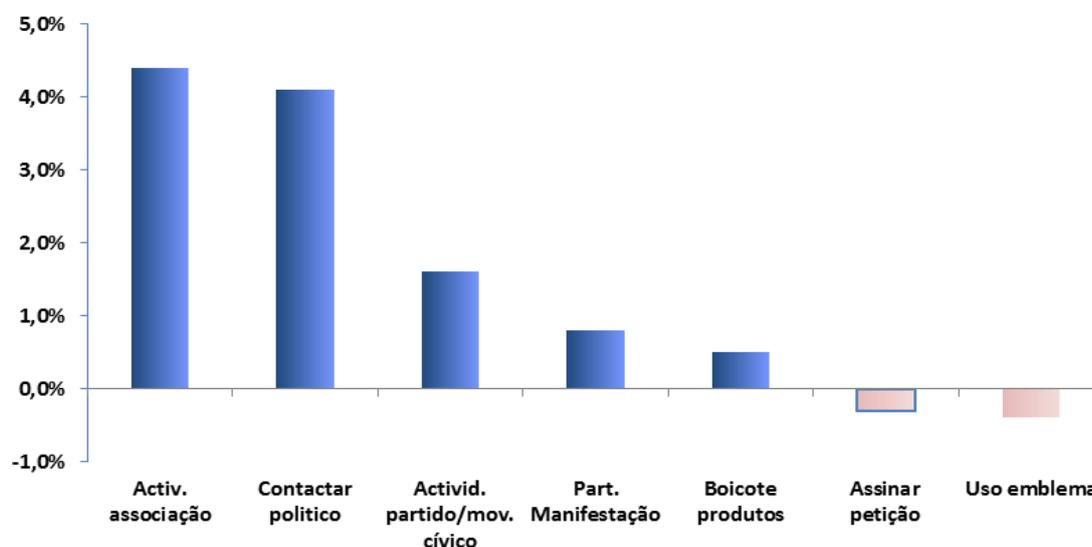
- (1) $\chi^2(5) = 91,101$; $p \leq 0,001$. V Cramer = 0,05
 (2) $\chi^2(3) = 134,849$; $p \leq 0,001$. V Cramer = 0,052
 (3) $\chi^2(5) = 41,344$; $p \leq 0,001$. V Cramer = 0,034
 (4) $\chi^2(2) = 82,075$; $p \leq 0,001$. V Cramer = 0,041
 (5) Teste de Fisher = 143,131 ; $p \leq 0,001$. V Cramer = 0,054

Estudos e inquéritos sobre a ocupação do tempo mostram a sobrecarga de tarefas que as mulheres acabam por desempenhar, seja a maternidade ou as actividades domésticas, e que lhes deixam pouca disponibilidade para outras actividades (Perista, 2002; Torres e Brites, 2007). Estas são também limitações objectivas que afastam as mulheres dos domínios da participação política.

A reprodução da dominação masculina (Bourdieu, 1999) é visível de múltiplas formas, desde os constrangimentos familiares e profissionais, a distribuição de autoridade e das obrigações sociais entre os sexos, até à auto-responsabilização feminina pelo exercício das tarefas familiares (Torres e Brites, 2007).

Analisando o comportamento das variáveis que compõem o *indicador de práticas de acção colectiva* (IPAC) verifica-se que determinadas práticas de acção colectiva, sobretudo as que envolvem o contacto com político, o que poderá significar uma maior proximidade ou afastamento da política institucional e convencional, bem como as que implicam um envolvimento mais prolongado, como são a actividade em partido e associações, são aquelas onde a mulher menos participa (Gráfico 3.15). Na assinatura de petição e uso de emblema as mulheres aderem mais que os homens, mas de modo muito semelhante⁴⁷.

⁴⁷ Também se verifica que o decréscimo no indicador de práticas de acção colectiva é maior nas mulheres que nos homens, ou seja, as diferenças de participação entre os sexos masculino e feminino é maior, a favor dos homens, à medida que aumenta a intensidade das práticas de acção colectiva.

Gráfico 3.15. Distribuição sexual no indicador práticas de acção colectiva (Diferença homens -mulheres⁴⁸)

Fonte: European Social Survey (2008)

O funcionamento do universo político e os seus mecanismos específicos, as regras e normas implícitas que favorecem quem não tenha responsabilidades acrescidas, como as familiares - tendem a produzir efeitos de exclusão das mulheres (Viegas e Faria, 2001). Verifica-se, assim, um duplo efeito de exclusão e de auto-exclusão, gerado no quotidiano da vida social, com poderosos efeitos simbólicos, que tornam difícil a igualdade de participação do género feminino (Torres e Brites, 2007).

A conjugação dos efeitos classe social e género sobre a acção colectiva

Propõe-se a adopção de uma perspectiva multidimensional dos efeitos conjugados da classe social e do género sobre a formação das práticas de acção colectiva.

A necessidade de ultrapassar uma excessiva visão culturalista nos estudos sobre o género (Crompton, 2003; Turner, 2001), recoloca a importância das classes sociais e a sua inter-relação com o género. Um conjunto de propostas teóricas alerta para a relevância heurística de explorar o entrecruzamento das diferentes dinâmicas das desigualdades sociais quando se procura interpretar as relações de género e as suas consequências sociais (Crompton, 1996, 2003; Wright, 1997; Bottero, 1998).

⁴⁸ A diferença positiva indica maior participação masculina e vice-versa.

Classe e género são conceitos de natureza distinta, ou seja, cada um deles existem independentemente de si próprios, mas ambos tendem a ser enriquecidos mutuamente quando são trabalhados em articulação e complementaridade. Uma das tarefas da análise das classes consiste precisamente em compreender os efeitos destas relações autónomas e interdependentes. É sob estas premissas que, por exemplo, Olin Wright (1997) propõe o conceito de “relações de classe mediadas”.

As diferenças de género estão vertidas nas hierarquias sociais e relações assimétricas de poder, conquanto, as estruturas sociais têm um impacto diferenciado nas mulheres e homens, traduzidas nas suas condições de vida e nos planos culturais e simbólico. Se na verdade, as relações de género atravessam processos culturais, as implicações de status passam igualmente pelas posições sociais (e de classe) ocupadas nas estruturas sociais e consequentes relações de autoridade assumidas.

As estruturas de classes são incubadoras das relações de género, os impactos dos factores de classe não podem ser isolados dos factores de género. As estruturas de classe têm, por isso, determinadas características de género. Os mercados de trabalho também eles são produtores de efeitos de segmentação de género.

Quais são as classes sociais maioritariamente masculinas e maioritariamente femininas na Europa? Uma leitura comparativa das três colunas do quadro 3.4 permite uma leitura integrada da divisão sexual dos lugares de classe na estrutura social transnacional europeia.

O sexo reparte-se diferenciadamente nas estruturas de classe, principalmente em relação aos Empresários e Dirigentes, Profissionais Técnicos e de Enquadramento, Empregados Executantes e Operários (Quadro 3.4)⁴⁹.

Se 9,9% dos inquiridos na amostra são Empresários e Dirigentes (ED), 14,1% dos homens e 6,1% das mulheres pertencem a esta classe social. Uma distribuição em função do género onde uma percentagem superior pertence aos homens acontece também no caso dos Operários, onde 38,9% dos homens e 15,2% das mulheres são operárias (no total da amostra 26,5% pertencem ao operariado).

⁴⁹ Os resultados obtidos vão ao encontro do estudo desenvolvido por Almeida e outros (2006).

Quadro 3.4 – Classe social e sexo na Europa (total dos indivíduos)

Classe social	Sexo					
	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	N	%	N	%
Empresários e Dirigentes (ED)	2905	14,1	1386	6,1	4291	9,9
Profissionais Liberais (L)	705	3,4	608	2,7	1313	3
Prof. Técn. Enquadramento (PTE)	4565	22,1	6905	30,3	11470	26,4
Trabalhadores Independentes (TI)	1185	5,7	893	3,9	2078	4,8
Empregados Executantes (EE)	3237	15,7	9506	41,8	12743	29,4
Operários (O)	8015	38,9	3457	15,2	11472	26,5
Total	20612	100,0	22755	100,0	43367	100,0

Fonte: European Social Survey (2008)

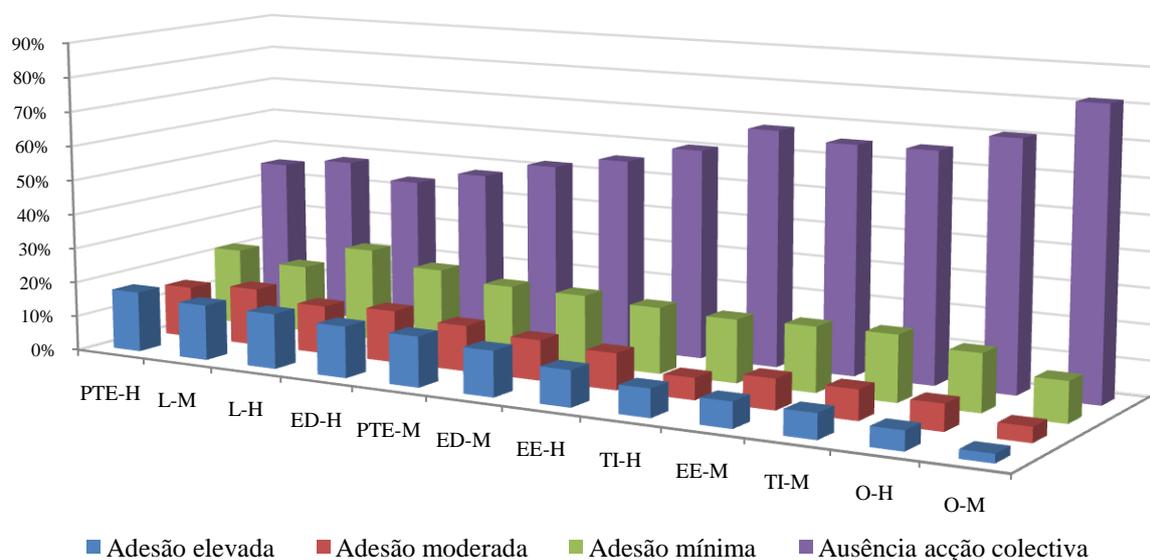
No caso dos Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE) e dos Empregados Executantes (EE) a diferenciação sexual inverte-se, ou seja, as mulheres estão mais presentes que os homens. Se no total da amostra 26,4% são PTE's, 30,3% das mulheres e 22,1% dos homens pertencem a esta classe social. A mesma tendência acentua-se em relação aos Empregados Executantes (EE), e se 29,4% dos europeus são EE's, 15,7% dos homens e 41,8% das mulheres situam-se neste lugar de classe.

Ao se analisar as práticas de acção colectiva no binómio “classe-sexo”, é possível observar diferenças relevantes. Em todas as classes sociais, com excepção dos profissionais liberais, os homens revelam maior adesão a práticas de acção colectiva. Esta constatação verifica-se generalizadamente nos quatro níveis de adesão a práticas de acção colectiva (Gráfico 3.16). A participação feminina é menor que a dos homens, mas esse desequilíbrio torna-se mais acentuado à medida que observamos o comportamento das classes mais favorecidas até às classes mais desfavorecidas.

Especificamente em relação à adesão elevada a práticas de acção colectiva, são os PTE-Homens os que revelam maiores percentagens de acção colectiva, seguidos pelas mulheres profissionais liberais, os homens profissionais liberais, os Empresários e Dirigentes do sexo masculino, e as mulheres PTE's.

Os níveis mais reduzidos de acção colectiva verificam-se por parte dos empregados executantes femininos, mulheres trabalhadoras independentes e operários do sexo masculino e feminino.

Gráfico 3.16 – Práticas de acção colectiva por sexo e classe social (% total dos indivíduos)



Fonte: European Social Survey (2008)

As diferenças de género que existem acompanham sobretudo as diferenças de classe. Ou seja, verifica-se primeiro uma diferenciação inter-classista nas diferenças de adesão a práticas de acção colectiva, e intra-classista nas diferenças de género com tendência para uma maior adesão por parte dos homens.

A intersecção do género e da classe cria específicas oportunidades e obstáculos à acção colectiva. O género cria divisões sociais que ocorrem dentro das classes em vez de as atravessarem transversalmente.

E de que modo o capital escolar poderá influenciar a acção colectiva, tendo em conta a classe social e género? O Gráfico 3.17 revela as médias de escolaridade e intensidade de adesão à acção colectiva novamente no binómio “classe-género”.

Verifica-se que em todas as classes sociais e sexo, à medida que aumenta a adesão a práticas de acção colectiva aumenta também a média de escolaridade dos grupos sociais em análise.

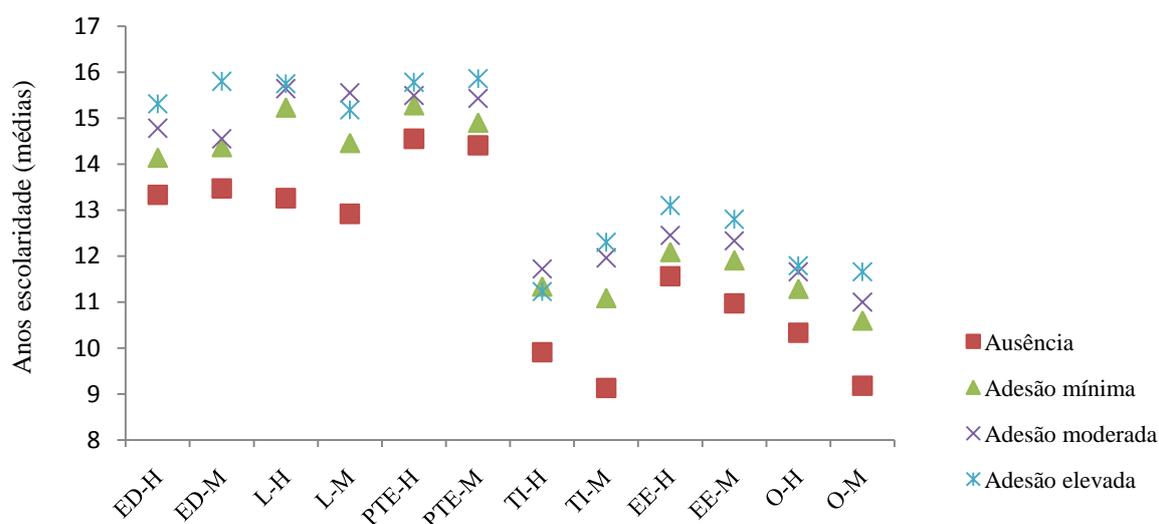
Existem dois grandes grupos homogéneos separados em função da escolaridade: um primeiro, mais escolarizado e constituído pelos Empresários e Dirigentes, Profissionais Liberais e PTE's (homens e mulheres); e um segundo grupo, menos escolarizado e formado pelos trabalhadores independentes, empregados executantes e operários (homens e mulheres).

As classes sociais melhor posicionadas na estrutura social, dados os seus padrões mais elevados de escolarização, não apresentam diferenças de escolaridade expressivas na adesão a

práticas de acção colectiva, mas são de assinalar as diferenças nas médias de escolaridades das mulheres empresárias e dirigentes, e homens e mulheres profissionais liberais nos quatro níveis de intensidade do indicador de práticas de acção colectiva (IPAC).

No espaço social dos menos escolarizados⁵⁰, em relação às mulheres operárias e trabalhadoras independentes, a diferença de acção colectiva é maior à medida que aumenta a escolaridade. Nestas situações de classe e de género, a escolaridade indicia ser um factor relevante para a acção colectiva.

Gráfico 3.17 – Escolaridade das classes sociais, género e práticas de acção colectiva



Fonte: European Social Survey (2008)

Em todos os lugares de classe e sexos, são os que detêm menos recursos escolares os que revelam ausência de práticas de acção colectiva. O capital escolar constitui um ‘factor exponencial’ sobre a capacidade de acção colectiva em todas as classes sociais e situações de género, sem excepção, à medida que aumenta a intensidade das práticas de acção colectiva.

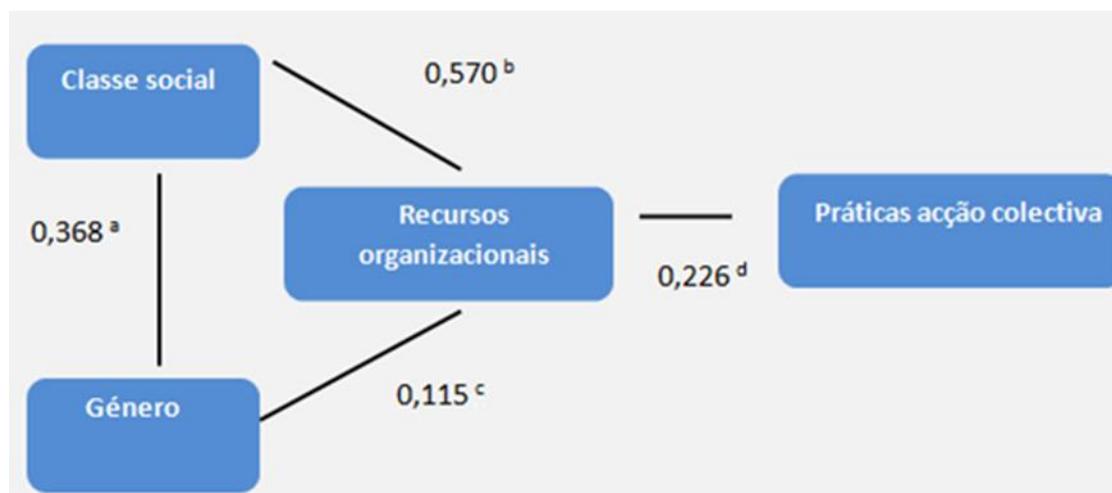
O efeito conjugado da classe social e do género sobre a acção colectiva poderá ser explicado pelos recursos organizacionais, que constitui um indicador das estruturas de autoridade existentes no campo do trabalho. A Figura 3.7 exprime as relações que são possíveis reconhecer a partir das medidas de associação encontradas para o conjunto das variáveis em presença.

É aferível a articulação entre classe social e género, bem como destas duas variáveis para com os recursos organizacionais, apesar da maior associação “classe social - recursos

⁵⁰ Observável no canto inferior direito do Gráfico 3.17.

organizacionais”, que “género - recursos organizacionais”. O mesmo efeito de associação é constatável entre os recursos organizacionais e as práticas de acção colectiva.

Figura 3.7 – Medidas de associação entre a classe social, género, recursos organizacionais e práticas de acção colectiva



(a) V Cramer = 0,368; $p < 0.001$

(b) Eta = 0,570; $p < 0.001$

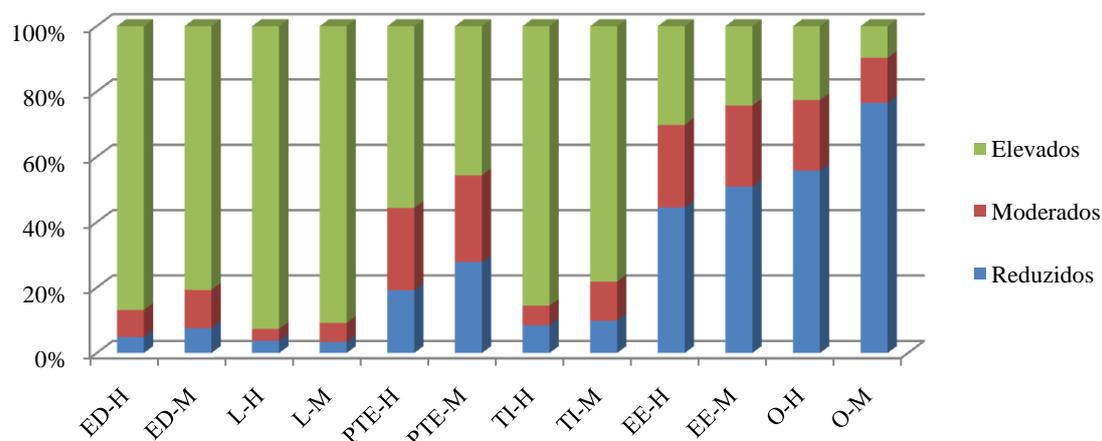
(c) Eta = 0,115; $p < 0.001$

(d) Rho Spearman = 0,226; $p < 0.01$

Uma das dimensões actantes das desigualdades sociais sobre as práticas de acção colectiva tem a ver, precisamente, com a distribuição dos recursos organizacionais. É notória a sua repartição inigualitária pelos lugares de classe (Gráfico 3.18).

No interior de cada classe social as mulheres possuem sempre menos recursos de autonomia que os homens, embora as diferenças não sejam substanciais, mas tal desiderato aumenta nos Empregados Executantes e Operários.

Gráfico 3.18. Distribuição dos recursos organizacionais pelas classes sociais e género (%)

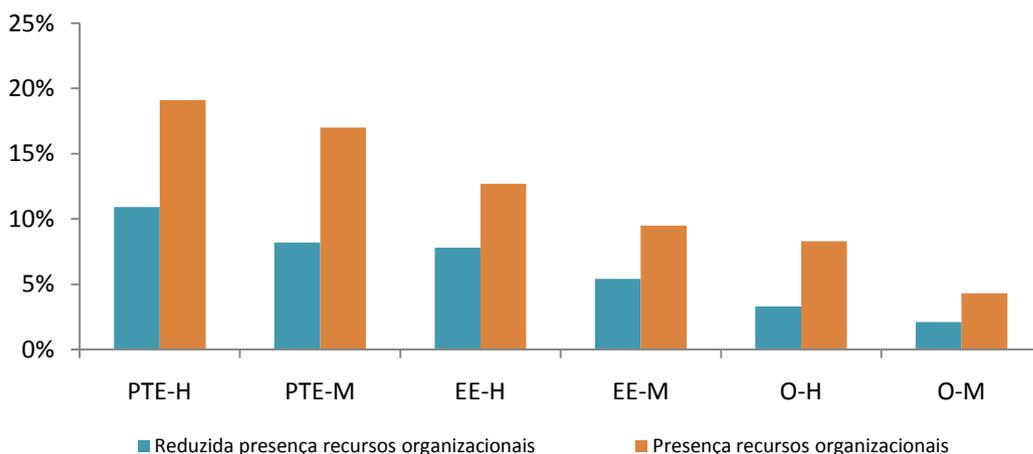


Fonte: European Social Survey (2008)

Verifica-se, relativamente às classes sociais assalariadas, que as práticas de acção colectiva aumentam quando essas classes sociais possuem maiores recursos organizacionais, no caso dos homens e das mulheres (Gráfico 3.19).

Nas classes sociais mais desfavorecidas, tal como se verifica quando é superior, em termos relativos, o seu capital escolar, a presença de recursos organizacionais provoca impactos positivos sobre as práticas de acção colectiva, por parte de homens e mulheres.

Gráfico 3.19 – Adesão elevada a práticas de acção colectiva em função da presença de recursos organizacionais no trabalho, por classes sociais assalariadas e género (%)



Fonte: European Social Survey (2008)

Nas sociedades modernas europeias cada vez mais a escolaridade e os processos de autonomia nos locais de trabalho estão interligados, dada a crescente importância conferida às

competências e qualificações. Os homens poderão estar a adquirir mais facilmente recompensas organizacionais com a educação formal, em comparação com as mulheres uma vez que, apesar dos mais elevados graus de escolarização, são maiores os constrangimentos estruturais das mulheres nos mercados de trabalho, pelo seu duplo papel profissional e familiar-doméstico. Ora, tais processos de género, acabam também por se exprimir numa desigual participação política e acção colectiva dos sexos.

Observa-se que o peso da condição de género sobre as práticas de acção colectiva, assenta em diferenciadas condições de classe. As classes sociais mais favorecidas, por parte dos géneros masculino e feminino, terão recursos materiais, educativos, organizacionais e simbólico-ideológicos mais favoráveis que as classes subalternas na construção de uma cidadania mais efectiva.

Apesar da estratificação social de género que caracteriza as sociedades modernas, as segregações de género na estrutura ocupacional são mais fortes nas classes sociais mais desvalidas (Wright, 1997), valendo a pena assinalar que são muito escassas as práticas de acção colectiva das mulheres operárias.

Determinadas relações de classe poderão facilitar a transformação das relações de género na direcção de práticas sociais mais igualitárias, se estivermos na presença de papéis sociais domésticos, mas também profissionais, que valorizam a consagração de projectos pessoais e de autonomia.

Em vez de se assinalar múltiplas e disjuntas estruturas de desigualdade, considerando a classe, ou o género, ou a etnia, como realidades sociais exclusivas entre si, fará maior sentido teorizar sobre a existência de um espaço social estrutural, onde confluem diversos constrangimentos, hierarquias e dinâmicas, (re)produtoras de diferentes actores colectivos, estratégias, interesses e identidades construídas à volta da acção colectiva.

Desigualdades de género e acção colectiva nos países europeus

Naturalmente que são apenas avançados alguns resultados empíricos, perante a complexidade sociológica e o estudo aprofundado que merece a compreensão das relações existentes entre as desigualdades de género e a acção colectiva num conjunto de vários países europeus.

Quaisquer dados que possam ser discutidos requerem, sempre, a consideração dos contextos históricos, sociais, económicos e culturais de cada país. As (des)igualdades de género são o resultado das diferentes condições sociais proporcionadas pelos contextos societais, respectivas instituições, processos de formação das classes e políticas públicas de

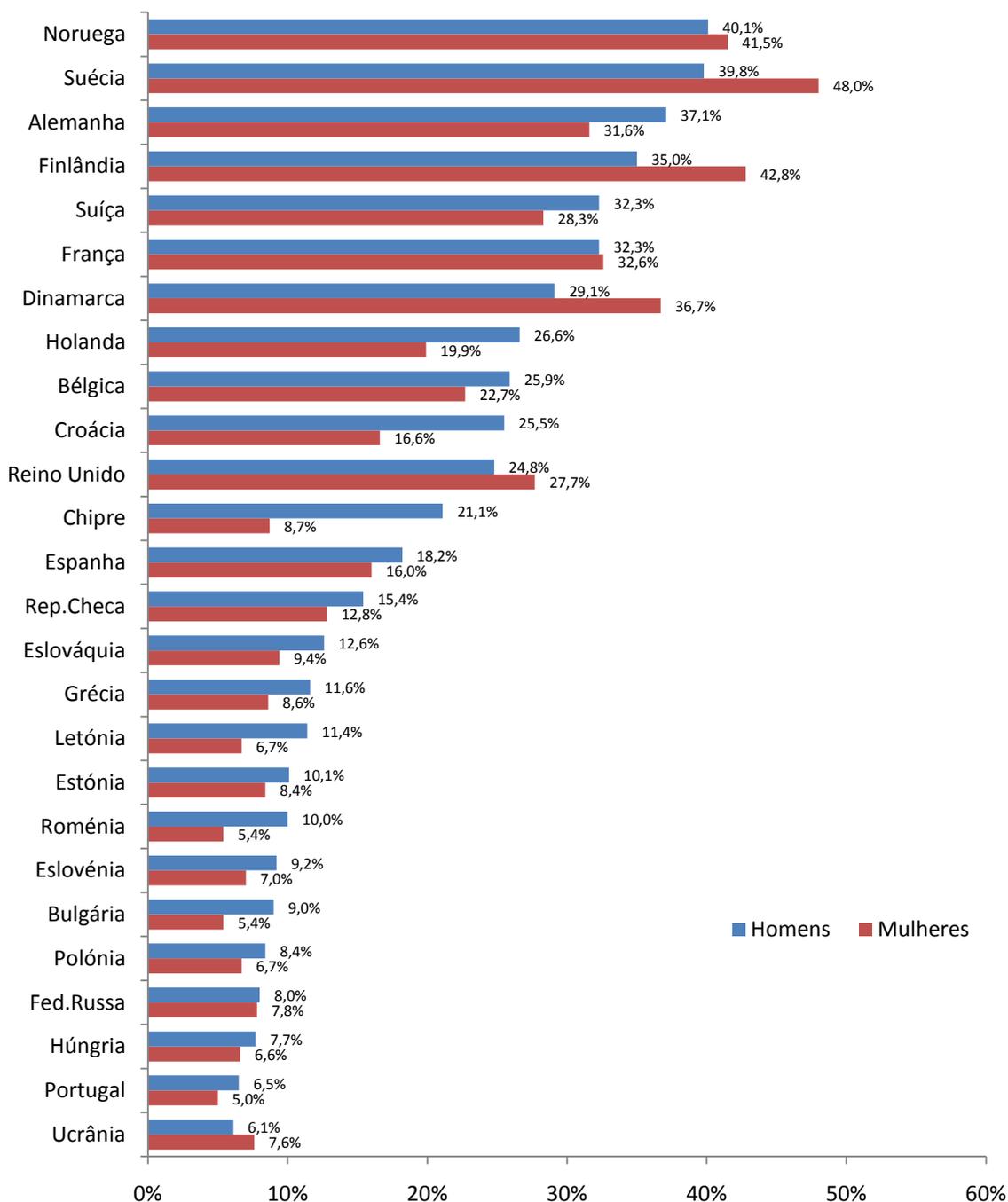
género, com impactos aos níveis macro, meso e micro-social, e naturalmente também ao nível da acção colectiva.

O que é possível verificar numa análise comparativa europeia que observa as práticas de acção colectiva de homens e mulheres? Na maior parte dos países europeus os homens aderem mais que as mulheres a práticas de acção colectiva (Gráfico 3.20).

Mas as mulheres aderem mais que os homens na Noruega, França, Reino Unido e Ucrânia, com diferenças percentuais relativamente próximas dos homens, mas na Suécia, Finlândia e Dinamarca pode-se afirmar que as mulheres aderem mais expressivamente que os homens.

Pelo contrário, em Chipre e Croácia, são mais acentuadas as diferenças em desfavor da participação feminina.

Gráfico 3.20 – Sexo e práticas de acção colectiva nos países europeus (percentagem de adesão)



Fonte: European Social Survey (2008)

As diferenças entre países são superiores às que se observam entre homens e mulheres dentro de cada país, apesar de algumas excepções.

De modo a servirem objectivos de comparabilidade internacional, um conjunto de índices são utilizados como instrumentos de síntese das desigualdades de género. São índices

produzidos por distintas entidades – OCDE, Banco Mundial ou ONU. Os diferentes índices recobrem por vezes indicadores comuns (Baptista, 2010). O índice “Global Gender Gap”, elaborado pelo Fórum Económico Mundial, é o que se reporta a um leque mais variado de dimensões das desigualdades de género.

O índice de desigualdade de género⁵¹ observa a diferença entre homens e mulheres em quatro categorias fundamentais: participação económica e oportunidades⁵², competências educativas⁵³, capacitação política⁵⁴, e saúde e sobrevivência⁵⁵.

Os países onde é mais efectiva a igualdade de género são aqueles cujos cidadãos desenvolvem níveis mais participados de práticas de acção colectiva (Gráfico 3.21). As práticas de acção colectiva relacionam-se positivamente com a igualdade de género nos contextos nacionais ($R^2 = 0,684$).

Finlândia, Noruega e Suécia, e de uma forma destacada em comparação com os restantes países, são os que assinalam simultaneamente maiores níveis de igualdade de género e de práticas de acção colectiva.

É possível vislumbrar um segundo grupo de países formado pela Dinamarca e pelos países da Europa Central-Occidental.

Um terceiro grupo, com menor igualdade de género e menor acção colectiva, é composto pelos países mediterrânicos (Portugal, Grécia e Espanha) e pelos países do Leste europeu.

⁵¹ Quanto mais elevado for o valor do índice mais reduzidas serão as desigualdades de género no respectivo país.

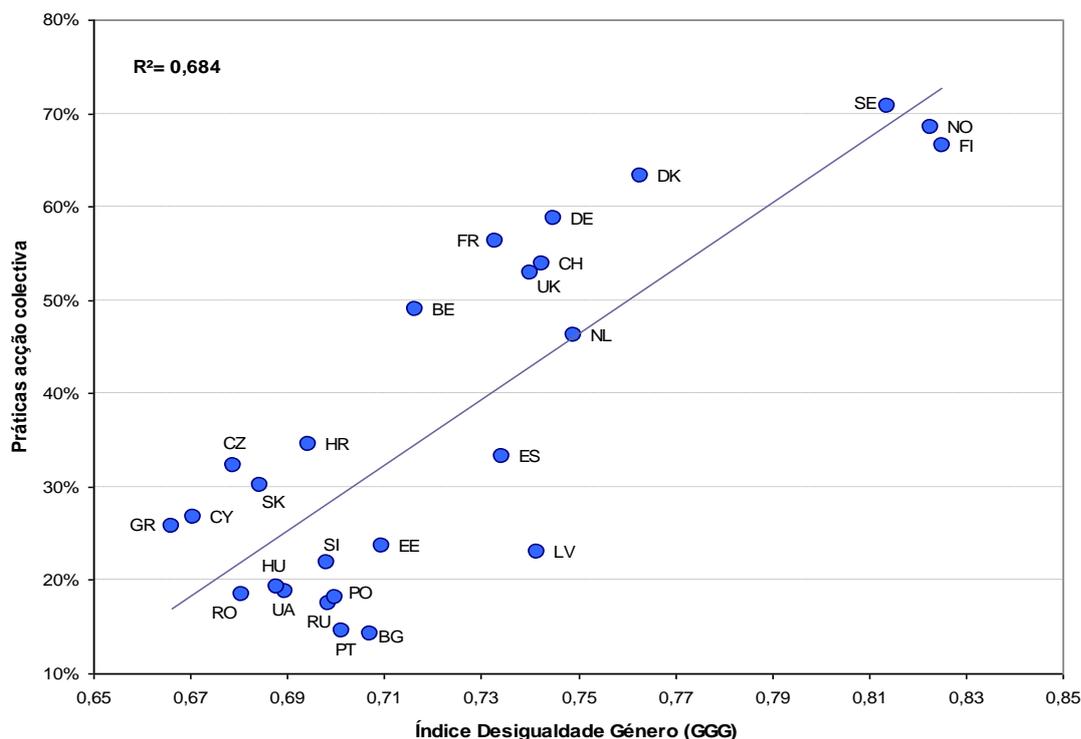
⁵² Esta dimensão é formada pelos seguintes indicadores de rácio mulheres / homens: representação na força de trabalho; rendimento auferido no desempenho de funções semelhantes; rendimento estimado auferido; profissionais com funções legislativas, altos funcionários administrativos e dirigentes; e desempenho de funções técnicas.

⁵³ Dimensão formada pelos seguintes indicadores de rácio mulheres / homens: taxa de literacia; proporção de estudantes matriculados no ensino básico; proporção de estudantes matriculados no ensino secundário; proporção de estudantes matriculados no ensino superior.

⁵⁴ Que corresponde aos seguintes indicadores de rácio mulheres / homens: assentos no parlamento; funções ao nível dos ministérios; número de anos com uma mulher como chefe de estado ou governo (nos últimos cinquenta anos).

⁵⁵ Abrange os seguintes indicadores de rácio mulheres / homens: esperança de vida saudável; e sexo à nascença.

Gráfico 3.21 – Índice de desigualdade de género e práticas de ação colectiva na Europa



Fonte: Global Gender Report (2009) e European Social Survey (2008).

Os países escandinavos detêm um longo historial de mudanças ocorridas no que concerne às desigualdades de género. Para além das elevadas taxas de participação feminina no mercado de trabalho (Costa e outros, 2000), o hiato salarial entre homens e mulheres é dos mais reduzidos na Europa, e os estados-providência escandinavos destacam-se pelos recursos e apoios à família, crianças e idosos, que contribuem para reduzir as diferenças de género na divisão do trabalho. Para além da importância das políticas redistributivas do estado nas relações de género, estes países aplicaram um conjunto de medidas institucionais tendentes à igualdade de género nos mercados de trabalho. O seu igualitarismo na esfera pública é o reflexo das políticas de igualdade de género que produziram impactos na esfera privada.

Um conjunto de direitos políticos, também já existentes em outros países europeus, como as leis da paridade e o sistema de quotas, são tentativas mais ou menos bem sucedidas para incrementar a igualdade de género na participação política.

O mesmo acontece com a consagração institucional de múltiplos direitos sociais, como a educação sexual, o planeamento familiar, o direito à interrupção voluntária da gravidez, as licenças de maternidade e paternidade, e leis que combatam a violência doméstica, o abuso ou assédio sexual e moral.

Os contextos institucionais promovem condições (des)favoráveis à igualdade de género, que depois de repercutem nas práticas de acção colectiva dos sexos. Maior distanciamento da política por parte das mulheres (Torres e Brites, 2007), não se deve a razões naturais ou biológicas. Para entender melhor os fenómenos da participação política e acção colectiva dos sexos, fará sentido analisar os processos sociais que lhe estão na origem, como se procurou fazer ao analisar-se conjugadamente a classe social, a escolaridade e a presença de recursos organizacionais, bem como as desigualdades de género nos contextos nacionais europeu.

Capítulo 4 – SOCIEDADES DO CONHECIMENTO, VALORES E ESTADO NA ANÁLISE DA ACÇÃO COLECTIVA

4.1. Desigualdades sociais e acção colectiva nas sociedades do conhecimento

Nas sociedades em rede e do conhecimento, surgiram novas formas e meios de exercício da cidadania. As relações entre a tecnologia e a acção colectiva sofreram profundas mudanças, particularmente quanto à utilização da internet, que se disseminou globalmente e passou a estar presente nos repertórios e estratégias dos actores colectivos. O crescente incremento de actividades sociais ligadas à produção, circulação, dominação e partilha de conhecimento, tornou-se elemento central do conflito (Della Porta e Diani, 2006; Mouzelis, 2001).

A relevância do debate e a discussão à volta do conceito de sociedade do conhecimento (Costa e outros, 2008; Ávila, 2008 e 2005), não oculta, pelo contrário, salienta que as dinâmicas da sociedade do conhecimento não são imunes às desigualdades sociais. «Velhas» e «novas» desigualdades sociais, no que diz respeito ao acesso às tecnologias da informação e da comunicação, entrecruzam-se e sobrepõem-se, construindo «fossos digitais» entre indivíduos, estratos, classes sociais e regiões, à medida que, em paralelo, se intensifica a «domesticação» alargada dos computadores e da internet (Alves, 2008) e estes assumem uma cada vez maior importância estratégica para o desenvolvimento das sociedades modernas.

De igual modo, a reflexividade (Giddens, 1995) e a capacidade para agir nas sociedades do conhecimento (Stehr, 1994), são condicionadas por desigualdades sociais (Ávila, 2005). Lash (2000) refere a existência de vencedores e perdedores da reflexividade, pelo facto de as oportunidades de vida dependerem da posição social detida face ao “modo de informação”, com impactos sobre a cidadania dos respectivos indivíduos.

Tal como a presença cada vez mais decisiva e generalizada de competências de literacia nas sociedades do conhecimento revelam desigualdades e exclusões sociais. Competências essas que assumem um carácter transversal e de suporte a outras competências em diferentes domínios da vida social, inclusive o exercício da cidadania (Ávila, 2005),

Naturalmente que as competências específicas de utilização das novas tecnologias de informação e da comunicação (TIC), ou *literacia tecnológica*, são uma das componentes fundamentais das sociedades do conhecimento. Propõe-se uma aproximação ao problema das desigualdades sociais – procurando aferir dos efeitos da literacia tecnológica sobre a acção colectiva, no quadro de uma análise de classes.

São analisadas as variações da acção colectiva no contexto das sociedades do conhecimento e da informação, em função da classe social, da escolaridade, da utilização da internet, idade e práticas de sociabilidade: estes constituem os atributos sociais analisados que permitem compreender melhor os processos de estratificação social e exclusão digital que atravessam as sociedades actuais.

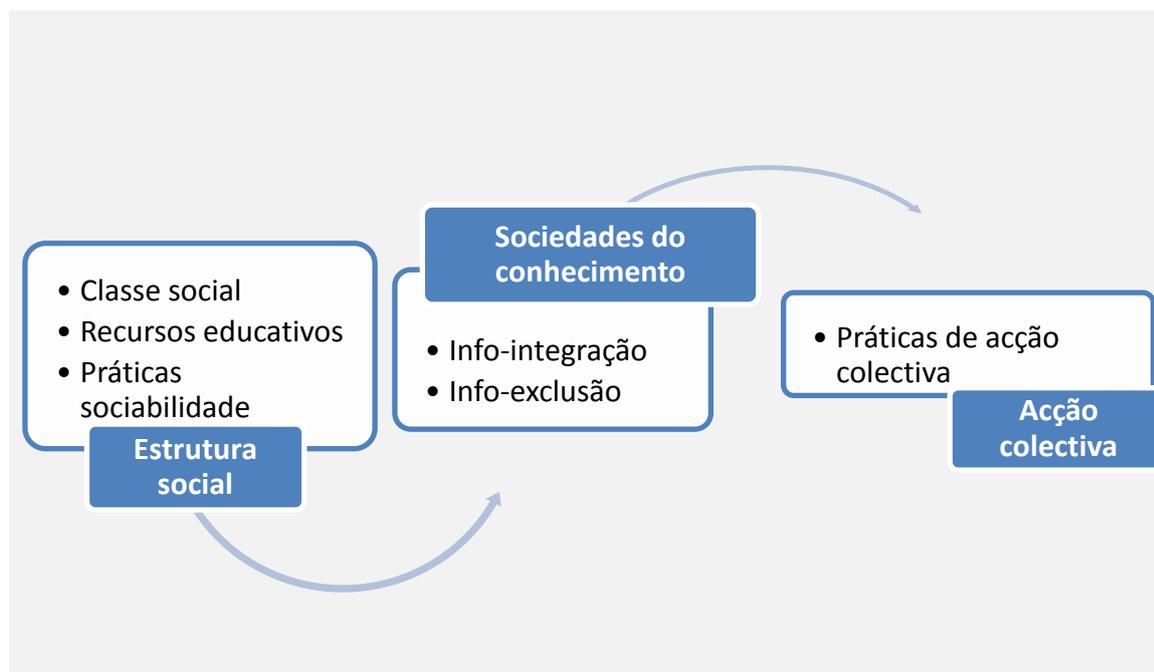
Que conexões sociais existem entre a utilização da internet e a acção colectiva? Que perfis sociais de activismo social poderemos encontrar por parte de utilizadores e não utilizadores da internet? Que peso as classes sociais assumem nas sociedades da informação e do conhecimento? Que realidades e contextos das sociedades do conhecimento nos países europeus são possíveis de aferir? São debatidos alguns contributos, com evidência empírica, quanto à presença das desigualdades sociais nas sociedades do conhecimento europeias e as suas consequências sobre a acção colectiva.

Sociedades do conhecimento: a captura de conceitos e de indicadores na análise da acção colectiva

Se um conjunto de autores consagrados ao longo do pensamento sociológico colocou a tónica no carácter pós-industrial e informacional dos modelos de desenvolvimento das sociedades modernas (Touraine, 1969, Bell, 1973; Lyon, 1992; Drucker, 1993; Stehr, 1994; Castells, 2003 e 2002), um recente patamar problemático tem-se progressivamente afirmado, procurando analisar as desigualdades sociais nos contextos das sociedades da informação e do conhecimento (Witte e Mannon, 2010; Halford e Savage, 2010; James, 2007; Dijk, 2005; Chen e Wellman, 2005; Katz e Rice, 2002). Outros ainda, procuram compreender a acção colectiva nestas sociedades digitais-desiguais (Scholzman e outros, 2009; Head, 2009; Cardoso e outros, 2005).

Propõe-se um modelo de análise (Figura 4.1) que explore as relações entre a estrutura social, as sociedades do conhecimento e a acção colectiva. Ao nível da estrutura social, constituem elementos de interpretação analítica as classes sociais, os recursos educativos e as práticas de sociabilidade, procurando explicar até que ponto eles interferem na integração ou exclusão quanto ao uso corrente das ferramentas da sociedade do conhecimento (a utilização da internet), e quais as consequências sociais específicas das sociedades do conhecimento sobre a produção de acção colectiva.

Figura 4.1 – Modelo de análise: Estrutura social, sociedades do conhecimento e acção colectiva

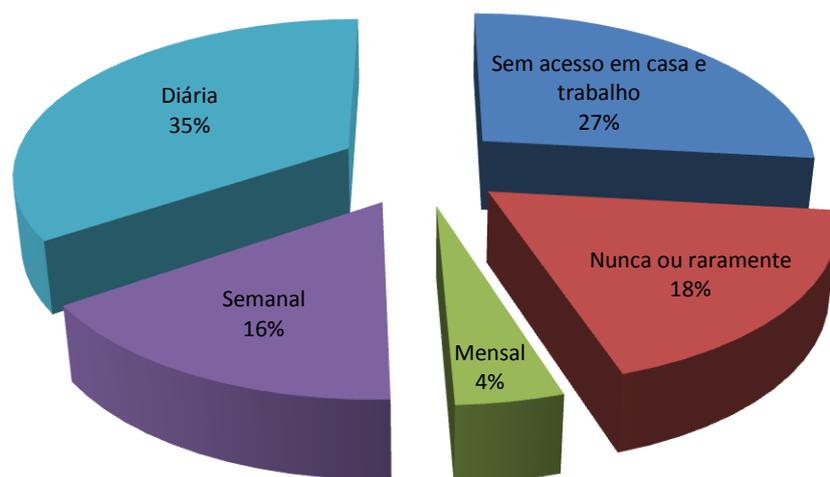


São mobilizados um conjunto de indicadores para o estudo sistemático das sociedades do conhecimento: indicadores tecnológicos, educacionais e socioprofissionais. Respectivamente, referem-se à utilização da internet, anos de escolaridade e “profissão *versus* situação na profissão” (tipologia ACM⁵⁶).

Entre o uso esporádico da internet e o seu uso diário (e provavelmente pluriactivo e multicontextual), dista um enorme passo. A frequência de utilização dependerá não apenas das características sociais dos utilizadores e da relação que estabelecem com os contextos e actividades em que são utilizados estes recursos, mas também da sua familiaridade com a tecnologia (Alves, 2008). No inquérito europeu “European Social Survey” (2008), 35% dos inquiridos utilizam diariamente a internet, para fins pessoais, em casa ou no trabalho; 16% utilizam-na semanalmente e 4% uma vez por mês. Responderam que nunca ou raramente utilizam a internet 18% dos europeus e 27% não tem acesso à internet, nem em casa nem no trabalho (Gráfico 4.1).

⁵⁶ Machado e outros, 2003.

Gráfico 4.1 – Utilização da internet na amostra do “European Social Survey” (%)



Fonte: European Social Survey (2008)

Consistindo a utilização da internet, conjuntamente com a escolaridade, as dimensões do conceito de “literacia tecnológica”, são operacionalizadas as categorias sociais info-integração e info-exclusão. Os “info-integrados” constituem os indivíduos que utilizam a internet com uma frequência diária, enquanto os “info-excluídos” referem-se aos indivíduos que não têm acesso à internet (nem em casa nem no trabalho).

Utilização da internet e acção colectiva

Uma das questões centrais colocadas às sociedades do conhecimento tem a ver com a forma como a cidadania é exercida no contexto da sociedade em rede (Castells, 2003; Cardoso e outros, 2005).

Seja como lógica e forma de organização, seja como conceito-chave, em algumas perspectivas teóricas a ideia de “rede” surge como “marca” distintiva dos novos movimentos sociais, mas que carece de uma compreensão rigorosa do conceito face à abundância de significados e efeitos cruzados (Miranda, 2003).

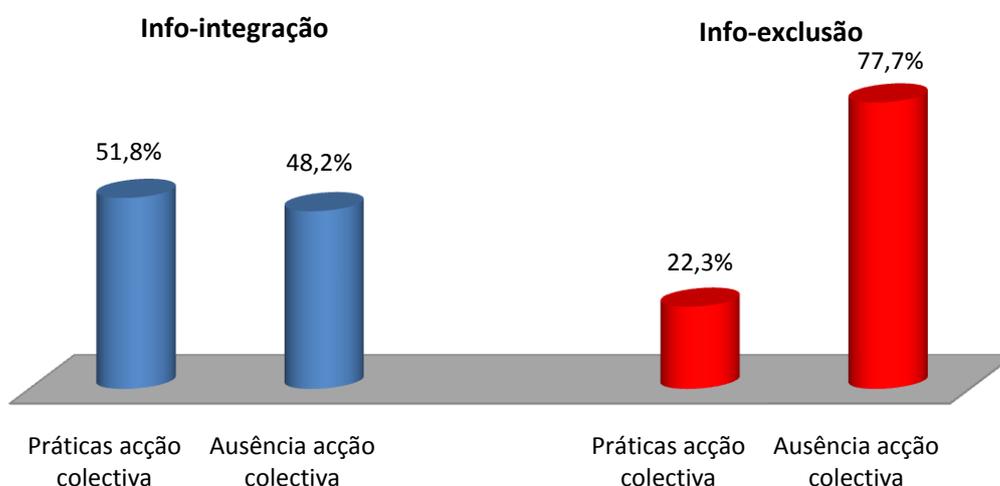
A “rede” não funciona num vazio social, nem existe à margem dos processos estruturais, institucionais e organizativos que atravessam as dinâmicas da acção colectiva nas sociedades modernas.

O conceito de sociedade em rede poderá ser particularmente útil e integrável no conceito mais amplo de sociedade do conhecimento, quando procura compreender o efeito combinado das sociabilidades e utilização da internet, no que se refere ao estudo da acção colectiva.

Já Cardoso e outros (2005) assinalavam, no seu trabalho sobre a sociedade em rede em Portugal, que a relação entre o uso da internet e a manifestação de um projecto sociopolítico é bastante expressiva (2005:293-311). Os dados do “European Social Survey” revelam que os cidadãos europeus inseridos na sociedade do conhecimento (info-integrados) revelam maior intensidade de práticas de acção colectiva que os cidadãos europeus que não utilizam a internet (info-excluídos) (Gráfico 4.2).

No domínio da info-integração, 51,8% dos indivíduos têm práticas de acção colectiva, contra 48,2% que revelam ausência de acção colectiva. No domínio da info-exclusão, o cenário altera-se e é maioritária a situação de ausência de acção colectiva (77,7%), e apenas 22,3% dos info-excluídos são actores com práticas de acção colectiva.

Gráfico 4.2 – Info-integração, info-exclusão e práticas de acção colectiva (%)



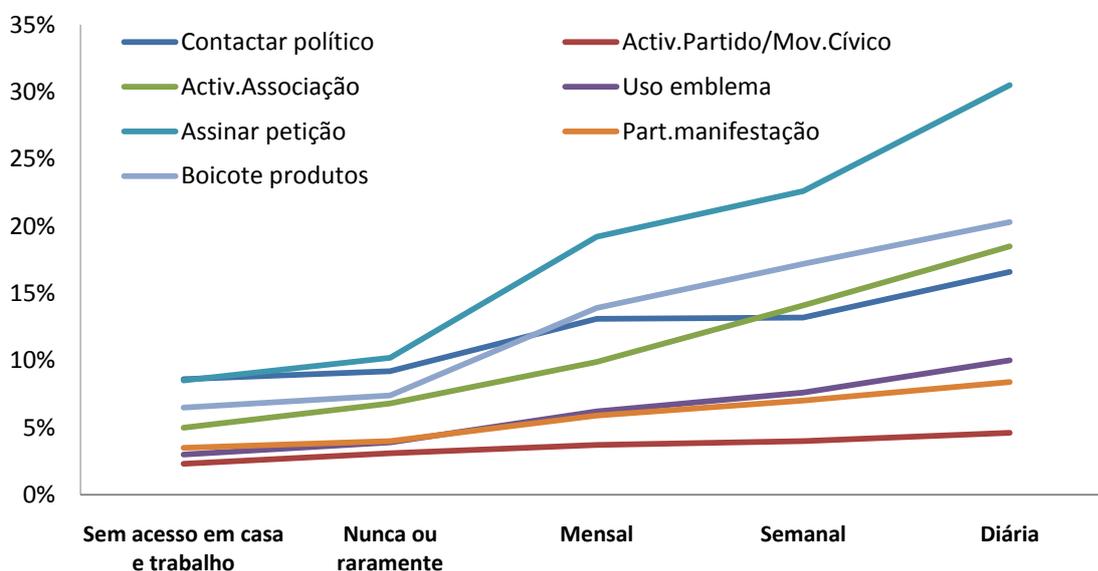
Fonte: European Social Survey (2008)

A utilização da internet na esfera da acção colectiva propícia uma maior intervenção pela facilidade de comunicação e informação que oferece a quem quer intervir interpelando a sua própria acção cidadã (Cardoso e outros, 2005).

Comparando a utilização da internet com os sete tipos de práticas que constroem o indicador de práticas de acção colectiva (IPAC), verifica-se que em todas elas é maior a adesão à medida que aumenta a frequência de utilização da internet (Gráfico 4.3). Na relação utilização da internet / práticas de acção colectiva a tendência é sempre de crescimento, mas

ela é mais acentuada na assinatura de petições e no boicote de produtos, práticas passíveis de serem postas em acção no próprio espaço virtual da internet.

Gráfico 4.3 – Utilização da internet e tipo de práticas de acção colectiva (%)



Fonte: European Social Survey (2008)

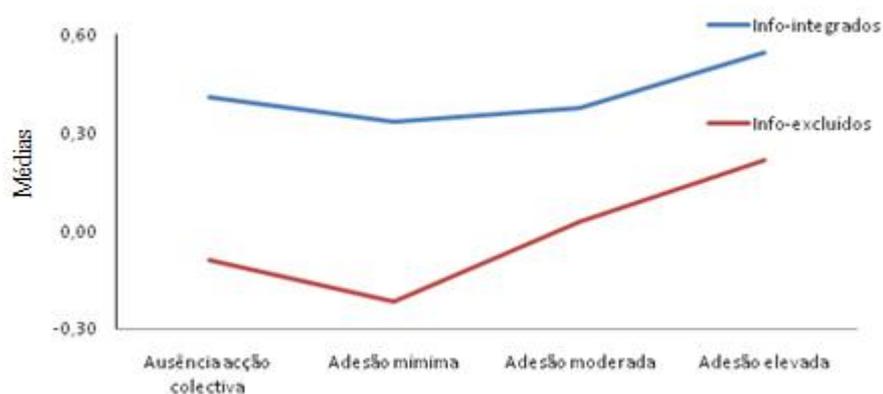
As actividades desenvolvidas na internet, ou através dela, parecem surgir em clara continuidade face àquelas que são exploradas por cada utilizador fora do ciberespaço, ao nível do seu quotidiano (Cardoso e outros, 2005).

De igual forma, a análise das relações de sociabilidade na sociedade em rede ocupa uma relevante importância teórica. Precisamente, a utilização do indicador “práticas de sociabilidade” como dimensão de capital social, e o seu cruzamento com as práticas de acção colectiva no contexto das sociedades do conhecimento, permitem retirar algumas constatações.

As práticas de sociabilidade tendem a ser em maior número entre os utilizadores da internet (Gráfico 4.4). A condição de info-integração revela claramente maior intensidade de práticas de sociabilidade em comparação com a condição de info-exclusão. As sociabilidades são mais intensas por parte dos cidadãos info-integrados com adesão moderada e elevada a práticas de acção colectiva. Nos dois sub-conjuntos, ou seja, info-integração e info-exclusão, são sempre mais reduzidas as sociabilidades por parte dos indivíduos com adesão mínima ou ausência de acção colectiva.

A internet favorece as relações de sociabilidade, com o efeito de reforçar as relações sociais de dois espaços físicos diferentes – o real e o virtual. Verifica-se a combinação das formas de relacionamento presencial e virtual, no sentido da acumulação, e não da substituição de uma por outra, derrubando os argumentos mais superficiais sobre os supostos “perigos” da internet relacionados com o isolamento social e com a individualização na sociedade em rede (Cardoso e outros, 2005: 179).

Gráfico 4.4 – Práticas de sociabilidade de info-integrados e info-excluídos na esfera da acção colectiva (médias)



Fonte: European Social Survey (2008)

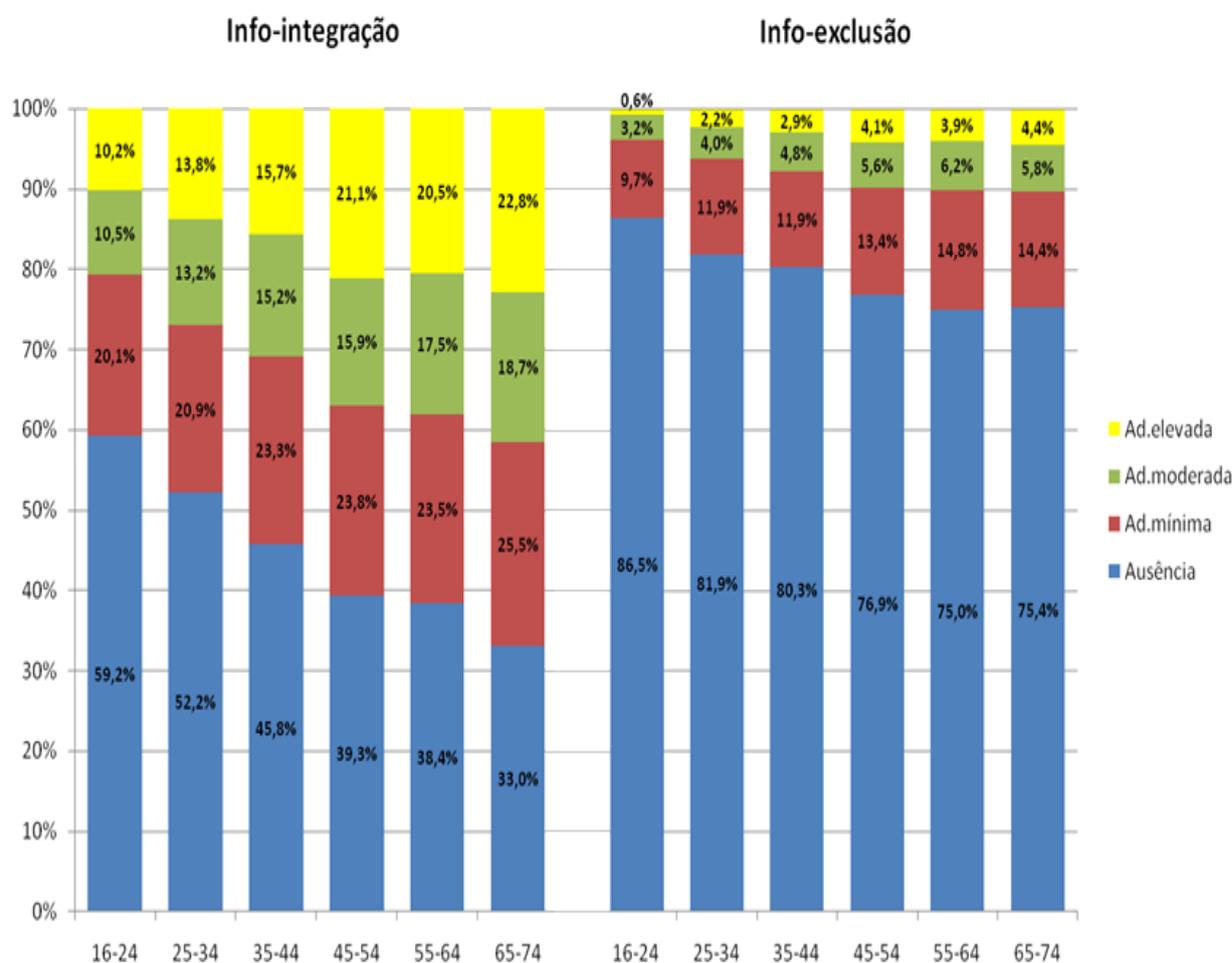
Sendo a internet um instrumento quotidiano cada vez mais acessível na acção colectiva, ela tende a incrementar a densidade das relações interpessoais, dos círculos sociais (Simmel, 1995), dos conflitos e estruturas do poder, nos quais os actores individuais e colectivos interagem.

E no contexto das sociedades do conhecimento, terá a idade impacto sobre a acção colectiva? A idade não constitui um obstáculo intransponível ao uso da internet, concorrendo outros factores que poderão inibir à utilização desta tecnologia, nomeadamente as qualificações (Cardoso e outros, 2005; Rodrigues e Mata, 2003; Alves, 2008).

Naturalmente que um conjunto variado de razões explicarão a cidadania de diferentes escalões etários e gerações europeias. Mas a partir das condições sociais da “info-integração” e da “info-exclusão”, observa-se que uma maior idade não interfere sobre a acção colectiva (Gráfico 4.5). Aliás, nos “info-integrados” e “info-excluídos” à medida que aumenta a idade tende a aumentar as práticas de acção colectiva, com maior presença de acção colectiva por

parte dos info-integrados. Não se constata que exista um padrão mais jovem por parte dos info-integrados no desenvolvimento de práticas de acção colectiva⁵⁷.

Gráfico 4.5 – Info-integração, info-exclusão e intensidade das práticas de acção colectiva, por idade (%)



Fonte: European Social Survey (2008)

A info-integração e a info-exclusão são o resultado e o efeito de condições sociais que extravasam o universo virtual da internet, mas ao qual é-lhe atribuível especificidades próprias com consequências reais. Principalmente, a internet potencia novas oportunidades de comunicação e interacção social, para os cidadãos mais interessados, participativos e mobilizados para a acção individual e colectiva.

⁵⁷ No modelo testado para apurar factores explicativos da acção colectiva (ver Conclusão), concluir-se-ia que a idade não tem efeito estatisticamente significativo.

Classe social e literacia tecnológica

As práticas de uso da internet variam conforme a posição dos indivíduos na estrutura social. As competências e modalidades de utilização desta ferramenta tecnológica (a internet) dependem das condições de vida, dos recursos e oportunidades a que os indivíduos têm acesso. Como referem Cardoso e outros, a sociedade em rede está longe de anular as desigualdades decorrentes da classe social, e esta nova modalidade de organização social e tecnológica veio tornar particularmente decisivas as diferenças no que toca à capacidade cultural e cognitiva de adaptação às novas tecnologias e ao constante processamento de informação em contextos quotidianos (Cardoso e outros, 2005: 147).

O contacto com as novas tecnologias, designadamente a utilização da internet, está longe de ser uniforme entre as diferentes categorias socioprofissionais (Gráfico 4.6). A nível europeu, verifica-se uma utilização mais sistemática da internet por parte dos Empresários e Dirigentes (ED), Profissionais Liberais (L) e Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE). O comportamento entre estas três classes sociais é, aliás, bastante semelhante ao longo das várias possibilidades de utilização da internet. Cerca de metade dos ED, L e PTE europeus, utilizam diariamente a internet e é bastante pequena a percentagem dos que não tem acesso à internet em casa e no trabalho. Poderá concluir-se que o uso da internet é particularmente comum por parte das classes sociais melhor posicionadas na estrutura social.

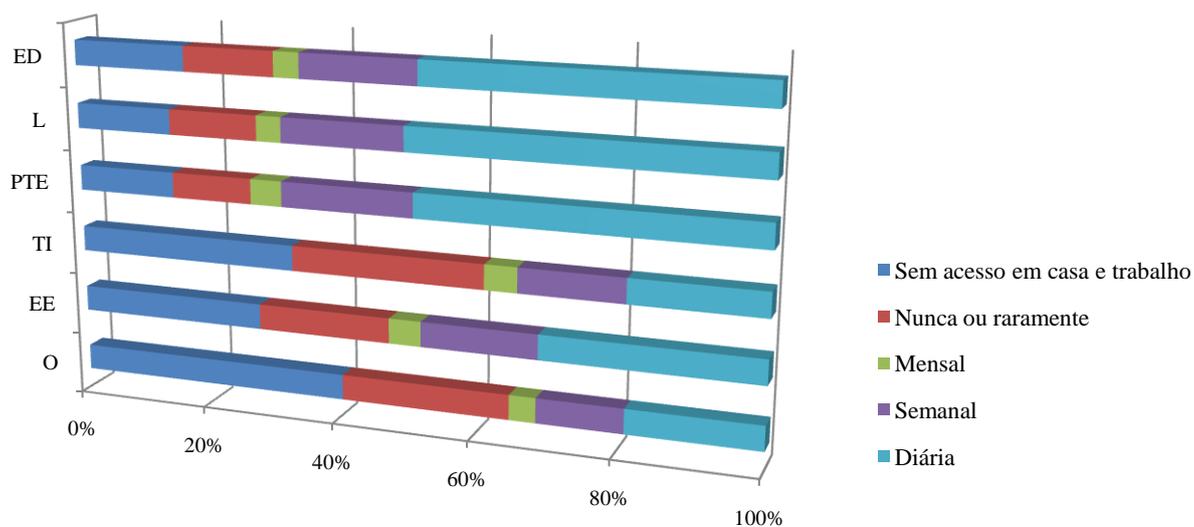
Seguem-se os Empregados Executantes numa maior utilização da internet: 31% dos indivíduos pertencentes a esta classe social utiliza diariamente a internet. Apesar de inferior aos PTE, ED e L, verifica-se uma relativa penetração da utilização da internet entre os trabalhadores executantes, certamente em particular os ligados ao comércio e serviços (actividades mais directamente relacionadas com a mobilização da informação).

Por parte dos Trabalhadores Independentes (TI) e Operários (O) a utilização da internet é mais ocasional ou inexistente. 65% dos Operários e 61,3% dos TI não têm acesso nem em casa nem no trabalho e nunca ou raramente utilizam a internet. E apenas 18,9% dos Operários e 19% dos Trabalhadores Independentes utilizam diariamente a internet.

A actividade económica e o posicionamento socioprofissional constituem importantes instrumentos de antecipação dos contextos de utilização, podendo estes indiciar a natureza e intensidade da utilização que dela fazem os indivíduos (Alves, 2008). Os detentores de profissões mais qualificadas utilizarão a internet primordialmente no local de trabalho, a par da utilização doméstica, de modo mais intenso e pluriactivo. As profissões mais desqualificadas não utilizarão a internet no local de trabalho, mas poderão fazê-lo no espaço doméstico e familiar ou outros locais, apesar de ainda ser preocupante a quantidade de

Europeus pertencentes às classes sociais mais desfavorecidas que não possuem internet em casa. A utilização cumulativa das TIC no espaço doméstico e no local de trabalho poderá significar um maior e mais diverso número de actividades efectuadas através da internet, potenciando a sua adaptabilidade às várias situações do quotidiano (Alves, 2008: 608), entre elas as práticas de cidadania e de acção colectiva.

Gráfico 4.6 – Classe social e utilização da internet (%)



Fonte: European Social Survey (2008)

Num contexto com presença de práticas de acção colectivas, verifica-se uma menor desigualdade entre as classes sociais no cruzamento com a utilização da internet (Quadro 4.1). É saliente neste universo a utilização diária da internet. Nos indivíduos com práticas de acção colectiva, 59,3% dos Profissionais Liberais, 58,3% dos PTE e 58% dos Empresários e Dirigentes têm uma utilização diária da internet, seguem-se os EE com 41,9% e com valores mais reduzidos os Operários (31,6%) e Trabalhadores Independentes (28,2%).

Apesar da menor desigualdade tecnológica, continua a perpetuar-se a segmentação classista, entre ED, L e PTE, por um lado, os EE e por outro os O e TI, quanto às possibilidades de utilização da internet.

Uma comparação analítica dos resultados do Quadro 4.1 com o Gráfico 4.6 permite constatar que os indivíduos no interior das classes com práticas de acção colectiva possuem comportamentos mais pró-activos quanto à utilização da internet. As percentagens de utilização diária da internet aumentam em todas as classes sociais.

Na utilização semanal da internet, verifica-se um aumento percentual dos utilizadores empregados executantes, trabalhadores independentes e operários. A percentagem daqueles que não têm acesso à internet nem em casa nem no trabalho é também mais reduzida no universo de todas as classes sociais com práticas de acção colectiva.

Quadro 4.1 – Relação entre classes sociais e utilização da internet nos indivíduos com práticas de acção colectiva (%)

Classes sociais	Sem acesso casa e trabalho	Utilização internet				Total
		Nunca ou raramente	Mensal	Semanal	Diária	
ED	10,8%	9,9%	3,8%	17,6%	58,0%	100,0%
L	10,5%	10,0%	2,8%	17,4%	59,3%	100,0%
PTE	8,9%	7,9%	4,3%	20,6%	58,3%	100,0%
TI	22,7%	22,1%	6,1%	20,9%	28,2%	100,0%
EE	18,9%	13,7%	4,9%	20,5%	41,9%	100,0%
O	28,2%	18,4%	5,0%	16,8%	31,6%	100,0%

Fonte: European Social Survey (2008)

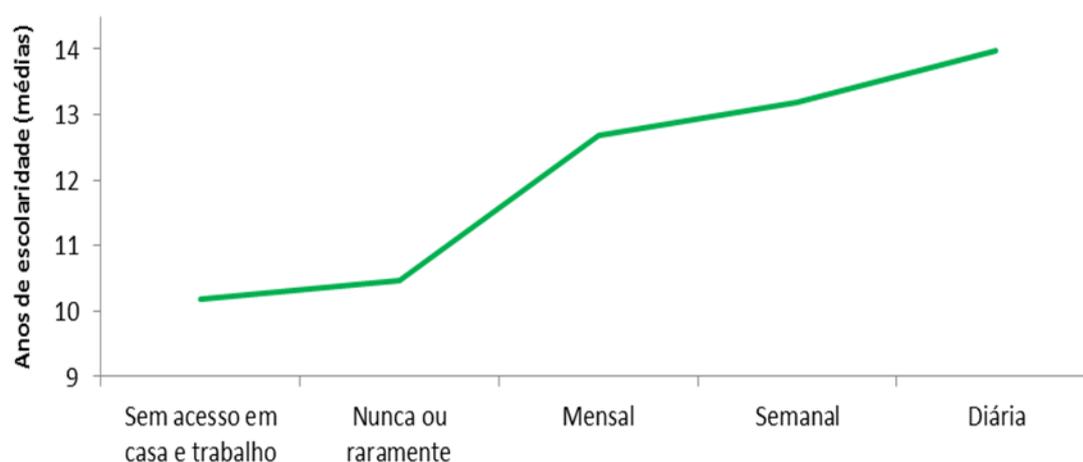
O nível de educação formal é uma das condições básicas que possibilita a transição para uma sociedade do conhecimento, não só devido às crescentes exigências da actividade profissional, como também, de um modo geral, de todas as esferas da vida social (Costa e outros, 2000: 29). Os capitais escolares potenciam um crescente alargamento das práticas tecnológicas, permitem uma maior familiarização com a ferramenta internet, a utilização é quotidiana, a par de uma curiosidade intelectual que se auto-alimenta entre as possibilidades que o meio tecnológico oferece e os interesses e valores identitários dos seus utilizadores.

Diferentes estudos demonstram a relação directa que se estabelece entre o nível de escolaridade e a utilização da internet (Alves, 2008; Rodrigues e Mata, 2003; Cardoso e outros, 2005). Ao nível europeu, a utilização da internet aumenta à medida que são mais os anos de escolaridade dos indivíduos (Gráfico 4.7). Os europeus com utilização diária e semanal de internet têm em média treze anos de escolaridade. O fosso escolar é visível para os europeus que não têm acesso e que nunca ou raramente utilizam a internet, possuindo em média dez anos de escolaridade.

Os mais escolarizados são naturalmente os mais qualificados e os que ocupam as melhores posições de classe na estrutura social⁵⁸. São aqueles que constituem os protagonistas principais do desenvolvimento da sociedade do conhecimento.

As práticas tecnológicas serão mais limitadas por parte dos menos qualificados, inibindo o desenvolvimento de usos mais diversificados. Da parte dos detentores de maiores recursos educativos, uma maior adaptação aos processos de tratamento da informação, uma maior confiança, a adopção de estratégias de maior autonomia pessoal e de maior participação nas diversas esferas da vida social, maiores possibilidades de consumo e interesses culturais diversificados, permitem que estes encontrem respostas para as suas necessidades e interesses específicos, menos expressivas e condicionadoras para os menos qualificados (Cardoso e outros, 2005: 164-178).

Gráfico 4.7 – Escolaridade e utilização da internet⁵⁹



Fonte: European Social Survey (2008)

Foi realizada uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) com o objectivo de apurar perfis sociais existentes na sociedade do conhecimento e o seu posicionamento perante a acção colectiva. Foram identificadas duas dimensões (Quadro 4.2). Na *Dimensão 1* as variáveis que discriminam são a classe social, os recursos educativos, a utilização da internet e o uso da internet para telefonar. Estes resultados mostram a validade e pertinência da construção do conceito de *literacia tecnológica*, ao associar claramente a utilização da internet com a escolaridade, para além de se justificar a sua integração na análise de classes,

⁵⁸ Ver Capítulo 3 que revela empiricamente a associação forte entre classe social, recursos educativos, capital económico e capital social, como Pierre Bourdieu já havia conceptualizado e demonstrado.

⁵⁹ Eta = 0,426

pela associação também existente com a classe social. Ou seja, poderá afirmar-se que a literacia tecnológica e as classes sociais são condições, factores e processos relevantes no contexto e dinâmicas das sociedades do conhecimento e da informação.

Para a definição da *Dimensão 2* concorrem os recursos educativos (a escolaridade), a idade e a classe social. A relação do factor geracional com o educativo é também um processo constitutivo do desenvolvimento das sociedades do conhecimento. De facto, os mais jovens são maiores utilizadores da internet, o que não significa que os mais velhos não adiram às novas tecnologias se forem escolarizados (Cardoso e outros, 2005). Os jovens estudantes com níveis de escolaridade superior serão utilizadores naturais das TIC. O efeito positivo da juventude neste domínio não será certamente consequência de características biológicas, mas da presença de um leque de competências adquiridas tanto por via formal, como por processos de aprendizagem não formal e informal (Cardoso e outros, 2005: 144), transversais na maioria dos países europeus.

Apesar da utilização da internet comportar factores geracionais, não deixa de ser relevante verificar-se que não é na Dimensão 2 que a utilização da internet discrimina mais, mas sim na Dimensão 1, o que pressupõe que a idade não constitui um factor determinante mas facilitador no espaço social das sociedades do conhecimento.

É também de destacar o facto de a classe social e os recursos educativos serem relevantes nas duas dimensões encontradas, o que demonstra a sua importância estruturante, quer no plano da literacia tecnológica, quer na questão geracional.

Quadro 4.2 – Medidas de discriminação na sociedade do conhecimento

Variáveis	Dimensão 1		Dimensão 2	
	Discriminação	Contribuição	Discriminação	Contribuição
Classe social	0,306	12,9%	0,336	23,2%
Escolaridade	0,539	22,7%	0,492	34%
Idade	0,274	11,6%	0,449	31,1%
Utilização internet	0,744	31,4%	0,093	6,4%
Internet para telefonar	0,509	21,5%	0,076	5,3%
Inércia	0,474		0,289	

A partir da ACM realizada encontramos quatro perfis sociais na sociedade do conhecimento construídos à volta da classe social, literacia tecnológica e idade. Um primeiro perfil, que compreende as associações “acção colectiva elevada”, “acção colectiva moderada”,

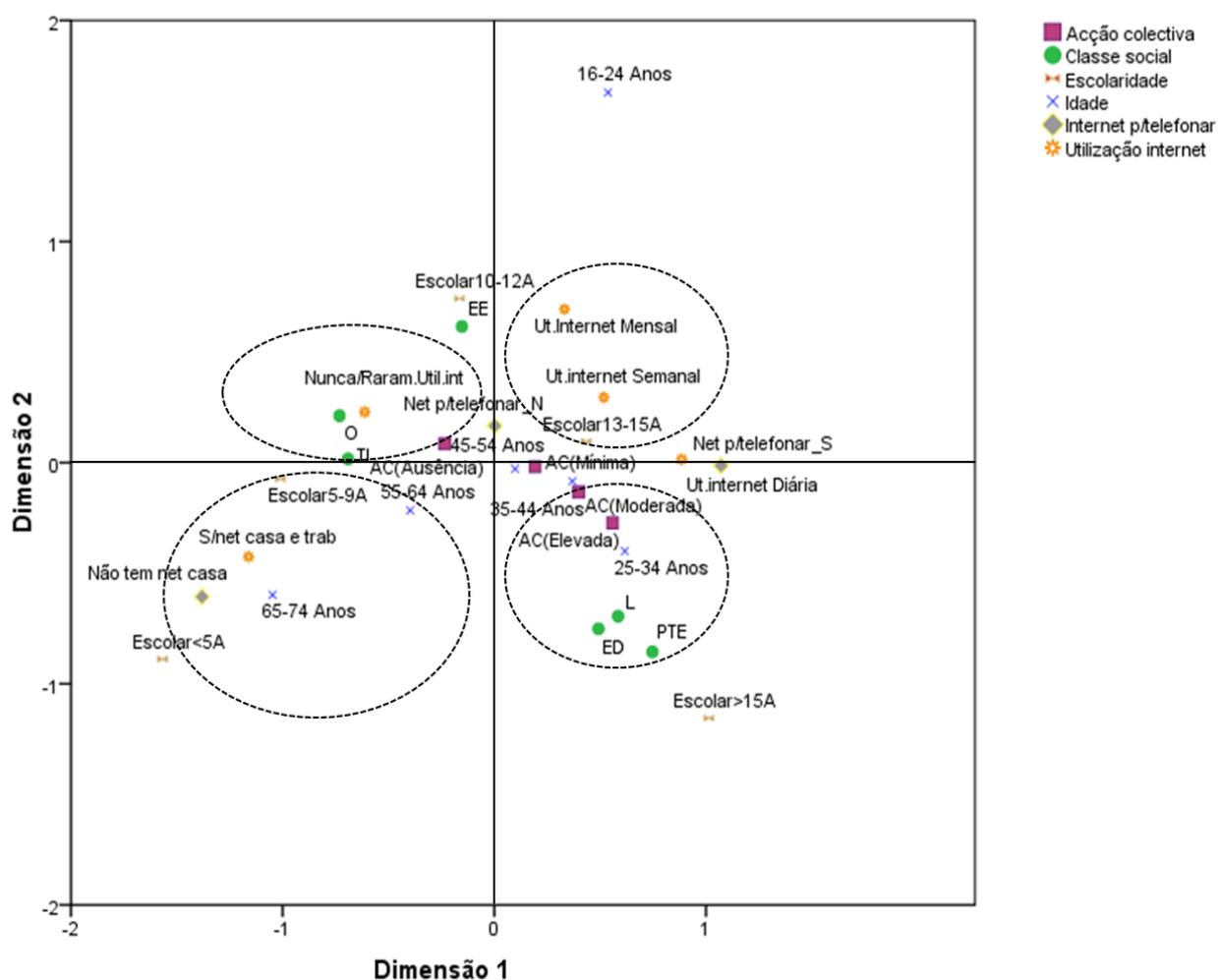
“ED”, “L” e “PTE”, “25-34 anos” e “35-44 anos” (Quadrante 4) bastante próximo das categorias “utilização diária da internet”, “utiliza a internet para fazer chamadas telefónicas” e “mais de 15 anos de escolaridade”; um segundo perfil, que se refere às associações “utilização mensal e semanal da internet” e “escolaridade entre 13 e 15 anos” (1º Quadrante); um terceiro perfil, referente às categorias “nunca ou raramente utiliza a internet”, “não utiliza a internet para fazer chamadas telefónicas” e às classes sociais operários e trabalhadores independentes (2º Quadrante); e um quarto perfil que diz respeito aos indivíduos que não têm internet nem em casa nem no trabalho, possuem uma escolaridade inferior a dez anos de escolaridade e com idades entre 55 e os 74 anos (3º Quadrante). Claramente encontram-se os info-integrados no primeiro perfil e os info-excluídos nos terceiro e quarto perfis.

Uma maior idade constituirá um obstáculo à utilização da internet quando coincidente com uma escolaridade limitada, situação que se inscreve nas características do quarto perfil. Nos escalões etários 25-34 anos e 35-44 anos verifica-se uma maior associação a uma utilização diária da internet e escolaridade superior.

As práticas de acção colectiva estão mais próximas do primeiro perfil e a ausência de acção colectiva do terceiro e do quarto perfis. Ou seja, a acção colectiva tende a existir por parte dos que revelam capacidades alargadas de literacia tecnológica.

Os perfis sociais encontrados espelham a articulação entre os posicionamentos de classe dos indivíduos e os seus níveis de literacia tecnológica. Valerá a pena, por isso, situar também as classes sociais em dimensões estruturais e relacionais de literacia tecnológica.

Figura 4.2 – Perfis sociais de literacia tecnológica e acção colectiva no espaço social das sociedades do conhecimento
(Análise de Correspondências Múltiplas)



É possível conjurar três grandes atributos a uma concepção de literacia nos estudos que têm vindo a ser desenvolvidos: trata-se de uma concepção não dicotómica, remetendo para contínuos de competências; essas competências são entendidas numa perspectiva dinâmica; e trata-se de uma concepção multidimensional, uma vez que são várias as facetas da vida social que se podem distinguir a respeito da literacia (Ávila, 2008: 26). Ora, os factores apurados à volta da literacia tecnológica e as suas circunstâncias sobre a acção colectiva podem, precisamente, contribuir para alargar o âmbito do próprio conceito de literacia.

A literacia (também tecnológica) funciona enquanto recurso (e também disposição, ou *habitus*) que condiciona as trajetórias sociais e os modos de vida dos indivíduos, para além de, enquanto competência, estar fortemente dependente dos contextos e das práticas que favorecem o seu desenvolvimento (Ávila, 2005: 233).

Sociedades do conhecimento e cidadania no contexto europeu

As dinâmicas da globalização e das políticas públicas (europeias) para a sociedade do conhecimento também se repercutem na cidadania dos indivíduos e respectivos países europeus. A difusão global das TIC trouxe acrescidos desafios em termos de literacia tecnológica, consubstanciada numa cada vez mais íntima relação entre a escolaridade e a utilização da internet. Nas sociedades do conhecimento, o que pressupõe níveis de desenvolvimento cada vez mais assentes numa economia dos serviços e informacional, quanto maior o número de pessoas com mais escolaridade maior o número de utilizadores de internet, processo transversal na generalidade dos países europeus.

A cidadania não decorre num vácuo social abstracto e, portanto, sobre si actuam, de modo variado, o poder dos contextos sociais–tecnológicos de cada país europeu. O nível de escolaridade dos indivíduos, a situação profissional e exigências ou qualificação dos postos de trabalho, a literacia enquanto competência transversal, ou o custo do equipamento e de ligação à internet, constituem factores sociais e económicos condicionantes das medidas de intervenção política visando a generalização e massificação do uso de tecnologias de informação e comunicação (Rodrigues e Mata, 2003: 176).

Se a tendência é a generalização da utilização da internet, os ritmos e difusão e os níveis em que se situa cada sociedade, dependem do ponto de partida de cada país europeu e no interior do seu espaço nacional o processo de difusão das TIC não é uniforme em todas as categorias e grupos sociais. Cada país possui «fracturas digitais» específicas, ou seja, não existem realidades homogéneas no interior de cada país.

À escala internacional existem diversas fontes e instrumentos de medição de dados sobre a utilização da internet, desde os institutos nacionais de estatística, empresas privadas, ou na União Europeia através do *Eurobarómetro*. Ter noção das estatísticas relacionadas com os usos da internet em cada sociedade é uma maneira de entender o nível de desenvolvimento da sociedade em rede de cada país” (Cardoso e outros, 2005: 83). Da mesma forma, o “European Social Survey” poderá ser um instrumento útil de aferição das sociedades do conhecimento europeias e dos seus impactos estruturais sobre múltiplas dimensões da vida social, capacidade que este inquérito europeu possui, particularmente, em relação ao indicador de práticas de acção colectiva (IPAC).

É proposta uma comparação da acção colectiva entre os países europeus através de dois indicadores da sociedade do conhecimento disponíveis no ESS: a utilização da internet e a escolaridade. Ambos os modelos são estatisticamente significativos, verificando-se que o

indicador de práticas de acção colectiva é explicado em 30,1% ($R^2=0,301$, Gráfico 4.8) pelos anos de escolaridade e em 66,3% pela utilização diária da internet ($R^2=0,663$, Gráfico 4.9). Assim anos de escolaridade e utilização (diária) da internet são bons juízes científicos da possibilidade de compreendermos um pouco melhor a acção colectiva na Europa sob o prisma das desigualdades tecnológicas.

Nos países onde são maiores os níveis de escolaridade, verifica-se, de igual modo, que as práticas de acção colectiva são mais intensas (Gráfico 4.8). A distribuição da acção colectiva segue a consentaneidade da análise de Martins (2005), quando afere na comparação entre vários países europeus, que existe um espaço europeu de qualificações de topo, de maior incidência no Norte da Europa; outro grupo de países, de maior concentração no centro da Europa, que tem acompanhado, quer nas escolaridades quer na capacidade de alargamento dos seus sistemas de ensino, os padrões médios europeus; e os mais deslocados destas lógicas qualificacionais, que são os países do Sul que, paulatinamente, procuram corrigir uma posição de atraso relativo (Martins, 2005: 157). Quanto aos países do Leste europeu, apesar de alguns deles apresentarem níveis equivalentes de escolaridade comparativamente com os países do centro e norte da Europa, a sua distribuição no eixo da relação acção colectiva/escolaridade coloca-os conjuntamente com os países do Sul da Europa.

Os recursos educativos representam, de facto, um dos principais factores nas dinâmicas da acção colectiva⁶⁰. A relação da acção colectiva com os padrões socioeducacionais vislumbráveis no Gráfico 4.8, de resto, praticamente que se justapõe nos agregados transnacionais de acção colectiva apurados⁶¹: respectivamente, os países do norte europeu (*cluster* 1), os países da Europa ocidentais (*cluster* 2) e os países do Sul e Leste europeu (*clusters* 3 e 4 de acção colectiva)⁶².

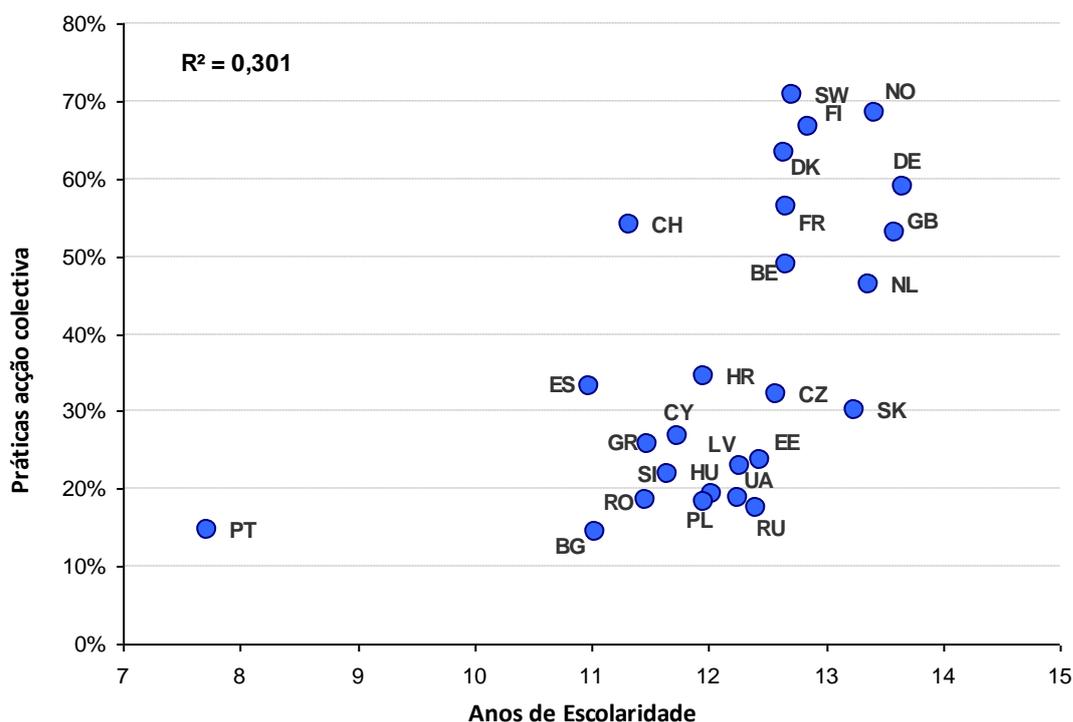
Portugal ocupa uma posição isolada, com níveis de escolaridade bastante reduzidos. Esta é uma situação que, em si mesma, marca profundamente a sociedade portuguesa, com naturais reflexos no domínio da sua cidadania.

⁶⁰ Como a análise desenvolvida no Capítulo 3 assim o demonstra.

⁶¹ Para um aprofundamento deste conceito sugere-se a leitura no Capítulo 3, do ponto 3.2.

⁶² Para uma visualização ilustrativa da comparação apurada ver a Figura 3.4 no Capítulo 3.

Gráfico 4.8 – Anos de escolaridade e práticas de acção colectiva nos países europeus

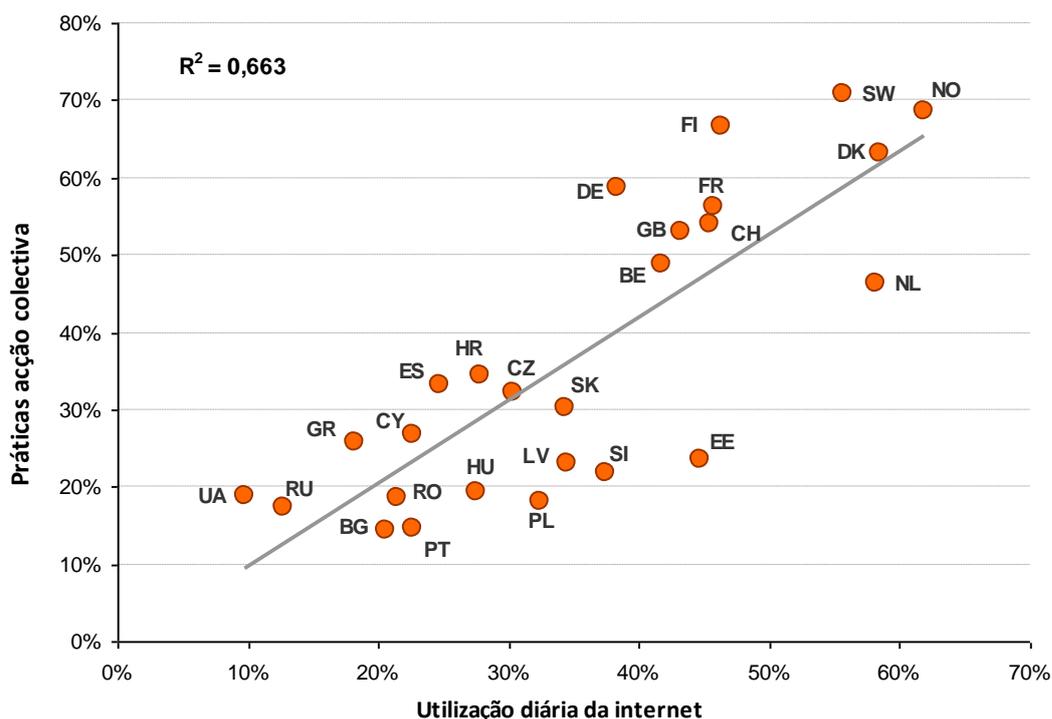


Fonte: European Social Survey (2008)

Quanto à relação entre info-integração e acção colectiva no universo dos países europeus, naqueles países onde é maior a utilização diária da internet é também mais pujante a cidadania (Gráfico 4.9). A relação uterina da escolaridade sobre a utilização da internet⁶³ é visível no modo como a imanência dos padrões socioeducacionais sobre a acção colectiva é transposta na relação entre info-integração e acção colectiva, o que revela o seu efeito estrutural. Ou seja, verifica-se novamente a tripla demarcação entre os países nórdicos, da Europa central, e os países do Sul e Leste europeu.

⁶³ $F(38, 49430) = 335,388; p=0,000$

Gráfico 4.9 – Utilização diária da internet e práticas de acção colectiva nos países europeus



Fonte: European Social Survey (2008)

O conjunto dos padrões socioeducacionais, as suas recomposições, sintomáticas de condições e processos de escolarização distintos, dão conta também de configurações institucionais, tecidos económicos, estilos de vida e padrões socioculturais muito diferenciados em todo o espaço europeu (Martins, 2005: 158).

As condições de desigualdade educativa e tecnológica que se configuram no espaço social europeu – são aspectos decisivos no desenvolvimento das sociedades do conhecimento. Este é um cenário de dupla implicação social, pois prefigura que não basta apenas resolver a desigualdade tecnológica de acesso à internet, mas que o alargamento do número de utilizadores e o enriquecimento das formas de utilização passam igualmente pelo incremento educativo institucional e diminuição das desigualdades educativas.

O contexto social proporcionado pela sociedade da informação e do conhecimento, nomeadamente a educação formal e a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação, convertíveis em desiguais recursos educativos e tecnológicos por parte das classes sociais, acabam por servir de mediação e ferramenta prática na adesão dos indivíduos à acção colectiva, tal como foi verificado na análise transnacional e na comparação dos países europeus.

4.2. Classes sociais, valores europeus e acção colectiva

Classe social, cultura e acção colectiva: aplicação analítica

Se a relação entre classe social, cultura e acção colectiva foi teoricamente desenvolvida no Capítulo Um deste trabalho - e nele foram discutidos a fundamentação meta-teórica, os principais conceitos e a sua articulação, bem como as escalas de análise necessárias a uma integrada compreensão estrutural e cultural do fenómeno da acção colectiva -, valerá agora a pena operacionalizar a teoria construída em «ferramentas analíticas» adequadas à observação empírica (Figuras 4.3 e 4.4).

Vários autores consideram os valores elementos centrais para o entendimento das atitudes e comportamentos sociais (Kluckhohn 1951; Allport, Vernon e Lindsay, 1960; Williams, 1968; Rokeach, 1973; Schwartz, 2007, 2005, 1996; Halman e de Moor, 1994; Feldman, 2003). Os valores têm orientado diversas análises em diferentes áreas temáticas, o mesmo se verificando relativamente ao estudo da cidadania e atitudes face à política (Verba e Orren, 1985; Vala e Viegas, 1990; Almeida, 1990; Halman, 2003; Freire, 2006).

No caso específico desta investigação, é adiantada a hipótese prepositiva de observar de que modo a cultura, ou mais especificamente os valores, estão presentes na formação da acção colectiva. A análise cultural que aqui se ensaia empiricamente, desdobra-se, fundamentalmente, a dois níveis fundamentais: o dos *indivíduos* e o das *estruturas* (Almeida e outros, 2006). Como questões centrais e imanentes, visa-se apurar que relações sociais explicam os padrões de acção colectiva (ao nível das estruturas) e as práticas de acção colectiva (ao nível dos indivíduos) no conjunto do espaço social europeu.

Concretamente, e procurando aplicar o modelo de análise construído (Figura 4.3), ao nível das *estruturas*, procurar-se-á determinar quais as regularidades e especificidades, afinidades e dissonâncias nas relações entre as estruturas de classes, os padrões de valores e os padrões de acção colectiva existentes na Europa (análise comparativa entre os países). Ao nível dos *indivíduos*, são exploradas as relações entre a classe social individual, os valores dos indivíduos e a sua adesão a práticas de acção colectiva (análise transnacional europeia).

Entre as estruturas de classes e os padrões de valores tendem a definir-se conjuntos de lugares sociais, ou sistemas de posições diferenciadas, hierárquicas e desiguais, que os indivíduos ocupam, padronizando culturalmente as relações sociais (Costa, 1992). Tal quer dizer que é possível aduzir efeitos culturais das estruturas sociais, a partir das relações sociais inscritas nas estruturas socioeconómicas, institucionais e de poder, ou como o resultado de processos históricos, institucionais e políticos.

Intrínsecas às estruturas sociais coexistem as estruturas culturais, compostas por configurações e sistemas culturais-simbólicos autónomos: estes são sistemas abertos, imprecisos de contornos e internamente complexos” (Almeida, 1990). É na interligação entre estrutura e cultura, ou no entrelaçamento entre dimensões culturais e dimensões relacionais do social (Almeida, 1995), que, inseridos em contextos sociais (estruturais e culturais), é possível identificar padrões de acção colectiva no espaço europeu.

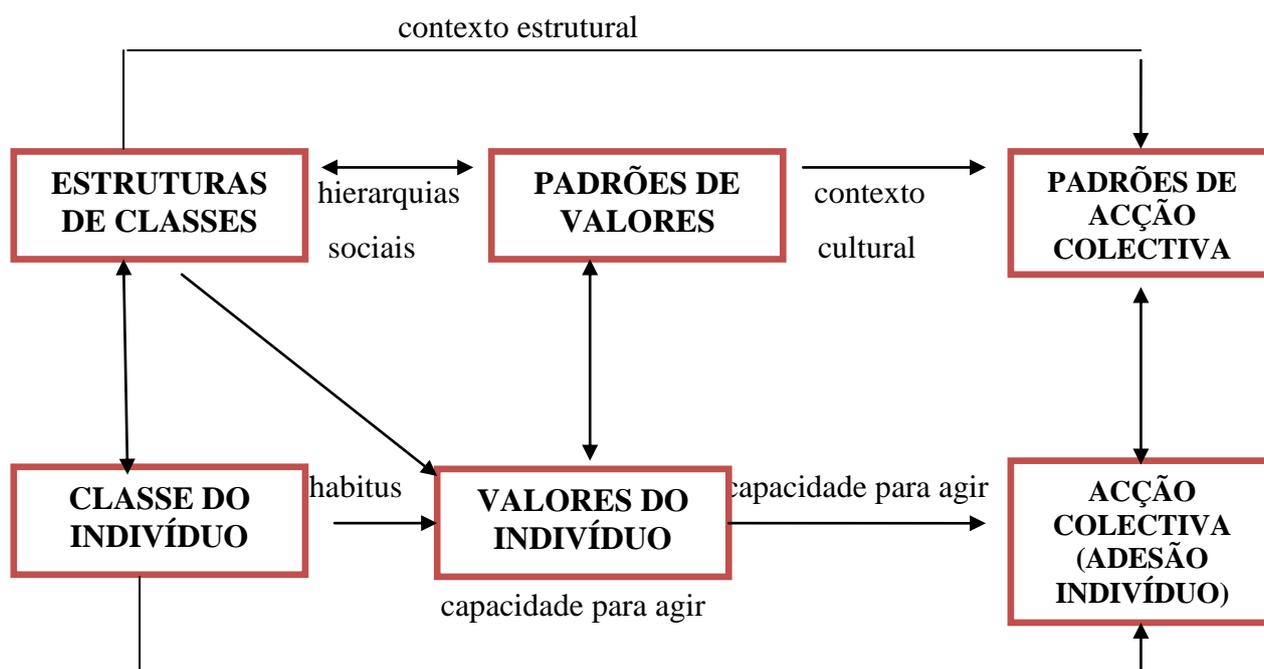
Na senda de outras investigações e análises (Almeida e outros, 2010 e 2006; Almeida, 2008 e 1990; Machado e outros, 2003 e 1989; Costa, 1999), pretende-se identificar padrões de valores nas classes sociais, uma vez que a semelhança de condições de existência dos membros de uma mesma classe leva também ao desenvolvimento de afinidades nas suas práticas e representações sociais (o que fazem e o que pensam) e de diferenças relativamente às práticas e representações dos membros de outras classes.

Ao nível das relações entre a classe social e os valores dos indivíduos, procura-se observar de que modo os respectivos *habitus* criarão as condições objectivas e subjectivas para a adesão à acção colectiva. Adjacente à noção de *habitus* de Pierre Bourdieu, os valores constituem um conjunto multifacetado de dimensões ideológicas, de traços simbólico-culturais, que funciona como fundo comum e heterogéneo de recursos socialmente disponíveis (Almeida e outros, 2006; Almeida, 1990). Se as condições de existência interferem no modo de formação e desenvolvimento dos valores, estes contém propriedades accionalistas, uma vez que são socialmente relevantes nos contextos e para os próprios indivíduos na sua conduta individual, contendo em si a capacidade potencial para a acção nas esferas da cidadania.

Como parâmetro analítico torna-se igualmente necessário postular e equacionar as relações entre o nível das estruturas e o nível dos indivíduos no que diz respeito à formação da acção colectiva. Este é o patamar conceptual das mediações sociais e da presença dos actores colectivos: a esfera dos modos como os indivíduos e as múltiplas relações inter-individuais geram efeitos emergentes, nos quadros da interacção social, da presença dos grupos de status, do conflito e das identidades colectivas, quanto à forma como se imbricam as classes sociais, os sistemas de valores e a estruturação do poder⁶⁴.

⁶⁴ São principalmente os Capítulos 1 e 5 que dão corpo teórico, analítico e empírico ao que é aqui designado de patamar dos actores colectivos. De qualquer forma, o seu desenvolvimento cognoscível não é separável da análise que é aqui experimentada.

Figura 4.3-Modelo de análise das relações entre classes sociais, valores e acção colectiva



Adaptação de Almeida e outros, 2006.

A teoria dos valores humanos tem vindo a ser amplamente utilizada e testada, nomeadamente: a) ao nível da estrutura e saliência dos valores e do seu carácter universal (Schwartz, 1992; Ros e Schwartz, 1995; Menezes e Campos, 1997; Schwartz e Sagie, 2000; Schwartz e Bardi, 2001; Schwartz, Melech, Lehmann, Burgess, Harris e Owens, 2001; Struch, Schwartz e van der Kloot, 2002); b) ao nível da sua importância para a compreensão de variados fenómenos sociais, nomeadamente, significados da identidade nacional (Grad, 2001), bem-estar subjectivo (Sagiv e Schwartz, 2000), confiança nas instituições (Devos, Spini e Schwartz, 2002), cooperação entre grupos (Garling, 1999), comportamento organizacional (Smith, Peterson e Schwartz, 2002), conflitos intergrupais (Schwartz, 1996; Gómez e Huici, 2001), envolvimento na defesa dos direitos humanos (Spini e Doise, 1998), atitudes democráticas (Pereira, Lima e Camino, 2001), diferenças entre sexos (Feather, 2004), significados da saúde (Martinez-Sánchez e Ros, 2001); c) ao nível do efeito de variáveis contextuais na saliência dos valores (Georgas, Van de Vijver e Berry, 2004); d) no que respeita à validação da equivalência de medida ao nível transnacional (Spini, 2003); e) na sua articulação com outros modelos de valores (Gouveia, 2001; Páez e Zubietta, 2001)⁶⁵.

De igual modo, será aplicada a teoria dos valores humanos de Shalom Schwartz (2007, 2005, 1996) à análise da acção colectiva, a partir dos dados recolhidos do “European Social

⁶⁵ «Estado da arte construído e sistematizado em Ramos (2007:189).

Survey”⁶⁶. Ou seja, empiricamente, observar-se-ão as relações entre os dez tipos de valores humanos e as práticas de acção colectiva (IPAC).

A representação dos valores como elementos de uma matriz de relações conflituais constitui o preceito axiomático mais diferenciador do modelo de Schwartz em relação às taxonomias avançadas por Rokeach e Inglehart (Ramos, 2007). Na tipologia dos valores humanos de Schwartz, os valores formam um sistema integrado de relações compatíveis ou incompatíveis entre si e obedecem a uma estrutura hierárquica. Aos níveis estruturais da sociedade, os valores são convertíveis em orientações sociais: representam as principais e básicas motivações relevantes para um conjunto variado de atitudes e comportamentos nos múltiplos domínios da vida social, reflectem processos de socialização e experiências sociais vividas, e funcionam como guias de acção (Schwartz, 2007). De igual forma, os valores actuam nas dimensões relacionais das sociedades, ao nível das relações entre indivíduos e grupos, nos posicionamentos sociais referentes às trajectórias colectivas e pessoais dos indivíduos, na relação com as esferas organizacionais e do conflito social.

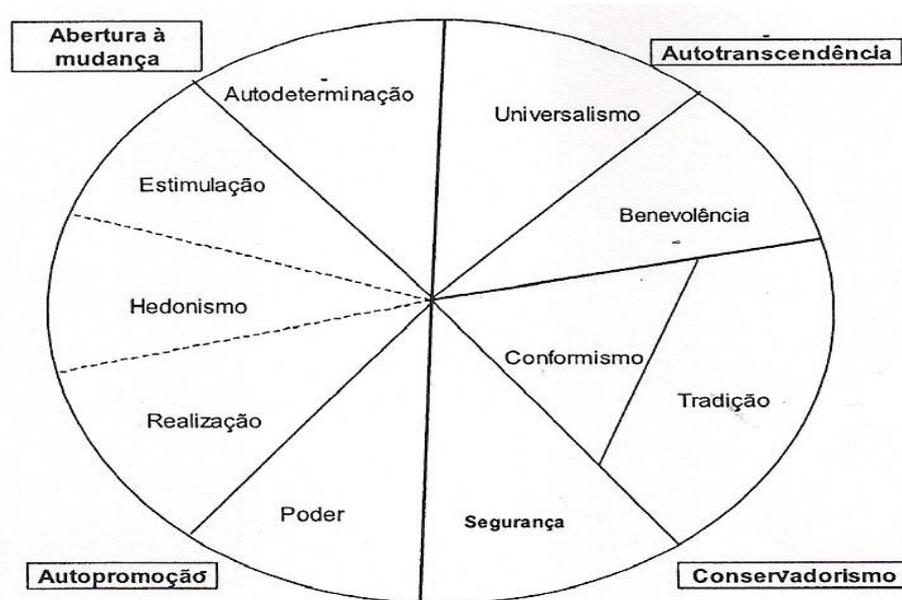
A teoria dos valores humanos de Schwartz veio colmatar a quase ausência do poder nas teorias dos valores e das orientações políticas. A superação do problema de anteriores pesquisas estabelecerem relações singulares entre um específico valor e uma determinada atitude ou comportamento social (Schwartz, 1996), e, ao invés, desenvolver a assumpção do carácter incorporado, relacional, socialmente partilhado e distintivo dos valores, permite extravasar o conflito para além da esfera dos actores colectivos e dos sistemas políticos, situando igualmente as classes sociais nos múltiplos campos geradores de acção colectiva, assumindo estas dinâmicas de maior ou menor consenso ou conflitualidade.

Os valores são articuláveis numa estrutura bidimensional, composta por quatro tipos de valores que formam duas dimensões conceptuais: uma que opõe valores de auto-transcendência a valores de autopromoção; e uma segunda que opõe valores de abertura à mudança a valores de conservadorismo (Figura 4.4). A primeira dimensão apresenta num dos extremos os valores de “universalismo” e “benevolência” e no outro, os tipos motivacionais “realização” e “poder”. Este eixo ordena os valores com base na motivação da pessoa para promover os seus próprios interesses mesmo às custas dos outros, por oposição a transcender as suas preocupações egoístas. A segunda dimensão opõe os tipos motivacionais “autodeterminação”, “estimulação” e “hedonismo”, ao “conformismo”, “segurança” e “tradição”, ordenando os valores com base na motivação da pessoa a seguir os seus próprios

⁶⁶ Inquérito internacional que integra os indicadores de valores humanos de Schwartz desde a sua primeira edição (2002) e que consagrou definitivamente o mérito da sua teoria.

interesses intelectuais e afectivos através de novas experiências, por oposição à auto-restricção, ordem e resistência à mudança. O «hedonismo» partilha elementos com a «abertura à mudança» e a «autopromoção» (Almeida e outros, 2010: 3)⁶⁷.

Figura 4.4 – Modelo teórico das relações entre os 10 tipos de valores motivacionais (Schwartz)



É possível reconhecer valores tendencialmente específicos a unidades sociais mais amplas e heterogêneas – como por exemplo países - ou a cada pessoa tomada individualmente (Almeida, 1995: 57). O apuramento de regularidades estruturais e culturais permite desenhar padrões de valores e de acção colectiva que distinguem regiões, países, grupos sociais (classes), ou indivíduos. Nas sociedades modernas complexas os valores contêm uma lógica própria de desenvolvimento, por vezes estreita e longamente articulada a lógicas globais, regionais e locais. Os valores são tributários de um conjunto vasto e diversificado de constrangimentos, de natureza simbólica e extra-simbólica, de proveniência predominantemente nacional ou internacional. Tais condições e constrangimentos geram

⁶⁷ Os valores formam um contínuo de motivações relacionadas mais ou menos próximas, formando assim uma estrutura circular. Por exemplo, valores conformistas podem conflitar com valores de autodeterminação, ou valores universalistas estarão em oposição a valores de realização. Mas, por exemplo, perseguir simultaneamente valores de tradição e conformismo já será congruente, ou ser-se universalista e benevolente.

efeitos em tendências, mas também em contra-tendências que sempre podem, a benefício de alguma alteração significativa nos contextos, assumir o papel principal (Almeida, 1995: 70).

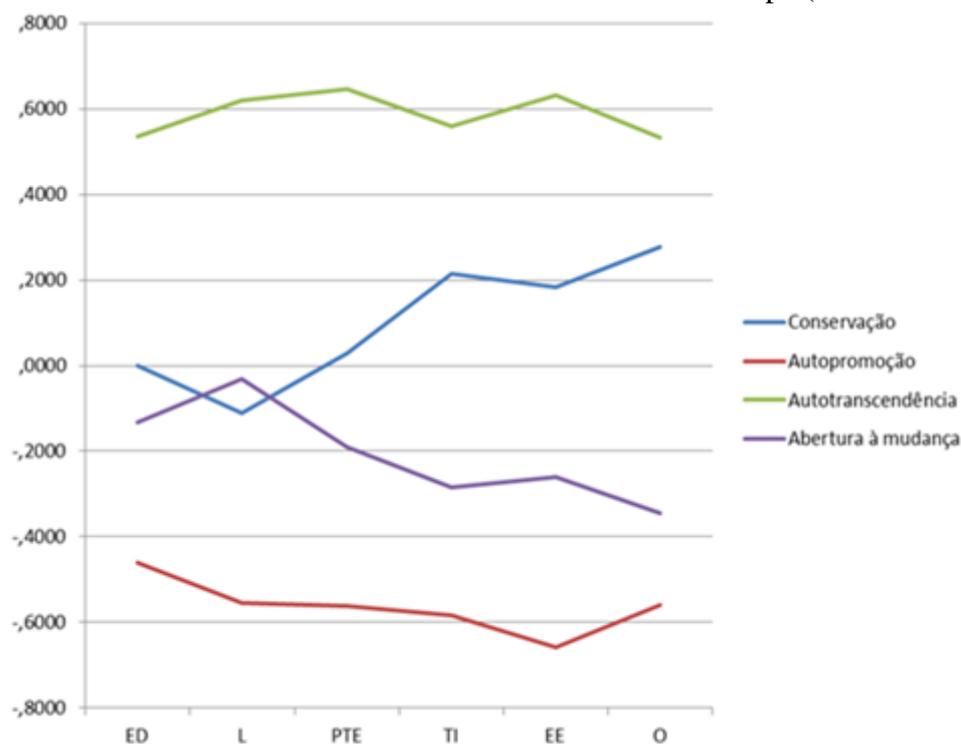
Classes e perfis culturais de cidadania

Para uma adequada compreensão das relações entre classe social, valores e cidadania, é necessário, antes de mais, considerar as classes como lugares na estrutura social (lugares de classe) - em relação dinâmica e interdependente com os valores produzidos nos contextos estrutural e cultural -, e as classes como forças sociais, não necessariamente como actores colectivos, mas sim como agentes portadores de valores (ou perfis culturais) mobilizáveis na acção colectiva.

Os valores das classes sociais (Gráfico 4.10) não são imutáveis, não reflectem uma essência de classe imanente, intrínseca, reprodutora de códigos e condutas morais rigidamente definidas. Pelo contrário, a transituacionalidade dos valores conservação, autopromoção, auto-transcendência e abertura à mudança, é visível no modo como os referidos valores coexistem variadamente, e não de modo demarcado, no espaço social das classes.

Tendências de sentido transversal parecem caracterizar os padrões de valores europeus com penetrações em todas as classes sociais. A auto-transcendência é o valor com que todas as classes sociais mais se identificam e a autopromoção o valor que menos se revêem.

Uma leitura longitudinal da saliência dos valores ao nível das classes permite igualmente constatar que no eixo da conservação – abertura à mudança, as orientações valorativas das classes seguem um comportamento menos linear que o eixo auto-transcendência – autopromoção. A conservação, e por oposição correspondente uma menor abertura à mudança, estão denodadamente mais presentes nos trabalhadores independentes, empregados executantes e operários, enquanto nos empresários e dirigentes, profissionais liberais e profissionais técnicos e de enquadramento, os valores médios da abertura à mudança e conservação estão mais próximos.

Gráfico 4.10 - Valores humanos das classes sociais na Europa (médias centradas)⁶⁸

Fonte: European Social Survey (2008)

Um olhar analítico mais circunspecto a cada classe social em relação a cada um dos valores permite que se retirem algumas constatações. Relativamente ao valor mais presente em todas as classes sociais, a auto-transcendência, é possível falarmos de dois subgrupos homogêneos: PTE, profissionais liberais e empregados executantes são mais auto-transcendentes, seguem-se-lhes os empresários e dirigentes, trabalhadores independentes e operários (Quadro 4.3).

Diferenciadamente, os empresários e dirigentes são a classe social com maior autopromoção, depois os profissionais liberais, PTE, TI e Operários, e apresentando os valores médios mais baixos, os empregados executantes.

Os operários são os mais conservadores, seguem-se-lhes os TI e EE, e no seguinte subgrupo homogêneo encontramos os ED e PTE. Os profissionais liberais são a classe social menos conservadora.

Na abertura à mudança é onde são mais heterogêneas as orientações valorativas das classes (cinco subgrupos homogêneos). Os profissionais liberais são a classe social com maior abertura à mudança, depois os ED, PTE, TI e EE, com os operários menos abertos à mudança.

⁶⁸ Conforme procedimento metodológico adoptado em Ramos (2007).

Quadro 4.3 – Classe social e valores humanos
(Anovas e subgrupos homogéneos)

Anova	Teste	Subgrupos homogéneos			
Classe social – conservação	$F(5)=1314,71; p=0,000$	ED, PTE	L	TI, EE	O
Classe social – autopromoção	$F(5)=289,27; p=0,000$	ED	L, PTE, TI, O	EE	
Classe social – autotranscendência	$F(5, 42437)=75,52; p=0,000$	ED, TI, O	L, PTE, EE		
Classe social – abertura à mudança	$F(5)= 618,03; p=0,000$	ED	L	PTE	TI, EE O

Através de uma análise de regressão logística, foi testado um modelo no sentido de aferir que valores humanos serão explicativos das práticas de acção colectiva (Quadro 4.4). Com excepção da “estimulação”, todos os outros valores têm impacto significativo, explicando 12,1% (Nagelkerke $R^2=0,121$) da variação das práticas de acção colectiva. Os valores universalistas (*odds ratio*=1,367), de benevolência (*odds ratio*=1,350) e autodeterminação (*odds ratio*=1,302) são os que provocam maior impacto nas práticas de acção colectiva.

Quanto mais os indivíduos detêm valores de autodeterminação, hedonismo, benevolência e universalismo, maior é a possibilidade de aumentarem as práticas de acção colectiva. Em sentido inverso, se os indivíduos perseguirem motivações valorativas de realização, poder, segurança, conformismo e tradição, provavelmente menos práticas de acção colectiva ocorrerão.

Quadro 4.4 - Valores humanos explicativos das práticas de acção colectiva
(Regressão logística)

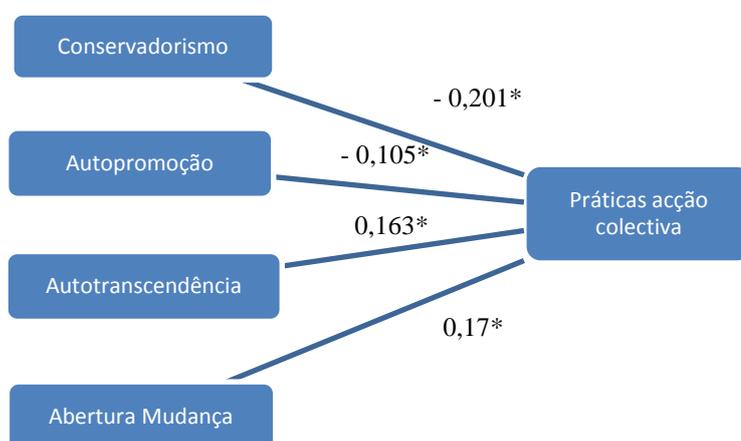
Variáveis Independentes	Práticas acção colectiva	
	<i>Odds ratio</i>	<i>B</i>
Autodeterminação	1,302***	+
Estimulação	1,010	+
Hedonismo	1,086***	+
Benevolência	1,350***	+
Universalismo	1,367***	+
Realização	0,899***	-
Poder	0,880***	-
Segurança	0,696***	-
Conformismo	0,933***	-
Tradição	0,803***	-
	$X^2(10) = 4434,752$	
	<i>Nagelkerke R²</i> = 0,121***	

*** $p < 0,001$

A mesma oposição confirma-se nas correlações entre os valores de ordem mais elevada autopromoção *versus* auto-transcendência e conservadorismo *versus* abertura à mudança (Figura 4.5). Ou seja, na primeira dimensão a correlação é positiva na auto-transcendência (0,163) e negativa na autopromoção (-0,105), enquanto na segunda dimensão a correlação é positiva na abertura à mudança (0,17) e negativa no conservadorismo (-0,201).

Uma leitura integrada do Quadro 4.4 e Figura 4.5 permite constatar o efeito potenciador, sobretudo por parte dos valores autodeterminação (na abertura à mudança), universalismo e benevolência (na auto-transcendência), no surgimento de práticas de acção colectiva.

Figura 4.5 – Valores humanos e práticas de acção colectiva (Correlações)



* Rho Spearman; $p < 0,01$

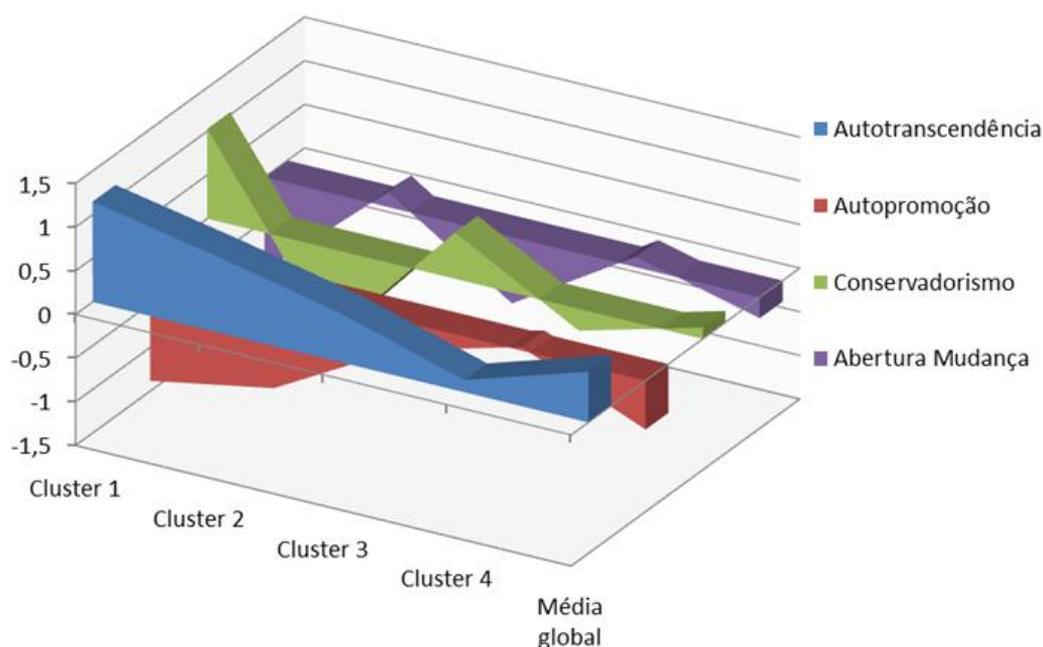
A realização de uma análise de clusters⁶⁹ permitiu a identificação de quatro perfis culturais (Gráfico 4.11), para seguidamente, se analisar o comportamento destes em relação à adesão às práticas de acção colectiva (Quadro 4.5).

Um primeiro perfil cultural (*cluster 1*) caracteriza-se pela sua elevada auto-transcendência e conservadorismo; um segundo perfil (*cluster 2*) revela a saliência dos valores auto-transcendência e abertura à mudança; um terceiro perfil (*cluster 3*) diferencia-se, no conjunto dos quatro valores, pelo seu conservadorismo; o quarto perfil (*cluster 4*) constitui o perfil

⁶⁹ Análise de Clusters “Two-Step”.

mais indiferenciado, com ligeira tendência para a autopromoção (o único dos quatro perfis) e abertura à mudança.

Gráfico 4.11 - Perfis culturais dos indivíduos
(Análise de Clusters)



Fonte: European Social Survey (2008)

No conjunto da amostra europeia, 14% são autotranscendentes-conservadores (*cluster 1*), 26,9% possuem um perfil de abertura à mudança e auto-transcendência (*cluster 2*), 22,6% são conservadores (*cluster 3*), e 36,4% revelam valores de autopromoção com abertura à mudança (*cluster 4*).

O perfil de “abertura à mudança - autotranscendência” é claramente aquele que denota uma maior adesão a práticas de acção colectiva (Quadro 4.5). Observa-se que 53,1% dos indivíduos com este perfil cultural revelam acção colectiva: respectivamente, 22,5% com adesão mínima, 14,3% com adesão moderada e 16,2% com adesão elevada a práticas de acção colectiva.

O conservadorismo é visivelmente um obstáculo à acção colectiva como se observa nos perfis culturais “autotranscendente-conservador” e “conservador”, onde mais de 70% dos seus indivíduos não têm práticas de acção colectiva.

A auto-transcendência apenas combinada com a abertura à mudança é que é propensa a uma cidadania mais activa, o mesmo já não acontecendo perante um perfil cultural “autotranscendente-conservador”.

O perfil “autopromoção com abertura à mudança” revela igualmente um fraco pendor cívico (66,5% com ausência de acção colectiva), apesar de superior aos perfis “autotranscendente-conservador” e “conservador”.

Quadro 4.5 - Perfis culturais e adesão a práticas de acção colectiva (%)

Perfis culturais (% na amostra)	Ausência acção colectiva	Adesão mínima a práticas de acção colectiva	Adesão moderada a práticas de acção colectiva	Adesão elevada a práticas de acção colectiva	Total
Autotranscendente-conservador (14%)	71,6%	16,2%	6,4%	5,8%	100%
Abertura à mudança e autotranscendência (26,9%)	46,9%	22,5%	14,3%	16,2%	100%
Conservador (22,6%)	72,2%	15,7%	6,9%	5,2%	100%
Autopromoção com abertura à mudança (36,4%)	66,5%	16,7%	9%	7,8%	100%

Fonte: European Social Survey (2008)

Ao nível dos indivíduos, é na imbricação entre as condições de vida dos lugares de classe e o habitus de determinados perfis culturais, que se traduz socialmente a capacidade de acção para a cidadania e acção colectiva.

Determinadas teorias, sobretudo as mais extremadas dos novos movimentos sociais, na verdade, tornam opaca a necessidade de compreender o lugar da cultura no estudo da acção colectiva, uma vez que, no fundamental, ignoram o nível das relações entre protagonistas sociais e as bases quotidianas da acção colectiva (como almeja o indicador práticas de acção colectiva), quotidiano este caracterizado por regularidades estruturais e culturais, mas que acabam por escapar ao proselitismo de um excessivo holismo culturalista.

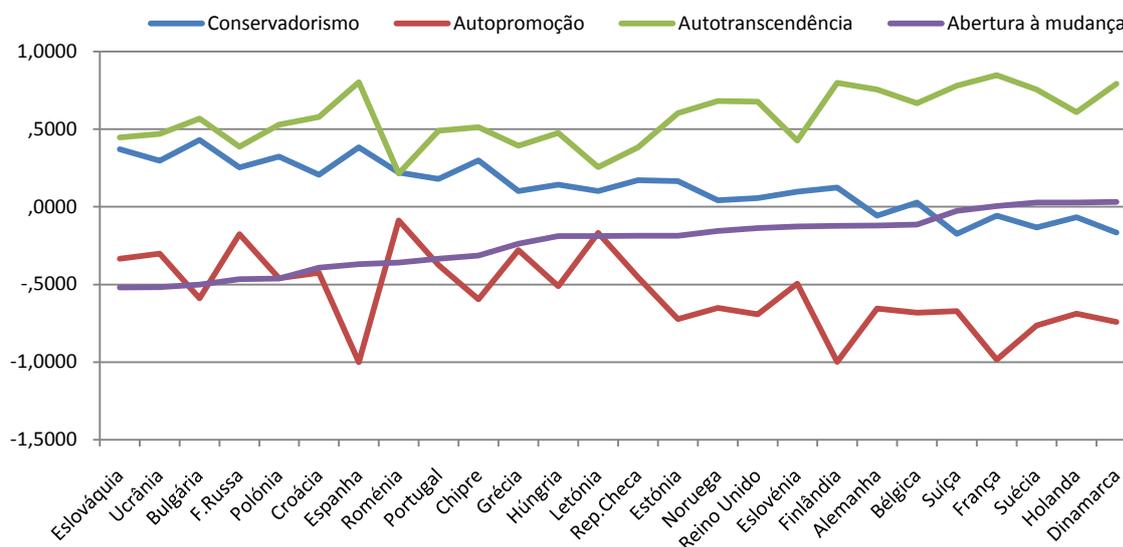
Contextos e padrões de valores europeus nas dinâmicas da acção colectiva

Os padrões de valores são produzidos em determinadas condições sociais, institucionais, históricas e políticas. Eles são o resultado de contextos estruturais e culturais, nos quais as trajetórias colectivas e individuais dos actores são, elas, próprias, um factor de estruturação social, estruturação que, justamente, pode ser visível no plano das representações e valores que os actores transportam consigo (Machado e outros, 1989: 194).

No conjunto dos países europeus, observa-se que a «auto-transcendência» apresenta os valores mais elevados de identificação em todos os países analisados, segue-se-lhe o conservadorismo em quase todos os países, com excepção da Suíça, França, Suécia, Holanda

e Dinamarca onde a abertura à mudança é mais importante (Gráfico 4.12). A autopromoção é o valor menos presente na generalidade dos países europeus, com excepção da Roménia, F. Russa, Ucrânia e Eslováquia, com níveis de identificação inferiores de abertura à mudança.

Gráfico 4.12 – Valores humanos nos países europeus (médias centradas⁷⁰)



Fonte: European Social Survey (2008)

Foi possível identificar, através da realização de uma análise de clusters, quatro tipos de padrões de valores no conjunto dos países europeus (Quadro 4.6)⁷¹. Os países da Europa do Norte encontram-se no Cluster 1. Os países da Europa Ocidental encontram-se no Cluster 3, com excepção da França que se posiciona no Cluster 1. Os países da Europa do Sul estão agrupados no Cluster 4, com excepção de Portugal que se situa no Cluster 2. É neste Cluster 2 que estão a generalidade dos países da Europa de Leste, com excepção da Estónia, inscrita no Cluster 1 e da Hungria, Letónia e Eslovénia, presentes no Cluster 4.

⁷⁰ Conforme procedimento metodológico adoptado em Ramos (2007).

⁷¹ O número de clusters foi fixado após análise comparada dos resultados obtidos na análise de clusters por via dos métodos hierárquicos (via “vizinho mais afastado” e “método Ward”).

Quadro 4.6 – Padrões de valores nos países europeus
(Análise de Clusters)

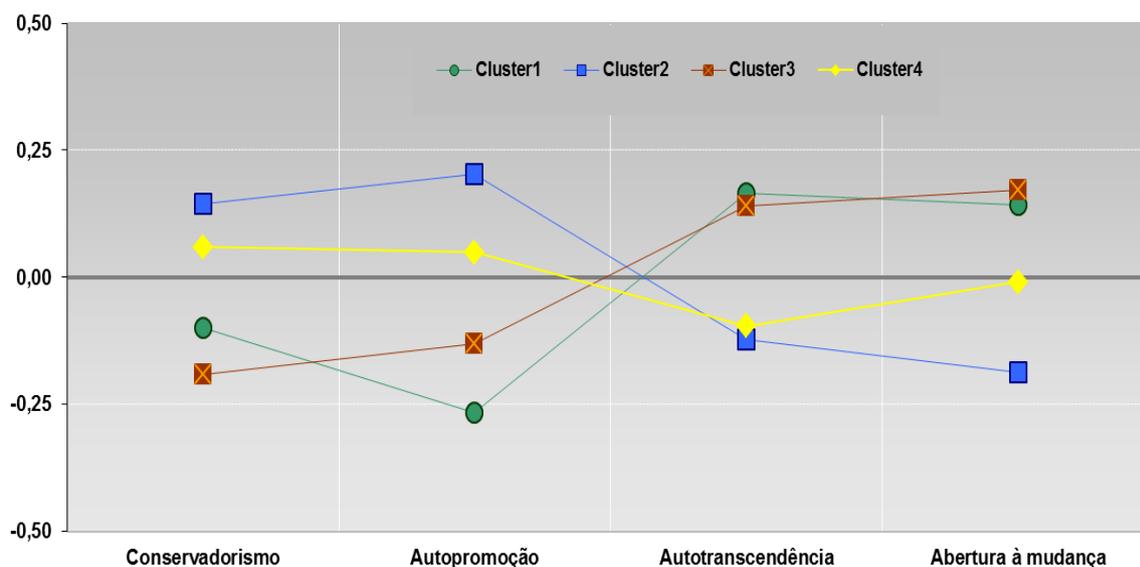
Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	Cluster 4
Estónia	Bulgária	Bélgica	Chipre
Finlândia	Rep.Checa	Suíça	Espanha
França	Croácia	Alemanha	Grécia
Noruega	Polónia	Dinamarca	Hungria
Suécia	Portugal	Reino Unido	Letónia
	Roménia	Holanda	Eslovénia
	Fed.Russa		
	Eslováquia		
	Ucrânia		

Fonte: European Social Survey (2008)

Observando o comportamento de cada cluster em relação aos valores humanos (Gráfico 4.13), verifica-se que, em relação à abertura à mudança os Clusters 3 e 1 são os que apresentam valores médios positivos, ou seja, respectivamente os países da Europa do Norte, Ocidental e Estónia. Ao invés, o conservadorismo marca maior presença nos Clusters 2 e 4, ou seja, nos países da Europa do Sul e de Leste.

Na auto-transcendência, os Clusters 1 e 3 estão próximos com valores médios positivos e os Clusters 2 e 4, também próximos um do outro, estão negativamente afastados da média. A autopromoção é o valor onde as distâncias entre os quatro clusters são maiores. O Cluster 2 é aquele que mais promove a autopromoção e no cluster 1 localiza-se de forma menos vincada.

Gráfico 4.13 – Padrões de valores por *Clusters* (distância em relação à média)



Fonte: European Social Survey (2008)

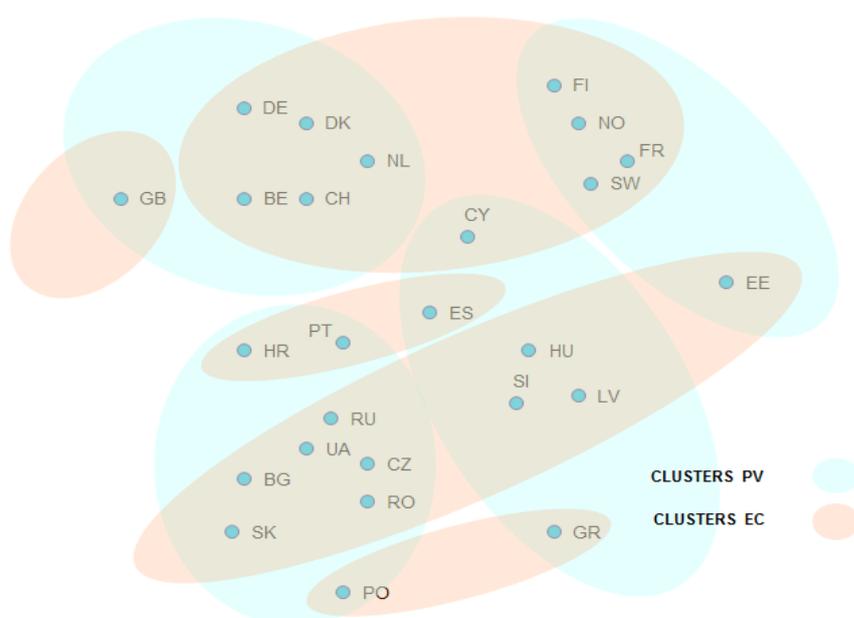
Importa comparar também as similitudes estruturais e culturais entre os países europeus, ou seja, observar as regularidades existentes entre as estruturas transnacionais de classes e os padrões de valores europeus (Figura 4.6).

Os países pertencentes aos *clusters 1 e 3 de padrões de valores* partilham da mesma estrutura transnacional de classes (Quadro 3.3), com excepção da Estónia e Reino Unido. Os países com maior abertura à mudança, auto-transcendência e menor conservadorismo e autopromoção, são aqueles com uma estrutura social marcada pela relevante presença dos PTE's (*cluster 1 das estruturas transnacionais de classes*).

Os países pertencentes ao *cluster 2 de padrões de valores* inscrevem-se nos *clusters 3* (Polónia), *cluster 4* (Croácia e Portugal) e sobretudo *cluster 5* das estruturas transnacionais de classes (Bulgária, Rep.Checa, Roménia, F.Russa, Eslováquia e Ucrânia), esta caracterizada pela maior percentagem de operários.

Os países pertencentes ao *cluster 4 de padrões de valores* pertencem ao *cluster 1 das estruturas transnacionais de classes* (Chipre), *cluster 3* (Grécia), *cluster 4* (Espanha) e *cluster 5* (Hungria, Letónia e Eslovénia).

Figura 4.6 – Estruturas de classes e padrões de valores (interacção de tipologias)



Fonte: European Social Survey (2008)

De igual modo, é possível comparar os padrões de valores e os agregados transnacionais de acção colectiva europeus (Figuras 4.7 e 3.4). Os *clusters 1 e 3 de padrões valores* coincidem, na arrumação que é feita dos países pertencentes a estes dois clusters de padrões de valores, com os *clusters 1 e 2 de acção colectiva*.

O *cluster 2 de padrões de valores* integra sete países pertencentes ao *cluster 3 de acção colectiva* (Bulgária, Rep.Checa, Polónia, Fed.Russa, Eslováquia, Ucrânia e Portugal), a Croácia do *cluster 2 de acção colectiva* e a Roménia do *cluster 4 de acção colectiva*.

A composição do *cluster 4 de padrões de valores* abarca o *cluster 2 de acção colectiva* (Espanha), o *cluster 3* (Grécia, Hungria, Letónia e Eslovénia) e o *cluster 4 de acção colectiva* (relativamente ao Chipre).

Figura 4.7 – Padrões de valores e acção colectiva na Europa (comparação dos *clusters* apurados)



Fonte: European Social Survey (2008)

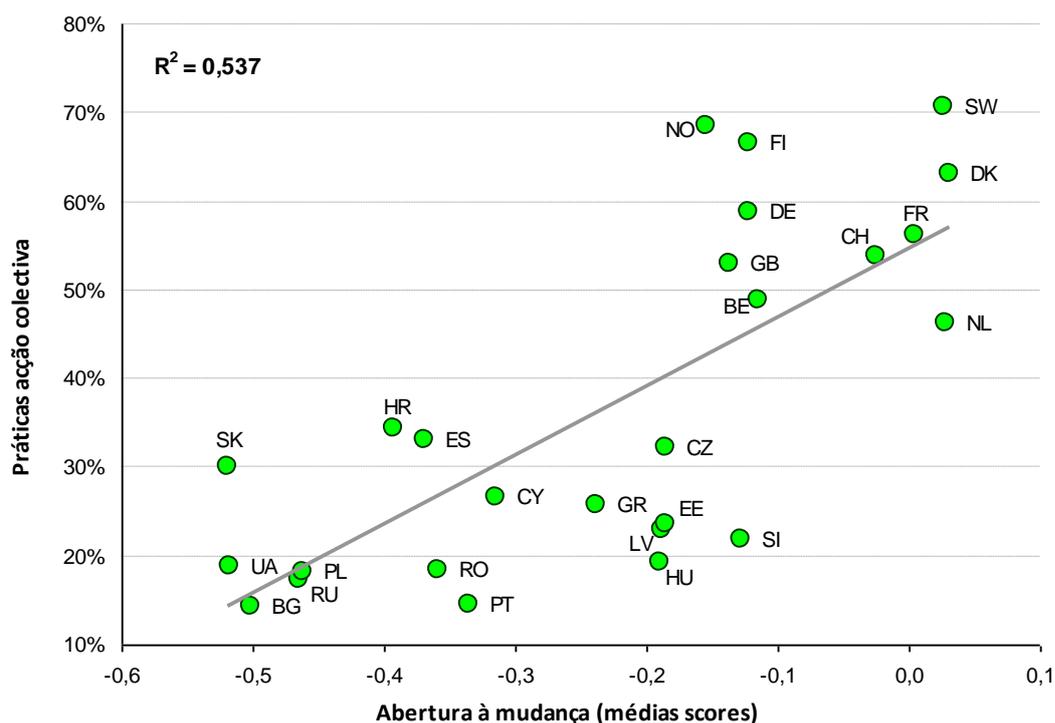
As dimensões simbólico-culturais conservam-se e transformam-se, ganham homogeneidade e diversificam-se, afunilam e expandem-se, à medida das evoluções dos conjuntos humanos e das relações que eles entre si estabelecem. Os indivíduos, os grupos, as classes sociais, recorrem aos elementos disponíveis dos sistemas culturais e utilizam-nos em conjunto com regras operacionais que dele igualmente fazem parte, de modo a poderem

pensar e agir (também colectivamente), alargando assim o conjunto de possibilidades e de mudanças sociais (Almeida, 1990).

O efeito de regressão verificado ($R^2=0,537$), entre a abertura à mudança e a presença de práticas de acção colectiva, numa análise comparativa dos países europeus (Gráfico 4.14), é empiricamente revelador da importância do conceito de mudança no estudo da acção colectiva⁷².

Verifica-se que os países com maior abertura à mudança são aqueles com mais práticas de acção colectiva. A Suécia, Dinamarca e Holanda detêm scores médios positivos de abertura à mudança e simultaneamente elevada adesão a praticas de acção colectiva. Seguem-se-lhes a França, Suíça, Bélgica, Alemanha, Finlândia, Noruega e Reino Unido. A Federação Russa, Bulgária, Polónia, Ucrânia e Eslováquia seguem um padrão de comportamento de reduzidas abertura à mudança e práticas de acção colectiva.

Gráfico 4.14 – Abertura à mudança e práticas de acção colectiva nos países europeus



Fonte: European Social Survey (2008)

⁷² O conceito de mudança, recorde-se, assume importância no quadro teórico proposto por esta investigação (Capítulo 1).

Um dos principais obstáculos que urge ser superado é o do mito da integração cultural (Archer, 1996; Costa, 1999), ou seja, dever-se-á abandonar a suposição de que a ordem cultural é essencialmente uniforme, de que a acção social se desenvolve num quadro valorativo coerente e partilhado por todos os actores. Os valores são diferenciados e diferenciam as práticas sociais. Os sistemas simbólico-ideológicos que presidem às opções individuais e constroem os contextos sociais contêm oposições, complementaridades e conflito, como revela a aplicação empírica da teoria dos valores humanos de Schwartz.

Seja ao nível das estruturas, seja ao nível dos indivíduos, as condições sociais e a produção de cultura constituem o fundo social pré-constituído da acção colectiva. Na formação da acção colectiva concorrem os elementos dinâmicos das historicidades dos países, os seus desenvolvimentos estruturais, os cenários políticos, económicos ou geoestratégicos, as transformações culturais e simbólicas em curso (e entre elas os efeitos da globalização), os contextos sociais e culturais nacionais e transnacionais.

4.3. Desigualdade e Estado: valores, representações sociais e acção colectiva na Europa

As relações entre a sociedade e o Estado assumem uma enorme actualidade no contexto europeu. Se historicamente a Europa foi palco, principalmente a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, do aumento do papel do Estado e das suas infra-estruturas institucionais, que se revelaram decisivas na configuração, estruturação e desenvolvimento das sociedades europeias, actualmente os Estados europeus enfrentam novos e acrescidos desafios (nacionais e transnacionais), de natureza económica, política, social e cultural.

Nas esferas económica e política são sobretudo vividas tensões quanto ao grau de regulação nas relações entre a economia e o Estado (Pinto, 2008), cujas consequências reais se reflectem nas estruturas produtivas e distributivas das sociedades, com diferenciados efeitos nos quadros dos valores e das representações sociais dos cidadãos. As teorias marxistas do Estado centraram-se nas formações económicas e domínio dos aparelhos de Estado (por parte das classes dominantes), enquanto as teorias pluralistas se focalizaram nos processos de participação e representação política. O Estado é o resultado inacabável de formações políticas construídas sob clivagens sociais e mediador de posicionamentos sociais que se interpenetram nos diversos sistemas de relações sociais e de conflitualidade social, estes, por seu turno, geradores de disposições e de atitudes em relação ao poder e ao funcionamento do Estado em concreto. As relações entre o Estado e a sociedade são também,

mas não só, nas actuais sociedades complexas, relações de representação (Fernandes, 1997). Considerando o Estado como actor institucional central nas sociedades contemporâneas, compreendendo-o não apenas em relação com a actividade económica mas também com as estruturas sociais e culturais, a análise sociológica poderá, igualmente, procurar interpretar os sistemas de significação social das classes sociais que se reportam ao Estado e à avaliação que fazem dos seus mecanismos directos e indirectos de intervenção social.

Trata-se de posicionar a análise das classes no contexto de uma sociologia da injustiça (Costa, 1987), problematizando sobre as relações entre desigualdade social, estado-providência e cidadania. Nos países europeus, o papel crescente do Estado na vida económica e social, com objectivos de igualdade socioeconómica, através dos seus mecanismos de redistribuição e protecção social com vista a uma integração social cada vez mais ampla, institucionalizaram um conjunto de expectativas e de direitos sociais múltiplos, configuradores dos moldes actuais da cidadania e que sedimentaram nos europeus valores e representações sociais de carácter mais ou menos igualitário. Os dispositivos de igualização das oportunidades e de correcção das desigualdades sociais – em suma, as garantias institucionais de um mínimo de equidade social – constituíam não só um ingrediente da prosperidade económica das sociedades democráticas, como também a base material da sua legitimação política (Cabral, 1997).

No essencial, procura-se indagar sobre os contornos dos valores e representações de justiça social que as classes sociais e os cidadãos (nas suas respectivas sociedades nacionais) incorporam e assumem, e que nexos são estabelecidos com a produção de acção colectiva (ou cidadania). Procura-se articular a análise das classes sociais com a das representações de justiça (ou injustiça) social que os actores têm em cada contexto social, temporal e espacialmente especificado. Que critérios de justiça fazem parte dos seus sistemas de classificações e que distribuições desiguais de recursos consideram justas e injustas? E que influências recursivas estão implicadas nas relações dessas representações de justiça com as dimensões de estruturação das classes e de hierarquização dos *status*? (Costa, 1987: 686).

Trata-se de problematizar as consequências da desigualdade social no plano cultural, ou seja, equacionar até que ponto a desigualdade de rendimentos interfere com a construção simbólica de valores e representações sociais igualitários. A desigualdade social não é apenas um facto social, mas também a representação cultural de factos sociais (Eder, 1993). Trata-se de procurar alcançar um olhar sociológico sobre a dimensão simbólica das sociedades, concretamente sobre as relações entre cultura, instituições e acção colectiva, ao se procurarem delimitar regularidades sociológicas entre a incrustação de morais sociais igualitárias, a

assumpção de atribuições sociais ao Estado e a adesão a práticas de acção colectiva por parte das classes sociais.

As estruturas sociais não contemplam apenas a produção material das sociedades, mas igualmente os fenómenos de produção cultural e os seus efeitos de hierarquização e classificação social sobre os processos de formação das classes sociais. Sob a suposta individualização das sociedades, ocultam-se socialmente subculturas, padrões e identidades culturais, éticas e ideologias sociais, “ethos” e perfis sociais de índole mais ou menos individualista ou colectivista.

Terão as desigualdades sociais influência sobre a construção de valores igualitários e as representações sociais do Estado? Wilkinson e Pickett (2010) sugerem que se encare a escala das desigualdades materiais numa sociedade como o esqueleto à volta do qual se formam as diferenças de classe e as diferenças culturais. Ou seja, que as diferenças materiais fornecem o contexto para o desenvolvimento de distinções sociais, através das quais os actores poderão considerar a desigualdade como socialmente desagregadora.

Os sistemas de disposição e de classificação culturais dos cidadãos (ou *habitus*) constroem igualmente representações sociais sobre a economia, as instituições políticas e o Estado. É a partir de determinado lugar de classe e posição social, e dos respectivos códigos sociais e culturais accionados pelos actores perante as interpelações da vida social (decorrentes das suas trajectórias sociais individuais e colectivas), que são construídas as percepções sobre a eficácia/legitimidade das políticas distributivas, sobre a igualdade de oportunidades e justiça social, que são toleradas ou não as desigualdades económicas e as possibilidades de agir colectivamente.

O questionário “European Social Survey” (2008) inquiriu os cidadãos europeus, em termos de valores: se os respectivos Governos nacionais deviam tomar medidas para reduzir as diferenças de rendimentos; se aceitam as desigualdades económicas para recompensar diferenças de capacidade e de esforço; e se concordam com a igualdade dos níveis de vida para uma sociedade ser justa.

Quanto às representações sociais sobre o Estado, foi perguntado aos europeus em que medida os serviços e apoios sociais no seu país conduzem a uma sociedade mais igualitária e qual era o grau de responsabilidade que o Estado deveria assumir num conjunto de atribuições sociais⁷³.

⁷³ Nas políticas de emprego, em garantir cuidados de saúde adequados aos doentes, em garantir um nível de vida digno aos idosos e desempregados, em assegurar serviços de cuidados às crianças para os pais que trabalham e em proporcionar dias de licença pagas aos que têm que tomar conta de familiares doentes.

Para o estudo das relações entre a desigualdade social, valores e representações sociais e os seus impactos sobre a cidadania, só fará sentido uma estratégia analítica que incida sobre as sociedades nacionais para, num segundo momento, lançar um olhar sobre as classes sociais a nível europeu.

As sociedades nacionais constituem o referente metodológico privilegiado para comparar as estruturas de rendimentos (desigualdades sociais) e observar empiricamente os países relativamente à evolução das suas instituições políticas e realidades económico-sociais do Estado, os padrões sociais e culturais, os sistemas institucionais e a sua cultura cívica. É sobretudo reportando-se à sociedade nacional que são simbolicamente erigidos os valores de igualdade socioeconómica e as atitudes sobre a intervenção do Estado. Os indivíduos respondem tendo como referência a sua realidade nacional, que será diferente de país para país.

Os valores e representações sociais das classes enformam da realidade económica, sistemas institucionais e culturas nacionais, mas a transversalidade transnacional das classes, enquanto posição económica detida na divisão internacional do trabalho, deve reter o olhar para procurar compreender, também no plano sociocultural, como são percebidas as desigualdades económicas e as responsabilidades do Estado pelas classes sociais europeias.

Desigualdade, confiança institucional e a importância do Estado

Procura-se avançar com a hipótese de que as atitudes e representações sociais sobre o Estado (grau de responsabilidades que deve assumir e a importância dos apoios sociais), no plano estrutural, são condicionadas, nas sociedades nacionais, pelas desigualdades sociais (desigualdades de rendimentos) e pela confiança institucional (dimensão de capital social) dos seus cidadãos.

A desigualdade social e o Estado caminham intimamente associados, não apenas pela importância dos Estados na criação de condições de desenvolvimento económico, quer intervindo por via de políticas redistributivas, sejam políticas públicas de natureza fiscal, de protecção social, apoio à família, ou educativas.

A relação entre o nível de desigualdade social de uma dada sociedade e as responsabilidades que os seus cidadãos atribuem ao Estado (Gráfico 4.15) poderá clarificar, não só os efeitos sobre as atitudes sociais que terá a desigual distribuição dos rendimentos, como ainda avaliar, indirectamente, os respectivos impactos das políticas redistributivas dos Estados europeus.

Na generalidade dos países os cidadãos europeus atribuem um grau elevado de responsabilidades ao Estado (Gráfico 4.15 e 4.17). Mas esta vontade colectiva expressiva em todos os países europeus é ainda mais reforçada se estivermos perante sociedades com níveis elevados de desigualdade social. Quanto mais elevada é a desigualdade social mais acentuada é a tendência para uma maior assumpção das responsabilidades do Estado. A percepção social da desigualdade social induz a interiorização da maior importância do papel dos Estados, porventura como mecanismo corrector dessas mesmas desigualdades sociais.

A tipologia de «estados-providência» proposta por Esping-Andersen (1991), considerando a existência na Europa de Estados liberais (ou anglo-saxónicos), corporativos (ou continentais) e sociais-democratas (ou escandinavos), acrescentando-lhe as características específicas detidas pelos Estados da Europa do Sul, bem como o surgimento recente de Estados ex-comunistas (Herrerros, 2009)⁷⁴, poderá ser uma útil ferramenta analítica.

Com os maiores níveis de desigualdade social na Europa, os cidadãos que pertencem a Estados da Europa do Sul e ex-comunistas são os que atribuem maior grau de responsabilidades ao Estado (Gráfico 4.15). Ou seja, é o caso dos cidadãos da Bulgária, Letónia, Estónia, Polónia, Grécia, Portugal e Espanha.

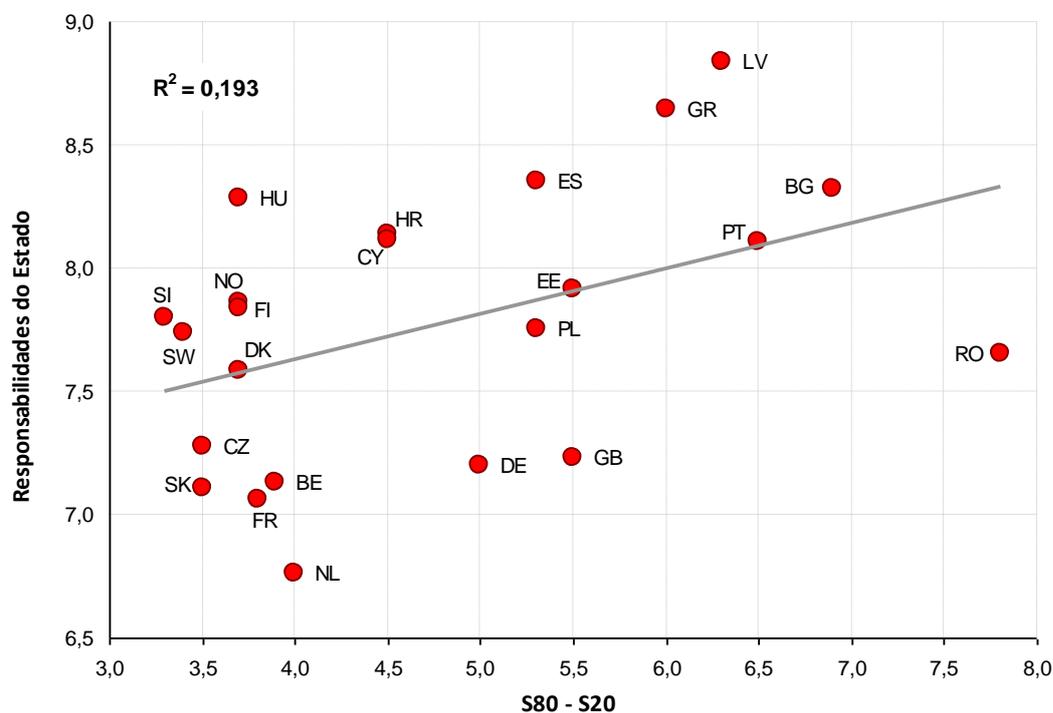
Nos países com modelos de estado corporativo e social-democrata as desigualdades sociais são mais reduzidas e tendencialmente se atribuem menores responsabilidades, em termos relativos, ao Estado. Tal verifica-se em todos os países da Europa do Norte e Ocidental.

O Reino Unido (modelo liberal de Estado), com uma estrutura de rendimentos mais desigual, é dos países europeus que menos responsabilidade atribui ao Estado, revelando representações sociais de maior responsabilização individual.

Os países ex-comunistas com menores desigualdades sociais, a Eslováquia, a Rep. Checa e a Eslovénia, são precisamente os que atribuem menos responsabilidades ao Estado, destoando das atitudes dos restantes países do Leste europeu. Nestes três países, o grau de transformações que as suas economias e Estados estarão a sofrer não produziu elevadas desigualdades sociais, como está a acontecer em alguns desses países da Europa Oriental.

⁷⁴ Herrerros propõe esta nova categoria de Estados-providência com a justificação de que, apesar de estes países terem sofrido profundas transformações ao nível dos seus Estados com a dissolução do socialismo real, actualmente partilharão uma série de características específicas do processo histórico que estão comumente a atravessar.

Gráfico 4.15 – Desigualdade social (S80/S20) e assumpção das responsabilidades do Estado nos países europeus



Fonte: European Social Survey (2008)

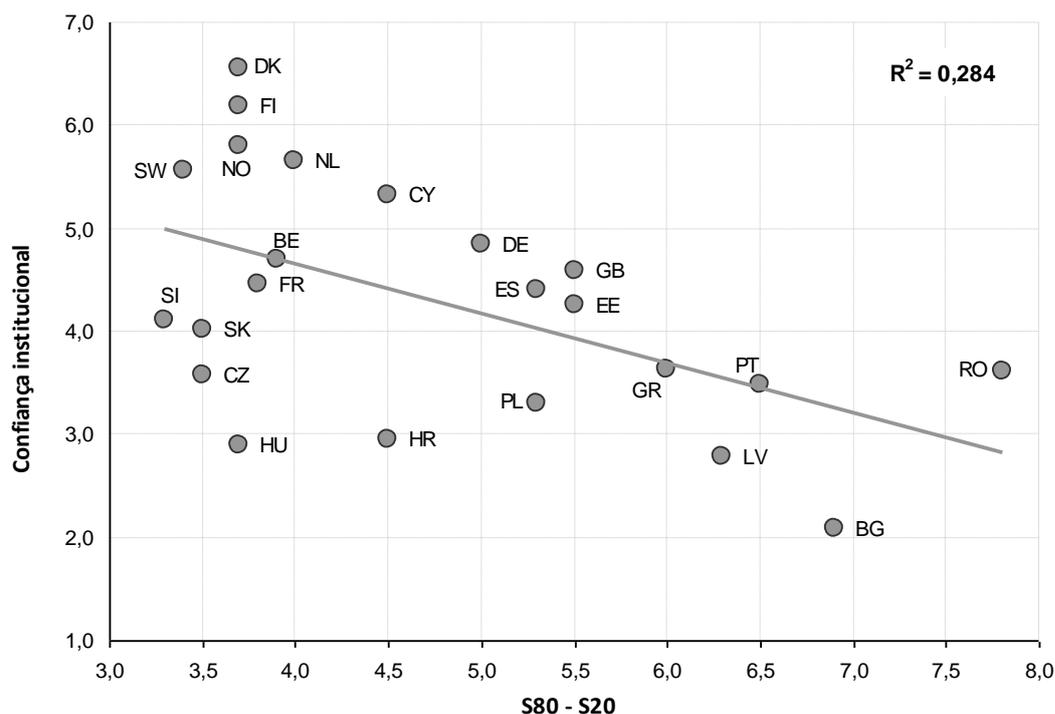
Na maioria das sociedades europeias, quando é mais elevada a desigualdade social menor é a confiança institucional (Gráfico 4.16). Em sociedades desiguais torna-se muito mais difícil construir confiança, a coesão social é mais reduzida uma vez que as partes possuem diferenciadas condições de troca e de reciprocidade social. Perante relações (e recursos) desiguais a confiança é muito mais difícil desenvolver entre as partes (Herreros, 2009). Os mesmos processos sociais se transpõem para a esfera das relações dos cidadãos com o Estado e a inerente criação da confiança institucional.

Como referem Rothstein e Uslaner (2005) e Herreros (2009), o Estado pode ser um promotor de confiança na sua performance por sociedades mais equitativas. O seu desempenho para a igualdade de oportunidades (sociais e económicas) contribui, indirectamente, para a criação de confiança, à medida que também assim aumenta a confiança institucional dos cidadãos, dotando estes, cumulativamente, de maiores recursos sociais, quer nas suas relações com o Estado, quer no desenvolvimento da sua cidadania.

Vivendo em sociedades com desigualdades sociais mais baixas, os cidadãos escandinavos são os que possuem maior confiança nos seus Estados. Seguem-se os holandeses, franceses e belgas (modelo de Estado continental), Eslovénia e Eslováquia (Estados ex-comunistas).

Nos restantes países ex-comunistas e países da Europa do Sul, com excepção do Chipre e Espanha, a confiança institucional é mais reduzida, quer a desigualdade social seja mais elevada (o que acontece em todos os países mediterrâneos), ou mais reduzida (no casos ex-comunistas da Croácia, Hungria e Rep.Checa).

Gráfico 4.16 – Desigualdade social (S80/S20) e confiança institucional nos países europeus



Fonte: European Social Survey (2008)

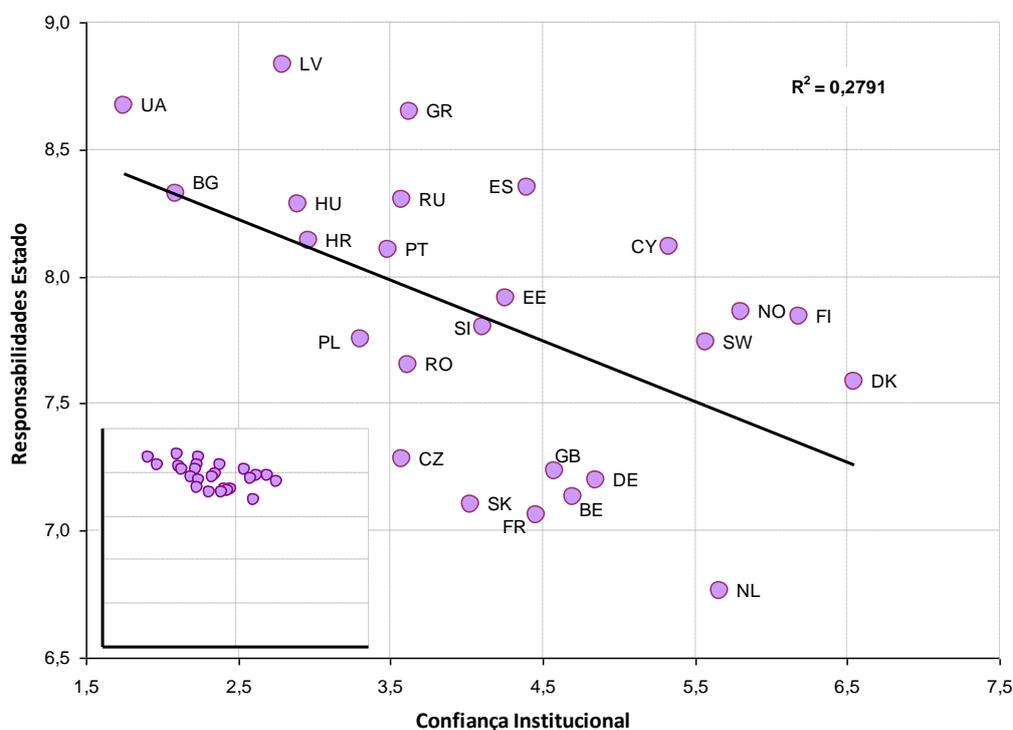
É igualmente possível apurar a existência de uma relação significativa entre a confiança institucional e o grau de responsabilidades atribuídas ao Estado (Gráfico 4.17). No panorama europeu é possível diferenciar quatro universos de países, reveladores das representações sociais que os europeus manifestam perante o Estado: constituído pela generalidade dos países ex-comunistas (com excepção da República Checa e Eslováquia) e da Europa do Sul (com excepção do Chipre) a mais reduzida confiança institucional apela a uma maior responsabilização do Estado; os nórdicos possuem uma elevada confiança institucional e atribuem um grau elevado de responsabilidades ao Estado; nos modelos anglo-saxónico e continental, comparativamente com os restantes países europeus, revela-se uma maior confiança institucional e uma menor atribuição de responsabilidades ao Estado, mas a

Holanda surge como um caso isolado de tendência para uma ainda menor responsabilização do Estado.

A criação de condições, por parte dos Estados, que permita o aumento da confiança institucional, não significa necessariamente que os cidadãos atribuam depois aos seus Estados um mais intenso papel de responsabilização social. O Estado pode, precisamente, constituir um agente institucional propulsor de autonomia entre os cidadãos, auto reconfigurando-se e atribuindo a si novos papéis de regulação: parece ser esta a actuação que se verifica nos modelos liberal e continental, com efeitos sobre as representações sociais dos seus cidadãos. No caso dos modelos ex-comunistas e da Europa do Sul, os apelos societais são provavelmente para uma actuação mais interventora e eficaz, não só na esfera social mas igualmente económica. No modelo social-democrata, a associação positiva que se verifica entre a confiança institucional e a atribuição de responsabilidades ao Estado, revela os níveis de coesão social e de relativa estabilidade na relação entre os cidadãos e os seus Estados.

Naturalmente que factores económicos, culturais, políticos e sociais, com implicações institucionais e de desenvolvimento, e de ordem estrutural e/ou conjuntural, interferem na relação entre a confiança institucional e o grau de responsabilidades atribuídas aos Estados, o que obrigaria um maior aprofundamento analítico.

Gráfico 4.17 – Confiança institucional e assumpção de responsabilidades do Estado nos países europeus

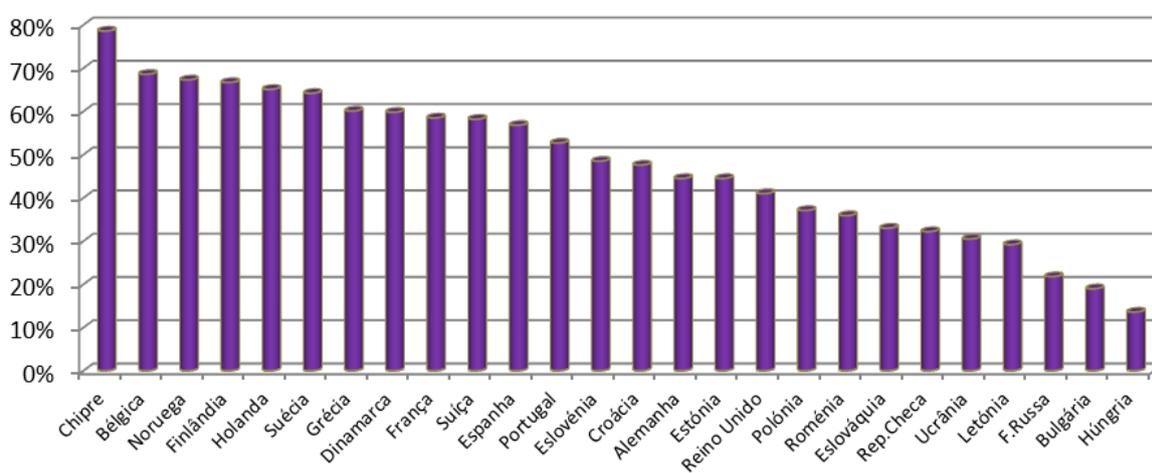


Fonte: European Social Survey (2008)

Se é expectável que um Estado mais eficiente construirá patamares mais sólidos de confiança institucional (Herreros, 2009), tal influirá sobre as representações sociais dos cidadãos europeus quanto à importância que atribuem aos apoios sociais dos seus Estados na construção de uma sociedade mais igualitária (Gráfico 4.18).

O Chipre é o país europeu que confere maior importância aos apoios sociais do Estado (mais de 70% dos seus cidadãos assim o consideram). Seguem-se todos os países dos modelos de estado escandinavo e continental (com excepção da Alemanha), onde mais de metade dos seus cidadãos concordam com a importância do Estado social na construção de uma sociedade mais igualitária. Igualmente acima dos 50% estão a Espanha e Portugal. No Reino Unido (modelo liberal), cerca de 40% dos britânicos anuem à importância dos apoios sociais do Estado. Mais abaixo na importância que conferem aos apoios sociais do Estado na construção da igualdade social, estão a maioria dos países ex-comunistas, o que é revelador da eficácia social que os seus cidadãos atribuem aos seus respectivos Estados, quando são precisamente os que maior grau de responsabilização atribuem ao Estado.

Gráfico 4.18 – Concordância com a importância dos apoios sociais do Estado para a construção de uma sociedade mais igualitária, nos países europeus (%)



Fonte: European Social Survey (2008)

As desigualdades sociais, a confiança institucional e o grau de responsabilidades conferidas ao Estado, naturalmente que se reflectem sobre as representações sociais sobre a legitimidade e/ou eficácia dos Estados sociais europeus.

Um maior conhecimento sociológico das relações entre desigualdade social, confiança institucional e a importância atribuída ao Estado, que aqui se procurou desvendar, implica que se tome em consideração a envolvente determinante de processos transnacionais e nacionais que naturalmente se repercutem sobre as representações sociais mais ou menos incrustadas nos europeus: a globalização económica; as trajectórias de mudança política e a situação de cada país; os sectores e áreas da desintervenção estatal; as políticas de redistribuição, protecção social e de regulação económica; a predominância de ideologias sociais de liberalização económica e individualistas; a presença de culturas cívica e tradições assistencialistas e comunitárias; os diferentes níveis de desenvolvimento e das prestações sociais.

Valores de igualdade social

Os valores de igualdade social que se propõem à análise sociológica - a concordância da intervenção da governação na diferença de rendimentos, a aceitabilidade das grandes diferenças de rendimentos para recompensar diferenças de capacidade e de esforço, tal como a consideração que para a sociedade ser justa, as diferenças entre os níveis de vida devem ser pequenas – permitem uma abordagem sociocultural das percepções das desigualdades sociais, nos contextos sociais e quadros de valores das sociedades europeias.

O “European Social Survey” fornece instrumentos que permitem um apuramento extensivo das atitudes sociais subjacentes às orientações ético-culturais perante as desigualdades prevalentes em cada sociedade europeia. O inquérito mede os valores e as representações que os inquiridos possuem dos sistemas de estratificação socioeconómica (e respectivas oportunidades e recompensas) dos seus países e respectivo grau de tolerância perante essas desigualdades.

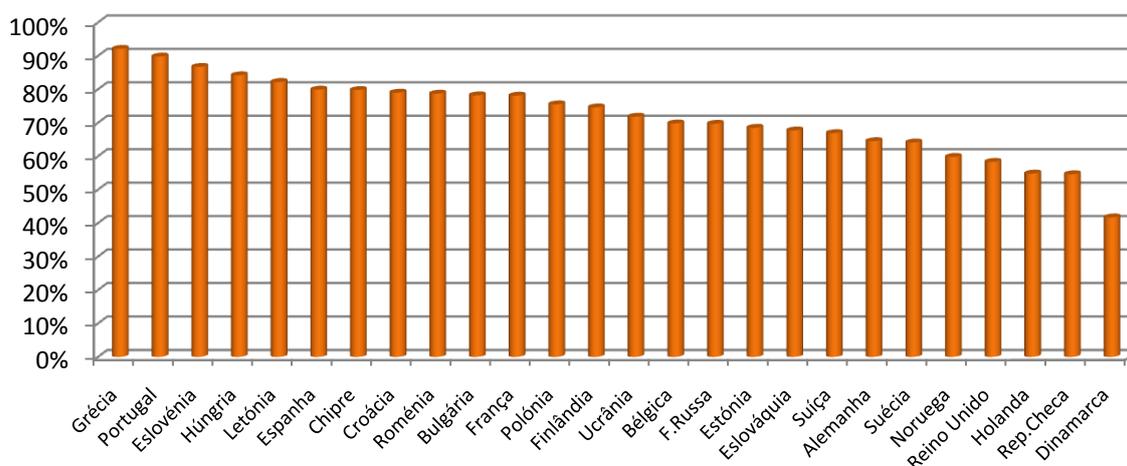
É imanente, deste quadro de valores e representações sociais, a noção sociocultural de “sociedade justa”, o que permite a identificação de posicionamentos sociais perante a igualdade social, as opções político-sociais liberais ou redistributivas e culturas de responsabilidades cívicas mais individualistas e/ou colectivistas, alargando os horizontes de observação empírica quanto às concepções actuais de meritocracia que os cidadãos europeus almejam.

Nestas opções valorativas cabe, igualmente, qual é a intervenção defendida para o Estado na vida social e económica. As diferentes matrizes culturais europeias são campos definidores dos valores políticos e identidades culturais dos indivíduos perante a actuação do Estado, para

além de ser necessário considerar que o próprio Estado lança raízes culturais no conjunto da vida social (Fernandes, 1997: 14).

Em praticamente todas as sociedades nacionais mais de 50% dos seus cidadãos concordam com a necessidade do Estado (pela via do Governo) intervir na redução das diferenças de rendimentos (Gráfico 4.19). Inclusive, nos países da Europa do Sul (Grécia, Portugal, Espanha e Chipre), na maioria dos países do Leste europeu (Eslovénia, Hungria, Letónia, Croácia, Roménia, Bulgária e Polónia) e ainda na França e Finlândia, em mais de 70% dos seus cidadãos predomina a orientação cultural favorável à intervenção da governação na correcção das desigualdades económicas. Grosso modo, seguem-se os restantes países da Europa Ocidental. Apenas na Dinamarca se verifica descoincidência perante a tendência dominante com cerca de 40% dos seus habitantes a concordarem com a intervenção do Governo na diferença de rendimentos.

Gráfico 4.19 – Concordância com a necessidade da intervenção do governo na redução das diferenças de rendimentos, nos países europeus (%)



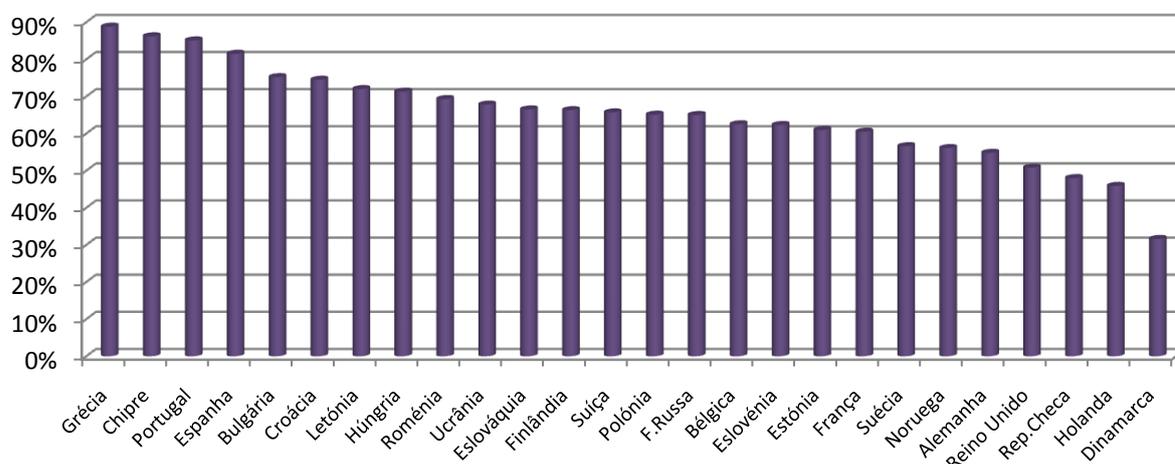
Fonte: European Social Survey (2008)

Ao se inquirir os europeus sobre se concordam (ou discordam) se “para uma ser justa, as diferenças entre os níveis de vida das pessoas devem ser pequenas”, foi posta em saliência - para além do âmbito valorativo da igualdade económica - uma *moral social (in)igualitarista* arreigada a valores transituacionais culturais e sociais interiorizados pelos indivíduos (Almeida e outros, 2006).

Mais de 70% dos gregos, cipriotas, portugueses, espanhóis, búlgaros, croatas e letónios revêem-se na percepção social da igualdade dos níveis de vida para uma sociedade ser justa

(Gráfico 4.20). Entre os 50% e 70% situam-se os cidadãos dos restantes países europeus, com excepção do Reino Unido, República Checa, Holanda e Dinamarca, estes abaixo dos 50%

Gráfico 4.20 – Concordância com a relativa igualdade dos níveis de vida para uma sociedade ser justa, nos países europeus (%)



Fonte: European Social Survey (2008)

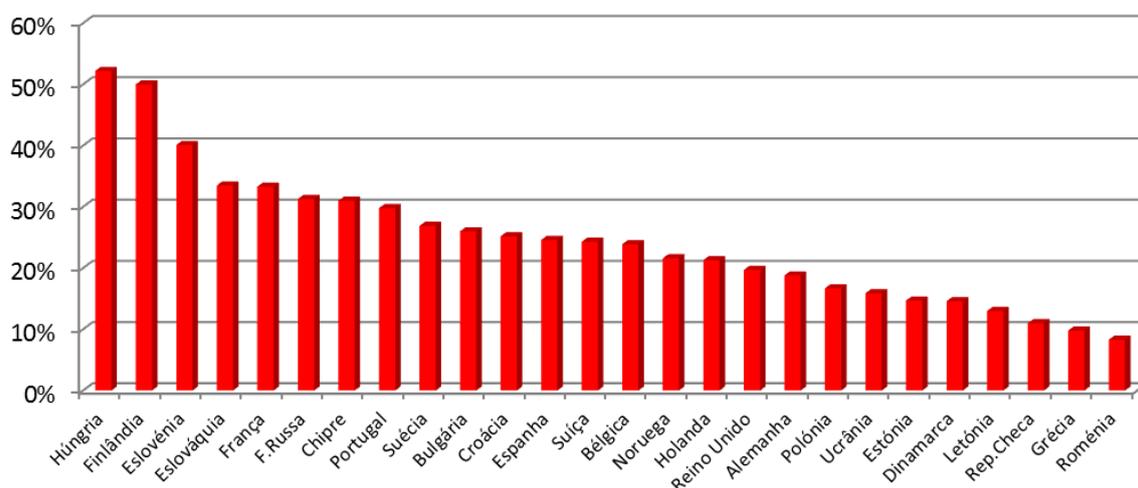
Quando inquiridos os europeus se concordam (ou discordam) que “as grandes diferenças de rendimentos entre as pessoas são aceitáveis para recompensar diferenças de capacidade e de esforço” o cenário social altera-se (Gráfico 4.21): as desigualdades económicas são relativamente toleradas para recompensar diferenças de capacidade e do esforço. Apenas na Hungria e Finlândia mais 40% dos indivíduos não aceitam as desigualdades económicas para recompensar diferenças de capacidade e de esforço. No Reino Unido, Alemanha, Polónia, Ucrânia, Estónia, Dinamarca, Letónia, República Checa, Grécia e Roménia, menos de 20% dos seus cidadãos concordam com as desigualdades económicas como contrapartida socialmente justa.

A concordância com a intervenção governativa na redução da diferença de rendimentos (Gráfico 4.19) e com a igualdade dos níveis de vida para uma sociedade ser justa (Gráfico 4.20), não colide com a tolerância das desigualdades económicas se elas servirem para recompensar diferenças de capacidade e de esforço: esta matriz cultural é sobretudo visível na Grécia, Roménia e Letónia.

Os resultados empíricos para o conjunto da Europa mostram que parece vir ao de cima uma ética de índole meritocrática associada ao valor do trabalho, este revelador de capacidades e esforços considerados diferenciados. O princípio da igualdade de acesso a posições desigualmente recompensadas tem estado estreitamente ligado à noção de mérito, de

tal modo que as diferenças de resultados são vistas como um reflexo das diferentes capacidades (*abilities*) dos intervenientes para conquistar as posições sociais de mercado mais vantajosas (Marshall, 1997; Cabral, 2003).

Gráfico 4.21 – Não-aceitação das desigualdades económicas para recompensar diferenças de capacidade e de esforço, nos países europeus (%)



Fonte: European Social Survey (2008)

Estes resultados empíricos também reflectem as diferentes interpretações que nos países europeus os indicadores de valores suscitaram, o que também é sociologicamente revelador das percepções sociais imperantes e dos problemas sociais e económicos mais prementes sentidos pelos cidadãos nos seus respectivos países.

Foi realizada uma análise de *clusters* com vista a interpretar convergências e divergências, homogeneidades e heterogeneidades dos valores igualitários existentes nos diferentes países da Europa (Quadro 4.7 e Gráfico 4.22). Pertencem ao *Cluster 1* a Finlândia, Hungria e Eslovénia. O *Cluster 2* é formado pela República Checa, Dinamarca, Reino Unido e Holanda. O *Cluster 3* integra a Bélgica, Alemanha, Estónia, França, Noruega, Polónia, Suécia e Eslováquia. Finalmente o *Cluster 4*, composto pelos países da Europa do Sul e alguns ex-comunistas, ou seja, Chipre, Espanha, Grécia, Portugal, Bulgária, Croácia, Letónia e Roménia.

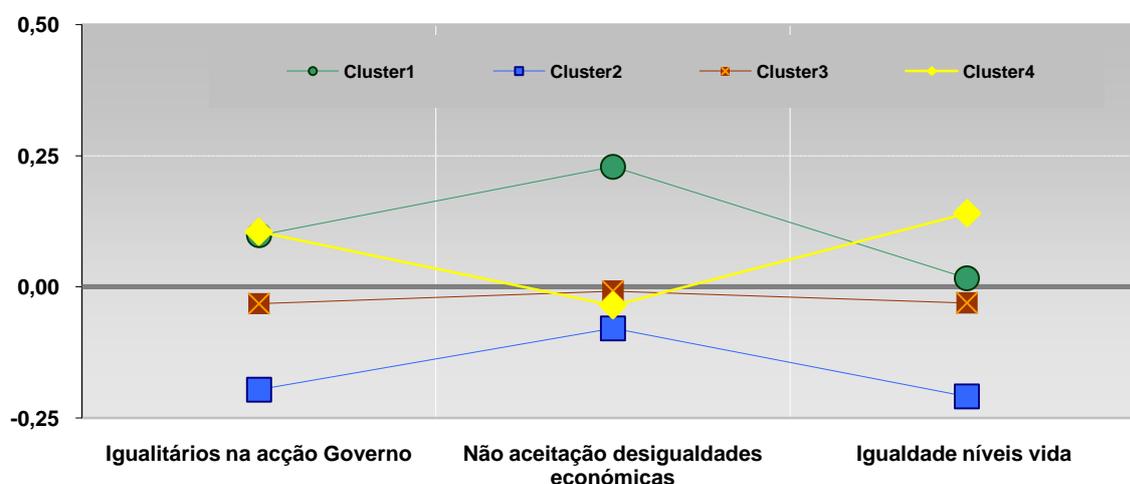
Quadro 4.7 – Valores igualitários no contexto europeu
(Análise de Clusters)

Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	Cluster 4
Finlândia	Rep.Checa	Bélgica	Bulgária
Hungria	Dinamarca	Alemanha	Chipre
Eslovénia	Reino Unido	Estónia	Espanha
	Holanda	França	Grécia
		Noruega	Croácia
		Polónia	Letónia
		Suécia	Portugal
		Eslováquia	Roméia

Fonte: European Social Survey (2008)

O *Cluster 1* é o agregado de países mais igualitário da Europa (Gráfico 4.22): é aquele que menos aceita as desigualdades económicas para recompensar diferenças de capacidade e de esforço, o mais igualitário na intervenção da governação (conjuntamente com o *Cluster 4*) e perto do valor médio na aceitação da igualdade dos níveis de vida para uma sociedade ser justa. Segue-se o *Cluster 4*, que se salienta por ser o que mais defende a igualdade dos níveis de vida e uma acção igualitária por parte do Estado; na aceitação das desigualdades económicas, o seu quadro de valores aproxima-se dos *Clusters 2 e 3*. O *Cluster 3* é homogéneo nos vários indicadores sociais, com valores menos distantes das médias. O *Cluster 2* é o mais inigualitário, quer na intervenção do Estado, na igualdade dos níveis de vida na construção de uma sociedade justa, tolerando mais as desigualdades económicas e a correlativa valorização das capacidades e esforços.

Gráfico 4.22 – Valores igualitários pelos *Clusters* apurados (distância em relação à média)



Fonte: European Social Survey (2008)

Valerá a pena, igualmente, observar de que modo a distribuição dos valores igualitários pelos países se conjuga com a desigualdade social, a confiança institucional e as representações sociais do Estado.

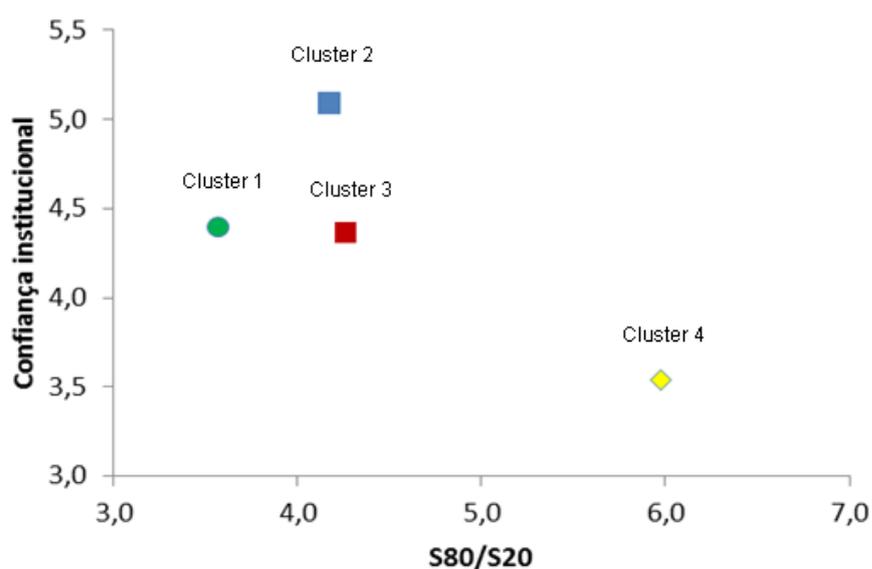
Haverá relação entre uma desigualdade social “objectiva”, medida pela desigualdade de rendimentos, e a uma desigualdade social “subjectiva”, ou seja, o conjunto de valores e atitudes perante essas mesmas desigualdades predominantes em cada sociedade e individualmente percebidas?

O *Cluster 4*, de pendor igualitário mas tolerante perante as desigualdades económicas, é formado por países com elevada desigualdade social e reduzida confiança institucional (Gráfico 4.23). Nestes países, a desigualdade elevada convive socialmente com atitudes igualitárias e uma resignação a essas mesmas desigualdades económicas.

Os países do *Cluster 1* possuem desigualdades sociais reduzidas e maior confiança institucional. Neste cluster a desigualdade social reduzida pode significar mais intensos valores igualitaristas, reforçada por uma menor tolerância das desigualdades económicas.

Os *Clusters 2 e 3* têm características próximas, em termos de estrutura de desigualdades e confiança institucional, sendo os clusters que defendem uma maior desigualdade económica ou revelam uma maior indiferenciação cultural igualitária.

Gráfico 4.23 – Valores igualitários, desigualdade social e confiança institucional (distribuição dos clusters)



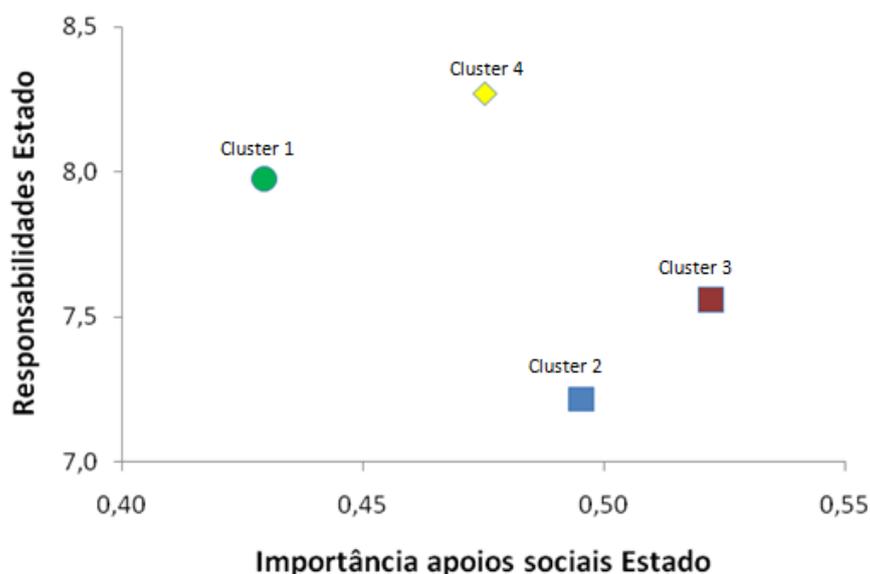
Fonte: European Social Survey (2008)

Relativamente aos clusters mais igualitários, os *Cluster 1* e *4*, neles são conferidas elevadas responsabilidades ao Estado mas é menor a importância atribuída aos apoios sociais do Estado na construção de uma sociedade mais igualitária (Gráfico 4.24). Nos *Clusters 2* e *3*, o seu menor igualitarismo condu-los à assumpção de menores responsabilidades do Estado, mas não deixam de considerar importantes os apoios do Estado social.

Pode-se inferir que os valores igualitários conferem maiores responsabilidades aos Estados (e vice-versa), enquanto as percepções sociais sobre a importância dos apoios sociais, parecem depender principalmente da eficácia dos respectivos Estados europeus.

A separação visível no Gráfico 4.24 entre, por um lado, os *Clusters 1* e *4*, e por outro, os *Clusters 2* e *3*, revela que não existe nenhuma clivagem de legitimidade do Estado, independentemente de os seus cidadãos serem mais ou menos igualitários, uma vez que, se em determinados clusters de países se atribuem elevadas responsabilidades ao Estado, nos restantes clusters de países é atribuída elevada importância aos apoios sociais do Estado para a construção de uma sociedade mais justa. Se estivéssemos num cenário de ruptura entre os cidadãos e o Estado, os quatro clusters posicionar-se-iam todos no canto inferior esquerdo do gráfico.

Gráfico 4.24 – Valores igualitários e representações sociais do Estado (distribuição dos clusters)



Fonte: European Social Survey (2008)

O grau de desigualdade é igualmente medido por valores de justiça social (Atkinson, 1984; Cabral, 2003). Esses valores de justiça social manifestados pela maioria dos europeus nos seus respectivos países, permitem constatar que ao Estado lhe é incumbida a obrigação institucional de corrector das desigualdades sociais; que a opção redistributiva predomina sobre a opção liberal; que a legitimidade cultural expressa pelos europeus aponta para uma integrada responsabilização colectiva (por parte do Estado) e individual, assentes numa ética meritocrática secular agudamente sensível à desigualdade social.

Valores igualitários das classes, acção colectiva e futuros legítimos do Estado

Se a desigualdade social material e a objectivação de um conjunto de valores igualitários, sob o contexto das sociedades nacionais, permitiram compreender melhor as representações sociais imperantes sobre o Estado, de que modo, agora focalizando o olhar sobre as classes sociais europeias, estas são igualitárias nas suas práticas de acção colectiva e que responsabilidades atribuem ao Estado? Ou seja, trata-se de observar de que modos a (in) existência de valores igualitários por parte das classes sociais, são propensos (ou inibidores) de práticas de acção colectiva, e se estes valores e a correspondente posição objectiva desigual detida na estrutura social, se reflectem sobre as suas representações sociais em relação ao Estado.

Uma análise de correspondências múltiplas (ACM) permitiu elucidar, ao nível transnacional europeu, as relações entre valores igualitários e as representações sociais em relação ao Estado (Quadro 4.8 e Figura 4.8).

Os resultados verificados no Quadro 4.8 permitem observar a autonomia dos valores (Dimensão 1) e a sua interpenetração simbólica com as representações sociais em relação ao Estado (Dimensão 2).

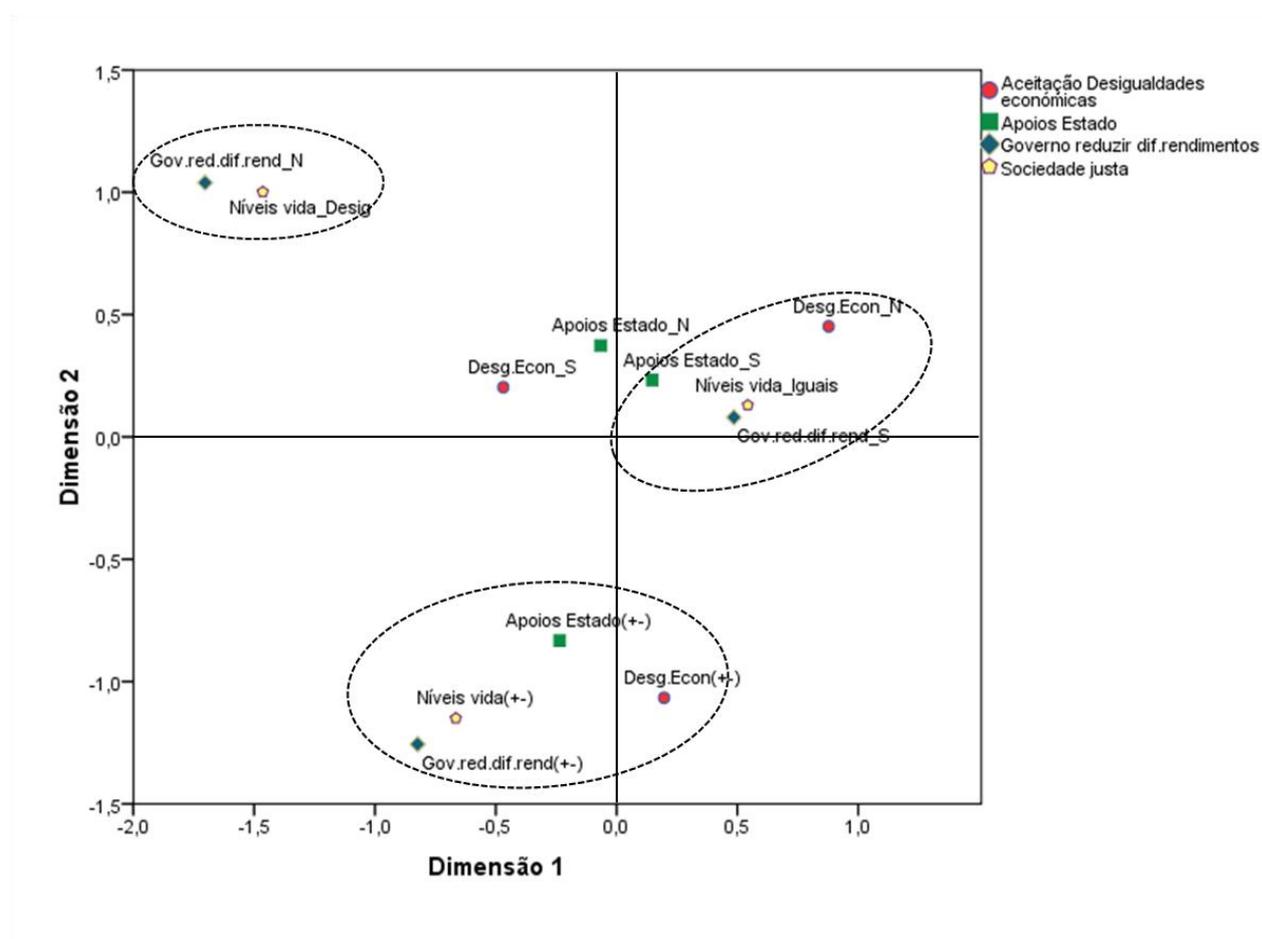
Quadro 4.8 – Medidas de discriminação dos valores igualitários e representações sociais

Variáveis	Dimensão 1		Dimensão 2	
	Discriminação	Contribuição	Discriminação	Contribuição
Governo deve reduzir diferenças rendimentos	0,634	40,8%	0,375	28,3%
Aceitação desigualdades económicas	0,309	19,9%	0,305	23%
Sociedade justa	0,584	37,7%	0,417	31,4%
Importância apoios sociais Estado	0,024	1,6%	0,229	17,3%
Inércia	0,388		0,332	

A explicitação de um espaço cultural europeu de valores (in) igualitários e representações sociais em relação ao Estado (Figura 4.8) contrariam uma perspectiva unificada (e essencialista) de cultura e permitem observar como as legitimidades simbólico-culturais relativas à justiça social por parte dos indivíduos, se associam intrinsecamente a valores e representações sobre a desigualdade social e ao domínio do institucional em redor do Estado.

A análise de correspondências múltiplas (Figura 4.8) permitiu o “desenho social” de três configurações de valores de justiça e igualdade social dispostas no espaço cultural europeu apurado: um perfil no qual é visível a não aceitabilidade das desigualdades económicas, a consideração de que o governo deve intervir na diferença de rendimentos, a defesa da igualdade dos níveis de vida numa sociedade justa e a importância dos apoios sociais do Estado para a construção de uma sociedade mais igualitária; um outro perfil claramente caracterizado pela indiferenciação face aos valores de igualdade social e importância dos apoios sociais do Estado; e um último perfil social, no qual se associam a rejeição da intervenção da governação na redução das diferenças de rendimento e da tolerância da desigualdade dos níveis de vida para uma sociedade ser justa.

Figura 4.8 – Espaço cultural europeu das representações sociais em relação ao Estado e valores de (des)igualdade social
(Análise de Correspondências Múltiplas)



Os valores igualitários inscrevem-se nos contextos culturais e estruturas simbólico-ideológicas (Pinto, 1985), desde o macro-social ao micro-social, radicanando intrinsecamente nos sistemas de classificação social que se posicionam perante o poder, o conflito social e a aderência à acção colectiva.

A partir da topologia do espaço cultural europeu das representações sociais em relação ao Estado e valores de (des)igualdade social, obtida por via da Análise de Correspondências Múltiplas, desencadeou-se a definição de uma tipologia via clustering. Dessa forma foi possível identificar na amostra do “European Social Survey” os diferentes tipos de valores de igualdade social (Quadro 4.9). Assim sendo, verificamos que 56,8% dos cidadãos europeus inquiridos são igualitários, 26,6% caracterizam-se pela indiferenciação perante esses mesmos valores de igualdade, enquanto 16,6% dos europeus pugnam por valores inigualitários.

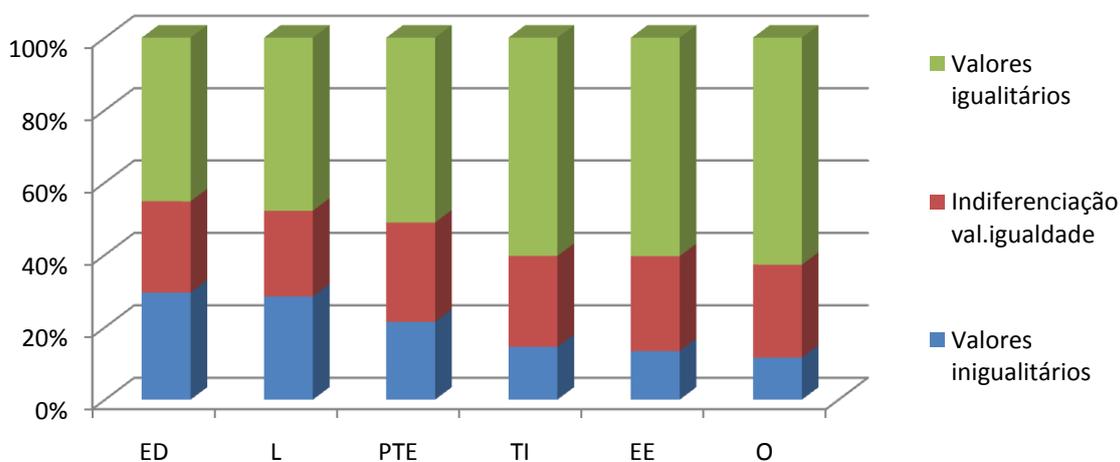
Quadro 4.9 – Distribuição europeia das orientações dos indivíduos face aos valores de igualdade (%)

	N	%
Valores igualitários	28441	56,8
Indiferenciação valores igualdade	13332	26,6
Valores inigualitários	8308	16,6
Total	50082	100,0

Fonte: European Social Survey (2008)

Se for combinada a orientação relativa à desigualdade social com o lugar de classe ao nível transnacional europeu, é possível encontrar algumas diferenças sociais, ainda que não expressivamente diferenciadoras (Gráfico 4.25). Verifica-se uma dupla ligeira tendência para, comparativamente, as classes sociais mais desfavorecidas (Trabalhadores Independentes, Empregados Executantes e Operários) revelarem valores mais igualitários e menor percentagem de indivíduos com valores inigualitários.

Gráfico 4.25 – Classe social e valores de igualdade (%)



Fonte: European Social Survey (2008)

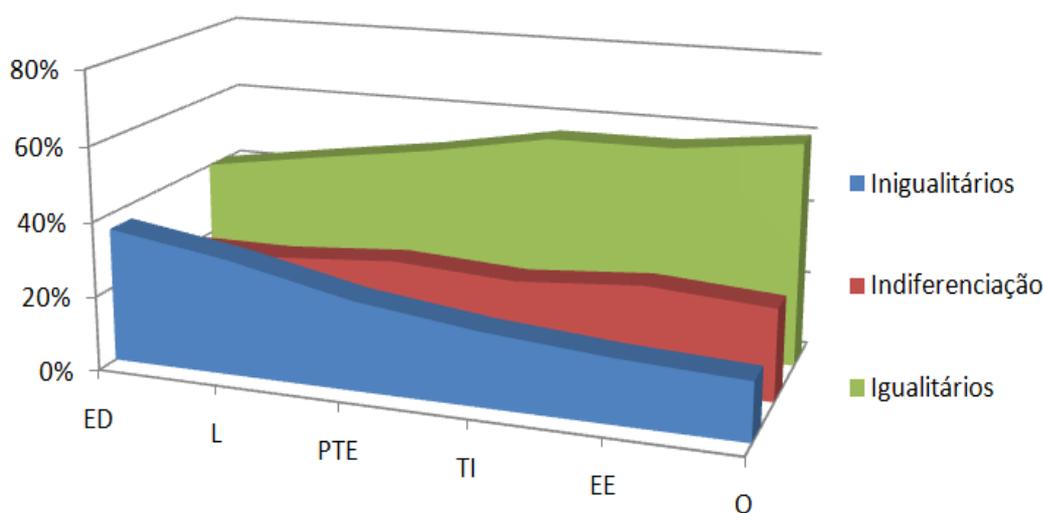
Se “isolarmos” os indivíduos com práticas de acção colectiva no conjunto da amostra, chega-se à conclusão que estes apresentam diferenças mais relevantes quanto às orientações valorativas e pertença de classe (Gráfico 4.26). Quando existe acção colectiva, as classes sociais mais desvalidas transportam mais intensamente consigo valores de igualdade social: 60% dos Operários com práticas de acção colectiva são “igualitários”, tal como 56,1% dos

Empregados Executantes e 55,9% dos Trabalhadores Independentes⁷⁵. 49,9% dos PTE, 45,2% dos Profissionais Liberais e 40,2% dos ED são “igualitários”.

No que diz respeito à distribuição dos valores inigualitários nas classes sociais, o cenário inverte-se e os Empresários e Dirigentes (36%) são os que defendem uma maior desigualdade. 31% dos Profissionais Liberais e 24,9% dos PTE são tolerantes à desigualdade económica, enquanto apenas 17,1% dos Empregados Executantes e 15,5% dos Operários se revêem em valores inigualitários.

Estes resultados empíricos apontam para as diferentes motivações sociais que as diferentes classes sociais poderão possuir, a partir dos seus horizontes morais e culturais sobre a equidade do sistema de oportunidades e recompensas socioeconómicas, e que legitimam a sua adesão à acção colectiva.

Gráfico 4.26 – Valores (in)igualitários e adesão a práticas de acção colectiva das classes sociais (%)

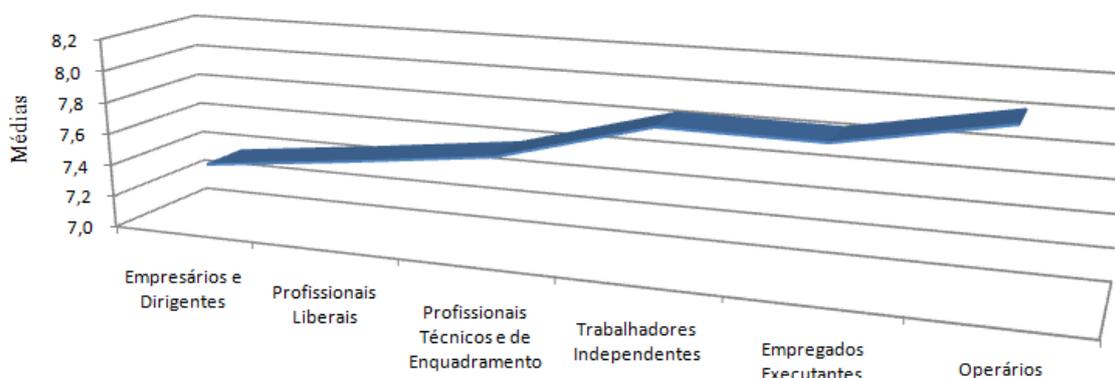


Fonte: European Social Survey (2008)

Tal como a avaliação cultural que as classes sociais fazem da desigualdade social vigente numa determinada sociedade, condiciona o seu posicionamento perante o Estado (Gráfico 4.27). Os Operários são a classe social europeia que confere maiores responsabilidades ao Estado, seguindo-se sucessivamente os TI e EE, PTE, Profissionais Liberais e finalmente os Empresários e Dirigentes (ED) como a classe social que atribui menores responsabilidades ao Estado.

⁷⁵ Recorde-se os resultados do Capítulo 3 que apontam para uma diminuição da acção colectiva à medida que se desce na hierarquia da estrutura de classes e estratificação social.

Gráfico 4.27 – Níveis de assumpção das responsabilidades do Estado pelas classes sociais (médias)



Fonte: European Social Survey (2008)

Se historicamente é demonstrado que a acção colectiva constitui(u) um recurso social das classes sociais mais desfavorecidas para a melhoria das suas condições de vida, nestes processos de mudança social ocuparam lugar central os quadros simbólico-ideológicos dos grupos sociais e as suas vinculações a campos e actores institucionais, com grande centralidade para o Estado na modernidade.

Na realidade europeia actual, a desigualdade social e económica está presente nas orientações e valores dos indivíduos (e classes sociais), que se convolvam em percepções de justiça social, representações sociais sobre o Estado e práticas de acção colectiva.

Apesar dos múltiplos rumos que o desenvolvimento económico e a actuação do Estado possam tomar, são incontornáveis as tensões e os desafios colocados à meritocracia, enquanto valor societal central dos rumos da igualdade / desigualdade nas sociedades modernas.

É no entrosamento de factores económicos e culturais que os indivíduos e classes sociais constroem as atitudes sobre o papel do Estado, um posicionamento social erigido para além dos interesses económicos individuais e que toma como pontos de ancoragem não apenas a percepção de justiça ao nível do seu bem-estar pessoal, mas também a percepção de justiça ao nível do sistema socioeconómico no seu conjunto: tal perspectiva analítica abre novos caminhos para uma análise multidimensional das desigualdades sociais (Vala e Marinho, 2003: 181).

Não constitui empresa deste trabalho analisar as políticas de intervenção do Estado (o que exigiria a utilização de outros indicadores sociais e económicos), mas tão-só compreender de que modo nos cidadãos europeus, a partir da sua sociedade nacional e lugar de classe, são

cristalizados em valores as suas percepções sociais de justiça e desigualdade social, que impactos estas produzem nas representações sociais sobre o Estado, bem como a aproximação entre valores igualitários e acção colectiva por parte das classes sociais europeias.

PARTE III – TRABALHO, POLÍTICA E ACÇÃO COLECTIVA

Capítulo 5 – DESIGUALDADES LABORAIS, DESIGUALDADES POLÍTICAS E ACÇÃO COLECTIVA

5.1. Precariedade, sindicalização e acção colectiva: realidades nacionais e contexto europeu

Mercados de trabalho, trabalhadores, acção colectiva

Se a modernidade europeia do pós-guerra assumiu os sindicatos como parceiros integrantes dos sistemas de relações industriais com vista ao desenvolvimento social, político e económico das sociedades europeias, um conjunto de transformações em curso alteraram o contexto de actuação dos sindicatos enquanto actores da construção e cidadania europeias.

O sindicalismo europeu, caracterizado por diferentes regimes de relações industriais, tem sido tema de inúmeras abordagens e perspectivas: uma delas, reporta-se aos níveis da sindicalização europeia, e um conjunto de autores têm-se sobretudo centrado numa óptica diacrónica (Visser, 2006, 2002; Scruggs, 2002; Ebbinghaus, 2002; Ebbinghaus e Visser, 2000, 1999; Waddington e Hoffman, 2001, 2000). Valerá igualmente a pena procurar desenvolver abordagens sincrónicas referentes ao sindicalismo europeu, e aos seus respectivos contextos, condições, processos e consequências sociais.

No quadro de uma realidade económica global que sofreu profundas mudanças, os mercados de trabalho europeus passam por alterações estruturais substanciais na composição sectorial do emprego, particularmente um crescimento assinalável do terciário em todos os países (Oliveira e Carvalho, 2010: 113). Em concomitância com as evoluções organizacionais da estrutura do capital europeu e mundial, as economias europeias industrializadas atravessam processos de reestruturação empresarial, de variável escala e intensidade, que se repercutem nos mercados de trabalho sectoriais, nacionais e locais mais ou menos abertos às dinâmicas da competitividade e globalização económica, visando principalmente o aumento da eficiência económica e inerente redução dos custos operacionais.

Com impactos ambivalentes nas regulações e políticas dos Estados nacionais perante as transformações económicas (Barbier e outros, 2003), os Estados-nação continuam a poder exercer influência económica e política (Milward, 1992) - uma vez que os sistemas de produção industrial e as grandes multinacionais continuam a necessitar de bases de operação territoriais relativamente estáveis -, e, nesta base, as políticas seguidas por muitos países europeus tendem para uma desregulação e liberalização dos mercados de trabalho (Witte,

2005: 11; Oliveira e Carvalho, 2010:197), num contexto macro-económico de crescente incapacidade para incrementar a criação e manutenção de emprego (cada vez mais dependente dos actores económicos privados), em volume e qualidade equivalentes aos parâmetros dos direitos sociais e laborais estabelecidos pelo contrato social pós-1945.

Se os mercados de trabalho europeus têm crescido em termos da capacidade para criarem emprego, conforme revela o aumento das taxas de actividade da maioria dos países europeus (Costa e outros, 2000), a problemática da flexibilidade dos mercados laborais tem questionado a qualidade do emprego produzido. Pensar na qualidade do emprego, implica, antes de mais, situá-lo nos diferentes modelos de produção industrial. Se, na realidade, a maior parte do trabalho continua inscrito dentro dos círculos do fordismo e dos padrões de contratação «standard» institucionalizados nas últimas décadas (o contrato permanente e por tempo indeterminado), as duas últimas décadas assistiram a um aumento do assalariamento precário na maioria dos países europeus (Oliveira e Carvalho, 2010), conforme o demonstram os relatórios produzidos pela Comissão Europeia (ESOPE, 2004); incremento principalmente oriundo das novas áreas dos serviços e negócios, que se (des)regulam nas alterações produzidas nas legislações laborais (subordinadas às leis comerciais), ou nas «correlações de força» em disputa nos acordos colectivos e regulamentações profissionais, nos casos dos sectores tradicionalmente mais protegidos (ESOPE, 2004: 66).

A subordinação prática das leis laborais às leis comerciais (mais ou menos invisíveis) das economias de mercado, é apontada pela literatura como uma das principais causas do incremento do emprego precário (ESOPE, 2004: 15). O «ónus de encargo» que advém da necessidade de contratação, é justificado por referência à provisão dos serviços necessários à prossecução dos objectivos empresariais delimitados, cujas formas organizacionais convoláveis em trabalho se compatibilizam com as modalidades contratuais precárias previamente disponíveis nos respectivos mercados de trabalho em causa.

A flexibilização das relações laborais construiu, em determinadas situações concretas, fronteiras menos nítidas entre trabalho dependente e por conta própria, com a intermediação do trabalho temporário, a subcontratação, ou o «outsourcing» (enquanto processos de externalização das empresas), dando origem a formas atípicas e híbridas de emprego e de organização do trabalho, mais dificilmente capturadas pelos indicadores estatísticos e metodologias quantitativas convencionais.

Mas aludir à problemática da flexibilidade e às conseqüentes novas formas de precariedade, não deve, contudo, olvidar, as duradouras e persistentes formas de precariedade laboral e de condições do exercício do trabalho, decorrentes quer do taylorismo, mas, em

sentido mais lato, concernentes às velhas desigualdades de salário, de estatuto, de conteúdo do trabalho, de qualificação, de autonomia, de progressão na carreira, de reconhecimento profissional, ou de género (Oliveira e Carvalho, 2010: 191).

A problemática da flexibilidade, ainda que seja, frequentemente, equacionada numa óptica apologética e normativo-ideológica, constitui um instrumento conceptual fundamental para a análise das transformações na sociedade e na economia (Veloso, 2009). Como referem Oliveira e Carvalho, a “precariedade explica-se por uma multiplicidade de factores, que não apenas a legislação laboral, em que provavelmente o perfil de especialização produtiva, os padrões de competitividade - mais convencional ou mais baseado na inovação (Oliveira, 2008) – e as exigências que colocam em termos de escolarização da população empregada, são factores que pesam igualmente na reconfiguração dos estatutos de emprego na Europa e na protecção dos indivíduos contra a precarização do emprego” (Oliveira e Carvalho, 2010: 93).

Os mercados de trabalho condensam e reproduzem múltiplas desigualdades sociais e económicas, na inter-relação dinâmica e segmentar entre profissões e as várias categorias sociais (Furaker, 2005: 64), como a classe social, o género, idade ou etnicidade. Se autores como Giddens (2009), associam a «flexibilidade» a empregos com remunerações baixas e com poucas perspectivas de carreira, ligando o fenómeno à condição mais crónica vivida pelas classes trabalhadoras e desvalorizando a “ansiedade” entre os profissionais especializados que levou alguns autores a falar de uma ‘classe média insegura’ (Giddens, 2009: 414), apesar de mais tardia, ou seja a partir principalmente dos anos noventa, a flexibilidade laboral atinge igualmente os quadros técnicos e superiores (e camadas sociais escolarizadas) (Witte, 2005: 11).

A precarização do trabalho não se trata de um fenómeno novo: o desacordo discursivo tem girado em torno da dimensão do fenómeno nos últimos anos e, sobretudo, dá-se quanto à identificação dos segmentos da população trabalhadora que são confrontados com a precarização do trabalho de forma mais acentuada (Giddens, 2009: 414). Nas ciências sociais, o incremento do trabalho flexível (ou precário) tem sido sublinhado como um indicador da sociedade do risco (Beck, 1992) ou da corrosão do carácter (Sennet, 1998). É igualmente possível, a partir da problemática das desigualdades sociais, e concretamente das desigualdades laborais produzidas pelos mercados de trabalho (europeus), construir uma abordagem sobre a “condição social precária” e os seus efeitos sobre a sindicalização e acção colectiva dos trabalhadores europeus.

A análise de classes poderá constituir um rigoroso ancoradouro da relação entre a precariedade e a acção colectiva no espaço social europeu. Argumenta-se que as transformações económicas e sociais em curso supostamente vieram perigar a capacidade heurística da análise de classes, quando ela, precisamente no seu contínuo esforço de aperfeiçoamento teórico, problemático e metodológico, não abandonou a centralidade do trabalho, confere relevância analítica aos processos da globalização, bem como postula, quanto às relações entre classes e cidadania, que o trabalho constitui fonte de emanção de direitos sociais (Costa e outros, 2008 e 2000; Carvalho da Silva, 2007).

Se compreender a precariedade exige encará-la como um fenómeno multidimensional, que se constitui enquanto resultado complexo dos processos de assalariamento que marcam a sociedade e o capitalismo modernos, não isolável nas suas causas a apenas um mecanismo ou factor, mas à combinação de diversas variáveis, a mesma abrangência analítica sobre a precariedade se torna necessária quanto aos seus impactos sociais, entre os quais sobre a sindicalização e acção colectiva.

Constituirá a precariedade um factor inibidor de cidadania, serão os trabalhadores precários menos actuantes colectivamente? Com o objectivo de alcançar uma visão integrada (e comparativa) da precariedade no contexto europeu e das realidades nacionais, procura-se situar a influência da posição social dos indivíduos, nos seus respectivos mercados de trabalho, relativamente às suas práticas de acção colectiva.

E até que ponto a sindicalização poderá constituir um factor mediador entre a (in)existência de precariedade e acção colectiva por parte dos trabalhadores europeus? Uma certa tradição sociológica procurou, sobretudo, documentar os efeitos nocivos da precariedade no bem-estar dos trabalhadores, bem como os seus impactos negativos sobre as suas atitudes e comportamentos nas organizações empresariais (Klandermans e van Vuuren, 1999; Sverke e Hellgren, 2002; Sverke, Hellgren e Naswall, 2002). Contudo, os efeitos da precariedade sobre a sindicalização ou a participação sindical têm sido relativamente pouco estudados (Sverke e Hellgren, 2001). Da parte de alguns estudos, estes revelam que a ênfase individual para a segurança no emprego representa um factor determinante para a sindicalização (Carvalho da Silva, 2007; Brown, Bobko e Hartenian, 1992; Crockett e Hall, 1987; Guest e Dewe, 1988), que os membros dos sindicatos consideram importante o tema da protecção do emprego (Allvin e Sverke, 2000), ou apontam que o crescente emprego precário constitui uma das explicações para o declínio da sindicalização (Delsen, 1995).

Esta investigação exprime uma estratégia analítica que, no fundo, se subdivide em três partes relacionáveis entre si: a primeira, procurando compreender a incidência da

precariedade nos mercados de trabalho dos países europeus, em função da classe social/profissão, sectores de actividade, idade e escolaridade; uma segunda parte, que procura traçar um retrato da sindicalização na Europa, com particular acuidade relativamente à condição perante a precariedade; e uma terceira parte, que, avaliando até que ponto a sindicalização será relevante para a cidadania e acção colectiva dos europeus, observa o modo como os contextos nacionais (em termos de trabalhadores sindicalizados, amplitude da precariedade e satisfação profissional) e as regularidades do espaço social do trabalho (transnacional europeu), podem compreender melhor a adesão a práticas de acção colectiva por parte dos trabalhadores europeus.

Procuram-se fornecer contributos analíticos e operatórios para o reforço da actual sociologia das classes sociais e da estratificação, procedendo a um exame comparativo e transnacional, de um conjunto seleccionado de indicadores sobre os mercados de trabalho, a precariedade, a sindicalização e acção colectiva dos trabalhadores europeus.

Realidade europeia e definições teóricas e metodológicas para o estudo da precariedade

São complexas as realidades concretas do mercado de trabalho e das relações laborais em cada país europeu, mas o tema da precariedade congregou vontades colectivas, emergindo na última década como um problema económico e social, percebido igualmente pelas instituições comunitárias europeias. De acordo com a Comissão Europeia no relatório de 2001 sobre o emprego na Europa, cerca de ¼ do total do emprego na União Europeia poderia ser considerado de baixa qualidade. Estamos perante um cenário de erosão contínua do «emprego standard» (apesar de dominante), em virtude da expansão de quatro factores detectados: a diminuição da protecção laboral, a ocorrência regular de “lay-offs”, o desemprego e a significativa proporção de emprego precário (ESOPE, 2004: 67).

O desenvolvimento da precariedade na Europa toma o conteúdo de uma variedade de formas de emprego, desde o contrato a prazo, ao emprego temporário, o falso emprego independente, o trabalho a tempo parcial (involuntário), o sub-emprego, ou o trabalho não declarado (operando na economia informal): todas estas modalidades de emprego assumem uma cada vez maior presença nos mercados de trabalho europeus. Existe pesquisa empírica que salienta o crescimento de “lower-end labour market segments”, mais substanciais em certos países que noutros, caracterizados por diversos níveis de condições precárias (ESOPE, 2004). Todas estas formas de emprego normalmente estão associadas a menos direitos sociais, ou seja, carreiras descontínuas, salários mais baixos e menor protecção social – especialmente em situação de desemprego.

A flexibilidade laboral precária vai desde a duração e organização do tempo de trabalho (anualização do tempo de trabalho, partilha do trabalho, horários flexíveis), flexibilidade das formas de contrato de trabalho (trabalho a tempo parcial, contratos a prazo, trabalho temporário, subcontratação, trabalho «independente», em prestação de serviço), flexibilidade ao longo da vida profissional (alterações do estatuto profissional, quando não de profissão), flexibilidade funcional e polivalência, flexibilidade nos espaços de trabalho (teletrabalho, trabalho à distância) (Carvalho da Silva, 2007: 62).

Nas ciências sociais, o indicador de base para classificar uma situação precária ou não precária continua a ser fundamentalmente a partir do tipo de vínculo contratual. Mas o acréscimo das designadas “formas atípicas de emprego” exige o repensar constante quanto aos indicadores a reter na análise da precariedade; discutir a precariedade corresponde a equacionar uma condição social, multidimensional e heterogénea, que extravasa o vínculo contratual, mas que simultaneamente o integra (Velo, 2010: 17-20).

Questão central é sempre a capacidade de definir e medir adequadamente a precariedade, requisitos que o inquérito internacional “European Social Survey” assegurou. A partir do cruzamento da situação contratual no emprego (precariedade objectiva) e da probabilidade sentida pelo indivíduo que cairá numa situação de desemprego (precariedade subjectiva), construímos e operacionalizámos o conceito operativo “condição perante a precariedade”, sendo este formado por três categorias: “trabalhadores não-precários”, “trabalhadores semi-precários” e “trabalhadores precários”⁷⁶.

O conceito de precariedade que se adopta subdivide-se em duas dimensões: uma primeira, a precariedade objectiva, quando o trabalhador possui uma situação contratual de emprego não permanente, ou seja, todas as formas contratuais ou não contratuais geradoras de emprego de duração limitada; uma segunda dimensão, a precariedade subjectiva, construída a partir da probabilidade do trabalhador considerar que ficará desempregado, ou seja, quando os trabalhadores por conta de outrem afirmaram ser provável ou muito provável ficarem desempregados nos próximos doze meses⁷⁷.

⁷⁶ Considerámos um trabalhador precário o que tem um emprego não-permanente e que percepção que ficará desempregado nos doze meses seguintes; considerámos como trabalhadores semi-precários os indivíduos que estando numa situação de emprego não permanente não percebem perderem o emprego, e também os que estão numa situação de emprego permanente mas que mesmo assim julgam que poderão ficar desempregados; os trabalhadores não precários são os que estão perante uma situação de emprego permanente e inexistência de percepção de ficarem desempregados.

⁷⁷ V Cramer = 0,209; $p \leq 0,001$ (Medida de associação entre as variáveis de precariedade objectiva e precariedade subjectiva).

Os mercados de trabalho dos países europeus poderão ser observados em função do volume de emprego não-permanente, da incidência da precariedade subjectiva, e ainda da satisfação profissional dos seus trabalhadores, índice que integra a satisfação com o trabalho actual, a satisfação com a relação tempo de trabalho/outros aspectos da vida e a consideração de um trabalho interessante.

A articulação analítica entre a precariedade objectiva e a precariedade subjectiva exige e implica considerar: que os indivíduos constroem sempre percepções sobre a sua situação laboral e que a precariedade subjectiva assentará em circunstâncias objectivas, mas a mesma condição objectiva pode ser percebida de modo diverso pelos diferentes trabalhadores (a precariedade não tem que ser estreitamente um conceito psicológico); a precariedade poderá ter a ver com o receio do desemprego, mas também ser uma avaliação da durabilidade do emprego ou profissão em causa; que a precariedade subjectiva está consistentemente associada à satisfação profissional (Witte, 2005: 2); que os contratos de trabalho encerram em si um elemento estrutural de incerteza.

Alguns estudos (Witte, 2005) apontam para três ordens de factores que influenciam a “insegurança profissional” (*job insecurity*): (I) condições económicas, ambientais e organizacionais (clima e mudança organizacional); (II) a posição estrutural no mercado de trabalho (idade, género, estatuto socioeconómico, tipo de contrato); e (III) trajectos e experiências profissionais (avaliação da possibilidade e qualidade dos empregos disponíveis, empregos precários no passado, vivência do desemprego).

De uma perspectiva racional/estratégica por parte do empregador (capital), o trabalho não-permanente constitui um mecanismo económico disponível para lidar no tempo com as exigências organizacionais. Da perspectiva do factor trabalho (a mão-de-obra disponível), a precariedade implica menos protecção legal e social. Ou seja, na óptica dos trabalhadores, a precariedade significa “insegurança” (ou risco), perante um mercado de trabalho segmentado e hierarquizado (desigualdades laborais). Por isso, a problemática da precariedade é uma das actuais expressões (tensões) na modernidade actual da relação infra-estrutural capital/trabalho.

Posição social no mercado de trabalho e precariedade na Europa

A precariedade de emprego no contexto europeu ocorre em determinados regimes de “flexibilidade/segurança/qualidade laboral (ESOPE, 2004), construídos na diversidade institucional das políticas públicas, dos diferentes modelos de Estado e de segurança social, a partir de determinado sistema de relações industriais, processos de desenvolvimento,

conjunturas socioeconómicas, níveis de desemprego e estratégias de competitividade perante a globalização.

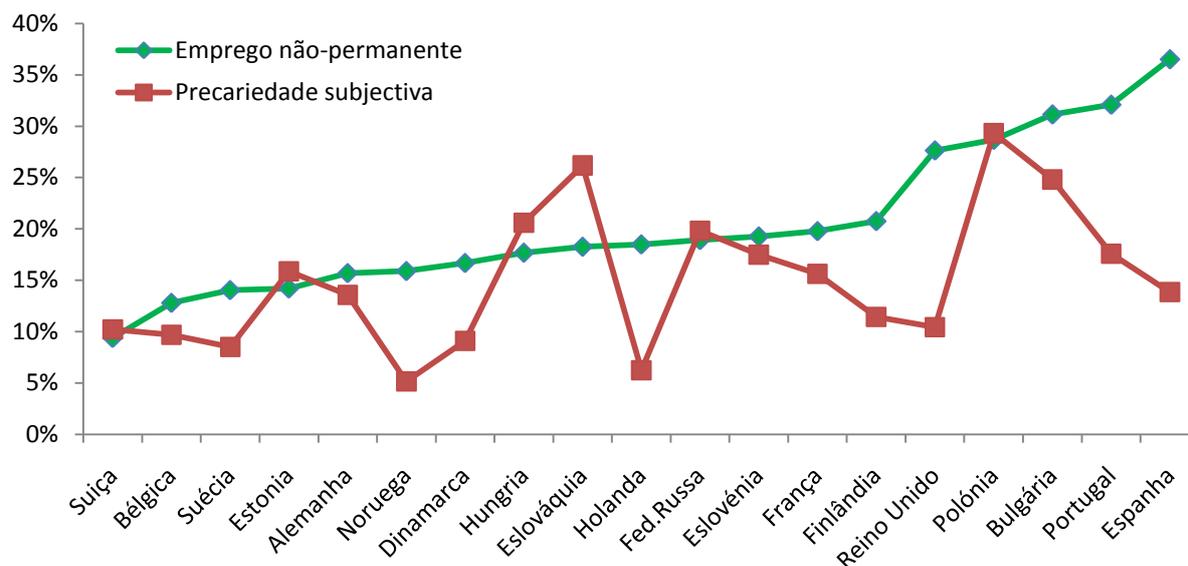
A comparabilidade internacional da precariedade constitui um terreno sociológico praticamente inexplorado (Erlinghagen, 2007; Oliveira e Carvalho, 2010). São utilizados três indicadores que permitem uma comparação europeia articulada da precariedade: as percentagens de emprego não-permanente e de precariedade subjectiva (dimensões da precariedade) e a satisfação perante a qualidade do emprego (ou profissional) por parte dos trabalhadores nos diferentes países europeus analisados.

A percentagem de emprego não-permanente na Europa (segundo os dados do ESS 2006) varia entre os 9,4% e os 36,5% (Gráfico 5.1). Em cinco países europeus a percentagem de emprego não-permanente é superior a 25% do conjunto dos trabalhadores por conta de outrem: tal verifica-se em Espanha (a percentagem mais elevada), em Portugal, Bulgária, Polónia e Reino Unido. No extremo dos países com reduzido emprego não-permanente encontram-se a Estónia, Suécia, Bélgica e Suíça (com o valor mais reduzido), com percentagens inferiores a 15% do total dos trabalhadores por conta de outrem.

Quanto à precariedade subjectiva (Gráfico 5.1), ela é maior na Polónia, sentida por 29,3% dos trabalhadores, seguida da Eslováquia (26,2%), Bulgária (24,8%), Hungria (20,6%) e Federação Russa (19,8%). Os países onde é menor a percentagem de trabalhadores experienciando a precariedade subjectiva são a Noruega, onde apenas 5,1% dos trabalhadores consideram que serão despedidos nos próximos 12 meses, tal como 6,2% dos trabalhadores holandeses, 8,5% na Suécia e 9,1% na Dinamarca.

Da leitura do Gráfico 5.1 constata-se que uma maior percentagem de emprego não-permanente não implica necessariamente que estejamos perante uma situação de maior percentagem de precariedade subjectiva. No caso da Eslováquia, Hungria e Estónia, a percentagem de precariedade subjectiva até é superior à percentagem de emprego não-permanente. Se é verdade que sobretudo na Suíça, Bélgica e maioria dos países nórdicos, verificam-se baixas percentagens de emprego não-permanente e de precariedade subjectiva, no Reino Unido, Finlândia, Holanda e mesmo no caso da Espanha, uma maior percentagem de emprego não-permanente não significa que sejam substancialmente elevadas as percentagens de precariedade subjectiva.

Gráfico 5.1 – Dimensões da precariedade: emprego não-permanente e precariedade subjectiva nos países europeus



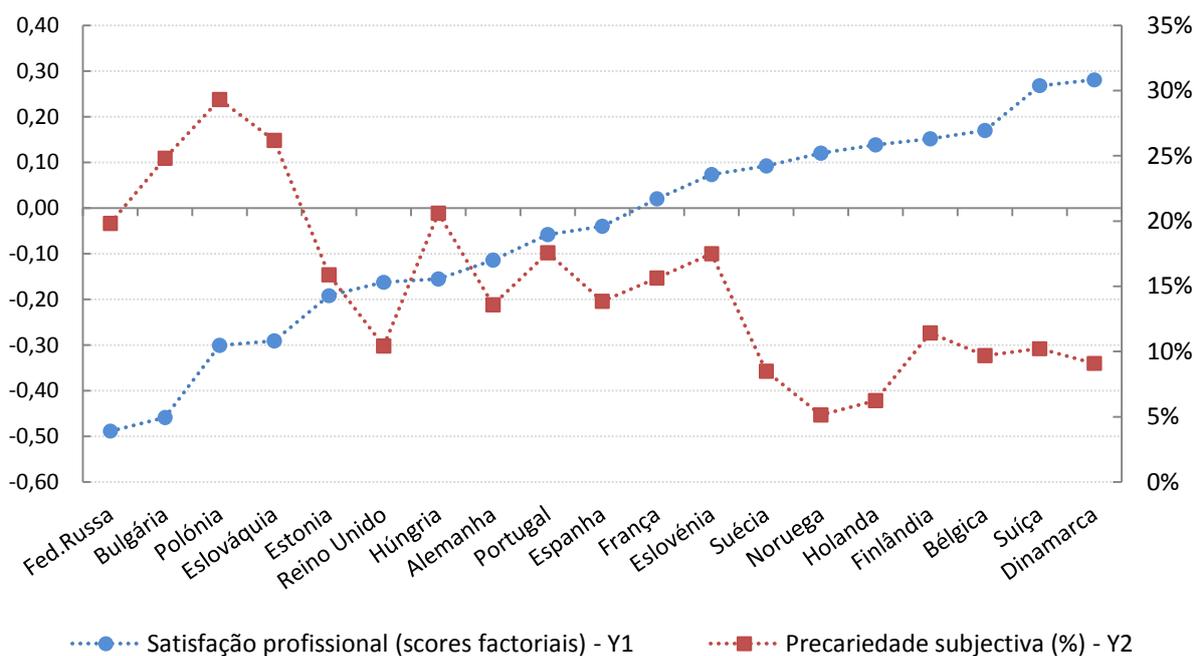
Fonte: European Social Survey 2006

Se não é possível aferir uma convergência linear entre a existência de emprego não-permanente e a precariedade subjectiva, o mesmo parece não acontecer entre a precariedade subjectiva e as condições de trabalho (Gráfico 5.2). Verifica-se que quanto menor é a precariedade subjectiva maior é a satisfação profissional⁷⁸. Assim é sobretudo nos países nórdicos, Suíça, Bélgica e Holanda. No extremo oposto do gráfico, observa-se que na Federação Russa, Bulgária, Polónia e Eslováquia, a satisfação profissional é reduzida e a precariedade subjectiva elevada.

A precariedade subjectiva parece estar associada ao modo como os indivíduos estão satisfeitos com a qualidade do seu emprego, concretamente nas vertentes da satisfação com o seu trabalho, na relação entre tempo de trabalho e tempo para outros aspectos da vida e avaliação do interesse nas tarefas que executam

⁷⁸ $F(3, 193388) = 534,940; p=0,000$

Gráfico 5.2 – Satisfação profissional e precariedade subjectiva na Europa

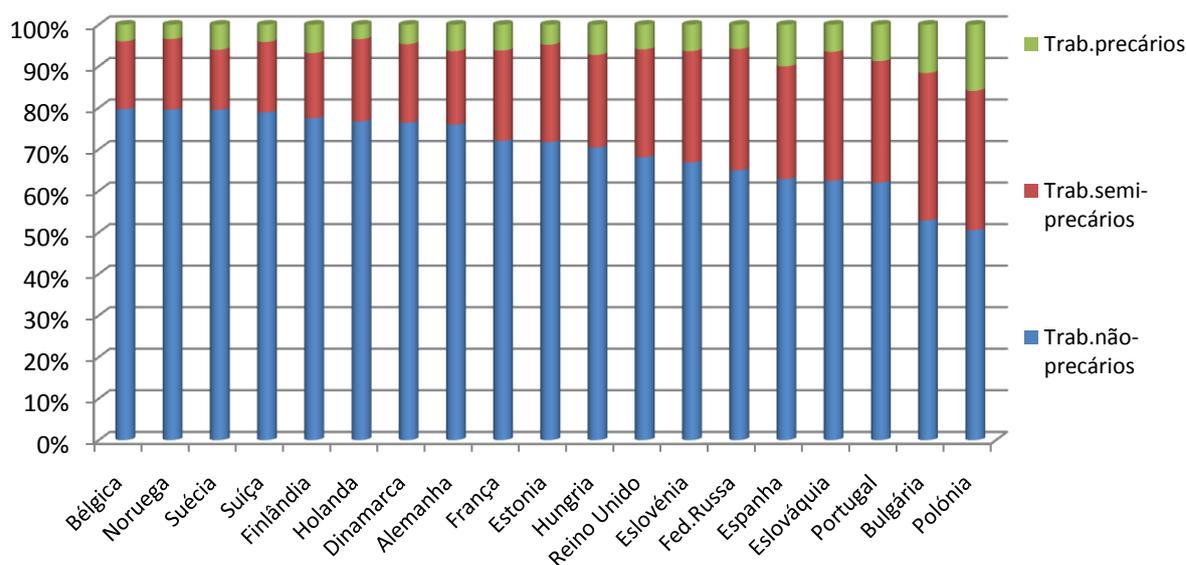


Fonte: European Social Survey 2006

A precariedade é um fenómeno com diferentes densidades no conjunto dos países europeus analisados. Fazendo uma leitura integrada do contexto europeu, a partir da combinação dos indicadores emprego não-permanente, precariedade subjectiva e satisfação profissional, é possível afirmar que os países nórdicos, a Bélgica e a Suíça são os que revelam menores níveis de precariedade. Na maioria dos países do Leste europeu é reduzida a satisfação profissional e apesar de não ser elevada a percentagem de emprego não-permanente (com excepção da Polónia e Bulgária), tal não obsta que sejam altas a percentagens de precariedade subjectiva.

Ao se observar a distribuição do emprego em função da condição perante a precariedade no conjunto dos países europeus (Gráfico 5.3), é possível observar algumas regularidades e aglutinações entre os mercados de trabalho europeus. Nos países de modelo de estado social-democrata (Noruega, Suécia, Finlândia e Dinamarca), na Bélgica, Suíça, Holanda e Alemanha, mais de 70% dos trabalhadores não vivem situações de precariedade, seguindo-lhes de perto a França e a Estónia. Os países do Leste da Europa (Hungria, Eslovénia, Federação Russa e Eslováquia) seguem uma distribuição semelhante aos países do ‘arco liberal’ formado por Reino Unido, Espanha e Portugal. Numa situação em que cerca de metade da população é precária ou semi-precária temos os casos da Bulgária e da Polónia.

Gráfico 5.3 – Condição perante a precariedade nos países europeus



Fonte: European Social Survey 2006

A análise de classes poderá, já foi afirmado, aprofundar o estudo da incidência da precariedade, enquanto instrumento cognoscível dos mercados de trabalho europeus. Profissão e classe social são analiticamente distintas, apesar de correlacionadas. O conceito de profissão é mais útil na elucidação da divisão técnica do trabalho, que está integrada no conceito de classe social, mas este estende-se ao domínio das relações sociais de produção e às suas potenciais implicações hierárquicas, de poder e exploração (Furaker, 2005: 40).

As categorias profissionais e respectivas segmentações dos mercados de trabalho são a resultante sócio-histórica e política da estruturação e institucionalização das relações industriais de um dado país ou região económica, envolvendo empregadores, trabalhadores, sindicatos, associações profissionais, sistemas educativos e políticas de concertação social.

Os mercados de trabalho são segmentados por múltiplas razões, ancoradas nas características dos modelos de produção em causa, correspondente divisão do trabalho (poderes assimétricos) e implementação de diferentes estratégias de flexibilização laboral.

Nas economias existem diversos sub-mercados de trabalho, mais ou menos separados entre si e compostos por profissões e sectores de actividade: é sob estas premissas que a análise de classes poderá distinguir e delimitar uma determinada realidade empresarial, redes empresariais, sectores ou segmentos profissionais. Igualmente, será a partir das diferenciações e especificidades internas dos mercados de trabalho, que os actores envolvidos poderão transgredir ou transformar as suas respectivas estruturas (Furaker, 2005: 39).

Como refere Veloso, “as redes de empresas, de actividades económicas, entre outras, não são, de todo, igualitárias. São hierarquizadas, assimétricas e constituídas por segmentos de empresas, países, economias e actores, distintamente posicionados num sector, num território ou na divisão internacional do trabalho” (Veloso, 2009: 51).

Os mercados de trabalho e economias europeias deixaram de obedecer a lógicas sociais e económicas estritamente nacionais e internacionalizaram-se, apesar das especificidades no interior dos países (e regiões) e, em simultâneo, cada economia deter processos próprios e autónomos de desenvolvimento.

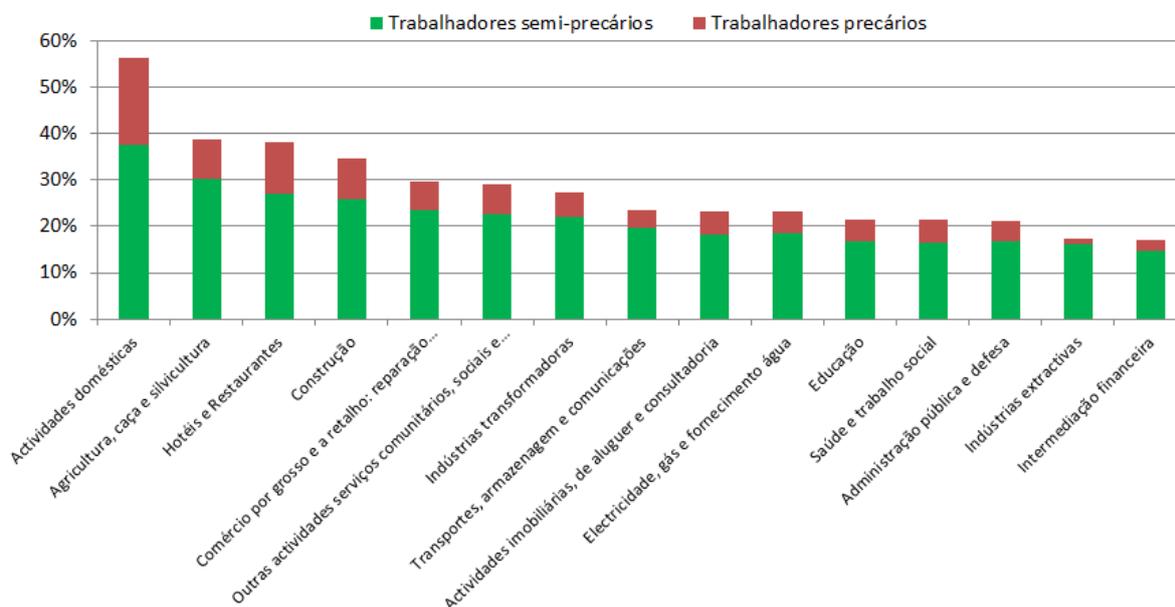
Valerá a pena observar a distribuição da precariedade nos sectores de actividade económica europeus (NACE, 2002), como aproximação a uma abordagem que relacione a globalização, a flexibilização laboral e o emprego precário no espaço transnacional europeu, admitindo a existência de regularidades sócio-laborais que atravessam os diferentes países europeus.

Que sectores de actividade económica empregam maior percentagem de emprego precário e semi-precário? (Gráfico 5.4) No espaço europeu o peso relativo do trabalho precário é muito diferenciado, em função das actividades económicas. Mais de 50% dos trabalhadores das actividades domésticas são precários ou semi-precários. Com taxas superiores a 30% segue-se a agricultura, pescas e floresta, a restauração e o sector da construção.

O impacto da internacionalização das economias é disseminador nos contextos nacionais, mas não deixa de ser relevante que as actividades domésticas sejam o sector de actividade europeu mais precário mas a sua base económica seja predominantemente local, enquanto a intermediação financeira, de amplitude global, constitua o sector de actividade económica europeu com menor percentagem de precariedade.

Também se constata que a precariedade no sector secundário e sector terciário é diferenciada, ou seja, ela é maior, no caso do terciário, nas actividades hoteleiras, restauração e comércio por grosso e menor no sector público, e no caso do secundário, com maior precariedade principalmente na construção.

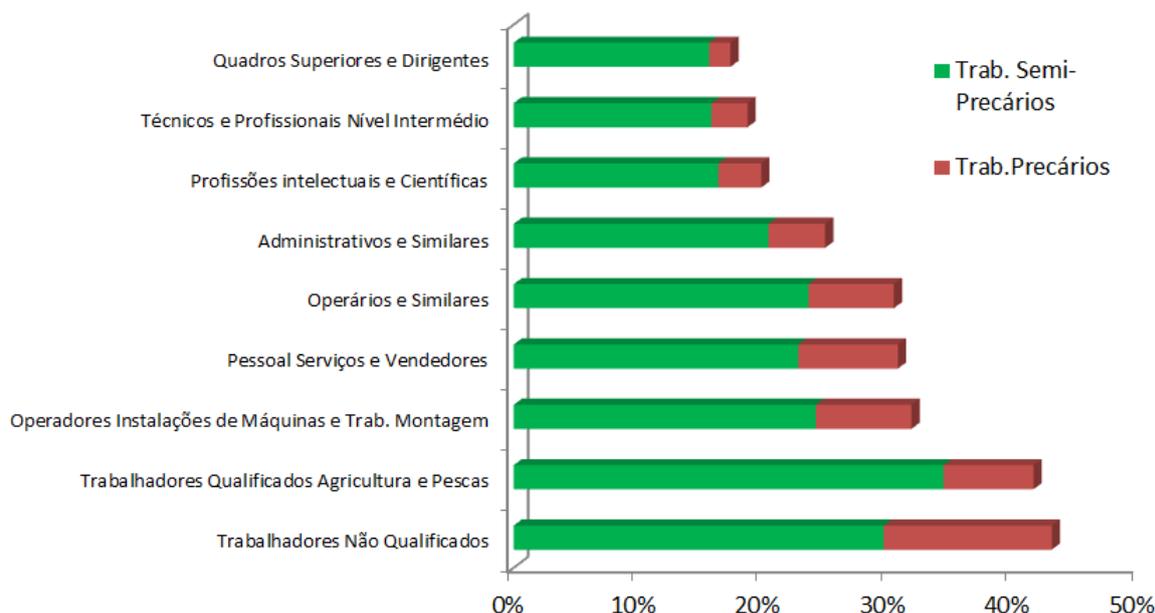
Gráfico 5.4 – A distribuição da precariedade nos sectores de actividades económicas europeus (%)



Fonte: European Social Survey 2006

A precariedade e as qualificações são vertentes dos mercados de trabalho que merecem uma análise articulada (Oliveira e Carvalho, 2010). Se analisarmos a condição precária por grupos de profissões (Gráfico 5.5), verificamos que na categoria dos “trabalhadores não qualificados” é onde é maior a percentagem de trabalhadores precários e semi-precários, enquanto a precariedade é menor nos quadros superiores e dirigentes, profissionais intelectuais e cientistas, e técnicos e profissionais de nível intermédio. A precariedade atinge todos os grupos de profissões mas a quantidade de emprego que requer mais qualificações (técnicas e superiores) é menos precário.

Gráfico 5.5 – A distribuição da precariedade pelos grupos de profissões europeus (ISCO 88) (%)



Fonte: European Social Survey 2006

Uma leitura conjunta da distribuição da precariedade pelos sectores de actividade e grupos de profissões europeus, sugere a possibilidade teórica de considerarmos que os mercados de trabalho se dividem, quanto à condição perante a precariedade (enquanto *ideais-tipo*), em mercados de trabalho “primários” e mercados de trabalho “secundários” (Furaker, 2005). As teorias da segmentação dos mercados de trabalho insistem no carácter institucional e desigual da distribuição de ‘oportunidades de entrada’ (ESOPE, 2004: 80). Os mercados de trabalho “primários” são ocupados por trabalhadores qualificados, com vínculos contratuais seguros, relativamente bem pagos e com carreiras profissionais estruturadas; pelo contrário, os mercados de trabalho “secundários” não requerem elevadas qualificações, é instável a segurança profissional, predominam salários mais baixos e são reduzidas as oportunidades de promoção profissional.

Valerá igualmente a pena observar a presença da precariedade nos países europeus por escalões etários. A geração dos mais jovens (15-24 anos) é a mais atingida pela precariedade em todos os países europeus, entre percentagens de precariedade que variam entre os 40,3% na Federação Russa e os 75,9% na Polónia, mas na quase totalidade dos países europeus, mais de 50% dos jovens são precários ou semi-precários (Gráfico 5.6).

A percentagem da condição precária e semi-precária diminui em todos os países à medida que a idade aumenta, mas nos escalões etários dos 25-34 anos, 35-49 anos e 50-64 anos, a

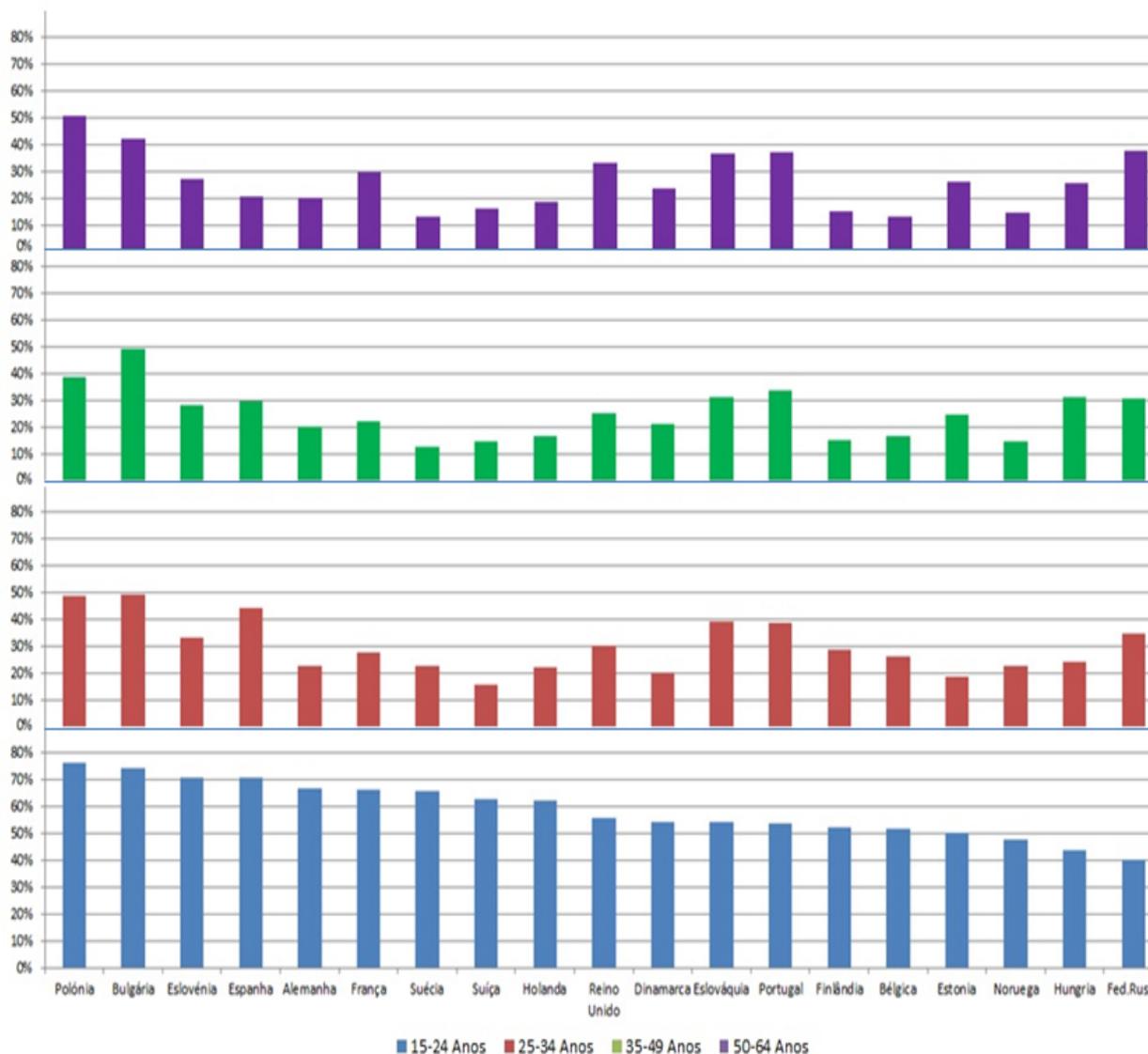
Polónia e a Bulgária registam taxas de precariedade sempre próximas ou superiores a 40%, seguindo-se Portugal e a Eslováquia com taxas superiores a 30% dos seus trabalhadores. Trata-se de países com uma presença assinalável da precariedade em todos os escalões etários da sua população activa.

Para além dos países atrás assinalados, transversalmente mais precários independentemente da idade, no escalão etário dos 25-34 anos, na Espanha e Federação Russa é superior a 30% a quantidade de trabalhadores precários e semi-precários. No escalão etário dos 35-49 anos, 29,8% dos espanhóis, 30,9% dos cidadãos da Federação Russa e 31% dos húngaros laboram em condição precária e semi-precária. No escalão etário mais idoso, Reino Unido e Federação Russa registam igualmente percentagens superiores a 30%.

Nos países nórdicos, Bélgica, Suíça e Holanda, apesar de no escalão etário mais jovem (15-24 anos) a precariedade ser mais elevada, estes registam baixas percentagens de trabalhadores precários e semi-precários em todas as gerações de trabalhadores.

Onde o fenómeno da precarização mais se expandiu, ela estende-se a todos os escalões etários, embora os mais jovens sejam os mais atingidos (Oliveira e Carvalho, 2010: 192). Estes resultados desafiam a “concepção alarmista” da integração dos jovens nos mercados de trabalho (Barbier, 2004: 8). “Na faixa etária dos 15 aos 24 anos é plausível admitir que muitos jovens poderão estar ainda na escola ou em processos de inserção profissional que tendem a prolongar-se no tempo” (Oliveira e Carvalho, 2010: 195). Ou então também se poderá estar a assistir a um recrudescimento da precariedade como característica marcante dos novos contratos de trabalho, desde logo para grande parte da juventude, com consequências vincadas no futuro dos mercados de trabalho europeus.

Gráfico 5.6 – Distribuição da precariedade por escalões etários nos países europeus (percentagens de trabalhadores semi-precários e precários)



Fonte: European Social Survey 2006

A inserção dos mais jovens nos mercados de trabalho reflecte heranças sociais, ou seja, desigualdades sociais ancoradas em pontos de partida de classe diferenciados que os sistemas de ensino atenuam ou ampliam.

A distribuição da precariedade no espaço social das classes (empregadas por conta de outrem), no conjunto dos países europeus, também permitiu retirar alguns contributos à liça da problemática da precariedade (Gráficos 5.7 e 5.8).

Em todos os países europeus, sem excepção, são menores as percentagens de profissionais técnicos e de enquadramento (PTE) precários e semi-precários, comparativamente com as

percentagens de operários (O) e empregados executantes (EE) sob as mesmas condições perante a precariedade (Gráfico 5.7).

Em determinados países a percentagem de PTE's precários e semi-precários é reduzida, como nos casos da Suécia, Noruega, Alemanha, França, Bélgica, Holanda, Dinamarca e Finlândia, que se situam abaixo dos 20%; ao invés, na Polónia, Bulgária e Eslováquia mais de 30% dos seus PTE's laboram em termos precários e semi-precários.

Operários e empregados executantes, em todos os países europeus, são as classes sociais mais precárias. São estas classes que sobretudo contribuem para o aumento da incidência da precariedade nos respectivos mercados de trabalho europeus (Gráfico 5.7). Nos países de maior precariedade, ou seja, Polónia, Bulgária, Eslováquia e Espanha, com excepção de Portugal, os operários são a classe social com maiores percentagens de precariedade, estas acima dos 40% do total dos respectivos operariados nacionais, enquanto a precariedade dos empregados executantes destes países é igualmente elevada, e depois se sigam os PTE.

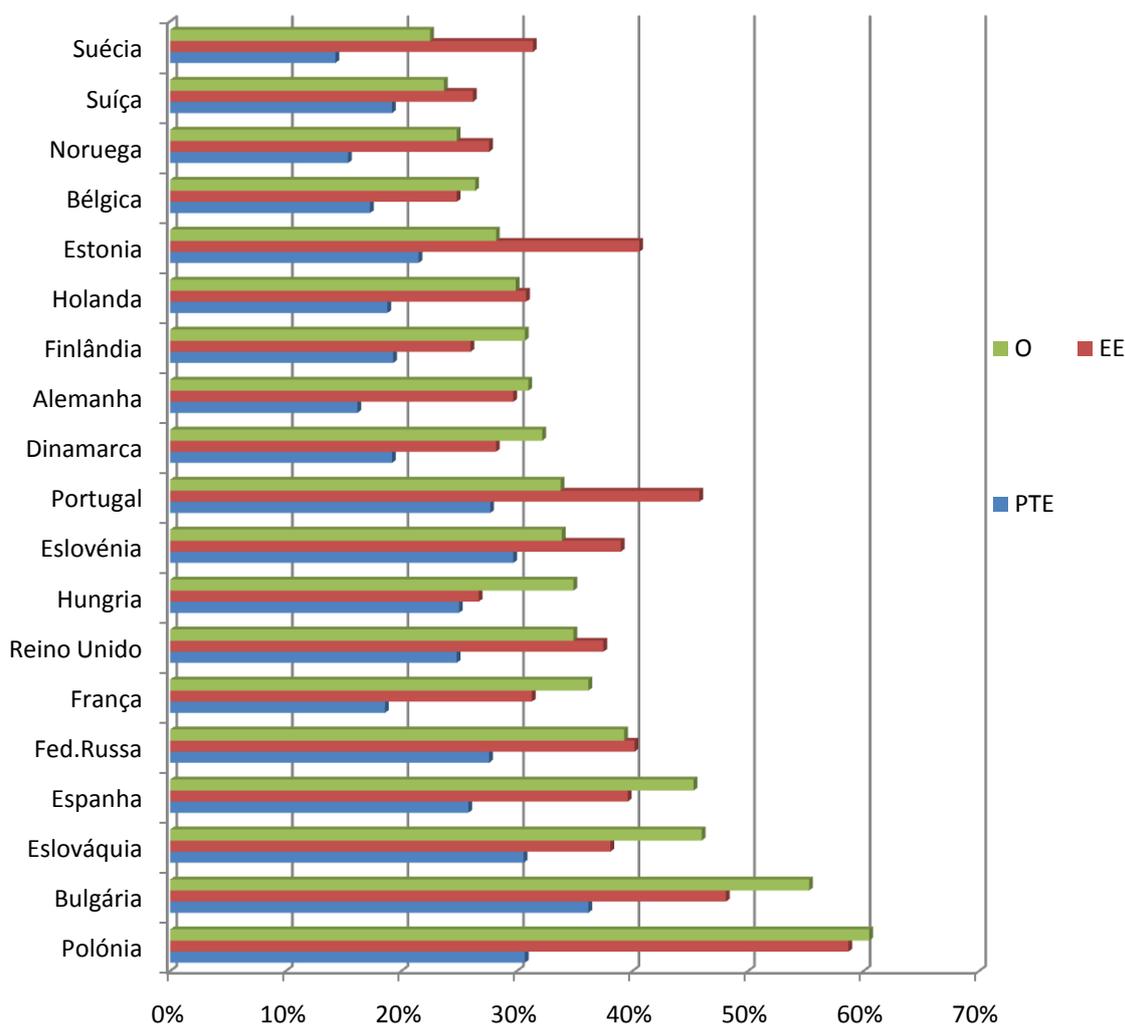
Nos casos da Suécia, Suíça e Noruega, menos de 25% do seu operariado é precário ou semi-precário.

Relativamente aos empregados executantes (EE), mais de 40% desta classe social na Polónia, Bulgária, Portugal, Estónia e Federação Russa laboram em condições de precariedade, precisamente países que têm em comum o facto de terem encetado processos de terciarização mais tardios, comparativamente com outros países europeus. Na Bélgica, Finlândia, Suíça, Hungria, Noruega, Dinamarca e Alemanha, menos de 30% dos seus empregados executantes são precários e semi-precários.

A principal divisão a fazer quanto à precariedade é entre, de um lado os PTE, e do outro lado, os empregados executantes e os operários, que partilham níveis de precarização semelhantes na maioria dos países europeus⁷⁹.

⁷⁹ Conferir Witte, 2005.

Gráfico 5.7 – A precariedade das classes sociais nos países europeus (percentagens de trabalhadores semi-precários e precários)



Fonte: European Social Survey 2006

E de que forma níveis mais elevados de escolarização protegem as populações da precariedade do emprego? Como refere Veloso, “uma das questões que se coloca hoje com maior premência é o facto de se ter vindo a densificar o volume de pessoas altamente qualificadas, para além dos menos qualificados, com crescentes dificuldades em aceder ao mercado de trabalho. Assim, ao conjunto de situações de precariedade que marca os trabalhadores pouco qualificados ou indiferenciados e que é um traço característico da industrialização, somam-se as situações daqueles a quem lhes era afecta, sociologicamente, uma posição no mercado de trabalho congruente com o seu investimento em educação” (Veloso, 2010: 19).

As diferenças entre os países europeus parecem decorrer mais dos seus perfis globais de escolarização, que os dotam de maiores ou menores potencialidades em capital humano, mas a dualização dos mercados de trabalho, pela precariedade do emprego, é transversal todos os países, em todos os níveis de escolarização (Oliveira e Carvalho, 2010: 117).

De realçar que em todos os países europeus analisados é sempre maior a percentagem de trabalhadores precários e semi-precários nos indivíduos com escolaridade “não superior”, comparativamente com os indivíduos com escolaridade superior (Gráfico 5.8).

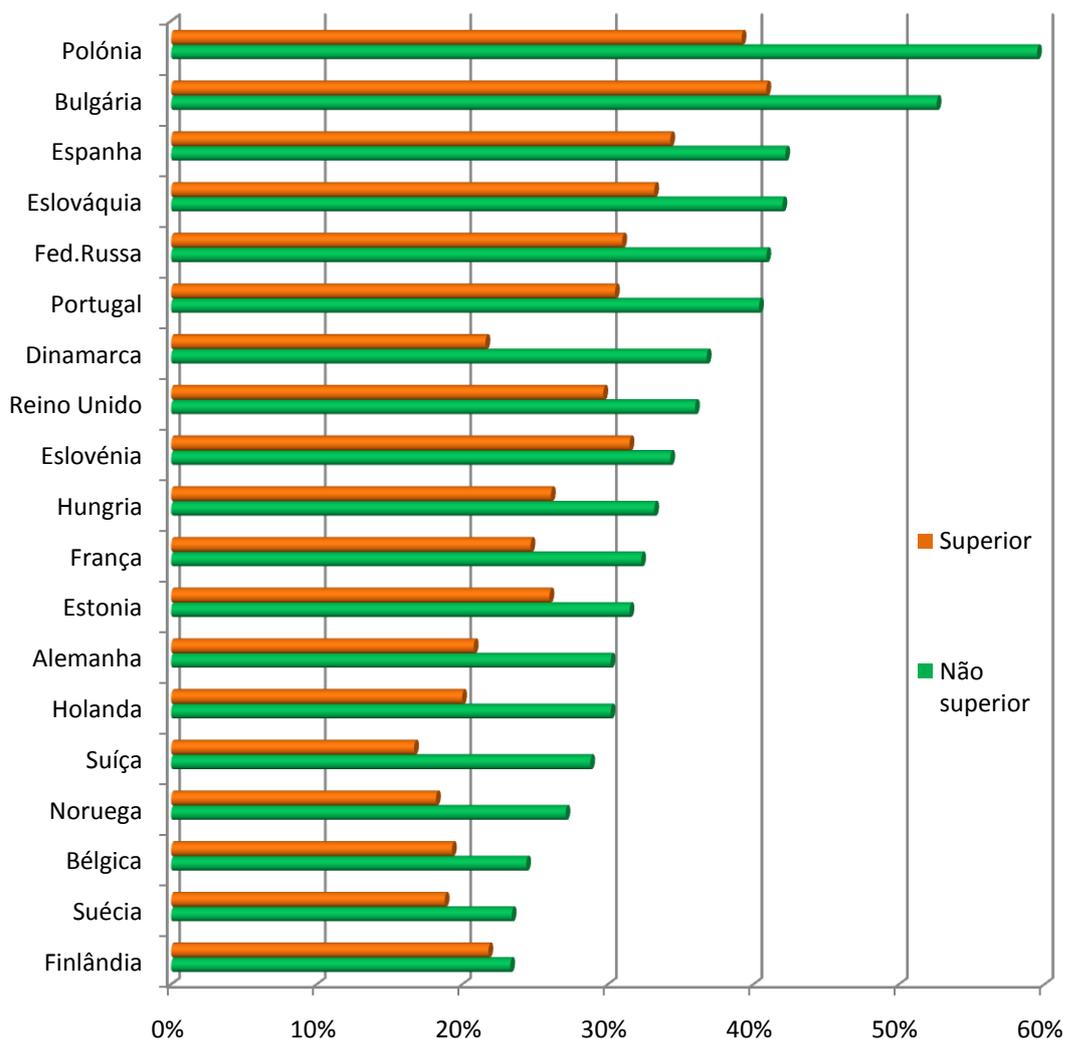
Nos casos da Polónia, Bulgária, Espanha e Eslováquia, a precariedade atinge os indivíduos em maior número, quer estes tenham ou não escolaridade superior, apesar de diferenças percentuais favoráveis aos que possuem escolarização superior. Nestes países, mais de 40% dos trabalhadores com escolaridade não superior são precários e semi-precários, inclusive na Bulgária e Polónia tal sucede em mais de metade deste segmento populacional.

Na Suíça, Noruega, Bélgica e Suécia, menos de 20% dos indivíduos com escolarização superior vivenciam a precariedade, enquanto os valores percentuais aumentam quando se observa os menos escolarizados.

Um adicional elemento analítico consiste em observar quais são os países onde as diferenças de precariedade entre os indivíduos com formação superior e não superior são maiores: tal verifica-se na Polónia, Bulgária, Dinamarca, Holanda e Suíça. São menores as diferenças de percentagem entre os níveis de escolarização na Finlândia, Suécia, Bélgica, Eslovénia e Reino Unido.

Como constataram Oliveira e Carvalho para o contexto europeu, no que diz respeito ao nível mais baixo de escolarização, verifica-se uma tendência vincada para a precariedade do emprego, embora se possam hierarquizar os países, segundo um crescendo do aumento da precariedade (2010: 89); tal como o nível médio de escolarização protege da precariedade do emprego na maioria dos países europeus (Oliveira e Carvalho, 2010: 91).

Gráfico 5.8 – Escolaridade e condição perante a precariedade (percentagens de trabalhadores semi-precários e precários em função da escolaridade)



Fonte: European Social Survey 2006

Pode-se questionar se a análise de classes poderá contribuir para um maior conhecimento das causas, implicações e consequências sociais da precariedade. Neste sentido, Morris (1996) considera que a posição de classe não é suficiente para distinguir entre os que ocupam um emprego seguro ou instável (1996:189); que o emprego inseguro pressupõe diferentes trajetórias não captáveis por uma classificação estatística de classe, ou seja, uma idêntica posição de classe ocupada pode representar diferentes histórias de emprego (1996:190); que a análise de classes não é capaz de ilustrar devidamente as dinâmicas dos mercados de trabalho, uma vez que as designações de classe têm pouca utilidade para examinar a natureza e os efeitos das recentes mudanças económicas, nomeadamente as que concernem à reestruturação

dos padrões de emprego (1996: 191); que as trajectórias dos trabalhadores (in)seguros e desempregados se tornam cada vez mais variadas e diferenciadas (1996:194).

Sindicalização e precariedade na Europa

Os sindicatos foram um actor institucional e de massas decisivo no contrato social europeu após a Segunda Guerra Mundial. Nas democracias industriais que emergiam, com crescimento económico assente nos modelos de produção fordista e nas políticas keynesianas, os sindicatos eram um garante dos benefícios dos estados-providência e das estratégias de pleno emprego, à medida que a sindicalização dos trabalhadores aumentava na proporção directa da produção e desenvolvimento industrial. Nos países europeus com «estados de bem-estar» (Piqueras, 1995), os sindicatos aumentariam o seu poder negocial perante os governos e o capital. Mas a partir da década de setenta, um conjunto de transformações sociais, políticas e económicas, colocariam novos desafios aos sindicatos que, até aos dias de hoje, no essencial, persistem.

Durante os últimos quarenta anos da história europeia, o quadro político e as economias nacionais alteram-se profundamente, com consequências directas e indirectas sobre o sindicalismo e sindicalização europeias. Ao nível político, as mudanças de regimes políticos no Leste europeu e o desenvolvimento da integração regional europeia, caminharam a par com a crescente internacionalização e globalização económica.

Com a alteração dos sistemas de regulação internacionais de Bretton Woods, as economias nacionais internacionalizaram-se sob os princípios da concorrência externa e da competitividade alargada a crescentes mercados e novas áreas e sectores de actividade económica, até então inexistentes ou sob a acção dos Estados.

A Europa constituiu-se um território e espaço económico, político e social nevrálgico da tríade (conjuntamente com a América do Norte e Ásia) dinamizadora da interdependência e globalização económica, que caracteriza hoje os processos de desenvolvimento mundiais, marcados pela crescente valorização dos sistemas financeiros e pela presença dominante das multinacionais e grupos económicos de capital internacional, actores colectivos suficientemente capazes de contornar, por omissão prática, ou de produzir alterações nas legislações nacionais, com consequências nos mecanismos laborais de reivindicação e protecção sociais que os sindicatos procuram assegurar.

A maioria dos Estados europeus reformulou as suas políticas de crescimento e de distribuição económica, e a proeminência de políticas neoliberais encontraram na actividade e organização sindical um obstáculo ao incremento da liberalização dos mercados. Várias

medidas foram adoptadas no sentido da (des)regulação dos mercados de trabalho, que provocaram alterações práticas na cobertura e incidência da negociação colectiva e encorajaram a flexibilidade na criação e manutenção de empregos. As privatizações aumentaram, alterando o estatuto de emprego de muitos sindicalizados. Actuando privilegiadamente nos contextos nacionais, a participação dos sindicatos era secundarizada na concretização das políticas macro-económicas, estas, por sua vez, cada vez menos dependentes da concertação social definida em cada país.

Os sindicatos europeus passaram a actuar de forma mais intensa aos níveis supra-nacionais, à medida que a integração europeia (actual União Europeia) se desenvolvia sob vínculos institucionais, económicos e políticos nunca antes conhecidos na Europa. Ao nível europeu, as políticas económicas, as políticas monetárias, as políticas sociais, ou as políticas de desenvolvimento regional, passaram a marcar presença no contexto de actuação dos sindicatos e no seio da “Confederação Europeia de Sindicatos” (CES), actor institucional europeu constituído por sindicatos pertencentes a trinta e nove países europeus.

A recomposição dos sistemas de relações industriais (nacionais) acompanha as mudanças estruturais verificadas ao nível da composição do emprego, dos regimes de produção industrial e das condições organizacionais de trabalho. O crescimento das taxas de actividade na maioria dos países europeus, as recomposições sociais e profissionais com o aumento do sector dos serviços (públicos e privados), a proliferação de unidades económicas com reduzido número de trabalhadores, o desenvolvimento de novas formas de contratação laboral, como o trabalho a tempo parcial, o emprego temporário ou a subcontratação, a maior (des)localização de empresas e mobilidade profissional, reduziram os níveis de emprego dos sectores tradicionalmente sindicalizados.

As novas estratégias e técnicas de gestão de recursos humanos (*management*), têm como propósito criar compromissos laborais que venham ao encontro dos objectivos das empresas, potencialmente corroendo os vínculos dos trabalhadores com os sindicatos (colocando estes em maiores dificuldades para impor determinados regulamentos e normas internas), instituindo-se uma cultura organizacional que coloca a democracia à porta dos locais de trabalho (Carvalho da Silva, 2007).

Na relação capital/trabalho, os sindicatos são actores colectivos com desigual equilíbrio de poderes (nacionais e globais). Como refere Estanque, “os sindicatos tornaram-se ostensivamente alvo de sucessivos ataques por parte do poder económico e político (inclusive mesmo os governos socialistas e sociais democratas da Europa). As pressões do mercado e da economia global deixaram aos sindicatos uma estreita margem de manobra” (Estanque, 2009:

98). Com maior intensidade, há novos processos de organizar a sociedade, a economia e o trabalho e novas formas de prestação de trabalho que se desenvolvem sem a necessária regulação (Carvalho da Silva, 2007: 64).

Um conjunto de autores salienta o papel dos empregadores e dos Estados no conflito pela diminuição da capacidade representativa dos sindicatos. Kelly (1998: 61) argumenta que se vive um período de “activismo empregador” que se expressa sobretudo sob quatro formas: hostilidade à legitimidade do sindicalismo, não reconhecimento, antipatia pela negociação colectiva, e a tentativa de ultrapassar ou marginalizar os sindicatos nos locais de trabalho (Furaker, 2005: 159).

As contra-estratégias postas em acção pelos empregadores e Estados ganhariam na capacidade de impor a competitividade como o único caminho para o crescimento económico, em apresentarem o incremento da produtividade apenas através da redução dos custos laborais e da conquista e expansão dos mercados, conseguindo impô-las aos trabalhadores, em detrimento das soluções alternativas propostas pelos sindicatos, quer para as relações nos locais de trabalho quer para as políticas económicas e sociais.

Os sindicatos estarão numa fase histórica de resistência ao neo-liberalismo económico. Nas duas últimas décadas assistiu-se a um declínio do poder dos sindicatos, particularmente nas democracias capitalistas (Scruggs, 2002: 276). A sindicalização constitui um dos indicadores da influência dos sindicatos nas sociedades europeias, mas não é o único, nem o seu poder, legitimidade e perenidade se esgotam na afiliação sindical.

Um conjunto de autores procurou determinar a evolução diacrónica da sindicalização europeia a partir de 1945 (Scruggs, 2002; Visser, 2006; Waddington e Hoffmann, 2000), bem como compreender o seu comportamento descendente, estabilizador ou ascendente (Brown 1990; Hyman 1992; Kelly 1998; Kelly e Waddington 1995; Standing 1999).

Se as taxas de sindicalização cresceram entre 1955 e o fim da década de setenta, após o fim deste período, assistiu-se a uma redução da sindicalização na maioria dos países europeus, com excepção da Bélgica, Dinamarca, Finlândia e Suécia (Waddington e Hoffmann, 2000: 50).

As décadas de cinquenta, sessenta e setenta estão associadas a largos ganhos de trabalhadores sindicalizados nos países europeus, com excepção da França, cujas perdas iniciaram-se a partir de 1976 (Visser, 2006: 44).

Na década de oitenta, para além dos países nórdicos, na Espanha a sindicalização aumentava como resultado do retorno da democracia depois da “era franquista”; na

Alemanha, Bélgica e Suíça a sindicalização estabilizara, enquanto, por contraste, ela começara a descer na França, Reino Unido e Holanda (Visser, 2006: 44).

Na década de noventa a sindicalização decresce em dezoito países e aumenta em quatro: Noruega, Holanda, Bélgica e Espanha (Scruggs, 2002: 276).

Scruggs (2002) divide os países europeus em três clusters em função dos níveis de sindicalização e evolução diacrónica ao longo das últimas décadas. Do primeiro cluster fazem parte a França, a Holanda, a Suíça e o Reino Unido, cuja sindicalização declinou entre 1970 e 1996, mas o declínio foi sobretudo rápido nas décadas de oitenta e noventa. Se o Reino Unido e a Holanda tinham um movimento sindical forte, na França e na Suíça ele era historicamente mais fraco. Estes quatro países corresponderiam à situação de declínio da sindicalização (Scruggs, 2002: 276).

Num segundo cluster, os níveis de sindicalização de 1996 eram próximos dos apurados em 1970. São os casos da Alemanha e Noruega. No caso alemão, depois da descida nos anos oitenta a sua sindicalização aumenta com a reunificação alemã. Quanto à Noruega, a sua sindicalização decresceu ligeiramente no início da década de setenta, aumentou ligeiramente no final dessa década, para depois se manter relativamente estável desde então (Scruggs, 2002: 276).

O terceiro cluster é composto pela Bélgica, Dinamarca, Finlândia e Suécia. Nestes países europeus a sindicalização aumentou drasticamente a partir da década de setenta e cresceu de forma consistente durante a década de oitenta e noventa, inclusive em 1996, estes países registaram níveis de sindicalização nunca antes alcançados na sua história (Scruggs, 2002: 276).

Uma múltipla combinação de factores explica os diversos níveis de sindicalização na Europa (Gráfico 5.9). A literatura produzida e ancorada na observação empírica comparativa, sugere principalmente que as diferenças de sindicalização no espaço europeu são o resultado da conjugação de factores de natureza estrutural e institucional⁸⁰ (Visser, 2006: 46). Essa dupla conjugação de factores, específica em cada país, enfrentou, nas últimas décadas, a liberalização dos mercados financeiros globais e a competição comercial no contexto de uma acelerada globalização económica, com diferenciadas condições e soluções sindicais por parte dos países europeus (ou regiões) face às mudanças em curso.

⁸⁰ Embora não se excluam outros factores de natureza cultural, política, conjuntural, estratégica, ou interaccional, que também poderão explicar a incidência e as convergências / divergências de sindicalização no universo do espaço europeu.

São também avançadas explicações económicas e sociopolíticas, de ciclo económico, de recomposição dos sistemas produtivos e da força de trabalho, relacionadas com as políticas de emprego e a acção governativa (Witte, 2005: 19).

Os níveis de sindicalização dos países europeus devem ser vistos no contexto das instituições específicas, respectivas legislações laborais e características organizacionais dos mercados de trabalho nacionais, nas quais os sindicatos se inserem (Visser, 2006: 46).

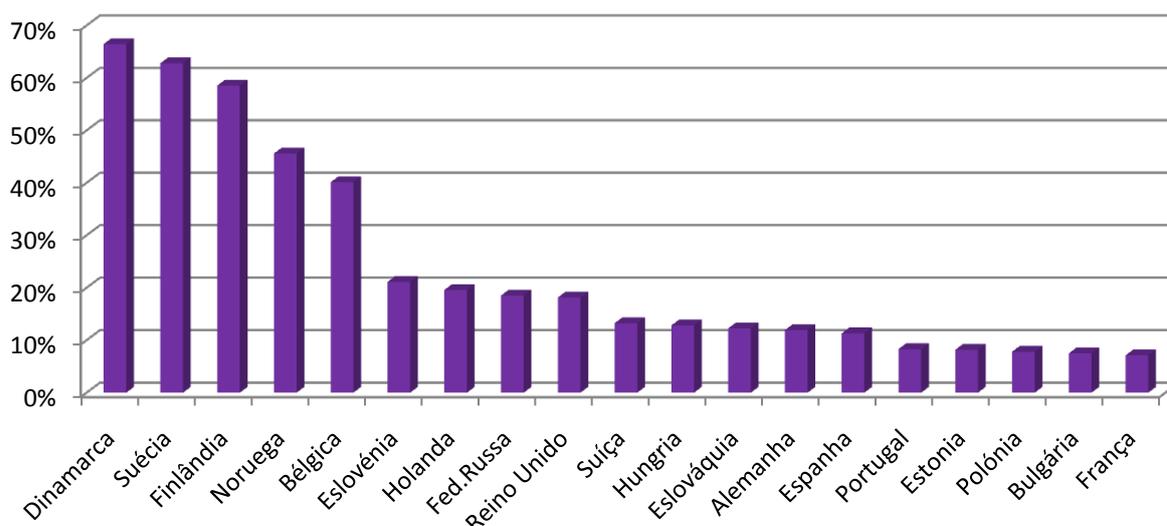
São identificadas quatro ordens de factores institucionais que explicam as diferenças de sindicalização nos países europeus: a natureza dos sistemas de gestão e de atribuição dos apoios ao desemprego, a representação sindical nos locais de trabalho, a ligação a fortes partidos sociais-democratas, e o grau de (des)centralização negocial da contratação colectiva (Scruggs, 2002; Ebbinghaus e Visser, 1999; Visser, 2006, 2002; Blaschke, 2000; Schnabel, 2002).

A presença dos sindicatos nos locais de trabalho constitui um dos aspectos de forte sindicalização. Scruggs identifica três categorias de representação sindical nos locais de trabalho: forte, na Finlândia, Suécia, Dinamarca, Bélgica e Noruega; moderada, no Reino Unido e Alemanha; e fraca, na Suíça, França e Holanda (Scruggs, 2002: 281). Variam as bases constitucionais da representação sindical no conjunto dos países europeus, mas onde os sindicatos conseguiram assegurar influência nos locais de trabalho as perdas de sindicalizados foram menores (Hancké, 1993).

Se os padrões históricos de participação política poderão explicar os níveis de sindicalização de determinados países, nomeadamente no caso nórdico quanto ao elo que liga os partidos sociais-democratas e as organizações sindicais, as transformações políticas verificadas nas últimas décadas, colocam no horizonte analítico a necessidade de encontrar outras respostas para os níveis de sindicalização europeus, para além da estrita explicação da tradicional ligação dos sindicatos aos partidos de esquerda (que varia de país para país).

Os resultados empíricos encontrados através da amostra do “European Social Survey” (ano de 2006), seguem a evolução diacrónica dos resultados encontrados pela literatura sociológica. Analisando o Gráfico 5.9, verifica-se que na Dinamarca, Suécia, Finlândia, Noruega e Bélgica, as percentagens de sindicalização são superiores a 40%; que entre 10% e 20% de sindicalização encontramos a Eslovénia, Holanda, Federação Russa, Reino Unido, Suíça, Hungria, Eslováquia, Alemanha e Espanha; com taxas inferiores a 10% de sindicalização estão Portugal, Estónia, Polónia, Bulgária e França.

Gráfico 5.9 – Sindicalização nos países europeus (%)



Fonte: European Social Survey 2006

O “sistema Ghent” constitui uma das principais explicações propostas para as elevadas taxas de sindicalização. No grupo europeu dos mais sindicalizados (Gráfico 5.9), a Bélgica possui um sistema misto e apenas a Noruega não se rege por este modelo de protecção ao desemprego. Com excepção da Bélgica, todos são países nórdicos, que desde o pós-guerra possuem elevados níveis de sindicalização, sem quebras de sindicalização abruptas ao longo do tempo como aconteceu em vários países europeus. Uma das características que se observam nos países pertencentes ao “sistema Ghent” tem a ver com as elevadas taxas de sindicalização dos desempregados⁸¹.

O combate à precariedade constitui, hoje, um dos principais desafios dos sindicatos. No relatório da Comissão Europeia de 2004, chegava-se à conclusão que a presença directa dos sindicatos e a regulamentação da negociação colectiva eram insuficientes para atenuar o crescimento da precariedade (ESOPE, 2004)⁸².

⁸¹ Não caberia no objecto desta investigação apurar com maior aprofundamento as origens e processos directamente associados aos actuais níveis de sindicalização europeus, nem os instrumentos metodológicos mobilizados são suficientes para tal empreendimento.

⁸² O referido relatório constata sobre os ‘call centers’: “Unions in call centres in Italy and Spain and work councils in Germany face many difficulties to carry out their function and to secure fulfillment of legal regulations. All in all, call centre companies in the three countries have shown to be very skilful, first of all, in not allowing collective regulations to incorporate brakes to their enormous discretionary power over workers, and secondly, in circumventing regulations when these exist” (ESOPE, 2004: 16).

O trabalho temporário ou precário ancora num modelo de emprego (e de empregabilidade) diverso da sindicalização dominante até ao final da década de setenta, ou seja, masculina, trabalhando na indústria, em trabalho a tempo inteiro e vínculo permanente. Associada à precariedade está a mobilidade profissional entre sectores de actividade e/ou empresas, dificultando uma sindicalização duradoura.

A insegurança laboral constitui um instrumento potencial dos empregadores contra os sindicatos (Furaker, 2005: 159), já que ela pode ser utilizada para “coagir” (controlar) o desempenho profissional dos trabalhadores, diminuindo a capacidade destes em socorrerem-se dos sindicatos como mediadores dos seus direitos e conflitos.

Perante as transformações em curso à volta da globalização económica, pouca atenção tem sido dada às possíveis influências da precariedade sobre o sindicalismo e a participação sindical, não apenas quanto aos impactos específicos a nível nacional mas igualmente tendendo a desenvolver comparações entre países (Gráfico 5.10).

Tendo em conta os diferentes contextos institucionais e modelos de representação e participação sindical, são menores as percentagens de sindicalização dos trabalhadores precários e semi-precários, ou seja, verifica-se que quanto mais estável é o vínculo contratual maior é a percentagem de trabalhadores sindicalizados, para o conjunto dos países europeus com excepção da Bélgica.

Mas os níveis de sindicalização em função da condição perante a precariedade mostram que, primeiro, estamos perante diferenças de sindicalização nacionais e só depois é que se revelam diferenças internas de sindicalização em desfavor dos mais precários.

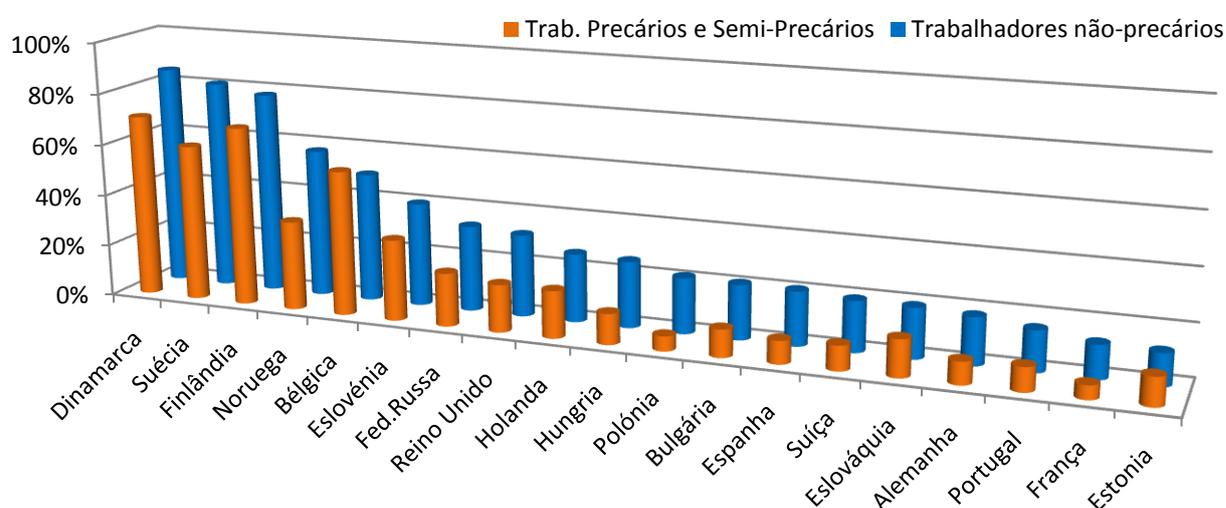
Na Dinamarca, Suécia, Finlândia e Bélgica são elevadas as percentagens de trabalhadores semi-precários e precários que são sindicalizados. É relevante assinalar que, no que concerne directamente à condição perante a precariedade, o “sistema Ghent” poderá ser particularmente eficaz, já que é precisamente nos países com este modelo, que são elevados os níveis de sindicalização no universo dos trabalhadores mais precários. Nestes países, os trabalhadores que sentem mais o risco do desemprego (ou ficam mesmo desempregados) sindicalizam-se em maior número. Como constatou Witte (2005), em relação ao mercado de trabalho na Finlândia durante a década de noventa, verificou-se uma subida simultânea do trabalho temporário, da insegurança laboral e das taxas de sindicalização (Witte, 2005: 37).

É igualmente possível admitir que uma maior presença dos sindicatos no mundo do trabalho e na sociedade em geral será benéfica na percepção social da precariedade. Nas sociedades onde a maioria dos trabalhadores são membros de sindicatos, provavelmente a

sindicalização fará decrescer a sensação de precariedade devido à protecção oferecida pelo sindicato (Witte, 2005: 191).

Nos países com menor sindicalização as condições, processos e factores serão diferentes e obedecerão às lógicas sociais inerentemente arreigadas às características dos respectivos mercados de trabalho. Num contexto de baixa sindicalização será mais difícil mobilizar os trabalhadores precários, já de si mais dificilmente organizáveis.

Gráfico 5.10 – Sindicalização em função da condição perante a precariedade nos países europeus (%)



Fonte: European Social Survey 2006

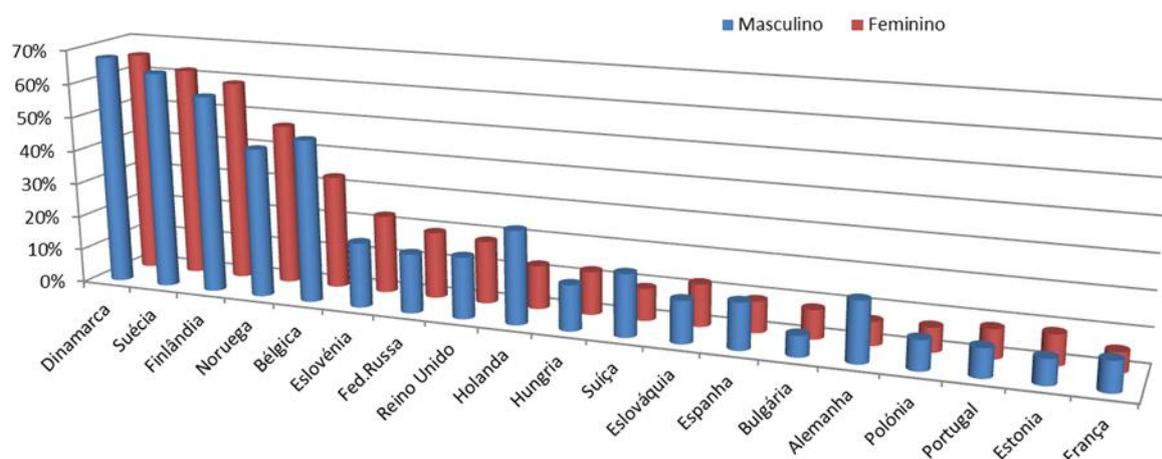
O crescimento do emprego após 1945 deveu-se à crescente participação das mulheres nos mercados de trabalho, o que constitui uma importante conquista para a sua cidadania. Ao longo do tempo, o padrão sexual de sindicalização europeu também sofreu alterações. Os resultados alcançados (Gráfico 5.11) reflectem as características nacionais específicas de cada país, neste caso, não apenas de conteúdo estrutural e institucional, mas igualmente cultural e político.

Na maioria dos países europeus a incidência de sindicalização é semelhante entre homens e mulheres. Os países onde a sindicalização é predominantemente mais elevada por parte dos homens são a Bélgica, Holanda, Suíça e Alemanha. Nos países com sindicalização intermédia, como são os casos do Reino Unido, Eslovénia, Eslováquia, Federação Russa e

Hungria, a sindicalização das mulheres é ligeiramente superior à dos homens. Nos países com sindicalização elevada, Dinamarca, Suécia, Finlândia e Noruega, as mulheres são tão ou mais sindicalizadas que os homens, ambos os sexos revelam uma muito alta sindicalização.

Constituem tendências nos países europeus, o pendor feminino do emprego terciário, principalmente nos sectores públicos; a adopção, mas com implementações e resultados variáveis, de políticas de igualdade de género, claramente eficazes nos países nórdicos; ou a existência de nichos fortes de industrialização com sindicalização elevada (masculina) com maior presença em determinados países europeus.

Gráfico 5.11 – Sindicalização em função do sexo nos países europeus (%)



Fonte: European Social Survey 2006

Quanto à sindicalização europeia em função da idade (Gráfico 5.12), uma leitura pelos três escalões etários (15-34 anos, 35-49 anos e 50-64 anos) permite afirmar que os mais jovens são comparativamente os menos sindicalizados nas amostras dos países europeus. Outra constatação é a de que, de modo nenhum, a prevalência da sindicalização europeia radica no escalão etário dos mais velhos, aliás, não se vislumbra nenhum fosso geracional saliente entre os escalões etários dos 35-49 anos e 50-64 anos.

Novamente, as diferenças de sindicalização acontecem entre países e não, neste caso, em função da idade.

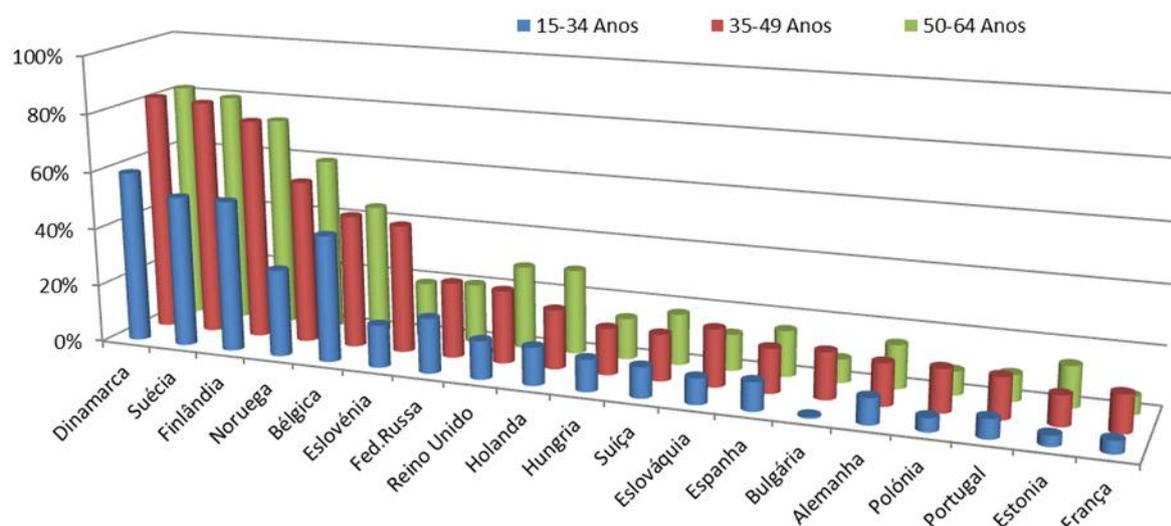
Os níveis de sindicalização da Dinamarca, Suécia, Finlândia e Noruega nos escalões etários 35-49 anos e 50-64 anos, são superiores a 50% da população, não deixando ser

assinalável, nestes países, os níveis de sindicalização dos mais jovens. No caso da Bélgica, inclusive, as diferenças entre as três gerações são bastante reduzidas.

No Reino Unido, Holanda, Suíça, Espanha e Alemanha, à medida que se sobe de escalão etário, ocorre um aumento gradual da sindicalização. Na Eslovénia predomina a sindicalização no escalão etário entre os 35 e os 49 anos, próxima dos 40%.

Nos países com sindicalização reduzida, é ainda mais diminuta a sindicalização dos mais jovens, com os restantes escalões etários a terem níveis de sindicalização próximos, com alguns países a terem níveis relativos mais elevados no escalão etário dos 50-64 anos, ou então tal sucedendo no escalão etário dos 35-49 anos.

Gráfico 5.12 – Sindicalização em função da idade nos países europeus (%)



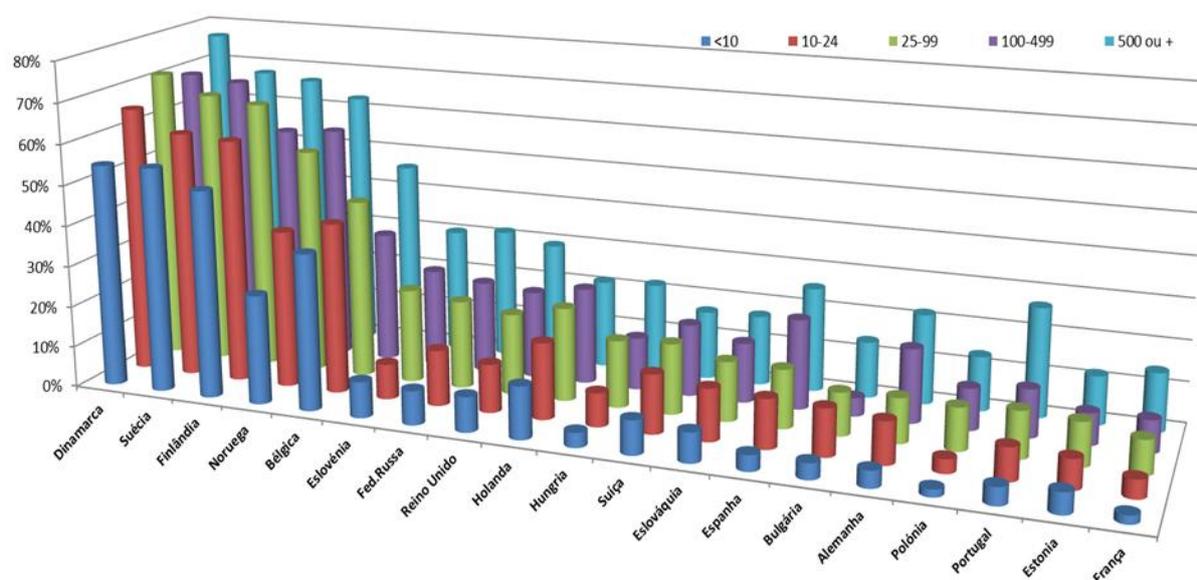
Fonte: European Social Survey 2006

Como refere Witte, a sindicalização aumenta à medida que cresce a dimensão do estabelecimento empresarial, ou seja, trabalhar em conglomerados industriais, ou no sector público, potencia a sindicalização, em comparação com as actividades dos serviços, os sectores privados e as pequenas unidades empresariais (Witte, 2005: 34). Os dados que se apresentam revelam essa tendência em função da dimensão da empresa (Gráfico 5.13). À medida que cresce a dimensão da empresa vão subindo gradualmente os níveis de sindicalização.

A sindicalização, no interior de cada país, é mais elevada nos estabelecimentos com quinhentos ou mais trabalhadores e mais reduzida nas empresas a laborar com menos de dez trabalhadores: tal dupla regularidade observa-se em todos os países europeus sem excepção.

As diferenças de sindicalização entre os países, dos indivíduos que trabalham em empresas com quinhentos ou mais trabalhadores são menores, se compararmos com as diferenças de sindicalização, entre países, relativamente às empresas com menos de dez trabalhadores. Neste último segmento é particularmente elevado o fosso entre os países com elevada sindicalização (Dinamarca, Suécia, Finlândia, Noruega e Bélgica) e os restantes países europeus.

Gráfico 5.13 – Sindicalização em função da dimensão da empresa nos países europeus (%)



Fonte: European Social Survey 2006

O declínio da sindicalização terá significativas consequências para o futuro da participação e democracia europeias (D'Art e Turner, 2007: 121). Enquanto pilares da democracia industrial, os sindicatos (e a participação sindical) são actores colectivos fundamentais dos sistemas de negociação colectiva europeus (Waddington e Hoffmann, 2000), onde, no mundo do trabalho, com maior intensidade, a precariedade ganha consciência colectiva e exprime as “velhas” e “novas” desigualdades laborais existentes nos mercados de trabalho europeus, constituindo a precariedade, por isso, um dos principais desafios que o sindicalismo europeu hoje enfrenta.

Mercados de trabalho, sindicalização e acção colectiva

Recente pesquisa sociológica demonstra a contínua importância dos sindicatos na mobilização dos seus membros e dos cidadãos em geral (Schur 2003; Norris 2002; Radcliff 2001). Radcliff (2001:409) procura mostrar que o declínio do sindicalismo norte-americano constituiu uma das causas da diminuição da participação eleitoral nas instituições políticas. A presença dos sindicatos, argumenta, influi sobre a adesão às eleições, sejam ou não os indivíduos sindicalizados, concluindo que os sindicatos desempenham um papel importante na participação cidadã (D'Art e Turner, 2007: 108).

No que diz respeito à Europa, será a actual sindicalização existente um factor relevante na construção da cidadania e acção colectiva? No contexto europeu, serão a sindicalização e a participação (política) universos separados ou multi-convergentes? O conceito de “democracia industrial” terá perdido definitivamente a sua importância histórica e analítica detida outrora na compreensão e no estudo da modernidade europeia?

São propostos alguns contributos empíricos que visam aferir qual a relação sociológica entre a sindicalização e a acção colectiva na Europa, conjugando uma análise comparativa (entre os países europeus) e uma análise transnacional (para o espaço social europeu). Ou seja, procura-se apurar empiricamente qual a relação existente entre os níveis de sindicalização, precariedade, satisfação profissional e acção colectiva por parte dos trabalhadores por conta de outrem, comparando os países europeus.

Avança-se ainda na hipótese de construção analítica de um espaço social europeu do trabalho (espaço transnacional), para o qual são convocadas um conjunto de variáveis laborais - como o lugar de classe, a posse de recursos organizacionais, a condição perante a precariedade, a idade e a sindicalização -, com o intuito de observar os seus posicionamentos conjuntamente com as práticas de acção colectiva desenvolvidas (ou não) por parte dos trabalhadores europeus.

As relações entre sindicalização e acção colectiva não são, naturalmente, lineares. A sindicalização não se trata de um fenómeno unidimensional (Witte,2005:190) e Klandermans (1996) distingue quatro níveis de participação sindical por parte dos trabalhadores: a sindicalização (o nível de participação menos vinculativo), o votar em eleições sindicais, a participação em acção sindicais, e tornar-se um activista sindical (o nível de participação mais militante).

Determinados sindicatos, ou culturas sindicais, especializam-se em oferecer “benefícios selectivos” aos seus associados, seja pela protecção em situação de desemprego, procura de

emprego, apoio administrativo, assistência na saúde, ou formação profissional. Outros sindicatos, por sua vez, asseguram principalmente pertença colectiva moral ou ideológica (Visser, 2006: 39). A participação sindical incorpora diferentes graus de compromisso e entrega pessoal e assenta em variáveis recompensas individuais e colectivas.

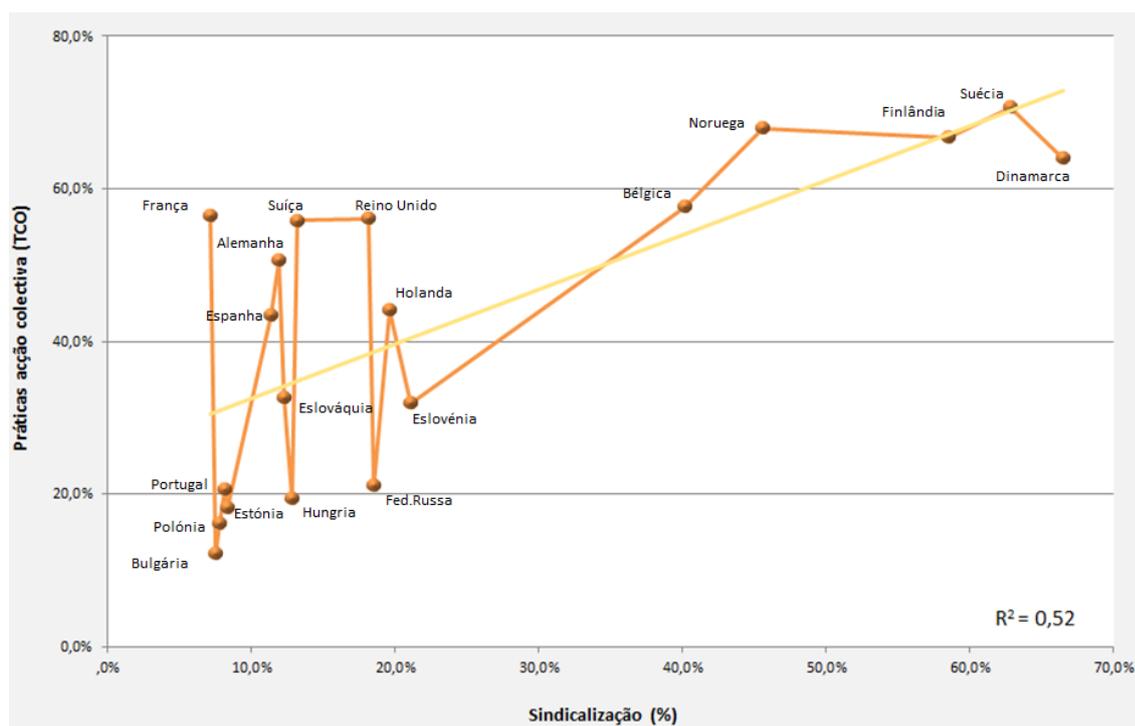
Não são transponíveis modelos abstractos de sindicalismo, a participação sindical não significa o mesmo nos diferentes países: ela reveste-se de estruturas sociais, culturais, institucionais e políticas diferenciadas de país para país.

Num estudo pioneiro a nível europeu, D'Art e Turner (2007) observam o efeito potencial da sindicalização na participação política. Os autores verificam que os contextos institucionais europeus favoráveis a altos níveis de sindicalização produzem um efeito incremental positivo sobre a participação dos cidadãos enquanto, por seu turno, nos países com menores níveis de sindicalização, a participação sindical constitui-se como fundamental para a acção colectiva de determinado país, perante um cenário de menor activismo político generalizado.

Os resultados alcançados na nossa pesquisa permitiram constatar a relação entre níveis de sindicalização e práticas de acção colectiva dos trabalhadores por conta de outrem, nos países europeus da amostra (Gráfico 5.14)⁸³. A distribuição dos países revela três grupos de países: um primeiro, formado pelos países nórdicos e pela Bélgica, os países com maiores níveis de sindicalização e de acção colectiva no conjunto dos países europeus; um segundo agregado, com níveis de sindicalização inferiores a 30%, mas com práticas de acção colectiva que variam entre os 40% e 60%, formado apenas por países da Europa Ocidental; e um terceiro agregado, com níveis de sindicalização similares ao agregado anterior, mas reduzidas práticas de acção colectiva por parte dos trabalhadores, composto por todos os países do Leste europeu e por Portugal.

⁸³ $R^2 = 0,52$

Gráfico 5.14 – Relação entre sindicalização e ação colectiva nos países europeus



Fonte: European Social Survey 2006

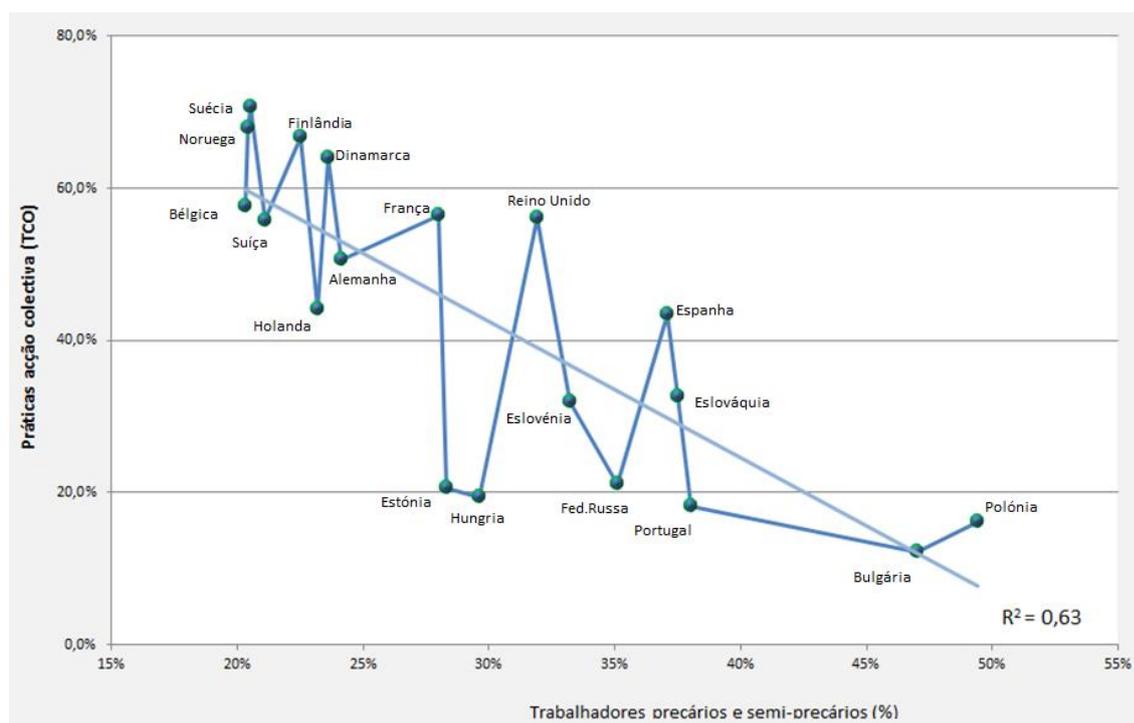
O Gráfico 5.15 também permite observar os impactos que as estruturas dos mercados de trabalho (nacionais) - neste caso medidas através da quantidade relativa de trabalhadores precários e semi-precários - terão sobre a ação colectiva⁸⁴.

Os países com maiores percentagens de práticas de ação colectiva, por parte dos trabalhadores por conta de outrem, são também os que possuem, em termos relativos, menos trabalhadores precários e semi-precários: tal é a situação de Suécia, Noruega, Finlândia, Dinamarca, Bélgica, Suíça, França, Alemanha e Holanda. Igualmente com percentagens de ação colectiva superiores a 40%, mas comparativamente com os países atrás assinalados, possuindo maiores padrões de precariedade encontram-se a Espanha e o Reino Unido.

Os países europeus com reduzidas práticas de ação colectiva são países com mercados de trabalho com saliência mais precária, ainda mais intensa por parte da Polónia e Bulgária: estes dois últimos países, para além de possuírem os mercados de trabalho mais precários da Europa, são igualmente os que revelam menores percentagens de ação colectiva no espaço europeu.

⁸⁴ R²=0,63.

Gráfico 5.15 – Relação entre precariedade e acção colectiva nos países europeus



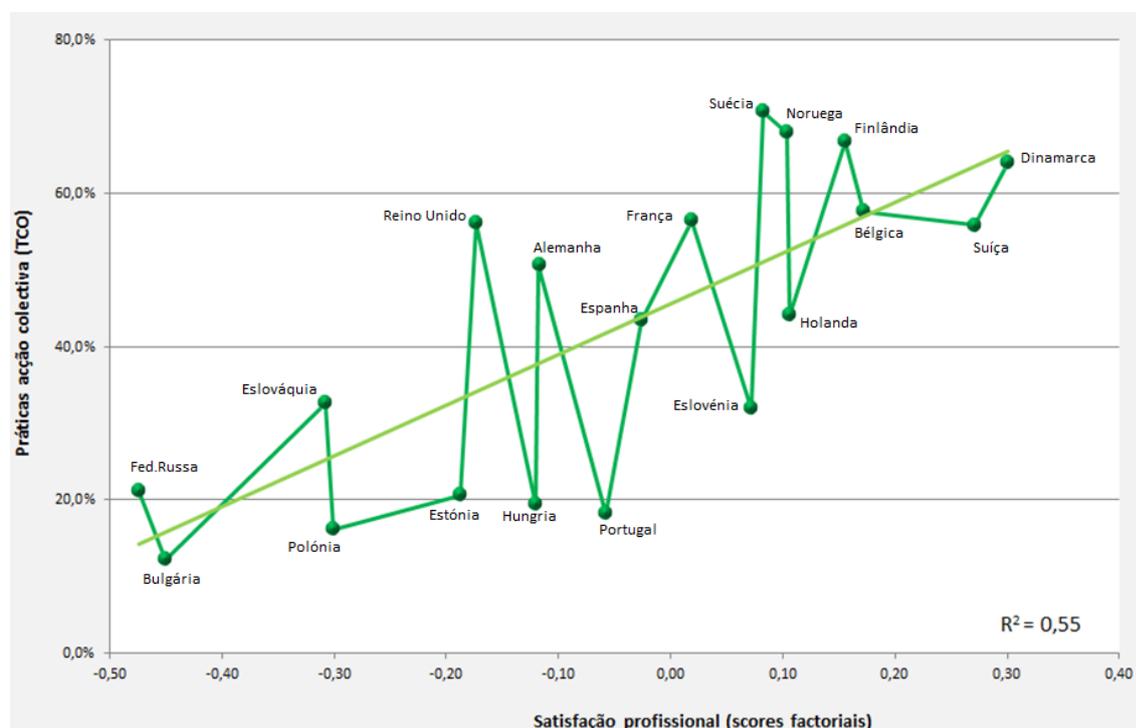
Fonte: European Social Survey 2006

A satisfação profissional poderá constituir, da mesma forma, um indicador de avaliação das características dos mercados de trabalho que poderemos encontrar na Europa, no que diz respeito à problemática das relações entre a precariedade a acção colectiva (Gráfico 5.16). Existe uma relação linear positiva entre as duas variáveis e a satisfação explica em 55% ($R^2=0,55$) a acção colectiva.

Os países com maiores práticas de acção colectiva são os países cujos mercados de trabalho detém menor incidência de precariedade e que revelam simultaneamente maior satisfação profissional, ou seja, a Suécia, a Noruega, a Finlândia, a Dinamarca, a Bélgica (e estes cinco países são também os que possuem maiores níveis de sindicalização europeia), a Suíça e a Holanda.

Nos países com menores práticas de acção colectiva na Europa, por parte dos seus trabalhadores por conta de outrem, em todos eles verificam-se níveis reduzidos de satisfação profissional, é o que acontece na Bulgária, Polónia, Estónia, Hungria e Portugal.

Gráfico 5.16 – Satisfação profissional e acção colectiva nos países europeus



Fonte: European Social Survey 2006

Como vimos, os mercados de trabalho dos vários países europeus exprimem realidades sociais e laborais complexas e dificilmente homogeneizáveis. Contudo, poderá valer a pena procurar aferir algumas regularidades sociológicas, através de uma construção *ideal-tipo* de um espaço social europeu do trabalho, considerando como unidade de análise os indivíduos europeus e as suas condições estruturais (classe social e idade), recursivas (recursos organizacionais), precárias ou não (tipo de contrato de trabalho e precariedade subjectiva), estratégicas (sindicalização) e accionalistas (a existência de práticas de acção colectiva).

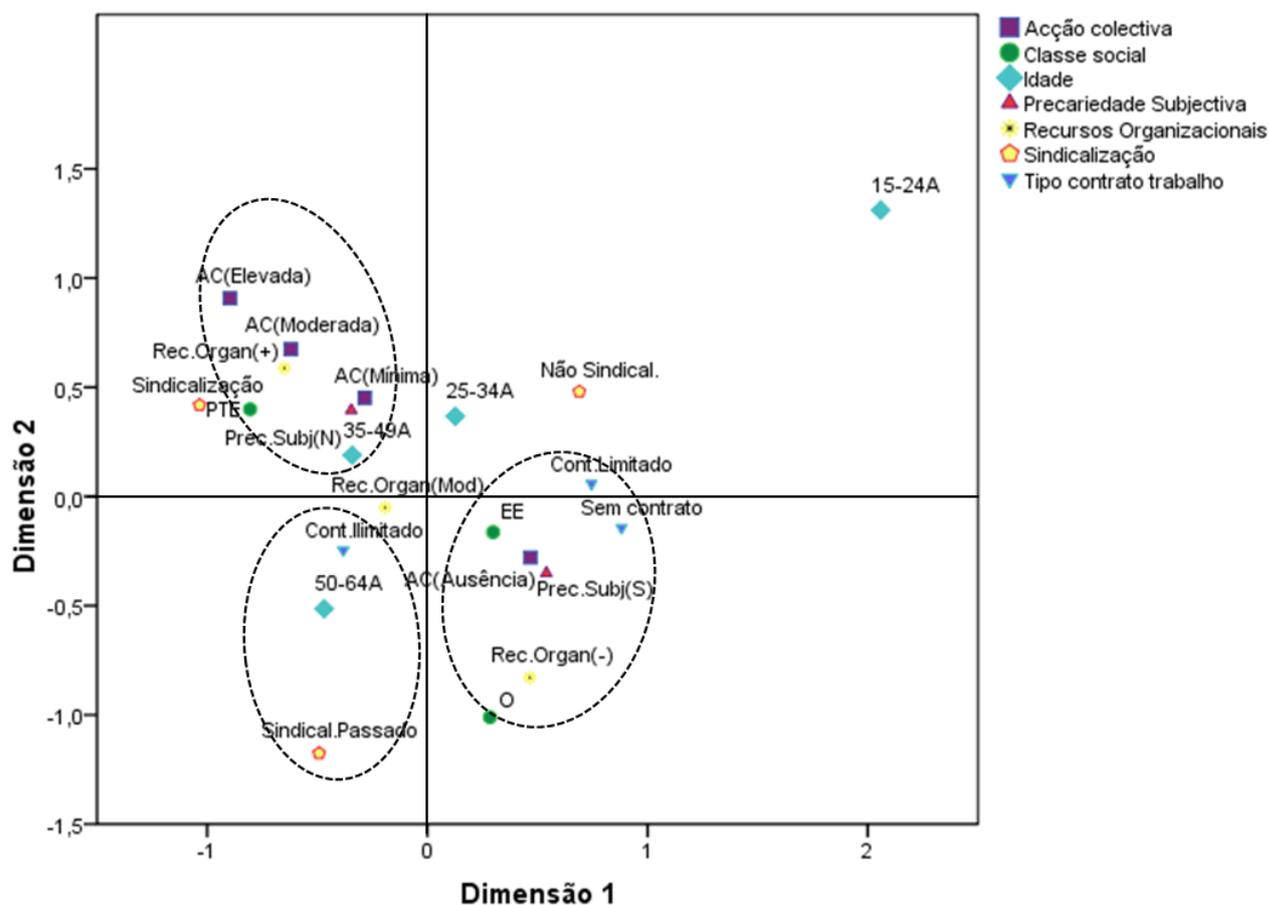
Para o efeito, foi realizada uma análise de correspondências múltiplas (ACM), procurando, deste modo, aferir do posicionamento das variáveis laborais convocadas, a partir de um enfoque problemático orientado para a precariedade, sindicalização e acção colectiva dos europeus (Figura 5.1).

Os resultados obtidos permitem no essencial identificar três configurações que constituem regularidades e traduzem dinâmicas dos mercados de trabalho do espaço europeu em análise⁸⁵:

⁸⁵ Recorde-se que no Capítulo 2 se justificaram os fundamentos metodológicos para o accionamento de uma estratégia que articula as escalas do nacional e do transnacional.

- 1) Uma primeira segmentação do espaço social do trabalho, composta pela contribuição das categorias PTE, existência de elevados recursos organizacionais, inexistência de precariedade subjectiva, 35-49 anos, sindicalização e acção colectiva elevada, moderada e mínima (2º Quadrante);
- 2) Uma segunda segmentação, formada pelas categorias de ausência de acção colectiva, “contrato limitado”, “sem contrato”, existência de precariedade subjectiva, reduzidos recursos organizacionais e pelas classes sociais operários e empregados executantes (4º Quadrante);
- 3) Uma terceira segmentação do espaço social, respeitante à sindicalização no passado, contrato ilimitado e idade entre 50-64 anos (3º Quadrante);

Figura 5.1 – Sindicalização e acção colectiva no espaço social europeu do trabalho (Análise de Correspondências Múltiplas)



Os níveis de sindicalização dos europeus reflectem realidades nacionais e condições estruturais detidas nos mercados de trabalho que necessitariam de um maior aprofundamento. Contudo, a análise quantitativa desenvolvida a partir da tripla possibilidade de os indivíduos da amostra afirmarem estar actualmente sindicalizados, não serem sindicalizados ou tê-lo sido no passado, permite observar quais são os seus enquadramentos sócio-laborais. A não sindicalização está associada a situações de constrangimento precário, enquanto a situação de sindicalização se associa a condições estruturais mais favoráveis dos mercados de trabalho.

A adesão a práticas de acção colectiva por parte dos trabalhadores europeus é mais visível por parte de indivíduos da classe social PTE, com recursos organizacionais, sindicalizados e não experienciando percepções subjectivas de precariedade. A ausência de práticas de acção colectiva verifica-se mais predominantemente por parte daqueles que não estão sindicalizados e em condição social precária, quer ao nível do vínculo (limitado ou sem contrato), quer ao nível da existência de precariedade subjectiva.

Pode-se afirmar que, por parte dos trabalhadores europeus, a combinação de uma posição estrutural e uma condição perante a precariedade mais favoráveis no mercado de trabalho proporcionam aos indivíduos melhores possibilidades para a adesão a práticas de acção colectiva.

As classes sociais (por conta de outrem) mais bem posicionadas no mercado de trabalho e vivendo melhores condições de emprego, revelam a presença, ou a maior intensidade, de práticas de acção colectiva.

Podemos, da mesma forma, assinalar que a precariedade do trabalho, assente, não só em relação ao tipo de contrato de trabalho (precariedade objectiva) e à percepção do trabalhador que ficará numa situação de desemprego (precariedade subjectiva), mas igualmente na pertença de classe e posse de recursos organizacionais, constituem factores inibidores da adesão a acções colectivas.

5.2. O carácter desigual da cidadania política na Europa

Desigualdades sociopolíticas, ideologia e acção colectiva

A ‘democracia’ representa um dos conceitos mais complexos e polissémicos, e simultaneamente mais difusos e imprecisos da ciência política. Quanto ao seu uso e aplicação na sociologia, valerá a pena convocá-lo como pano de fundo, ou enquadramento geral, de suporte a problemáticas mais específicas, como aqui se pretende para a análise da cidadania política. Mais especificamente, referir-nos à conflagração de democracias liberais

enquanto aproximação mais exacta aos regimes políticos que actualmente funcionam na maioria das sociedades europeias. É sob este contexto político, tendencialmente dominante, que dever-se-á situar a análise das relações entre as desigualdades sociais e a acção colectiva.

Uma democracia liberal implica, acima de tudo, um sistema representativo multipartidário, onde os cidadãos podem votar em um de pelo menos dois partidos” (Giddens, 2009: 451). A sua disseminação global (no mundo ocidental) entroncou num conjunto de transformações económicas, sociais e políticas em larga escala vividas sobretudo ao longo das duas últimas décadas, que, apesar das críticas quanto aos rumos e sentidos dessas mudanças (denominadas vulgarmente de globalização), no entender de Giddens, não olvidam a popularidade subliminar das democracias liberais de «baixa intensidade» (Santos, 1995).

Especificamente, para Anthony Giddens, os efeitos da globalização, das comunicações de massa e do capitalismo competitivo estão na origem do rápido aumento do número de países com governos democráticos nas últimas décadas (Giddens, 2009: 451).

Tom Burns (2004), procurando compreender as transformações políticas actualmente em curso, oferece-nos uma panorâmica do campo político extremamente inovadora. No seu entender, a globalização reequacionou a associação histórica entre os estado-nação e a democracia, à medida que o equilíbrio entre o económico, o político e o social surgia sob novas condições. Os modos de governação e de regulação políticos estarão a mudar e a desenvolverem-se sob formas que são, em grande medida, não apenas mais complexas, mas também mais diversificadas do que eram no passado. Os interesses públicos e privados alargaram-se a um crescente número de actores colectivos (locais, nacionais e internacionais), alterando as relações de poder nas sociedades modernas, enquanto os representantes eleitos e os partidos políticos deixaram de ser as principais instâncias a definir os poderes públicos. No que Tom Burns classifica de novo ‘complexo representacional’, os governos nacionais têm cada vez maior dificuldade em lidar com a crescente complexidade, o carácter altamente técnico e a velocidade da mudança. As sedes e a concentração dos poderes sofreram novas recomposições para esferas antes ocupadas pelos poderes políticos (nacionais) legitimados. Mas na nova estrutura da “governança”, como refere Tom Burns, “faltam à maioria dos cidadãos individuais recursos comparáveis para competir, por exemplo, com as empresas multinacionais e com os movimentos e grupos de interesse altamente organizados” (2004:144). A grande maioria dos cidadãos são passivos e falta capacidade para articularem objectivos e exigências e serem agentes de mudança.

Ao nível dos grandes sistemas ideológicos, nas duas últimas décadas assistiu-se, igualmente, a profundas mudanças, iniciadas com a queda dos regimes soviéticos (ou de

«socialismo real»), à emergência e consolidação do neo-liberalismo como continuidade do capitalismo moderno, que, intrinsecamente provocou a erosão dos pilares das sociais-democracias europeias tradicionais e à experimentação política de novas soluções de convergência como foi (é) a «terceira via».

A agenda modernizadora da política da «terceira via» adoptada no Reino Unido e noutros países foi uma tentativa para responder de forma criativa às forças da globalização. Procurou canalizar a energia subjacente a estas transformações, de forma a revitalizar os procedimentos do governo e da democracia. À direita do seu espectro político, a «terceira via» foi criticada ao considerar que ela não se trata de um programa político sério; por parte da esquerda mais tradicional e radical, a crítica incide principalmente quanto à sua fraca capacidade para lidar com os problemas da desigualdade social (Giddens, 2009: 442). No entender de Nicos Mouzelis (2001), se as políticas da vida são cada vez mais importantes, de forma alguma as políticas distributivas perderam relevância, sobretudo, perante a crescente desigualdade social produzida pelo tipo de globalização neo-liberal com que lidam os estados-nação (Mouzelis, 2001:17).

Se as teorias normativas afirmaram a importância legitimadora da participação política, as democracias liberais parecem funcionar com níveis de participação muito baixos. Por outro lado, as actividades da democracia representativa necessitam e abrangem um número reduzido de cidadãos (Della Porta, 2003:89). Alguns autores, como é o caso de Giddens (2009), salientam a falta de confiança, o desencanto e a frustração política que parecem manifestar-se nas actuais democracias representativas, podendo a análise sociológica questionar em que medida esta «baixa identidade» das democracias liberais poderá manter os actuais níveis do seu funcionamento sistémico.

Se vários autores salientam os défices de participação política das democracias liberais, até que ponto tais défices não poderão advir das desigualdades sociais que enformam as actuais sociedades modernas europeias? Terão o espaço social das classes e as desigualdades sociais por si produzidas consequências substantivas sobre a cidadania política? Cinco décadas de pesquisa sobre a participação política apontaram claramente para a existência de desigualdades estruturais em relação aos níveis de participação por parte das populações (Milbrath e Goel, 1977; Verba, Schlozman, e outros 1995; Parry, Moyser, e outros 1992; Rosenstone e Hansen, 2003; Pacheco e Plutzer, 2008; Marien e outros, 2009; Caínzos e Voces, 2010).

Pesquisas recentes como as de Marien e outros (2009) e Caínzos e Voces (2010) reactualizaram a importância da análise das desigualdades e classes sociais no estudo da

cidadania política. Na realidade, as classes nunca perderam importância no estudo do campo político. Apenas o seu enfoque fora ofuscado pelo conjunto de produção reunido à volta do debate sobre a ‘morte das classes’ (Pakulski e Waters, 1996). A própria ideia da ‘morte das classes’ tornou-se evasiva e nunca foram apresentados horizontes analíticos alternativos e coadjuvantes resultados empíricos que justificassem o abandono da análise de classes.

A tese do declínio das classes sociais procurou sustentar-se principalmente, mas não apenas, à volta das transformações socioeconómicas e políticas que as sociedades estariam a viver. A emergência de uma nova ordem política, postula-se, esbatera as tradicionais clivagens sociopolíticas, assentes nas lealdades político-partidárias e voto de classe, à medida que as escolhas políticas deixaram de obedecer a sistemas ideológicos estruturados e passaram a ser centrais novos valores, culturas políticas e movimentos sociais (pós-materialistas). Todas estas mudanças terão criado novos cenários para a participação política, crescentemente heterogéneos, menos propensos para a ‘política convencional’ e, especialmente, não afectados por divisões de classe.

As análises de classes não perdem de vista o desigual poder de disposição e distribuição dos recursos, sendo sensíveis à premissa de que não é possível avaliar pela mesma bitola «democrática» as diferentes classes e grupos sociais quanto à natureza e ao grau de acesso a bens e serviços, assim como recursos políticos, comunicativos e culturais (Silva, 2006: 142).

Como refere Cabral (2003:47), existe um fosso entre a cidadania formal e o exercício da cidadania efectiva. A «política democrática» não constitui um fórum permanente sem estrutura nem estabilidade (Cabral, 2000). O espaço público não é homogéneo mas sim atravessado por estruturas e desigualdades sociais, ao contrário do que Habermas (2002, 1989) sugere.

Como refere Manuel Carlos Silva, a democracia representativa, quando apenas reafirmada a nível jurídico-formal sem serem assumidas as implicações concretas da universalidade de direitos não só cívico-políticos como económicos e sociais, desvela as suas lacunas, incongruências e até contradições (Silva, 2006: 130). Porém, a democracia, “embora sendo um conceito equívoco e ambíguo, historicamente variável e sujeito a interpretações de vária ordem, não pode ser entendido de modo restrito ou em termos vagos e ahistóricos e, hoje, ela exige que, para além de implicar a assunção de determinadas regras e procedimentos transparentes relativos às tomadas de decisão, não possa ser avaliada separadamente da dimensão socioeconómica, da justiça e da segurança sociais, componentes estas que devem reforçar-se umas às outras. Só quem detenha segurança no trabalho e possa aceder a determinados recursos de vária ordem, designadamente educativa e cultural, poderá estar em

condições de participar de modo relativamente livre e informado nas decisões individuais e colectivas” (Silva, 2006: 138).

Se a cidadania é desigualmente exercida por aqueles com mais elevados recursos socioeconómicos, como os anteriores e mais recentes estudos revelam, tal poderá implicar que os agentes políticos inter-actuem em processos políticos mais favoráveis aos seus interesses específicos. Baixos níveis de participação associados a desigualdades socioeconómicas por parte daqueles que participam, podem ser interpretados como sintomas de uma «crise das democracias» (Roller e Rudi, 2008: 251).

Outro tema que alimentou algum debate sociológico nas últimas décadas é o que diz respeito à denominada «crise das ideologias», com alguma teoria excessivamente ancorada nas transformações dos sistemas políticos e menos preocupada com as dimensões simbólicas e os respectivos quadros de valores que necessariamente preenchem os campos políticos e as suas diversas modalidades de cidadania (Della Porta e Diani, 2006).

Como refere Fernandes, “a análise sociológica deve considerar as diversas formas e funções simbólicas existentes em cada sociedade concreta, se pretende conhecer todos os recursos utilizados pelo poder. Os símbolos tanto servem para identificar como para diferenciar. A utilização de representações simbólicas, pela sua acção de arrastamento, torna-se assim um poderoso instrumento de legitimação” (Fernandes, 1988: 225).

No entender de Frank Parkin, «um sistema político que garante aos grupos direitos constitucionais de se organizarem em defesa dos próprios interesses favorece quase necessariamente os privilegiados a expensas dos não privilegiados». Existindo uma desigualdade económica e social, «uma estrutura política pluralista, ou democrática, funciona a favor da classe dominante» (in Fernandes, 1997: 98).

Como refere Fernandes, “as ideologias percorrem transversalmente tanto mais as sociedades quanto mais dominantes se apresentam. Cada formação social tende a elaborar o seu universo de representações adequado à situação em que se encontra e à acção que desenvolve. Mas não é menos verdade que as classes sociais procuram estender a sua própria ideologia ao conjunto da sociedade, extravasando o seu espaço social. Na medida em que uma ideologia é aceite e se torna dominante, passa a enformar os comportamentos sociais de camadas mais vastas da população e a constituir espaços políticos relativamente homogéneos, não obstante a heterogeneidade social de base” (Fernandes, 1997: 58).

As relações entre as classes sociais e os partidos políticos, relações não directas, nem necessárias e de teor complexo, são mediatizadas pelas ideologias. As clivagens sociais não são directamente transponíveis para as clivagens políticas, embora os partidos tendam a

moldar-se de acordo com as estruturas da sociedade e traduzam a cristalização dos seus interesses e conflitos sociais.

Os partidos políticos, ao apresentarem um ideal de sociedade e ao proporem objectivos concretos à acção governativa, podem polarizar interesses e vontades, mas não se confundem com as classes sociais. As estruturas sociais, nas sociedades complexas de hoje, aparecem «recortadas» por camadas e grupos de interesses, por vezes, dificilmente conciliáveis e se a análise dos partidos e dos regimes políticos não dispensa o conhecimento das formações sociais (em cada contexto histórico específico) não significa que estas expliquem as opções político-partidárias e elas sejam de sentido unívoco (Fernandes, 1997: 108).

É certo, então, que os cidadãos pertencentes à mesma classe social podem apoiar partidos diferentes. Estes reúnem cidadãos com interesses de classe diversos e, não raro, mesmo antagónicos. Do mesmo modo, S. Ossowski mostra como é «perfeitamente possível usar os interesses de classe como máscara para interesses partidários, assim como é possível disfarçar os interesses das classes por intermédio de chavões nacionais em organizações cuja ideologia se alega não ser ligada às classes». Tais experiências revelam a complexidade das relações entre classes sociais e formações partidárias (Fernandes, 1997: 109).

Como ainda refere Teixeira Fernandes, será conseqüentemente “desajustado compreender o jogo político no quadro das meras relações de classe, embora a decisão política seja predeterminada e limitada por tais relações. O sistema político, uma vez constituído em sistema, adquire a sua lógica específica. Os partidos criam, nas sociedades democráticas, uma nova relação com as classes sociais. Na base desta relação, estão fenómenos como o sistema económico, a estrutura social, as tradições históricas, os padrões mentais de conduta e as idiossincrasias nacionais” (Fernandes, 1997: 121).

A relação entre as classes sociais e os partidos complexifica-se ainda mais, quando se passa à análise dos seus aderentes e simpatizantes, ou seja, dos militantes partidários. Os primeiros trabalhos como os de Ostrogorski (1979), Michels (1962), ou Duverger (1964), ou os trabalhos empíricos mais recentes como os de Katz e Mair (1992) e Panebianco (1995), salientaram a importância de serem estudadas as dinâmicas organizacionais no interior dos partidos.

Dalton, McAllister e Wattenberg, examinaram as relações entre os partidos e os seus públicos (ou eleitorados), que sofreram igualmente profundas transformações nas últimas décadas, cujo declínio da militância partidária constitui uma das suas mais expressivas manifestações, desafiando o paradigma das abordagens do pós-guerra – principalmente Almond e Verba (1963 e 1980) e a teoria das clivagens de Lipset e Rokkan (1967) – que

salientaram a importância dos partidos políticos ocidentais como actores colectivos de representação e integração social (Luther e Muller-Rommel, 2002: 2, 12).

Compreender as democracias liberais modernas significa, igualmente, equacionar os desafios políticos que os partidos actualmente enfrentam, quer quanto à sua composição e implantação social, quer quanto às formas como acabam por se relacionar com o seu eleitorado, à medida que, como salienta Penebianco (1988), os partidos perdem as características de ‘partidos de massas’ e se tornam cada vez mais ‘partidos eleitorais–profissionais’.

Como refere Villaverde Cabral, “são raras e não sistemáticas as operacionalizações politológicas do conceito de cidadania que, ao procurarem avaliar a representatividade e efectividade do processo político democrático, não subordinem este último ao ponto de vista da oferta de bens políticos, nomeadamente o grau de abertura e isenção da competição partidária, em detrimento do ponto de vista da procura desses bens por parte do cidadão individual ou associado. Em suma, são raras as propostas que não subordinem a política como fórum à política como mercado ” (Cabral, 2000: 126).

Nesta investigação, procura-se observar se a cidadania política é directamente influenciada por um quadro social de desigualdades sociais. Terá a *cidadania política* no espaço europeu um visível carácter (in)igualitário? Até que ponto as atitudes e acção políticas dos cidadãos europeus são condicionadas pelo conjunto de desigualdades sociais que marcam presença nas sociedades europeias? De que modo as condições sociais de vida e a respectiva posse de recursos escolares, económicos e simbólicos, produzem hierarquias sociais que reflectem formas diferenciadas de adesão / afastamento em relação à cidadania política?

Se, em certa medida, como refere Burns, os parlamentos nacionais e os partidos políticos proporcionaram, anteriormente, uma base para a integração e para a coerência” (Burns, 2004: 156), talvez valha a pena aferir, sob uma óptica analítica das desigualdades sociais, até que ponto os cidadãos e as classes sociais se «aproximam da política» no conjunto dos países europeus.

E se os partidos políticos perderam a centralidade, mas não a importância, enquanto actores colectivos das democracias europeias, indagar-se-á, igualmente, sobre os níveis de militância partidária existentes nos vários países, bem como se procurará desenvolver uma caracterização sociopolítica (e de classe) desses militantes partidários a nível europeu.

Ao contrário dos atributos da cidadania cívica e social, os atributos da cidadania política nunca são automáticos, mas sim algo que tem de ser exercido individualmente de forma

activa (Cabral, 2000: 126). Importará, portanto, graduar os níveis de aproximação à política e efectiva cidadania ou acção colectiva.

A satisfação política e o interesse pela política e a apresentação de dados sobre a militância partidária (ano de 2008) – permitirá compararem-se os níveis de cidadania política dos europeus, para além de, em articulação com uma análise das desigualdades sociais e de classes, se delimitar no interior de cada país europeu e no espaço social transnacional europeu, as categorias sociais que revelam padrões de proximidade à política mais elevados.

Os indicadores “proximidade à política”, “auto-posicionamento ideológico” e “inscrição em partido político” constituirão as ferramentas empíricas de avaliação das consequências das desigualdades sociais sobre os campos políticos e a acção colectiva.

A análise que se apresenta procurará ainda apreender alguns dos efeitos estruturais, sistémicos e de contexto sobre a cidadania política que uma análise transnacional e comparativa dos países europeus poderá permitir.

Cidadania política e posicionamentos ideológicos na Europa

O interesse político e a satisfação política constituem dois conceitos com alguma tradição na ciência política e sociologia. O interesse político tem sido definido de diversas formas e noções como o ‘interesse na política’, ‘envolvimento político’, ou ‘apatia política’ têm sido usadas para cobrir, no essencial, o mesmo fenómeno. O interesse político diz respeito ao grau no qual os cidadãos desenvolvem curiosidade sobre o fenómeno da política, constitui um pré-requisito de oportunidades (simbólicas) para os cidadãos participarem na política, ou condição necessária para a construção de uma cidadania informada (Deth, 2008: 194)⁸⁶.

Quando os cidadãos estão relativamente satisfeitos quanto ao modo como funciona a sua democracia, será expectável que prestarão atenção à política e não estarão alienados do sistema político⁸⁷.

Apresentam-se dados empíricos relativamente ao comportamento dos países europeus quanto ao interesse político e satisfação política por parte dos seus cidadãos (Gráfico 5.17). A literatura disponível quanto à evolução do interesse político nos países europeus não permite

⁸⁶ Nesta investigação, através da utilização do inquérito “European Social Survey” (2008), o conceito de interesse político é medido através do “interesse pela política”, a “frequência com que a política parece complicada” e pelo “grau de dificuldade de tomar posição acerca de questões políticas”.

⁸⁷ Aos cidadãos europeus foi perguntado no “European Social Survey”, relativamente ao seu país, qual o grau de satisfação com o estado da economia, a actuação do governo, o funcionamento da democracia, o estado da educação e dos serviços de saúde.

aceitar liminarmente a “tese” da crescente apatia política: se um conjunto de autores salienta o elevado interesse político no contexto das democracias industriais surgidas a partir de 1945, outros consideram que o ‘envolvimento político’ é cada vez mais reduzido, enquanto outros referem sobretudo que, no conjunto dos países europeus, o interesse político diminuiu, estagnou e em alguns casos cresceu (Deth, 2008: 196).

Em sete países europeus, ou seja, na Dinamarca, Chipre, Suíça, Noruega, Holanda, Suécia e Finlândia, conjugam-se elevados níveis de satisfação política e de interesse pela política.

Segue-se-lhes um segundo grupo de países, manifestando, em concomitância, interesse político⁸⁸ e satisfação política⁸⁹: são os casos da Alemanha, Reino Unido, Eslováquia, Eslovénia, França e Estónia.

A Bélgica revela níveis de satisfação política próximos dos dois grupos de países anteriores mas o interesse político é menor. Espanha e República Checa surgem com valores de satisfação política semelhantes ao segundo grupo composto por países da Europa Ocidental e Central, mas o interesse político é dos mais baixos da Europa. Portugal é o país europeu com menor interesse político e com reduzida satisfação política, mas esta é ainda menor por parte da Grécia, Hungria, Letónia, Bulgária e Ucrânia.

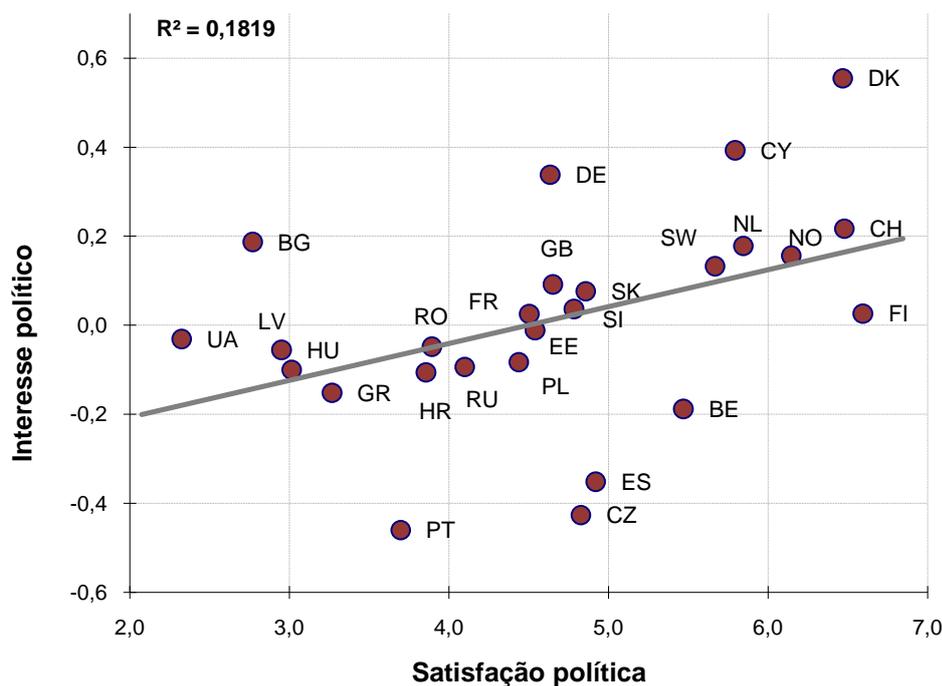
Os resultados empíricos alcançados vão, em termos gerais, ao encontro de estudos anteriores (Deth, 2008: 214), que estabelecem duas ordens de diferenciação interligadas: uma primeira, entre “novas” e “velhas” democracias, revelando as últimas maiores níveis de interesse político e satisfação política; e uma segunda, que distribui geograficamente os países europeus, entre, de um lado, os países do Norte e Ocidentais da Europa, com democracias de longa duração, e por outro, os países do Sul e Leste Europeu com menores níveis de interesse e satisfação política, com democracia mais recentes.

Mas esta não é uma demarcação geográfica rígida no que diz respeito ao interesse político e satisfação política. Naturalmente que factores de contexto e as conjunturas nacionais que caracterizam cada sistema político concreto se convolvam nos resultados alcançados.

⁸⁸ Os valores dos “scores” são positivos (acima de zero).

⁸⁹ Com médias de satisfação política entre os valores de quatro e cinco.

Gráfico 5.17 – Interesse político e satisfação política nos países europeus



Fonte: European Social Survey (2008)

A militância partidária constitui, da mesma forma, um importante instrumento de medição e de avaliação da cidadania política na Europa. Nas últimas décadas, tem-se assistido a uma quebra acentuada da militância partidária na generalidade dos países europeus (Katz e Mair, 1992; Mair e Biezen, 2001; Della Porta, 2003).

Nas democracias europeias os inscritos em partidos políticos passaram, entre 1950 e 1994, de uma média de 8,1% do total dos eleitores no primeiro quinquénio dos anos cinquenta para 5,7% no início dos anos noventa. Neste último período, a redução dos inscritos assume, em alguns países, dimensões particularmente relevantes, com uma queda de mais de dois milhões de inscritos em Itália, mais de um milhão em França, quase um milhão no Reino Unido e meio milhão, na Áustria. Em percentagem, no que diz respeito à militância partidária, havia um pouco mais de metade em Itália, França e Reino Unido e quase metade na Noruega. Quebras persistentes, entre 28 e 40%, verificaram-se na Finlândia, Áustria, Países Baixos, Suécia, Dinamarca e Bélgica (Mair e Biezen, 2001: 2 e seguintes).

Segundo dados do Eurobarómetro, a percentagem dos que declaravam uma forte adesão aos partidos baixou, entre 1975 e 1992, em quase todos os países europeus. O declínio apresenta-se particularmente sensível em Itália (onde a percentagem de entrevistados que se declararam próximos de um partido se reduz de 46%, em 1978, para 31 %, em 1992), França

(de 28% para 6%) e Países - Baixos (de 40% para 28%). Na média europeia, a percentagem dos cidadãos próximos dos partidos baixa de 37% para 29% (Della Porta, 2003:180).

É ao longo das décadas de oitenta e noventa que se assiste a uma substancial e consistente diminuição da militância partidária (Mair e Biezen, 2001:14). Na medida em que é possível analisar diacronicamente a militância partidária até aos dias de hoje, precisamente através dos dados fornecidos pelo “European Social Survey” (Gráfico 5.18), é possível observar uma série de recomposições político-partidárias no contexto europeu.

Analisando os dados do “European Social Survey” (2008), podemos verificar que em apenas dois países a percentagem de militância partidária é superior a 10%: Chipre e Croácia. Tendo entre 6% e 10% de militantes partidários, tal acontece na Dinamarca, Grécia, Noruega, Finlândia, Suécia, Bulgária, Suíça e Roménia. Possuindo entre 2% e 6% de militantes partidários estão a Estónia, Holanda, Bélgica, Eslovénia, Federação Russa, República Checa, Alemanha, Ucrânia, Reino Unido, Portugal e França. Encontram-se menos de 2% de militantes partidários em relação ao total do eleitorado nacional, na Eslováquia, Espanha, Polónia, Letónia e Hungria (Gráfico 5.18).

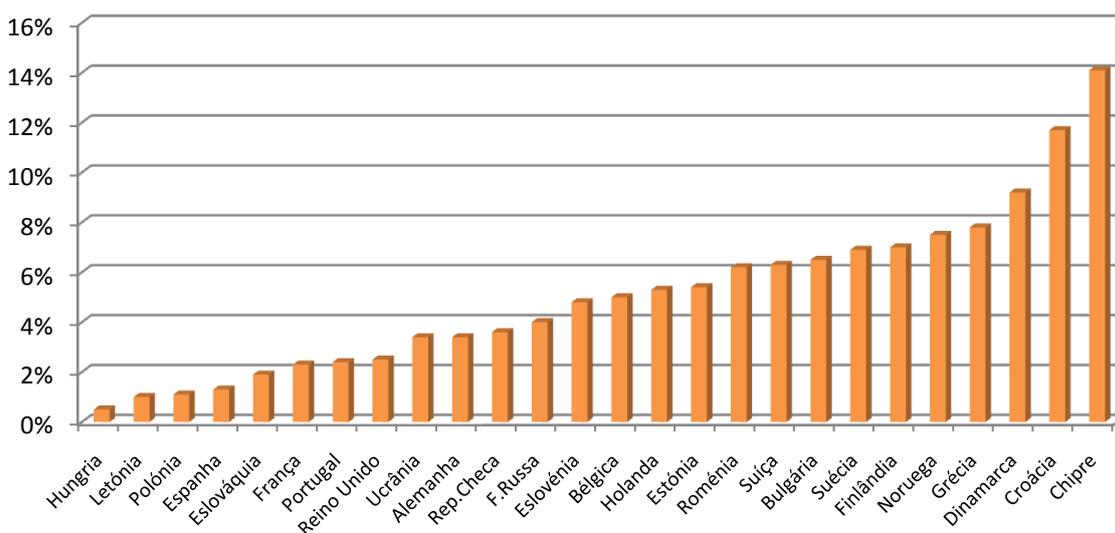
Se, actualmente, as muito recentes democracias ex-comunistas revelam baixos níveis de militância partidária, essa tendência acentuou-se em relação ao final dos anos 1990 (Mair e Biezen, 2001:9), sobretudo na Eslováquia e Hungria. A combinação de duas ordens de factores poderá explicar o padrão actual dos países do Leste europeu: por um lado, os novos partidos que surgiram constituem formações voláteis, com frágeis vínculos organizacionais e incipiente identificação junto dos eleitorados; por outro lado, assiste-se a uma erosão progressiva, mas de variável intensidade, da presença dos antigos partidos comunistas, alguns deles readaptando-se às novas regras dos sistemas político-eleitorais (Biezen, 2000; Mair e Biezen, 2001).

Nos países do Sul da Europa que viveram períodos prolongados de ditadura fascista, Portugal, Espanha e Grécia, se no dealbar das suas jovens democracias se verificaram elevadas taxas de militância partidária e durante a década de oitenta não aconteceram acentuadas descidas (Katz e Mair, 1992), as décadas de noventa e primeira do século XXI, revelam reduções progressivas de militância partidária em Portugal e Espanha, sendo hoje dos países com mais baixas percentagens a nível europeu, enquanto na Grécia, pelo contrário, as últimas duas décadas apresentam uma relativa constância percentual e ela é o quarto país europeu com mais elevada percentagem de militantes partidários (7,8%).

Nas «velhas democracias» a descida das percentagens de militância partidária ocorre desde os anos oitenta e mantém-se até aos dias de hoje. As diferenças percentuais encontradas

pelo “European Social Survey” permitem, contudo, distinguir os países do Norte da Europa, que possuem as mais elevadas percentagens de militância partidária, de democracias como França e Reino Unido, onde menos de 3% do eleitorado é militante partidário (cerca de metade, em termos percentuais, em comparação com as democracias escandinavas).

Gráfico 5.18 – Militantes partidários nos países europeus (percentagens em função do eleitorado)



Fonte: European Social Survey (2008)

Sem se ter a veleidade de procurar encontrar as causas do declínio da militância partidária na Europa, horizontes de análise que nem o objecto de estudo da investigação nem a metodologia utilizada poderiam dar resposta, são apenas elencados alguns dos desafios que os partidos políticos europeus actualmente enfrentam e que poderão ser sistematizados como radicando em mudanças estruturais, institucionais, organizacionais e normativo-ideológicas.

As mudanças tecnológicas e o desenvolvimento dos sistemas mediáticos à escala internacional alteraram as estruturas de comunicação política dos partidos, quer no seu interior, quer na relação com os eleitorados (Luther e Muller-Rommel, 2002:14).

Um número crescente de cientistas sociais toma cada vez maior atenção às relações entre os partidos políticos e os contextos institucionais nos quais eles conflituam, concentrando-se, principalmente, nos processos à volta da organização do Estado, do sistema eleitoral e das leis que regulam o funcionamento dos partidos (Luther e Muller-Rommel, 2002:6).

A emergência de um nível supra-nacional, que se solidificou com a integração regional europeia, reorientou as estratégias e lealdades das famílias políticas a nível europeu (e

internacional), com consequências directas na acção política dos partidos, à medida que, concomitantemente, os problemas políticos passam ter um carácter cada vez mais transnacional europeu.

A redução dos militantes nos partidos políticos poderá estar relacionada com a erosão de outras formas de mediação institucional, como a adesão à Igreja, sindicatos, associações profissionais ou outras de vária ordem (Mair e Biezen, 2001:14).

Reduziu-se a aderência aos partidos, quer entre os que não se interessam pela política quer entre quem mantém esse interesse” (Della Porta, 2003:181).

A importância do militante no funcionamento interno dos partidos também se alterou, à medida que determinados partidos vão perdendo as suas características de partido de massas. Diminuem os incentivos práticos no sentido dos partidos procurarem manter um elevado número de militantes. Associam-se ainda problemas estruturais de integração de novos militantes e a tónica, cada vez mais comum, tende para a existência, no universo dos inscritos em partidos políticos, de um número ainda mais reduzido de reais activistas, características que também se encontram nos recentes e alternativos partidos que cresceram eleitoralmente pela Europa nos últimos anos (Mair e Biezen, 2001; Luther e Muller-Rommel, 2002).

A partir do final da década de oitenta, os acontecimentos sucedidos nos países de Leste, a par das mudanças económicas e políticas ocorridas na Europa ocidental, transformaram por completo o espectro ideológico das duas últimas décadas. Uma clara demarcação dos campos ideológicos em confronto deu lugar a um esbatimento e menor identificação das fronteiras ideológicas entre a esquerda e a direita, mas que não desapareceram.

Actualmente, “na maioria dos estados ocidentais, os maiores partidos são os que estão associados a interesses políticos gerais – ao socialismo, ao liberalismo ou ao conservadorismo. Os partidos de extrema-direita têm vindo a ganhar apoio em diversos países europeus, em grande medida devido a controvérsias em torno da imigração” (Giddens, 2009: 451).

Eclodiram novas tensões ideológicas associadas aos impactos da globalização, das políticas de convergência europeias, ao populismo, ao regionalismo, ou aos direitos das minorias culturais. Conquanto, os posicionamentos ideológicos dos partidos são predominantemente determinados pelos contextos nacionais (Luther e Muller-Rommel, 2002:17).

Como refere Teixeira Fernandes, “os conceitos de esquerda e de direita são relativos a estados particulares de uma sociedade e deslocam-se com as transformações nelas operadas” (Fernandes, 1997: 122). Se as noções de esquerda e direita transmutam ao longo do conflito

político, elas (re)produzem impactos simbólicos sobre os contextos nacionais, as classes sociais e a acção colectiva.

No total da amostra do “European Social Survey” conclui-se que o “Centro” constitui a orientação ideológica com maior presença no contexto europeu, com 32,3% (Quadro 5.1). Seguem-se o “Centro-Esquerda” e o “Centro-Direita” exactamente com a mesma distribuição europeia (20,4%). Na Europa, 15,5% dos europeus auto-posicionam-se à “Direita” e, por último, 11,4% à “Esquerda”⁹⁰.

Observando o auto-posicionamento ideológico dos cidadãos europeus nos seus respectivos países, é possível agrupar quais os países onde é maior a incidência das orientações ideológicas assumidas (Gráfico 5.19).

Os países onde a “Esquerda” é maior são o Chipre com 22,7% dos seus cidadãos auto-posicionando neste segmento ideológico, Bulgária (20,1%), Eslovénia (18,9%), Eslováquia (16,7%) e França (16,5%).

No “Centro-Esquerda” posicionam-se 34,1% dos cidadãos portugueses, 31,6% dos espanhóis, 29,8% dos alemães, 25,2% dos dinamarqueses e 25,1% dos noruegueses.

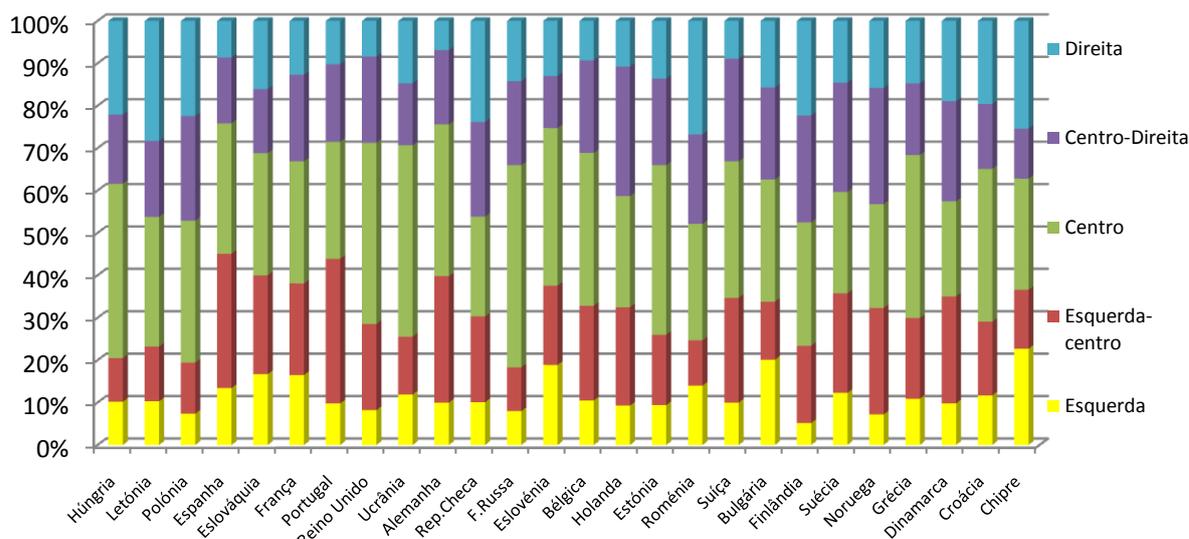
Os países onde o “Centro” está mais presente são a Federação Russa (47,7% dos seus cidadãos), Ucrânia (45,1%), Reino Unido (42,7%), Hungria (41,1%), Grécia (38,4%), Eslovénia (37,2%) e Alemanha (35,8%).

Quanto ao “Centro-Direita” em primeiro lugar surge a Holanda com 30,5% dos seus cidadãos posicionando-se nesta orientação ideológica, seguem-se a Noruega (27,4%), a Suécia (25,8%) e a Finlândia (25,2%).

Auto-posicionando-se mais à “Direita” surge a Letónia com 28,3% dos seus cidadãos, o Chipre (25,4%), a República Checa (23,8%), a Polónia (22,4%) e a Hungria (22,1%).

⁹⁰ No inquérito “European Social Survey” foi perguntado aos cidadãos europeus como se posicionariam numa escala de zero a dez, em que zero representa a posição mais à esquerda e dez a posição mais à direita. A variável foi recodificada e foram considerados auto-posicionamentos de “Esquerda”, os que responderam entre zero e dois, de “Centro-Esquerda” os que responderam três e quatro, o “Centro” corresponde aos que assinalaram o valor cinco, o “Centro-Direita” refere-se aos que responderam nos valores seis e sete, e a “Direita” diz respeito aos indivíduos que indicaram entre os valores oito e dez.

Gráfico 5.19 – Auto-posicionamento ideológico nos países europeus



Fonte: European Social Survey (2008)

Quanto à relação entre as classes sociais e os posicionamentos ideológicos, verifica-se que cidadãos pertencentes a classes sociais distintas e até em conflito têm uma semelhante conduta política, inscrevendo-se ou votando em idênticos partidos. Podem encontrar-se, numa mesma classe social, opções políticas antagónicas. Nem sempre as ideologias coincidem com os interesses de classe. Os indivíduos fazem a sua opção política em função dos problemas com que se confrontam e das perspectivas abertas por cada uma das orientações políticas (Fernandes, 1997: 58).

Nos posicionamentos ideológicos há que ter em conta as estruturas sociais, os factores económicos, as tradições culturais, o papel dos líderes carismáticos, a força da propaganda política e as atitudes políticas em geral. A trajetória pessoal assume igualmente importância, aliada ao capital educacional e cultural, constituindo um factor na modelação das construções ideológicas que subjazem às opiniões e atitudes dos indivíduos (Estanque e Mendes, 1997:203).

Ao se analisar o auto-posicionamento ideológico das classes sociais na Europa (Gráfico 5.20), denota-se, em primeiro lugar a predominância do “Centro” por parte dos Trabalhadores Independentes (35,2% do total desta classe social), Empregados Executantes (35,4%) e Operários (35%), menos visível, mas presente, nos Profissionais e Técnicos de Enquadramento (28,1%), Profissionais Liberais (27,2%) e Empresários e Dirigentes (27,1%).

Nos Empresários e Dirigentes (ED), 21,9% posicionam-se à “Direita”, 25,5% no “Centro-Direita”, 16,9% no “Centro-Esquerda” e 8,6% à “Esquerda”. Os ED constituem a classe social com maiores posicionamentos à direita no espectro ideológico.

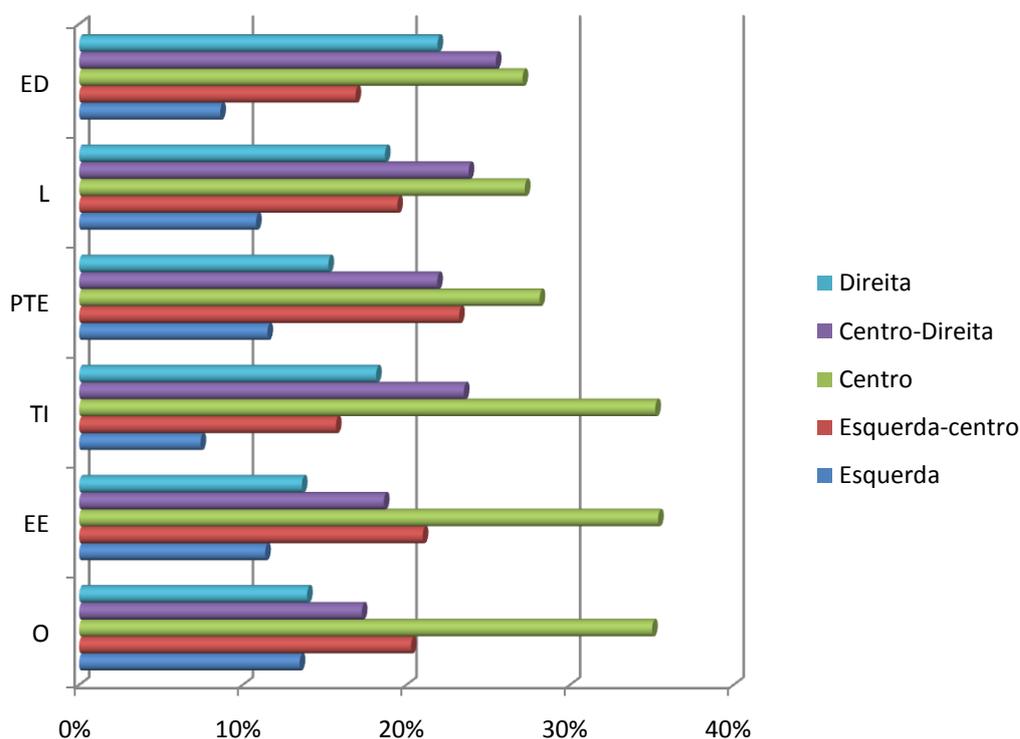
Nos Profissionais Liberais (L), 18,7% posicionam-se à “Direita”, 23,8% no “Centro-Direita”, 19,4% no “Centro-Esquerda” e 10,8% à “Esquerda”. Por parte dos Profissionais Liberais, comparativamente com a distribuição dos ED, verifica-se uma maior percentagem de posicionamentos à “Esquerda” e “Centro-Esquerda” e consequentemente menores percentagens de posicionamentos na “Direita” e “Centro-Direita” (variando entre 2% e 3%).

A distribuição dos posicionamentos ideológicos dos Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE) é a seguinte: 15,2% colocam-se à “Direita”, 21,9% no “Centro-Direita”, 23,2% no “Centro-Esquerda” e 11,5% à “Esquerda”. Os PTE intensificam um pouco mais, comparativamente com os profissionais liberais, uma certa tendência para um posicionamento à esquerda, no universo das classes sociais mais favorecidas.

Relativamente aos Trabalhadores Independentes (TI), 18,2% posicionam-se à “Direita”, 23,5% no “Centro-Direita”, 15,7% no “Centro-Esquerda” e 7,4% à “Esquerda”, a percentagem mais reduzida de auto-posicionamento nesta orientação ideológica.

Nos Operários (O) e Empregados Executantes (EE) encontramos as menores percentagens de posicionamentos na “Direita” e “Centro-Direita”: à “Direita” posicionam-se 13,6% dos Empregados Executantes e 13,9% dos Operários e no “Centro-Direita” 18,6% dos EE e 17,3% dos Operários. À esquerda do espectro ideológico, a distribuição dos PTE é a que mais se aproxima das classes sociais desfavorecidas. No “Centro-Esquerda”, posicionam-se 21% dos EE e 20,3% dos Operários. No posicionamento ideológico à “Esquerda” situam-se 11,4% dos Empregados Executantes e 13,5% dos Operários, a classe social com maior percentagem de posicionamentos nesta orientação ideológica.

Gráfico 5.20 – Auto-posicionamento ideológico das classes sociais na Europa (%)



Fonte: European Social Survey (2008)

Ao se analisar a relação entre auto-posicionamento ideológico e práticas de acção colectiva no contexto europeu (Quadro 5.1), 64,8% dos que se posicionam ao “Centro” revelam ausência de acção colectiva e 7,4% aderiram de modo elevado a práticas de acção colectiva. São os que se posicionam ao “Centro” os indivíduos com maior percentagem de ausência de acção colectiva e simultaneamente menor percentagem de adesão elevada a práticas de acção colectiva.

Nos posicionamentos à “Direita” e “Centro-Direita”, em comparação com os indivíduos que se posicionam no “Centro”, as percentagens são mais reduzidas de ausência de acção colectiva, respectivamente 58,7% e 57% e cada um dos dois posicionamentos ideológicos tem 10% dos indivíduos com adesão elevada a práticas de acção colectiva.

Quadro 5.1 – Auto-posicionamento ideológico e práticas de acção colectiva na Europa (%)

Auto-posicionamento ideológico (% na amostra)	Ausência acção colectiva	Adesão mínima a práticas de acção colectiva	Adesão moderada a práticas de acção colectiva	Adesão elevada a práticas de acção colectiva	Total
Esquerda (11,4%)	54,6%	16,5%	11,3%	17,7%	100%
Centro-esquerda (20,4%)	52,1%	21,5%	12,8%	13,6%	100%
Centro (32,3%)	64,8%	18,6%	9,1%	7,4%	100%
Centro-direita (20,4%)	57,0%	21,1%	11,8%	10%	100%
Direita (15,5%)	58,7%	20,4%	10,9%	10%	100%

Fonte: European Social Survey (2008)

Mas os resultados apontam, principalmente, que quem se posiciona no “Centro-Esquerda” e “Esquerda” é quem adere à acção colectiva no contexto europeu. 13,6% dos indivíduos que se posicionam no “Centro-Esquerda” e 17,7% dos que se posicionam à “Esquerda”, revelam adesão elevada a práticas de acção colectiva.

Desigualdades sociais e proximidade à política

Numa pesquisa sobre a participação nos Estados Unidos, Verba e Nie (1972) observaram que, quanto mais alto o estatuto social (riqueza, prestígio) de um indivíduo, maior a sua tendência para participar. O mesmo resultado foi confirmado seguidamente noutro estudo sobre Participação e Igualdade Política (Verba, Nie e Kim, 1978), que comparava sete nações. Os autores escrevem que, apesar de os sistemas democráticos serem, em princípio, igualitários (baseando-se no sufrágio universal e, portanto, no princípio de «um cidadão, um voto»), na prática «a influência política exercida pelos cidadãos varia de forma considerável». Com efeito, as desigualdades sociais e económicas reflectem-se em desigualdades políticas: «Assim que os cidadãos convertem estes recursos em influência política, a desigualdade política toma-se evidente. A vantagem política dos cidadãos maioritariamente favorecidos em termos socioeconómicos encontra-se em todas as nações» (Verba, Nie e Kim, 1978: 37). Hierarquias de estratificação política e hierarquias de estratificação socioeconómica andam a par – embora com algumas diferenças, de país para país (Della Porta, 2003:90).

Se a participação poderá corresponder a uma busca pela igualdade ela, porém, estará a reproduzir desigualdades sociais pré-estabelecidas. Admite-se que exerçam influência nas decisões públicas indivíduos cuja dotação de recursos económicos ou de estatuto é

profundamente diferente. Como Alessandro Pizzorno sintetizou: todo o indivíduo participa, pelo menos potencialmente, com o coeficiente de diferenciação e desigualdade que caracteriza a sua posição no sistema dos interesses privados [1966:90] (Della Porta, 2003:92).

Nas actuais democracias ocidentais, a participação é selectiva: não só o número dos cidadãos que participam politicamente é limitado, como alguns grupos participam menos do que outros. O problema da selectividade terá aumentado pelo facto da percentagem daqueles que participam tender a ser cada vez menos representativa da população no seu conjunto (Della Porta, 2003).

As oportunidades formais de igual acesso são utilizadas desigualmente pelos vários grupos. Ou seja, há desigualdades na medida da participação e, por conseguinte, na influência política, dos diferentes grupos sociais. Como ainda refere Della Porta, “a igualdade política é, portanto, pelo menos em parte, uma utopia, tal como se revelou utópica a esperança difusa que a democracia, dando poder aos menos privilegiados através de um direito de voto igual para todos, teria levado a abolir os privilégios” (2003:91).

A governação e a regulação modernas passaram a ter um maior nível de diversificação e de exigência técnica e pericial (Giddens,1993; Burns, 2004). Se, com efeito, assiste-se a um aumento das oportunidades de participação no espaço público (ou sociedade civil), em paralelo, a disponibilização de recursos permite um potencial de “*empowerment*” daqueles que se interessam por uma questão ou decisão específicas, mas são desfavorecidos em termos de distribuição de dinheiro, poder ou conhecimento (Warren, 2003).

Nesta secção são apresentados alguns dados empíricos que procuram aprofundar a relação entre (des)igualdades sociais e cidadania política, ou, mais especificamente, a utilização de um conjunto de variáveis que procuram problematizar a “aproximação” ao campo da política por parte dos cidadãos e classes sociais.

Num primeiro momento, apresentam-se os resultados das medidas de associação ou correlação entre variáveis de posição social e de cidadania política disponíveis no “European Social Survey”. Num segundo momento, construiu-se o índice “proximidade à política”⁹¹, o qual permitiu, através de uma análise de regressão hierárquica, apurar factores explicativos do seu comportamento, bem como observar qual a “proximidade à política” das classes sociais no conjunto dos países europeus da amostra.

O Quadro 5.2 congrega os resultados apurados no inquérito europeu. Com valores significativos, verifica-se a correlação entre o rendimento e a satisfação política; a classe

⁹¹ O índice “proximidade à política” foi construído a partir de uma análise de componentes principais (ACP), ao ser apurado um factor (escala) unidimensional, a partir das variáveis “interesse político” e “satisfação política”.

social, a escolaridade, o rendimento e os recursos organizacionais associam-se/correlacionam-se com o interesse político; tal como o rendimento se associa à “simpatia por partido”⁹² e na “proximidade a partido”⁹³.

Quadro 5.2 – Medidas de associação ou correlação entre as variáveis de posição social e de cidadania política

Variáveis	Satisf. política	Interesse político	Simpatia partido	Proximidade partido
Classe social	0,11*** (a)	0,26*** (a)	0,11*** (c)	0,04*** (c)
Escolaridade	0,06*** (b)	0,31*** (b)	0,11*** (a)	0,11*** (a)
Rendimento	0,33*** (b)	0,22*** (b)	0,26*** (a)	0,27*** (a)
R.Organizac.	0,16*** (b)	0,22*** (b)	0,14*** (a)	0,06*** (a)

*** Resultados estatisticamente significativos para $p < 0.001$

(a) Eta

(b) R Pearson

(c) V Cramer

A análise de regressão hierárquica realizada (Quadro 5.3) permitiu concluir que os três blocos de variáveis - o nível estrutural e das posições sociais (o nível com maior capacidade preditiva), o nível de exposição aos media (acerca de política e assuntos da actualidade) e um nível mais estritamente político são condicionadores explicativos em 45,7% (R^2 ajustado = 0,457) da proximidade à política.

Todas as variáveis incluídas no nível estrutural e das posições sociais (Bloco 1) têm efeitos positivos e estatisticamente significativos, é aliás o bloco com efeito determinante (R^2 ajustado = 0,420). Se aumentam os recursos (educativos, económicos, organizacionais e de capital social) tal como a idade, tende a aumentar a proximidade à política.

O nível de exposição aos media (Bloco 2), diz respeito ao tempo dedicado a programas/notícias acerca de política e assuntos de actualidade nos meios de informação rádio, televisão e jornais, sendo exactamente por esta ordem, que os valores de Beta aumentam, assim explicando a proximidade à política.

O nível político (Bloco 3) integra as variáveis “não votar”, “simpatia por partido”, “inscrição em partido político” e “auto-posicionamento ideológico”. A atitude de votar, a

⁹² Foi perguntado aos cidadãos europeus se havia algum partido pelo qual sentiam mais simpatia que pelos restantes partidos existentes no seu país.

⁹³ Se os inquiridos responderam que simpatizam por algum partido em particular, foi-lhes solicitado que exprimissem qual o grau de proximidade relativamente a esse partido.

simpatia por um determinado partido e a militância partidária são factores que aproximam os indivíduos da política, tal como um auto-posicionamento ideológico tendencialmente à direita⁹⁴.

Quadro 5.3 – Condicionantes da proximidade à política (Regressão Linear Hierárquica)

Variáveis independentes	Proximidade à política		
	Beta	Beta	Beta
<i>Bloco 1 - Variáveis estruturais e de posição social</i>			
Escolaridade	0,100***	0,089***	0,086***
Rendimento	0,133***	0,133***	0,127***
Recursos organizacionais	0,078***	0,073***	0,06***
Confiança interpessoal	0,061***	0,066***	0,067***
Confiança institucional	0,506***	0,493***	0,468***
Idade	0,081***	0,036***	0,015**
	$\Delta R^2=$	0,422***	
<i>Bloco 2 - Variáveis de exposição media assuntos política e actualidade</i>			
Televisão		0,066***	0,061***
Rádio		0,013*	0,015**
Jornais		0,103***	0,095***
	$\Delta R^2=$	0,018***	
	F=	168,72	
<i>Bloco 3 - Varáveis Políticas</i>			
Não votar (a)			-0,03***
Simpatia por partido (b)			0,089***
Inscrição partido político (c)			0,064***
Autoposicionamento ideológico			0,052***
	$\Delta R^2=$	0,017***	
	F=	121,82	
	R ² Ajustado=	0,457***	
	F (modelo)=	999,406	

* $p < 0,05$ ** $p < 0,01$ *** $p < 0,001$

(a) Variável *dummy*: 0 – Votar (categoria de referência)

(b) Variável *dummy*: 0 - Não simpatia por partido (categoria de referência)

(c) Variável *dummy*: 0 – Não inscrição em partido político (categoria de referência)

⁹⁴ Uma vez que à medida que o auto-posicionamento ideológico se aproxima de dez (o limite máximo da escala), tal significa que estamos perante uma identificação de ascendência ideológica mais à direita.

O Gráfico 5.21 apresenta um retrato da proximidade ou maior distância à política das classes sociais nos diferentes países europeus. Uma análise transversal permite constatar que, no conjunto dos vinte e seis países da amostra, as classes mais «próximas» da política são sempre, ou os Empresários e Dirigentes (em onze países europeus), os Profissionais Liberais (em catorze países europeus), ou os Profissionais Técnicos e de Enquadramento (no caso da Espanha). Ao invés, os mais afastados da política são os Operários (em seis países europeus), os Empregados Executantes (em catorze países), os Trabalhadores Independentes (em cinco países) e os profissionais liberais na Roménia.

Um padrão polarizador é constante em praticamente todos os países europeus: as classes mais favorecidas (ED, L, PTE) são as que estão mais próximas da política, enquanto as classes mais desfavorecidas (TI, EE, O) revelam maior afastamento político.

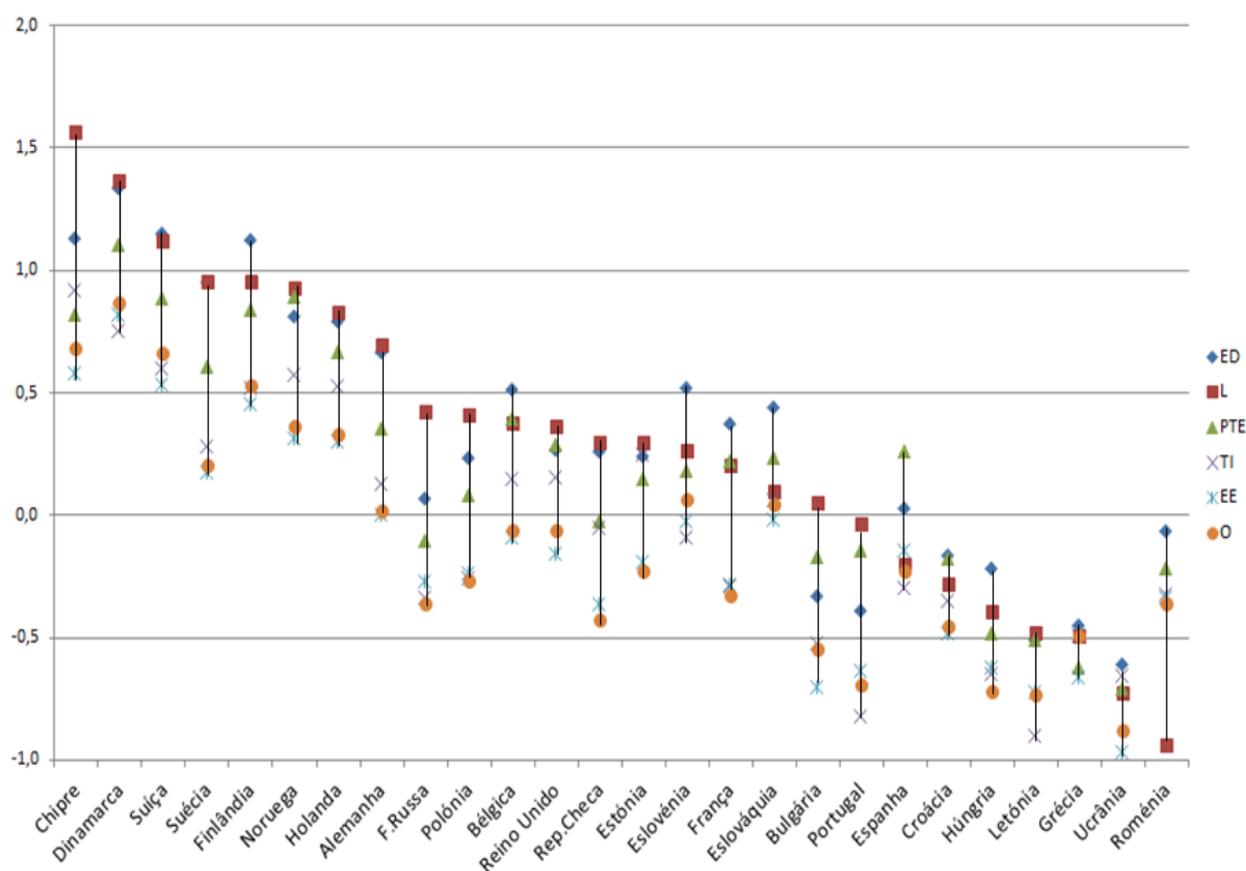
Se em determinados países todas as classes sociais estão «próximas» da política, como acontece no Chipre, Dinamarca, Suíça, Suécia, Finlândia, Noruega e Alemanha, países todos pertencentes à mesma estrutura transnacional de classes (ver Quadro 3.3 do Capítulo Três), pelo contrário, em determinados países todas as classes estão distantes da política. Tal sucede em Portugal, Croácia, Hungria, Letónia, Grécia, Ucrânia e Roménia.

Uma leitura que também é possível fazer-se é a que diz respeito à distância entre as classes no interior de cada país europeu⁹⁵: elas são mais elevadas no Chipre e Suécia quanto aos países mais «próximos» da política, e na Federação Russa, República Checa, Bulgária, Portugal e Roménia, no caso dos países onde se verifica um maior afastamento em relação à política; as distâncias entre as classes são menores, nos países mais próximos da política por parte da Dinamarca, Suíça e Holanda, e nos países onde o alheamento político é maior, nos casos da Croácia, Grécia e Ucrânia.

As diferenças entre os países revelam graus diferenciados de “politização” (Deth, 2008) entre as diferentes sociedades europeias. Os países da Europa do Norte e Ocidental bem como o Chipre (em primeiro lugar), são as sociedades onde a aproximação à política é mais visível, enquanto nos países da Europa do Sul (incluindo a França) e do Leste europeu o afastamento político é maior.

⁹⁵ Que é medida pelo tamanho da linha, ou seja, uma linha mais curta estamos perante uma menor distância entre as classes, uma linha mais longa verifica-se uma maior distância.

Gráfico 5.21 – Proximidade à política segundo as classes sociais nos países europeus



Fonte: European Social Survey (2008)

Os resultados apresentados sugerem a continuidade da importância da análise de classes no estudo das desigualdades políticas. As regularidades estruturais assinaladas, aos níveis individuais, das classes sociais e dos países, no mínimo, questionam a «ortodoxia» das teses da “morte das classes”, ao mesmo tempo que suscitam a necessidade de relançar o problema (moderno) das desigualdades sociais na esfera do político.

A proximidade à política é diferenciada pelos contextos nacionais e segmentada de forma «classista» no seu interior, indo ao encontro das conclusões de Caínzos e Voces quando, no seu estudo recente sobre a relação entre a classe e a participação não-eleitoral, claramente apreendeu a existência de níveis hierárquicos de participação política assentes em desigualdades de classes (Caínzos e Voces, 2010).

As diferenças nacionais de proximidade à política são explicadas, não apenas pelas desigualdades sociais, mas também pelas instituições políticas que se interpenetram nas estruturas sociais e económicas de cada um dos países europeus (Roller e Rudi, 2008).

Os capitais educativos, económicos, sociais e informativos detidos pelos cidadãos influenciam a proximidade à política. Existe, efectivamente, uma nítida relação entre uma maior distribuição de recursos, por um lado, e a assunção e exercício da cidadania política, por outro.

Quanto mais escolarizado o cidadão europeu, mais elevada a sua propensão para o exercício da cidadania.

O estatuto socioeconómico faz aumentar a proximidade à política. A proximidade ao poder é directamente proporcional ao nível económico – quanto mais ricos, mais próximos ao poder; quanto mais pobres, mais longe dele (Cabral, 1997: 147). Quem tem um estatuto mais elevado dispõe de mais recursos materiais e simbólicos (prestígio) para investir na participação política. Quem tem prestígio dispõe também de maior influência: a sua participação tem mais possibilidades de êxito, porque o estatuto social elevado comporta melhores oportunidades de acesso ao poder. Quem tem um estatuto social elevado compreende o discurso político, quem não possui esses recursos sonega a sua (in)competência e delega a intervenção política noutros actores. É, pois, um sentimento de incompetência e não a ausência de opiniões que faz estes últimos afastarem-se da participação (Della Porta, 2003:91).

Correlativamente, os recursos de informação serão directamente proporcionais ao estatuto social e económico dos inquiridos. “A desigualdade da distribuição dos recursos educativos reflecte-se, de forma agravada, na desigualdade de recursos informativos e, por maioria de razão, na dos recursos cognitivos, isto é, na desigualdade perante os processos de formação e afirmação das opiniões políticas. Todos estes défices acumulados se reflectem numa profunda desigualdade perante o “poder”, ou seja, perante as capacidades objectivas e subjectivas, entre si obviamente relacionadas, para se influenciar a vida do país” (Cabral, 1997: 149).

Desigualdades sociais, militância partidária e acção colectiva

Luther e Muller-Rommel (2002) apelam para a necessidade de produção teórica sobre os partidos políticos, capaz de compreender a direcção e as mudanças dos partidos no contexto das actuais democracias liberais.

Nos países europeus existem variados tipos de partidos políticos: religiosos, étnicos, rurais, nacionalistas ou linguísticos, ambientalistas, de extrema-direita, sociais-democratas, socialistas ou trabalhistas, comunistas, radicais de esquerda, conservadores, «centristas» e liberais – democratas. As suas características estruturais, institucionais, organizacionais e estratégicas, são diversas e diferenciadas de acordo com as suas «histórias colectivas»,

ideologias perfilhadas, sistemas de alianças, composição social e ligação aos eleitorados. É sob estas características social e politicamente distintivas, que os partidos posicionam-se e integram-se nos sistemas políticos e contextos nacionais.

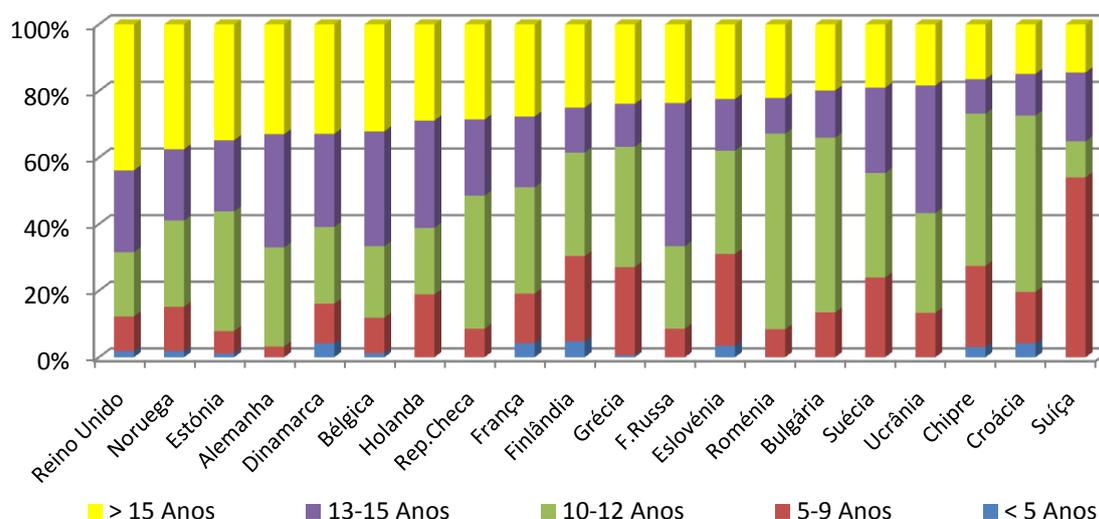
É sob esta multiplicidade de condições e processos que atravessam os actores colectivos “partidos políticos”, que os seus respectivos militantes partidários se inscrevem e inter-actuam. Procurando aproveitar as potencialidades oferecidas por um inquérito internacional como o “European Social Survey”, procurar-se-á realizar uma caracterização sociopolítica dos militantes partidários europeus, não sob um enfoque da sua respectiva filiação partidária – o que exigiria a redução da escala analítica aos respectivos sistemas políticos de cada um dos países -, mas tão só, apurar qual a escolaridade, classe social, sexo e idade dos inscritos em partidos políticos em cada um dos países europeus, com o objectivo teórico-problemático implícito de aferir se as desigualdades sociais também se repercutem na adesão aos partidos políticos.

Os mais escolarizados são os que predominantemente são militantes partidários no conjunto dos países europeus (Gráfico 5.22). Em dez países europeus, mais de metade dos seus militantes partidários possuem escolaridade elevada, ou seja, com mais de doze anos de escolaridade. Esta situação acontece no Reino Unido (68,4%), Alemanha (67%), Bélgica (66,7%), Federação Russa (66,7%), Holanda (61,1%), Dinamarca (60,8%), Noruega (58,9%), Ucrânia (56,7%), Estónia (56,2%) e República Checa (51,4%).

Na Roménia, 58,8% dos militantes partidários possuem entre dez e doze anos de escolaridade, possuindo as mesmas habilitações escolares 53,3% dos militantes partidários na Croácia, 52,2% dos militantes da Bulgária e 45,7% dos militantes partidários do Chipre.

Claramente são em menor número, em praticamente todos os países europeus, os militantes partidários possuindo até nove anos de escolaridade. Com excepção de cinco países europeus, nos restantes países é sempre inferior a vinte pontos percentuais os militantes partidários com escolaridade até nove anos. 54,1% dos militantes partidários na Suíça possuem até nove anos escolaridade, tal como 31% na Eslovénia e 30,4% na Finlândia, 27,4% no Chipre, 27,1% na Grécia e 24% dos militantes partidários na Suécia.

Gráfico 5.22 – Escolaridade dos inscritos em partidos políticos nos países europeus



Fonte: European Social Survey (2008)

Como refere Teixeira Fernandes, “o que acontece nas sociedades modernas - embora mais numas do que noutras – é uma multiplicidade de partidos, que recrutam aderentes e simpatizantes nos mais diversos contextos sociais. Tal facto é susceptível de retirar fundamento às teorias que pretendam fazer corresponder a ordem política à ordem social” (Fernandes, 1997: 108).

Como já foi referido antes, a relação entre classes sociais e partidos políticos é complexa, o que não significa que não se observem regularidades estruturais transversais às realidades político-partidárias de cada um dos países europeus. Na verdade, não existe uma dominância absoluta de certas classes sociais, contudo, é possível assinalar a presença relativa de determinadas classes em detrimento de uma menor presença de outras (Gráfico 5.23).

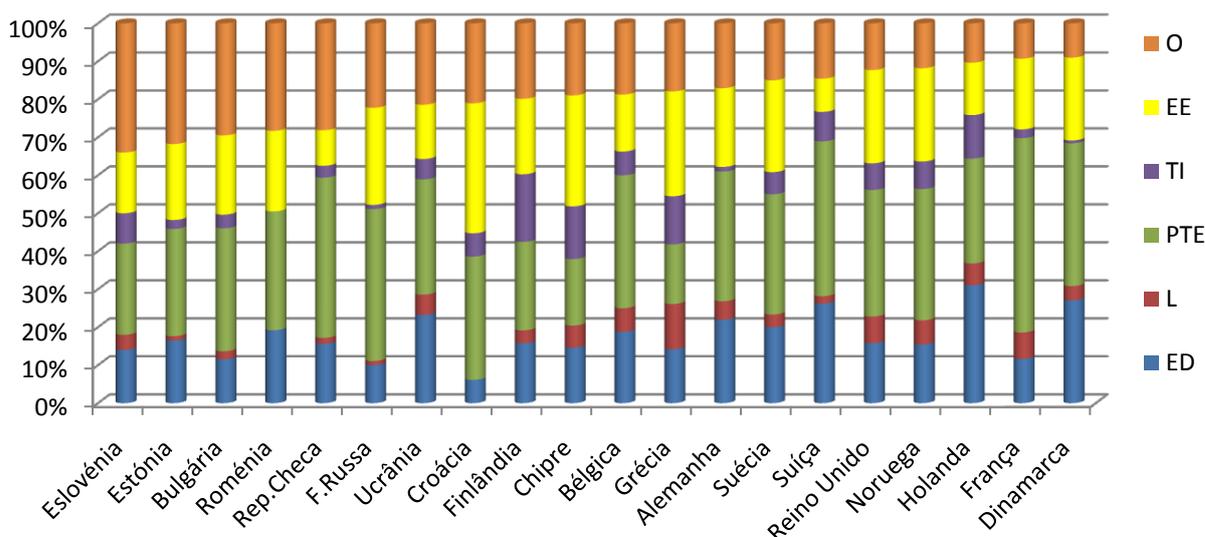
Em catorze países europeus (num total de vinte), a classe social com maior presença no universo dos militantes partidários são os profissionais técnicos e de enquadramento (PTE), com percentagens que variam entre os 52,1% dos militantes partidários em França e 42,2% na República Checa, até aos 23,3% dos militantes finlandeses pertencentes a esta classe social. Na Holanda, os empresários e dirigentes (ED) é a classe social de 31% dos seus militantes. Em três países (Croácia, Chipre e Grécia) os empregados executantes são a classe social mais presente nos militantes partidários, enquanto na Eslovénia e Estónia, os operários constituem a classe social com maior percentagem nos inscritos em partidos políticos.

Em quatro países europeus mais de 60% dos seus militantes partidários pertencem às classes sociais ED, L e PTE. Em França 69,8% dos militantes, 68,9% dos militantes suíços,

68,4% dos militantes na Dinamarca e 64,4% dos militantes holandeses pertencem às classes sociais mais favorecidas.

Em sete países europeus mais de metade dos seus militantes partidários são trabalhadores independentes (TI), empregados executantes (EE), ou operários (O). São eles o Chipre (com 62% dos militantes), a Croácia (61,4%), a Grécia (58,2%), a Eslovénia (58%), a Finlândia (57,5%), a Estónia (54,1%) e a Bulgária (54%).

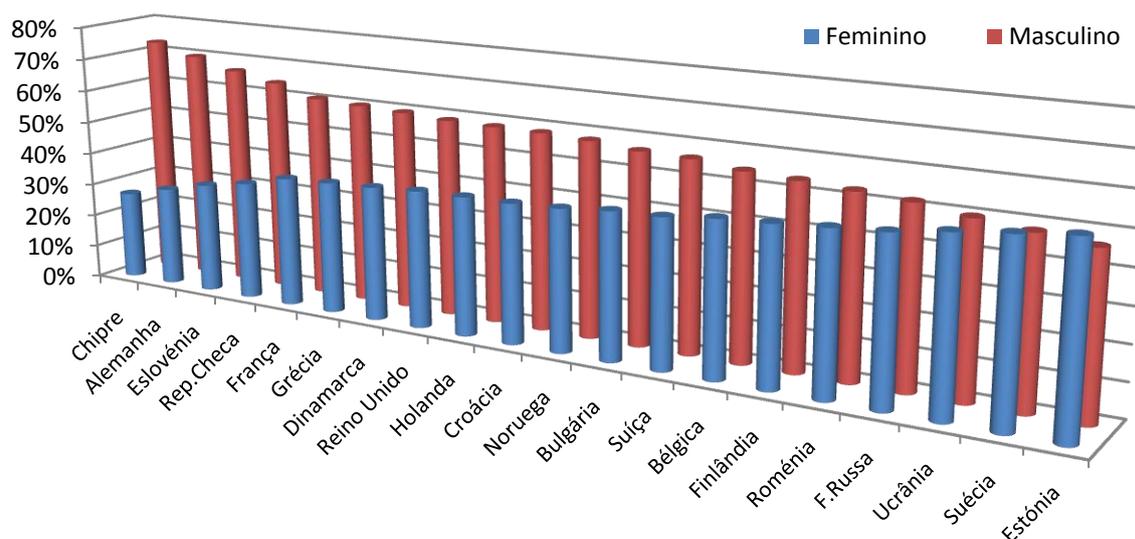
Gráfico 5.23 – Classe social dos inscritos em partidos políticos nos países europeus



Fonte: European Social Survey (2008)

Em todos os países europeus, com excepção da Suécia e Estónia, os militantes partidários pertencem maioritariamente ao sexo masculino (Gráfico 5.24). A desigualdade de género, em desfavor do sexo feminino, é mais acentuada no Chipre onde 73,2% dos militantes partidários são do sexo masculino, tal como 69,9% dos militantes alemães e 66,7% dos militantes na Eslovénia.

Gráfico 5.24 – Sexo dos inscritos em partidos políticos nos países europeus

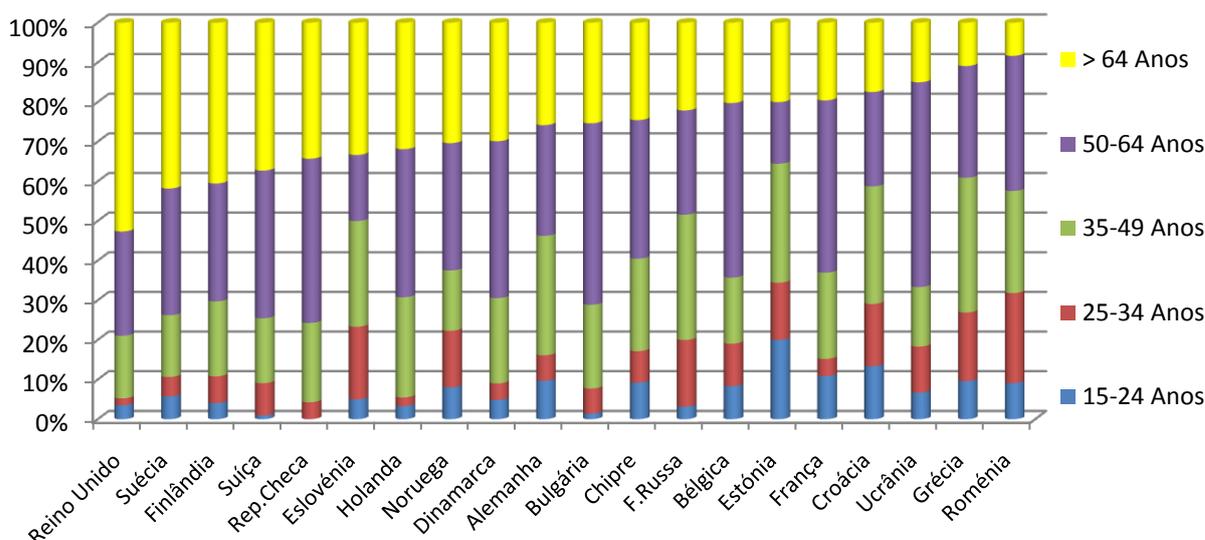


Fonte: European Social Survey (2008)

Haverá uma acentuada clivagem geracional da militância partidária pelos diferentes países europeus? Tal não sucede (Gráfico 5.25). Apenas no Reino Unido mais de metade dos seus militantes partidários possuem uma idade superior a sessenta e quatro anos. Na maioria dos países europeus os militantes partidários situam-se entre os cinquenta e os sessenta e quatro anos, com excepção de quatro países onde é maior a percentagem de militantes partidários com idades entre os 35-49 anos. São eles a Grécia, Federação Russa, Alemanha e Croácia.

Verificamos que 34,4% dos militantes partidários na Estónia, 31,8% na Roménia, 29,1% na Croácia e 26,9% dos militantes na Grécia têm menos de trinta e cinco anos. Contudo, em alguns países é baixa a percentagem de militância partidária jovem, ou seja, na República Checa, Reino Unido, Holanda, Bulgária, Dinamarca e Suíça, menos de 10% dos seus militantes pertencem aos escalões etários dos 15-24 anos e 25-34 anos.

Gráfico 5.25 – Idade dos inscritos em partidos políticos nos países europeus



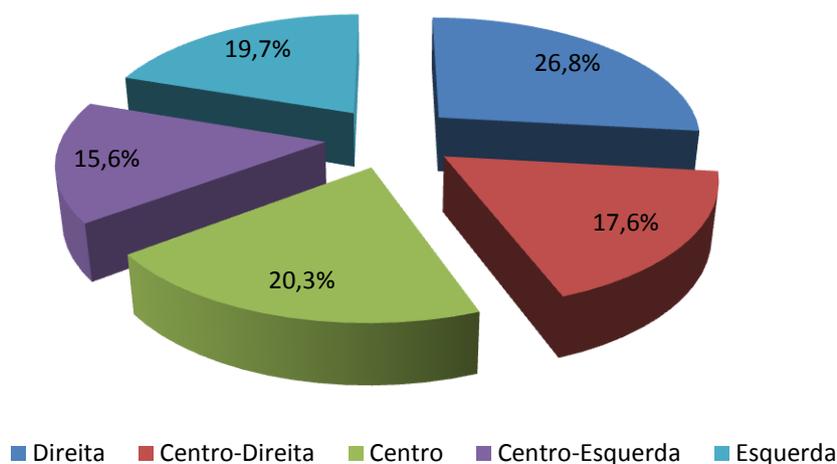
Fonte: European Social Survey (2008)

As possibilidades oferecidas pelo “European Social Survey” permitem ainda traçar um eixo cognoscível entre militância partidária, ideologia e acção colectiva.

Apurou-se o auto-posicionamento ideológico dos militantes partidários europeus (Gráfico 5.26). Independentemente da origem nacional, ou seja, mediante uma perspectiva transnacional europeia, constata-se que 26,8% dos militantes partidários europeus auto-posicionam-se ideologicamente à “Direita”, 20,3% auto-posicionam-se ao “Centro”, 19,7% à “Esquerda”, 17,6% ao “Centro-Direita” e 15,6% dos militantes colocam-se ao “Centro-Esquerda” do espectro ideológico⁹⁶.

⁹⁶ Era possível ir mais longe na análise dos dados do inquérito europeu e verificar em que países são mais salientes determinadas orientações ideológicas e a que partidos nacionais os militantes partidários pertencem, mas dado o reduzido número de militantes partidários na maioria dos países, temeu-se que surgissem dúvidas quanto à representatividade dos dados.

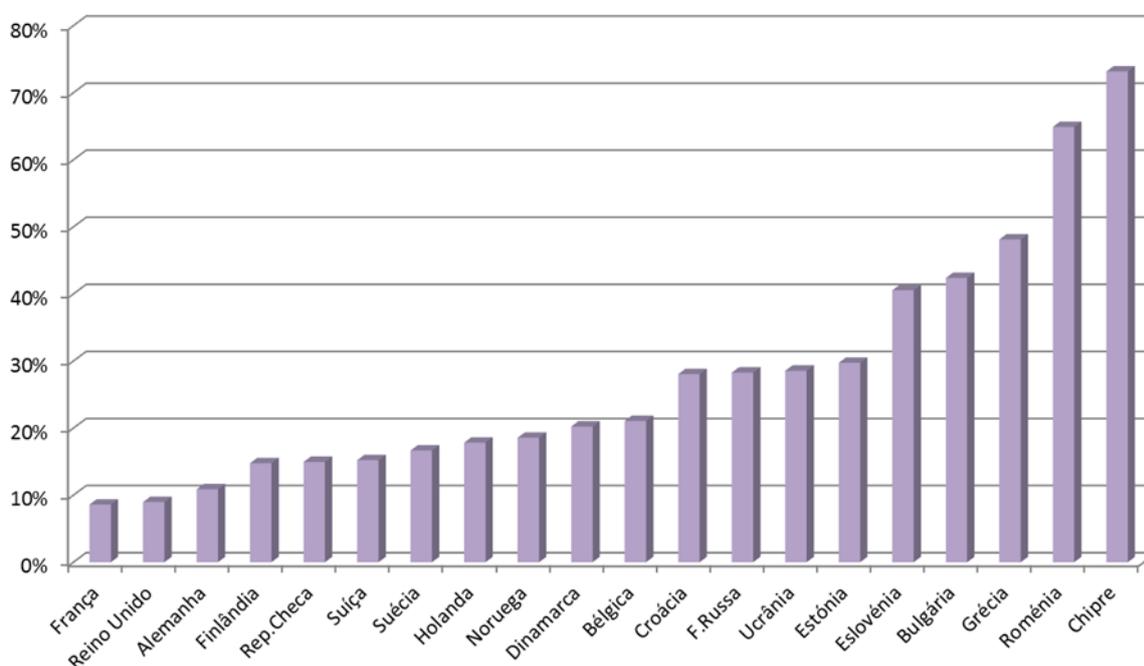
Gráfico 5.26 – Autoposicionamento ideológico dos inscritos em partidos políticos na Europa: análise transnacional



Fonte: European Social Survey (2008)

Ao ser determinada a percentagem dos militantes partidários no universo da adesão elevada a práticas de acção colectiva em cada país, fica-se com um retrato fiável da presença dos militantes, e até da acção dos partidos políticos, nas dinâmicas de acção colectiva que cada sociedade europeia desenvolve. O panorama europeu que se desvela (Gráfico 5.27), pode-se afirmar, subdivide-se em quatro grupos de países: um primeiro grupo, formado pelo Chipre e Roménia, com mais de 60% dos indivíduos com adesão elevada a práticas de acção colectiva a serem militantes de partidos políticos; seguem-se a Grécia, Bulgária e Eslovénia, em que entre 40% e 50% dos cidadãos com adesão elevada à acção colectiva são igualmente militantes partidários; com percentagens entre 20% e 30% de cidadãos duplamente militantes e activos colectivamente encontramos a Estónia, Ucrânia, Federação Russa e Croácia; e finalmente, com percentagens reduzidas, a República Checa e todos os países da Europa Ocidental e do Norte, revelando que é visivelmente menor o peso e importância dos militantes partidários no universo da acção colectiva de cada uma destas sociedades europeias.

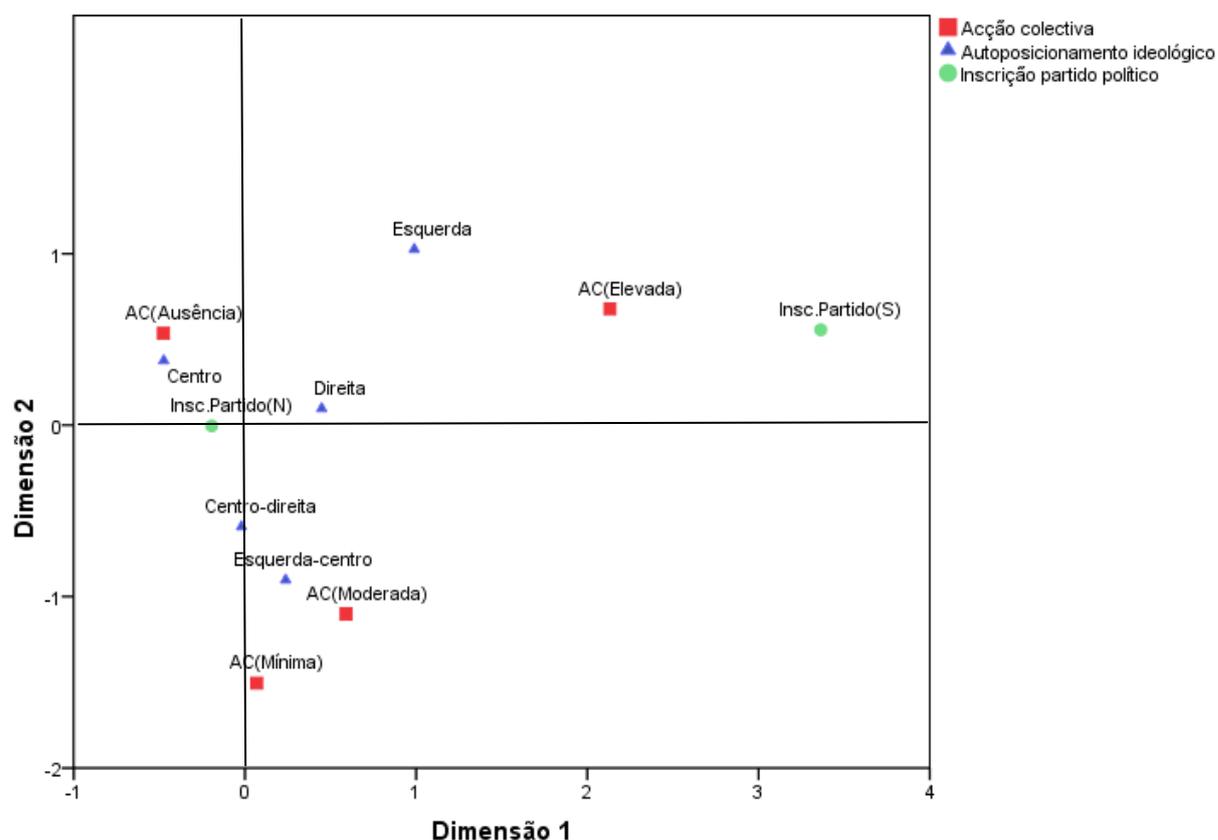
Gráfico 5.27 – Inscritos em partidos políticos no universo dos indivíduos com adesão elevada a práticas de acção colectiva nos países europeus



Fonte: European Social Survey (2008)

A realização de uma Análise de Correspondências Múltiplas permitiu caracterizar o que se designou por “espaço político-ideológico da acção colectiva europeia” (Figura 5.2). Os inscritos em partidos políticos naturalmente que revelam adesão elevada a práticas de acção colectiva e no que se refere à esfera ideológica, há uma associação com o posicionamento à Esquerda. Por sua vez as categorias que reflectem um Centro-Esquerda e Centro-Direita associam-se à adesão moderada e mínima de práticas de acção colectiva. Outra configuração apresenta uma associação privilegiada entre autoposicionamentos ao Centro e Direita, ausência de acção colectiva e não inscrição em partidos políticos.

Figura 5.2 – Espaço político-ideológico da acção colectiva na Europa
(Análise de Correspondências Múltiplas)



Estes resultados corroboram o que já Villaverde-Cabral apurara em Portugal quando referira que o posicionamento na escala esquerda-direita contribui para a explicação da cidadania, manifestando os inquiridos que pendem para a esquerda uma maior propensão para se associarem e mobilizarem politicamente (Cabral, 2000: 148).

A atracção do “centro” ou o «pluralismo centrípeto», como refere Della Porta (2003:193), enquanto orientação ideológica por parte dos cidadãos europeus, não é indutora de acção colectiva. Pelo contrário, como refere Deth, os indivíduos que se posicionam à esquerda estão mais interessados na mudança social que a maioria dos seus congéneres. Este interesse manifesta-se numa maior atenção aos fenómenos políticos, intencionalidade e mais profundo envolvimento pessoal sobre o espaço político (Deth, 2008: 200).

CONCLUSÃO

1. A problemática das desigualdades sociais e a análise de classes no estudo da acção colectiva

A análise estrutural e cultural da acção colectiva desenvolvida nesta investigação inscreve-se e procurou contribuir para o aprofundamento da problemática das desigualdades sociais e análise de classes. Verificou-se que a acção colectiva é directamente influenciada por um quadro social multidimensional de desigualdades sociais que marcam presença decisiva nas sociedades actuais. As desigualdades de classes, de género, económicas e de desenvolvimento, educativas e tecnológicas, laborais e sociopolíticas, condicionam fortemente a acção colectiva na Europa. De igual modo, analisaram-se as consequências das desigualdades sociais na esfera cultural, procurando aferir da relevância, sobre a acção colectiva, dos valores culturais e das representações sociais relativas à igualdade social e ao papel do estado.

Indubitavelmente, as problemáticas das desigualdades sociais e da acção colectiva terão a ganhar mutuamente quanto mais se aproximarem entre si, articulando instrumentos teóricos, analíticos e metodológicos, e construirão objectos de estudo integrados. A aproximação entre as problemáticas das desigualdades sociais e da acção colectiva permite assegurar, ao nível meta – teórico, uma forte relação entre estrutura e acção, capaz de equacionar devidamente as componentes estruturais, institucionais, culturais, relacionais, interactivas e agenciais, que normalmente estão presentes em qualquer processo ou fenómeno social específico da modernidade tardia.

Entre as desigualdades sociais e a acção colectiva situam-se relações sociais decisivamente estruturantes das sociedades contemporâneas e salientadas por esta investigação: as relações da globalização económica e da divisão internacional do trabalho, a relação capital / trabalho, as relações entre recursos económicos, culturais, sociais e simbólicos, as relações de classe e de género, as relações de dominação social, simbólica e cultural, as relações de poder, organizacionais e de autoridade, as relações de credenciação escolar e de qualificações sociais e tecnológicas, as relações institucionais e dos actores colectivos, as relações de construção ideológica e de identidade política, as relações de integração social e conflito, as relações de pertença associativa, de distanciamento político e de exclusão social.

As desigualdades de classes e a estrutura do capital (económico, cultural, social e simbólico) revelaram-se vectores decisivos na explicação das práticas de acção colectiva

européias, tais como as desigualdades de género, fortemente associadas à estrutura dos lugares de classes e à saliência dos recursos organizacionais detidos no espaço social do trabalho.

A globalização económica e as alterações nos mercados de trabalho europeus, parcialmente interpretáveis à luz do conceito de “posição social de mercado” na análise de classes, visou apreender algumas das características que marcam os processos de assalariamento e de flexibilização das relações laborais no capitalismo moderno, também elas com repercussão directa nas dinâmicas da acção colectiva.

A problemática das desigualdades sociais e a análise de classes constituem adequados instrumentos para compreender as dinâmicas actuais das sociedades do conhecimento, e a investigação revelou a imbricação profunda entre as classes sociais, os recursos educativos e a literacia tecnológica, quanto aos seus impactos sobre a acção colectiva. Na verdade, as «velhas» desigualdades sociais (de classe) são transpostas para os novos contextos das sociedades da informação e do conhecimento.

Esta investigação procurou contribuir para a construção de uma sociologia da injustiça - projectando-a para o espaço social europeu - e que se desenvolve entre uma desigualdade social “objectiva”, aferida pelas desigualdades de rendimentos, e uma desigualdade social “subjectiva”, respeitantes aos valores e percepções sociais dos actores e classes sociais, perante as desigualdades sociais ocorrentes em cada contexto nacional.

É no entrosamento de factores económicos, sociais e culturais que os actores e as classes sociais constroem as atitudes sobre o papel do estado, erigindo a meritocracia enquanto valor societal central dos rumos da igualdade / desigualdade das sociedades europeias.

A investigação revelou o carácter inigualitário da cidadania económica e da cidadania política na Europa, destacando como a precariedade, os recursos políticos e os recursos informativos se encontram desigualmente repartidos pelas diferentes classes sociais.

A incipiente militância partidária e a reprodução social das desigualdades sociais, desvelam as contradições e os efeitos perversos das actuais democracias europeias liberais de baixa intensidade, onde às desigualdades sociais equivalem distanciamentos e desigualdades políticas.

A investigação revelou as virtualidades da sociologia das classes sociais no estudo da acção colectiva, uma sociologia das classes sociais com suficiente fôlego para a edificação de uma análise multidimensional das desigualdades sociais na Europa.

Esta investigação contribuiu para uma agenda da sociologia das classes sociais preocupada com a intersecção das desigualdades sociais contemporâneas relativamente às

relações entre classes sociais e cidadania, atenta ao desenvolvimento de uma abordagem das classes aos níveis nacional e transnacional, e propondo novos indicadores que procurem recobrir a complexidade e dinâmicas das sociedades modernas.

O conceito de classe social revelou apreender eficazmente as propriedades estruturais, culturais, institucionais e posicionais dos actores individuais e colectivos presentes na construção de protagonismos sociais de acção colectiva, ao mesmo tempo que procurou dar conta dos processos económicos, culturais e políticos em curso nas sociedades contemporâneas, dos quais emergem desigualdades sociais com consequências sociais decisivas sobre a acção colectiva.

A investigação propôs a integração na sociologia das classes sociais dos indicadores de rendimento (capital económico), de capital social (com as suas subdivisões relativas à confiança, práticas de sociabilidade e pertença associativa), de literacia tecnológica, de precariedade e de proximidade à política, que, conjugados com os indicadores de classes sociais já existentes asseguram uma profícua análise e estudo da acção colectiva nas sociedades contemporâneas.

A articulação dos níveis de análise nacional e transnacional (europeu) permitiu compreender melhor os contextos macro-sociais da acção colectiva, nomeadamente os efeitos das configurações estruturais, institucionais, culturais e sociopolíticas dos países ou espaço social europeu.

Através do inquérito internacional “European Social Survey” esta investigação desenvolveu uma «análise multivariada» do fenómeno social da acção colectiva, sob o eixo metodológico da comparação nacional e análise transnacional europeia, procurando alternativas sustentadas ao “nacionalismo metodológico” e “transnacionalismo em rede” que imperam na sociologia dos movimentos sociais.

Tal como se revelou extremamente útil possuir uma verosímil medida – como acontece com o indicador de práticas de acção colectiva – com capacidade suficiente para analisar a acção colectiva entre contextos nacionais, espaços sociais, campos institucionais, entre classes sociais, grupos sociais ou actores colectivos.

2. As classes sociais e a acção colectiva na Europa

A acção colectiva é distribuída desigualmente em função da classe social e estrutura do capital económico, cultural e social. A intensidade das práticas de acção colectiva aumenta à medida que se sobe na estrutura de classes e da estratificação social do espaço social europeu.

Os profissionais liberais e os profissionais técnicos e de enquadramento são as classes sociais europeias mais activistas. O capital económico (o rendimento), o capital cultural (a escolaridade) e o capital social (sob a forma de confiança, práticas de sociabilidade e pertença associativa), constituem factores decisivos sobre a acção colectiva dos agentes sociais, acção colectiva que se constitui e representa um recurso social hierarquizado em função da posição social detida na estrutura social e cultural das sociedades contemporâneas. Na construção da acção colectiva, o espaço social europeu das classes e dos respectivos capitais é subdividido em torno de dois eixos cognoscíveis: factores de estrutura posicional e factores de ordem relacional. A estrutura posicional é construída em torno da classe social, dos recursos económicos, dos recursos escolares e da confiança (interpessoal e institucional); a ordem relacional é definida a partir das práticas de sociabilidade e da pertença associativa (profissional). Se a estrutura posicional é decisiva para a acção colectiva, tal só sucede na ordem relacional perante a existência de pertença associativa.

Em todas as classes sociais, com excepção dos profissionais liberais, os homens revelam maior adesão a práticas de acção colectiva. A participação feminina é menor que a dos homens, mas esse desequilíbrio torna-se mais acentuado à medida que observamos a acção colectiva das classes sociais mais favorecidas até às classes sociais subalternas. O efeito conjugado da classe social e do género sobre a intensidade das práticas de acção colectiva é também o resultado da repartição desigual dos recursos organizacionais, o que constitui um indicador saliente das estruturas de autoridade existentes no campo laboral, mais desfavoráveis ao género feminino.

A integração nas sociedades do conhecimento é diferenciada em função das classes sociais, as quais possuem diferentes níveis de literacia tecnológica. Os mais escolarizados e qualificados constituem os protagonistas das sociedades da informação e do conhecimento, e a acção colectiva tende a existir por parte dos que revelam capacidades alargadas de literacia tecnológica. Quer ao nível da infra-estrutura tecnológica, quer ao nível das relações de sociabilidade estabelecidas, as sociedades do conhecimento constituem um contexto favorável à acção colectiva, mas as sociedades do conhecimento são igualmente atravessadas, quer a montante quer a jusante, por desigualdades sociais estruturais e de classes, que, da mesma forma, constroem a ocorrência de acção colectiva.

É na imbricação complexa, plural e dinâmica entre as condições de vida dos lugares de classes e o habitus de determinados perfis culturais, que se traduz socialmente a cidadania e acção colectiva europeias. Quando as classes sociais internalizam valores universalistas, valores benevolentes (auto-transcendência) e de autodeterminação (abertura à mudança) é

mais intensa a acção colectiva. O perfil cultural europeu interclassista de “abertura à mudança/auto-transcendência” é claramente o que denota uma maior adesão a práticas de acção colectiva. Apesar das classes sociais mais desvalidas revelarem menor acção colectiva, os agentes dessas classes que contrariam tal tendência geral internalizam de modo mais agudo valores de igualdade social.

A combinação de uma posição estrutural e uma condição perante a precariedade mais favoráveis no espaço social europeu do trabalho proporcionam aos indivíduos melhores possibilidades para a adesão a práticas de acção colectiva. As classes sociais, por conta de outrem, mais bem posicionadas nos mercados de trabalho europeus (os profissionais técnicos e de enquadramento) e vivendo melhores condições de emprego, revelam maiores recursos organizacionais, uma maior sindicalização e níveis mais intensos de acção colectiva.

O distanciamento político varia pelos contextos nacionais e segmenta-se de modo «classista» no interior dos países. No espaço europeu observam-se regularidades estruturais transversais às realidades político-partidárias de cada um dos países. As classes sociais dominantes são as que estão mais «próximas» da política, e sobretudo os empresários e dirigentes e os profissionais liberais. Os capitais económicos, educativos, organizacionais, sociais e informativos detidos pelos cidadãos influenciam a proximidade à política. Acontece, também no campo da política, uma nítida relação entre uma maior distribuição dos recursos, por um lado, e a assunção e exercício da cidadania política, por outro. Existem três níveis hierárquicos condicionadores/explicativos da proximidade à política: o nível estrutural e das posições sociais (o nível com maior capacidade preditiva); o nível de exposição aos media (acerca de política e assuntos da actualidade); e um nível mais estritamente político, referente à simpatia por partido, inscrição em partido político e auto-posicionamento ideológico. Os mais escolarizados são os que em maior número estão inscritos em partidos políticos na Europa.

A análise de regressão logística que aqui se apresenta revela a fecundidade de encontrar factores explicativos da acção colectiva na Europa, a partir de uma análise integrada das desigualdades estruturais (presentes nas posições sociais dos agentes e nas regularidades das sociedades do conhecimento), das desigualdades laborais e das desigualdades políticas, três níveis interligados das desigualdades sociais e decisivamente enformadores das dinâmicas actuais das sociedades modernas e da acção colectiva em particular.

Quadro (Conclusão) - Factores explicativos da acção colectiva na Europa
(Regressão Logística)

	Variáveis Independentes	Odds ratio	Odds ratio	Odds ratio	Odds ratio
Bloco 1: Indicadores estruturais e de posição social	Anos escolaridade	1,066 ***	1,051 ***	1,048 ***	1,035 ***
	Rendimento	1,000 ***	1,000 ***	1,000 ***	1,000 ***
	Categorias socioprofissionais (a)				
	Empresários e Dirigentes	1,099	1,109 *	1,000	0,920
	Prof.Liberais	1,487 ***	1,501 ***	1,282 **	1,204
	PTE	1,138 ***	1,137 *	1,054	0,986
	Operários	0,787 ***	0,818 ***	0,859 ***	0,870 **
	Homens (b)	1,093 **	1,071 *	1,064	0,957
	Confiança interpessoal	1,079 ***	1,075 ***	1,053 ***	1,066 ***
	Confiança institucional	1,067 ***	1,063 ***	1,042 ***	1,065 ***
	Práticas sociabilidade Modelo: $X^2 (10) = 3027,597^{***}$	1,359 ***	1,327 ***	1,312 ***	1,297 ***
<i>Nagelkerke R²</i>	0,163				
Bloco 2: Indicadores sociedade conhecimento	Não utilização internet (b) Bloco: $X^2 (1) = 147,180^{***}$		0,659 ***	0,707 , ***	0,672 ***
	Modelo: $X^2 (11) = 3174,776^{***}$ <i>Nagelkerke R²</i>		0,171		
Bloco 3: Indicadores laborais	Recursos organizacionais			1,068 ***	1,064 ***
	Horas trabalho			0,990 ***	0,990 ***
	Precariedade subjectiva (b)			0,786 ***	0,795 ***
	Associação Profissional (b) Bloco: $X^2 (4) = 482,233^{***}$			1,697 ***	1,668 ***
	Modelo: $X^2 (15) = 3657,010^{***}$ <i>Nagelkerke R²</i>			0,195	
Bloco 4: Indicadores políticos	Satisfação política				0,937 ***
	Interesse político				1,324 , ***
	Auto-posicionamento ideológico				0,952 ***
	Inscrição partido político (b) Bloco: $X^2 (4) = 769,048^{***}$				3,870 ***
	Modelo: $X^2 (19) = 4426,058^{***}$ <i>Nagelkerke R²</i>				0,232

* $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$

(a) Variável *dummy*: categoria de referência: empregados executantes

(b) Variável *dummy* (a categoria de referência é o seu oposto para todos os casos assinalados)

No domínio da estrutura das posições sociais destaca-se a relevância da escolaridade, do rendimento, das categorias socioprofissionais empresários e dirigentes, profissionais liberais e profissionais técnicos e de enquadramento, do género masculino, da confiança interpessoal e institucional e das práticas de sociabilidade como factores explicativos de acção colectiva, e ao invés a condição social de operário torna mais difícil o exercício da cidadania. No domínio das sociedades do conhecimento a não utilização da internet constrange a ocorrência de práticas de acção colectiva. No campo do trabalho são factores potenciadores de acção colectiva os recursos organizacionais e a associação profissional, e condições dificultantes um maior número de horas de trabalho e a precariedade subjectiva. No campo da política, o interesse político e a inscrição em partido político caminham a par de uma mais intensa acção colectiva, tal como uma relativa insatisfação política e auto-posicionamento ideológico à esquerda.

3. Contextos europeus de acção colectiva

A acção colectiva foi um objecto de estudo construído com lugar conceptual, analítico e empírico para os contextos sociais. Tomou-se a Europa como espaço social e território de desigualdades sociais, estas enraizadas nos diferentes contextos históricos, estruturais, institucionais, culturais, laborais e políticos dos países europeus. O estudo da acção colectiva através dos contextos sociais dos países permitiu a inferência de regularidades de desenvolvimento, de capital social, sindicais e de cultura política, relativas à presença do Estado e às sociedades do conhecimento europeias, regularidades explicativas da acção colectiva nos países europeus.

Revelou-se profícua a estratégia investigacional de analisar o macro-social na caracterização da acção colectiva, estratégia assente numa análise transnacional e comparativa europeia, a partir do momento em que os inquéritos internacionais, como o “European Social Survey”, se tornam uma importante ferramenta sociológica e de conhecimento da própria Europa.

A investigação apurou quatro estruturas de acção colectiva que correspondem a uma segmentação do espaço europeu entre: a Europa do Norte, com maior intensidade de práticas de acção colectiva, nomeadamente a actividade em associações, a assinatura de petições e o

boicote de produtos; segue-se a Europa Ocidental, cujo perfil, depois da Europa do Norte, se caracteriza pela presença regular no seu espaço social de todas as práticas de acção colectiva; depois a Europa de Leste, Grécia e Portugal, com níveis mais reduzidos em todas as práticas de acção colectiva; e finalmente a Roménia e o Chipre, que se destacam por uma maior actividade em partidos e no contacto com políticos, contrariando a tendência de reduzida participação nas restantes práticas de acção colectiva.

Sendo a precariedade como uma das principais vertentes dos processos de globalização em curso, o lugar ocupado por cada país europeu (ou conjunto de países) na divisão internacional do trabalho e os respectivos impactos dos contextos institucionais da precariedade reflecte-se sobre as condições da acção colectiva nos diferentes países europeus.

Os países europeus com maior acção colectiva europeia, concretamente a Suécia, Noruega e Finlândia (Europa de Norte), são países com reduzidas desigualdades sociais. São também países europeus cujos níveis de desenvolvimento humano e de rendimento líquido são dos mais elevados da Europa. Verifica-se a mesma tendência quanto aos efeitos do desenvolvimento humano e do rendimento sobre a acção colectiva em relação aos países da Europa Ocidental.

A inscrição de uma classe social em determinada estrutura de classes e a associação a uma determinada estrutura do rendimento influem directamente sobre a adesão à acção colectiva. Verifica-se uma relativa convergência na dupla pertença dos países que formam as estruturas transnacionais de classes e as estruturas de acção colectiva europeias. As estruturas de classes nacionais com maior presença de profissionais técnicos de enquadramento são as que revelam maiores níveis de práticas de acção colectiva no espaço social europeu. Mas o rendimento líquido de cada uma das classes sociais, dependente da estrutura de classes e do nível de desenvolvimento económico do país, constitui um importante factor de acção colectiva, sucedendo que classes sociais mais desfavorecidas em determinadas estruturas de classes mais desenvolvidas economicamente, possuirão níveis de acção colectiva superiores a classes sociais favorecidas em estruturas de classes com padrões de desenvolvimento económico comparativamente inferiores.

Nos países com mais elevada acção colectiva é também mais elevada a participação cidadã das mulheres e nos casos da Suécia, Finlândia e Dinamarca, a participação do género feminino é denodadamente superior à do género masculino. É precisamente nestes países, conjuntamente com a Noruega, onde as desigualdades de género são significativamente inferiores no conjunto da Europa.

O capital social existente em cada um dos países europeus está directa e intimamente relacionado com a produção de acção colectiva. Os países nórdicos são os que detêm maior volume de capital social na Europa, em vantagem relativamente aos restantes países europeus nas respectivas dimensões de confiança, práticas de sociabilidade e pertença associativa, constituindo esta uma das principais razões para a maior intensidade de práticas de acção colectiva que se verifica nestes países europeus.

As condições de desigualdade educativa e tecnológica que se configuram no interior das estruturas de classes nacionais – são aspectos decisivos no desenvolvimento futuro das sociedades do conhecimento. Nos países europeus onde são mais elevados os recursos educativos e é mais intensa a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação é também mais pujante a acção colectiva. As sociedades do conhecimento potenciam novas oportunidades educativas, culturais, comunicacionais e de interacção social para os cidadãos europeus mais interessados, participativos e mobilizados para a acção colectiva.

Verifica-se um semelhante posicionamento dos países europeus na tríade estruturas de classes-padrões de valores-estruturas de acção colectiva. Na relação entre padrões de valores e acção colectiva, os países com maior abertura à mudança são os que revelam uma maior intensidade de práticas de acção colectiva. Tal observa-se com maior acuidade nos países da Europa do Norte e Ocidental.

A explicitação analítica de um espaço cultural europeu permitiu observar como as legitimidades simbólico-culturais relativas à justiça social se associam intrinsecamente a valores e representações sociais sobre a desigualdade social e à presença institucional do Estado. Na generalidade dos países europeus, os seus cidadãos atribuem um grau elevado de responsabilidades ao Estado. Mas esta vontade colectiva é mais reforçada se estivermos perante sociedades com níveis elevados de desigualdade social. Quanto mais elevada é a desigualdade social, menor é a confiança institucional e simultaneamente é mais acentuada a tendência para uma maior assumpção das responsabilidades do Estado. Os cidadãos incumbem aos seus respectivos Estados nacionais a obrigação institucional de corrigirem as desigualdades sociais, predominam as opções valorativas de índole redistributiva sobre opções sociais-liberais, e é vincada nos quadros de valores dos cidadãos europeus uma ética secular meritocrática bastante sensível à desigualdade social.

A recomposição dos sistemas de relações industriais (nacionais e internacionais) provocadas pela globalização económica, acompanha as mudanças verificadas ao nível da composição do emprego, dos regimes de produção e das condições organizacionais do trabalho. As condições de emprego dos mercados de trabalho reflectem-se sobre a acção

colectiva na Europa. Os países europeus com mais intensa acção colectiva são aqueles cujos mercados de trabalho revelam menor incidência de precariedade e concomitantemente é maior a satisfação profissional. Tal verifica-se na Suécia, Noruega, Bélgica, Finlândia, Dinamarca e Suíça.

As diferenças de sindicalização no espaço europeu são o resultado da conjugação complexa de factores de natureza estrutural e institucional. Essa dupla conjugação de factores, específica em cada país, enfrentou, nas últimas décadas, a liberalização dos mercados financeiros globais e a competição comercial no contexto de uma acelerada globalização económica, com diferenciadas condições e soluções sindicais por parte dos países ou regiões europeias perante as mudanças em curso. O problema da precariedade adquire cada vez maior consciência colectiva e exprime as “velhas” e “novas” desigualdades laborais existentes nos mercados de trabalho, constituindo enquanto tal, um dos principais desafios que o sindicalismo europeu hoje enfrenta. A investigação revela a associação relevante entre níveis de sindicalização e práticas de acção colectiva dos trabalhadores por conta de outrem no conjunto dos países europeus. A sindicalização caminha a par de condições sociais mais favoráveis dos mercados de trabalho. Nos países onde são melhores as condições de emprego verificam-se maiores níveis de sindicalização, com repercussão elevada sobre a adesão à acção colectiva, como acontece na Suécia, Finlândia, Noruega, Dinamarca e Bélgica.

No espaço político-ideológico da acção colectiva, quem se auto-posiciona no “centro-esquerda” e sobretudo à “esquerda” é quem adere à acção colectiva no contexto europeu. Apesar da reduzida militância partidária europeia tal não se deve a clivagens geracionais. Na Europa é denotada uma cultura política de maior participação cidadã nos países da Europa do Norte e Ocidental.

4. Teoria das relações entre desigualdades sociais, classes sociais e acção colectiva

O desenvolvimento de um programa holístico para o estudo da acção colectiva pressupõe a interligação de quatro conceitos centrais da teoria sociológica: os conceitos de desigualdade social, classe social, conflito e acção colectiva. São conceitos com acuidade heurística para explicarem alguns dos principais processos e fenómenos sociais concretos das sociedades contemporâneas que mais directamente se referem à problemática da acção colectiva e dos movimentos sociais.

À medida que a ‘agenda clássica’ dos movimentos sociais vai perdendo fulgor, conquanto as teorias da mobilização dos recursos e dos novos movimentos sociais ainda sejam as teorias dominantes no estudo da acção colectiva, o desenvolvimento de uma teoria das relações entre desigualdades sociais, classes sociais e acção colectiva, como esta investigação propôs, procura convergir as análises estruturais e culturais da acção colectiva que não perdem de vista a importância das desigualdades sociais na formação da acção colectiva.

O debate teórico Bourdieu / Mouzelis constituiu uma fecunda articulação no estudo da acção colectiva. Quanto à teoria de Bourdieu, se os conceitos de espaço social, classe social, campos sociais, capitais e habitus se revelaram fundamentais ao longo da investigação teórica e empírica, na teoria de Mouzelis, através do conceito de hierarquias sociais, são recolocadas as questões do poder e da acção colectiva nos debates actuais da teoria sociológica. Mouzelis constitui uma referência teórica significativa na integração/superação da teoria da prática de Bourdieu. Na teoria de Mouzelis, a acção colectiva ocupa uma importância central na relação entre estrutura e acção, concretamente nos processos de interacção social e nas estratégias e situações hierarquizadas dos agentes e actores colectivos nos contextos institucionais da modernidade.

A investigação revelou ainda a fecundidade das teorias do conflito e das classes sociais no estudo da acção colectiva. São teorias fundamentais e de constante actualização perante objectos de estudo capazes de formularem, de modo integrado e/ou articulado, os níveis macro–sociais, meso–sociais e micro–sociais da acção colectiva.

As estruturas conferem variados graus de poder que se manifestam na acção colectiva das classes sociais e dos agentes. As posições objectivas das classes sociais, a distribuição desigual e combinatória dos capitais económicos, culturais, sociais e simbólicos constituem factores potenciadores/inibidores de acção colectiva. Os constrangimentos ou possibilidades oriundos do espaço social das classes com impactos sobre os processos de acção colectiva, fazem-se sentir ao nível transnacional/nacional das estruturas de classes, da distribuição da estrutura do capital e das dinâmicas inter-relacionais entre lugares de classes e «classes de agentes».

As relações estruturais, culturais e simbólicas geradas no espaço social das classes representam uma poderosa ferramenta de ocultação dos processos sustentadores das desigualdades sociais contemporâneas. É a partir de estruturas sociais e culturais hierarquizadas igualmente no plano simbólico-ideológico, para as quais participam os valores e as representações sociais das classes, que podem ser compreendidos os posicionamentos sociais dos agentes perante as possibilidades de acção colectiva e a sua correspondente

participação nos actores colectivos interventivos nos campos e instituições das sociedades modernas.

A estrutura social, as estruturas de classes, as instituições, os campos sociais, os actores colectivos e o habitus, são geradores de “poderes emergentes” de acção colectiva nas sociedades contemporâneas.

Para compreender as dinâmicas da acção colectiva, torna-se necessário observar, de forma interligada, as relações entre o espaço social hierarquizado, as realidades institucionais e os actores colectivos que delas fazem parte integrante. Torna-se necessário focalizar o olhar sobre as desigualdades sociais (económicas, classistas e de poder) da posição social de partida, transpostas ou concebidas nos campos e instituições. Nos campos e instituições influenciam a acção colectiva os mecanismos conflituais / integrativos de produção, dominação e persuasão social, económica, política, cultural e simbólico-ideológica. É na disputa pelos recursos existentes nas instituições, mobilizados no decurso dos conflitos, que se formam antagonismos e ganham autonomia organizativa os grupos sociais e os actores colectivos, a partir dos quais se institucionalizam objectivos e estratégias de acção colectiva. Para compreender os processos de mudança, é necessário interpretar como no tempo histórico e sob os contextos específicos de cada sociedade, as classes sociais e os seus actores colectivos inter-actuam (conflituam) para a reprodução ou transformação das ordens macro-institucionais.

A acção colectiva, enquanto conjunto de práticas sociais, é o resultado combinado dos efeitos dos campos, da estrutura do capital e do habitus. Os campos pressupõem estratégias e conflitos, aglutinando os interesses e os objectivos que adquiriram valor social e simbólico pelos respectivos agentes e actores colectivos participantes. As expectativas e oportunidades proporcionadas ao longo das “situações sociais” dos campos ancoram nos recursos desigualmente possuídos pelos agentes. Nos campos são mobilizados repertórios de acção colectiva, recursos adaptáveis às características e dinâmicas necessárias ao domínio/usurpação do campo. Os jogos sociais nos campos envolvem relações entre factores posicionais/disposicionais e situacionais/interaccionais que fazem com que a relação entre acção e estrutura possa ser autónoma, ambivalente e gradativamente estrangida pelas desigualdades sociais e pelos padrões de valores culturais.

Vivemos actualmente em sociedades hierarquizadas, estratificadas e segmentadas, onde o conflito assume formas mais ou menos ocultas, implícitas, latentes ou manifestas, associado a classes sociais, quase-grupos, grupos sociais e actores colectivos diferenciadamente dotados de recursos sociais (materiais, políticos, culturais, simbólicos e informativos), que resultam

em desiguais capacidades de poder ou/e de acção colectiva. A participação individual e/ou colectiva nos campos é assimétrica, dada a desigual distribuição dos poderes causais. Verifica-se uma desigual capacidade de construção social da realidade quando determinadas classes sociais revelam maior acção colectiva. Os agentes e os actores colectivos colocados no topo das hierarquias sociais e nos sistemas de estratificação social contribuem mais para os processos de tomada de decisão do que aqueles que ocupam posições sociais desfavorecidas.

A partilha de posições estruturais semelhantes facilita a emergência, composição, representação e organização dos actores colectivos, mas nas sociedades modernas os actores colectivos constroem espaços de actuação e vinculação institucional relativamente autónomos ao espaço social das classes.

A propensão estrutural para a acção colectiva por parte das classes dominantes fá-las ser macroactores nas relações de poder da modernidade e, ao invés, os constrangimentos estruturais para a acção colectiva revelados pelas classes subalternas redu-las à condição de microactores. Os macroactores, microactores e actores colectivos inter-actúan com diferenciados poderes perante as estruturas institucionais das sociedades. Os macroactores têm uma forte influência sobre as condições dos microactores, alterando assim as regras das estruturas da interacção dos microactores. A acção colectiva confere aos macroactores e microactores desiguais capacidades de acção que, através da sua participação nos actores colectivos, reproduzem ou transformam a legitimidade das decisões produzidas nos campos sociais adstritas a determinadas posições de poder.

O habitus é hoje um dos mais desafiantes conceitos da teoria sociológica. Mouzelis sugere um “habitus” menos constrangido pelas estruturas e pela posição social, mais agencial e estratégico numa ordem da interacção social hierárquica, contingente, mas situacional e reflexiva. Mouzelis procura construir pontes teóricas entre o “habitus” e a reflexividade cujos efeitos se fariam sentir também sobre a produção da acção colectiva. Tal não significa que as desigualdades e hierarquias sociais não se reflectam sobre a reflexividade. A reflexividade associada à acção colectiva ancora-se nos constrangimentos/possibilidades das classes sociais e respectiva inserção nos campos e instituições, reflexividade exercida por agentes desigualmente dotados de recursos de vária ordem, com consequências estruturantes sobre as trajetórias sociais individuais e colectivas.

O habitus constitui a articulação fundamental entre as disposições sociais dos agentes e os sistemas sociais que compõem as estruturas da acção colectiva, ou seja, o conjunto dos actores colectivos e instituições presentes num determinado campo social. O “habitus activista” representa uma história pessoal incorporada nas formas de acção colectiva; ele

internaliza-se nos agentes individuais e objectiva-se estruturalmente, perante a interacção social nos campos e constrangimentos/possibilidades dos diferentes tipos de capitais presentes, com impactos sobre a acção colectiva de grupos de status, movimentos sociais, contextos nacionais / transnacionais ou processos históricos.

O estudo da acção colectiva sob a óptica das desigualdades sociais permite a focagem macro-social dos contextos nacionais / transnacionais e consequências das classes sociais sobre os níveis meso-sociais (os campos) e micro-sociais (os agentes) da acção colectiva, em articulação com o eixo estrutura / acção, aferindo os fenómenos sociais de acção colectiva em termos da inscrição da acção/interacção nos campos sociais e instituições das sociedades modernas.

Os níveis das relações sociais propostos por Mouzelis, os níveis estrutural, institucional, posicional, interaccional e disposicional, constituíram ferramentas teóricas, analíticas e empíricas suficientemente capazes de parametrizarem um programa holístico para a acção colectiva.

A problemática das classes sociais no estudo da acção colectiva demonstrou a sua importância quando a investigação revelou a transposição transversal dos efeitos das classes sociais sobre a acção colectiva, simultaneamente nos domínios das relações de produção, das sociedades do conhecimento e das instituições políticas da modernidade nos espaços sociais nacionais e transnacionais europeus.

Bibliografia

Aguiar, João (2010), *Classes, Valor e Acção Social*, Lisboa, Página a Página.

Ahrne, Goran (1994), *Social Organizations: Interaction Inside, Outside and Between Organizations*, London, Sage.

Ahrne, Goran (1990), *Agency and Organization: Towards an Organizational Theory of Society*, London, Sage.

Almeida, João Ferreira (2008), “Classes e valores: resultados da primeira aplicação do European Social Survey”, in Anália Torres e Luís Baptista (orgs), *Sociedades Contemporâneas, Reflexividade e Acção*, Porto, Afrontamento.

Almeida, João Ferreira de (1995), “Evoluções recentes e valores na sociedade”, em AA.VV., *Portugal Hoje*, Lisboa, Instituto Nacional de Administração.

Almeida, João Ferreira de (1990), *Valores e Representações Sociais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Almeida, João Ferreira de (1986), *Classes Sociais nos Campos. Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

Almeida, João Ferreira de (1981), “Alguns problemas de teoria das classes sociais”, *Análise Social*, nº 66, pp.231-251.

Almeida, João Ferreira, Rui Brites e Anália Torres (2010), “Valores e classes sociais: diferenças e semelhanças de género em Portugal”, *Sociologia On Line*, Nº1.

Almeida, João Ferreira de, Fernando Luís Machado, e António Firmino da Costa (2006), “Classes sociais e valores em contexto europeu”, in Jorge Vala e Anália Torres (orgs.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Almeida, João Ferreira, Costa, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (1994), “Recomposição Socioprofissional e novos protagonismos”, in António Reis (coord.), *Portugal, 20 anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores.

Almeida, João Ferreira, Costa, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (1988), “Famílias, estudantes e universidade: painéis de observação sociográfica”, *Sociologia Problemas e Práticas*, Nº 4, pp.11-44.

Almond, G. e S. Verba (1980), *The Civic Culture Revisited*, Boston, Little Brown.

Almond, G. e S. Verba (1963), *The Civic Culture*, Princeton, Princeton University Press.

Allport, G.W, P. Vernon e G. Lindsay (1960), *A Study of Values*, Boston, Houghton Mifflin.

Alves, Nuno Almeida (2008), “Perfis dos utilizadores da internet em Portugal”, *Análise Social*, vol.XLIII (3º), pp.603-625.

Allvin, M. e M. Sverke (2000), “Do new generations imply the end of solidarity? Swedish unionism in the era of individualization”, *Economic and Industrial Democracy*, Vol.21, pp.79-95.

Archer, Margaret (2003), *Structure, Agency and the Internal Conversation*, Cambridge, Cambridge University Press.

Archer, Margaret (1996), “Addressing the cultural system”, in Margaret Archer, Roy Bhaskar, Andrew Collier, Tony Lawson e Alan Norrie (orgs.), *Critical Realism Essential Readings*, Londres. Routledge, pp.503-543.

Archer, Margaret (1995), *Realist Social Theory: The Morphogenetic Approach*, Cambridge, Cambridge University Press.

Archer, Margaret (1988), *Culture and Agency: The Place of Culture in Social Theory*, Cambridge, Cambridge University Press.

Atkinson, Will (2010), “The myth of the reflexive worker: class and work histories in neo-liberal times”, *Work, Employment & Society*, 24, pp.413-429.

Atkinson, Will (2009), “Rethinking the Work-Class nexus: theoretical foundations for recent trends”, *Sociology*, 43, pp.896-912.

Atkinson, Robert D. (2005), “Inequality in the knowledge economy”, in A. Giddens e P. Diamond (eds.), *The New Egalitarianism*, Cambridge, Polity Press, pp.52-68.

Atkinson, A. (1984), *The Economics of Inequality*, Oxford, Clarendon Press.

Ávila, Patrícia (2008), “Literacia e desigualdades sociais na sociedade do conhecimento”, in A.F. Costa, F.L.Machado e P. Ávila (orgs.), *Portugal no Contexto Europeu, Vol.II - Sociedade e Conhecimento*, Lisboa, CIES-ISCTE, pp.21-44.

Ávila, Patrícia (2005), *A Literacia dos Adultos: Competências-Chave na Sociedade do Conhecimento*, dissertação para a obtenção do grau de doutoramento, Lisboa, ISCTE.

Bader, Veit-Michael (2008), *Racismo, Etnicidade, Cidadania. Reflexões Sociológicas e Filosóficas*, Porto, Edições Afrontamento.

Baldassari, Delia (2005), “Social mechanisms and collective action”, *Paper submitted to the 100th Annual Meeting of the American Sociological Association*, Philadelphia, 13-16 August.

Baptista, Inês (2010), “As desigualdades de género em número: reflexões metodológicas acerca da construção de índices”, in Renato Miguel do Carmo (org.), *Desigualdades Sociais 2010. Estudos e Indicadores*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp.215-227.

Barbier, Jean-Claude (2004), “A comparative analysis of ‘employment precariousness’ in Europe”, Presentation to Seminar *Learning from Employment and Welfare Policies in Europe*, Paris, 15 Março.

Barbier, J.C e outros (2003), “The French Social Protection System Path Dependencies and

Societal Coherence”, in N. Gilbert (ed.), *Continuities and Change in the Welfare State: Marginal Adjustments or a Paradigm Shift?*, New Jersey, Transaction Publishers.

Barnes, S. e outros (1979), *Political Action: Mass Participation in Five Democracies*, Londres, Sage.

Baron, S., J. Field e T. Schuller (orgs.) (2002), *Social Capital: Critical Perspectives*, Oxford, Oxford University Press.

Beck, Ulrich (1992), *Risk Society. Towards a New Modernity*, Londres, Thousand Oaks e Nova Deli, Sage Publications.

Beck, Ulrich (2000), “A reinvenção da política”, in Ulrich Beck, A. Giddens, e S. Lash, *Modernização Reflexiva*, Oeiras, Celta Editora, pp.1-51.

Beck, Ulrich, Anthony Giddens e, Scott Lash (2000), *Modernização Reflexiva*, Oeiras, Celta Editora.

Bell (1973), *The Coming of Post-Industrial Society*, Nova Iorque, Basic Books.

Benavente, Ana Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila (1996), *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Beneyto, Pere J. (2006), “El Sindicalismo del Siglo XXI”, *Curso de Formación de Formadores Sindicales*, Madrid.

Benford, Robert e Scott Hunt (1992), “Dramaturgy and social movements: The social construction and communication of power”, *Sociological Inquiry*, 67, pp.409-430.

Bennet, Tony e outros (2009), *Culture, Class and Distinction*, London and New York, Routledge.

Berger, Peter L., e Thomas Luckman (1999,1966), *A Construção Social da Realidade. Um Livro Sobre a Sociologia do Conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.

Biezen, I. (2000), “On the internal balance of party power: Party organizations in new democracies”, *Party Politics*, 6 (4), pp.395-417.

Bihr, Alain, e Roland Pfefferkorn (2008), *Le système des inégalités*, Paris, La Découverte.

Bihr, Alain, e Roland Pfefferkorn (1995), *Déchiffrer les Inégalités*, Paris, La Découverte.

Blaschke, S. (2000), “Union density and European integration: diverging convergence”, *European Journal of Industrial Relations*, 6, pp.217-236.

Blumer, Herbert (1986), *Symbolic Interactionism*, Berkeley, CA: University of California Press.

Blumer, Herbert (1969), "Collective behavior", in A. McClung-Lee (ed.), *Principles of Sociology*, New York, Barnes and Noble.

Boltanski, Luc e Ève Chiapello (1999), *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*, Paris, Gallimard.

Bonnewitz, Patrice (2002), "Une vision spatiale de la société: espace et champs" e "L'homo sociologicus bourdieusien: un agent social", em Patrice Bonnewitz (2002), *Premières Leçons sur la Sociologie de Pierre Bourdieu*, PUF, pp.41-60 e 61-74.

Bottero, Wendy (2005), *Stratification: Social Division and Inequality*, Londres e Nova Iorque, Routledge.

Bottero, Wendy (1998), "Clinging to the wreckage? Gender and the legacy of class", *Sociology*, 32, pp.469-490.

Bottero, Wendy e Sarah Irwin (2003), "Locating difference: class, 'race' and gender, and the shaping of social inequalities", *The Sociological Review*, pp.463-483.

Boudon, Raymond, e François Bourricaud (1982), "Action collective", em Raymond Boudon e François Bourricaud (1986), *Dictionnaire Critique de la Sociologie*, 2ªed., Paris, PUF, pp.8-15.

Bourdieu, Pierre (2002), *Esboço de Uma Teoria da Prática*, Oeiras, Celta Editora.

Bourdieu, Pierre (2001), *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta Editora.

Bourdieu, Pierre (1999), *A Dominação Masculina*, Rio Janeiro, Bertrand Brasil.

Bourdieu, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.

Bourdieu, Pierre (1987), "Espace social et pouvoir symbolique", in *Choses Dites*, Paris, Minuit.

Bourdieu (1986), "The forms of capital", in J.E. Richardson (ed.), *Handbook of Theory of Research for the Sociology of Education*, Greenwood Press, pp.241-58.

Bourdieu, Pierre (1985) 'The social space and the genesis of groups', *Theory and Society* 14, pp.723-744.

Bourdieu, Pierre (1984), "Espace social et genèse des classes", in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, N° 52/ 53.

Bourdieu, Pierre (1981), "La représentation politique. Éléments pour une théorie du champ politique", in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n°s 36/37, pp.3 e segs.

Bourdieu, Pierre (1980a), "Le capital social: notes provisoires", in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol.31, pp.2-3.

Bourdieu, Pierre (1980b), *Le Sens Pratique*, Paris, Les Éditions Le Minuit.

Bourdieu, Pierre (1979a), *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit.

Bourdieu, Pierre (1979b), “Les trois états du capital culturel”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 30, pp.3-6.

Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit.

Bradshaw, York W. E Michael Wallace (1996), *Global Inequalities*, Thousand Oaks, Pine Forge Press.

Brante, Thomas (2001), “Consequências do realismo na construção de teoria sociológica”, *Sociologia Problemas e Práticas*, nº36.

Breen, Richard e David B. Rottman (1998), “Is the national state the appropriate geographical unit for class analysis?”, *Sociology*, 32 (1), pp.1-21.

Breen, Richard e David B. Rottman (1995), *Class Stratification: A Comparative Perspective*, Hertfordshire, Harvester Wheatsheaf.

Brown Johnson, N., P. Bobko e L. Hartenian (1992), “Union influence on local union leaders’ perceptions of job insecurity: an empirical test”, *British Journal of Industrial Relations*, Vol.30 (1), pp.45-60.

Brown, H.P. (1990), “The counter-revolution of our time”, *Industrial Relations*, 29 (1), pp.1-14.

Burns, Tom (2006), “Teorias dos sistemas dinâmicos: teorizações sobre o capitalismo e a sua evolução”, *Sociologia Problemas e Práticas*, Nº 50, pp.11-44.

Burns, Tom (2004), “O futuro da democracia no contexto da globalização e da nova política: desafios e dilemas”, in J.M. Viegas, A.C. Pinto e Sérgio Faria (orgs.), *Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes*, Oeiras, Celta, pp.125-159.

Burns, Tom, Flam, Helena (2000), *Sistemas de Regras Sociais: Teoria e Aplicações*, Oeiras, Celta Editora.

Cabral, Manuel Villaverde (2003), “Percepções e avaliações das desigualdades sociais e económicas em perspectiva comparada: Portugal, Brasil e outros países”, in Manuel Villaverde Cabral, Jorge Vala e André Freire (orgs.), *Desigualdades Sociais e Percepções de Justiça*, Lisboa, Imprensa Ciências Sociais, pp.35-68.

Cabral, Manuel Villaverde (2000), “O exercício da cidadania política em Portugal”, in M. Villaverde Cabral, Jorge Vala e André Freire (orgs.), *Trabalho e Cidadania*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, pp.123-162.

Cabral, Manuel Villaverde (1997), *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

Cabral, Manuel Villaverde, Jorge Vala e André Freire (orgs.) (2003), *Desigualdades Sociais e Percepções de Justiça*, Lisboa, Imprensa Ciências Sociais.

Cabral, M. Villaverde, Jorge Vala e André Freire (orgs.) (2000), *Trabalho e Cidadania*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Caínzos, Miguel e Carmen Voces (2010), “Class inequalities in political participation and the ‘death of class’ debate”, *International Sociology*, 25, pp.383-418.

Calapez, T. (2001), “A medida nas ciências sociais: um conceito em evolução”, *Temas em Métodos Quantitativos 2*, Lisboa, Edições Sílabo.

Calhoun, Craig (1995), “New social movements’ of the early nineteenth century”, in M. Traugott (ed.), *Repertoires and Cycles of Contention*, Durham, Duke University Press, pp.173-216.

Campenhoudt, Luc (2003), *Introdução à Análise dos Fenómenos Sociais*, Lisboa, Gradiva.

Cardoso, Gustavo, António Firmino da Costa, Cristina Palma Conceição e Maria do Carmo Gomes (2005), *A Sociedade em Rede em Portugal*, Porto, Campo das Letras.

Carvalho, Helena (2008), *Análise Multivariada de Dados Qualitativos. Utilização da Análise de Correspondências Múltiplas com o SPSS*, Lisboa, Edições Sílabo.

Carvalho, Helena (2000), "Configuração topológica do espaço social", João Ferreira de Almeida (coord), Patrícia Ávila, Helena Carvalho, José Luís Casanova, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Susana da Cruz Martins e Rosário Mauritti (2000), *A Modernização das Estruturas Sociais. Recomposição Social, Novos Valores, Protagonismos Emergentes* (Relatório Final), CIES/ ISCTE, pp.269-354.

Carvalho, Helena (1999), *Variáveis Qualitativas na Análise Sociológica: Exploração de Métodos Multidimensionais*, Lisboa, ISCTE (tese de doutoramento).

Casanova, José Luís (2004), *Naturezas Sociais. Diversidade e Orientações Sociais na Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta Editora.

Castells, Manuel (2003), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Vol.2 O Poder da Identidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Castells, Manuel (2002), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Vol.1 A Sociedade em Rede*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Castells, Manuel e Pekka Himanen (2002), *The Information Society and the Welfare State. The Finnish Model*, Oxford, Oxford University Press.

Castles, Stephen (2002), “Estudar as transformações sociais”, in *Sociologia Problemas e Práticas*, Nº 40, pp.123-148.

Chauvel, Louis (2008), “La fin des classes sociales, et après ?”, *RC47 Meeting in the ISA World Congress*, Brisbane.

Chauvel, Louis (2004), « Le renouveau d'une société de classes », in Paul Bouffartigue (org.), *Le Retour des Classes Sociales*, Paris, La Dispute.

Chauvel, Louis (2001), “Le retour des classes sociales”, *Revue de l'OFCE*, 79, pp.315-359.

Chen, Wenhong e Barry Wellman (2005), “Minding the cyber-gap: the internet and social inequality”, in Romero, Mary and Eric Margolis (eds.) (2005), *The Blackwell Companion to Social Inequalities*, Malden, Blackwell, pp.523-545.

Clark, John (ed.) (2003), *Globalizing Civic Engagement. Civil Society and Transnational Action*, London, Earthscan.

Clegg, Stewart R. (1989), *Frameworks of Power*, Londres, Sage.

Clegg, Stewart R. (1998), *As Organizações Modernas*, Oeiras, Celta Editora.

Coleman, J.S. (1990), *Foundations of Social Theory*, Massachusetts, Harvard University Press.

Collins, Randall (2004), *Interaction Ritual Chains*, Princeton, NJ, Princeton University Press.

Collins, Randall (ed.) (1994), *Four Sociological Traditions: Selected Readings*, New York, Oxford University Press.

Collins, Randall (1975), *Conflict Sociology. Toward an Explanatory Science*, Nova Iorque, Academic Press.

Costa, António Firmino (2007), “Os desafios da teoria da prática à construção da sociologia”, in José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira (orgs.) (2007), *Pierre Bourdieu. A Teoria da Prática e a Construção da Sociologia em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, pp.15-29.

Costa, António Firmino (1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais de Identidade Cultural*, Oeiras, Celta.

Costa, António Firmino (1995), “Modes de vie et action collective”, *Recherches Sociologiques*, Vol. XXVI, 1.

Costa, António Firmino (1992), *Sociologia*, Lisboa, Difusão Cultural.

Costa, António Firmino (1988), “Classificações sociais”, *Leituras*, 2, pp.65-75.

Costa, António Firmino (1987), “Novos contributos para velhas questões da teoria das classes sociais”, *Análise Social*, nº 89, pp.635-686.

Costa, António Firmino, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (2008), “Classes sociais e recursos educativos: uma análise transnacional”, in A.F. Costa, F.L.Machado e P. Ávila (orgs.), *Portugal no Contexto Europeu, Vol.II - Sociedade e Conhecimento*, Lisboa, CIES-ISCTE, pp.5-20.

Costa, António Firmino, Rosário Mauritti, Suzana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (2000), “Classes Sociais na Europa”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº34, pp.9-43.

Costa, António Firmino, Fernando Luís Machado, João Ferreira de Almeida (1990), “Estudantes e amigos: trajectórias de classe e redes de sociabilidade”, *Análise Social*, XXV (105-106), pp.193-221.

Crockett, G. e K. Hall (1987), “Salaried professionals and union membership: an Australian perspective”, *Journal of Industrial Relations*, Vol. 29, pp.49-65.

Crompton, Rosemary (2003), “Class and gender beyond the ‘cultural turn’ “, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 42, pp.9-24.

Crompton, Rosemary (1998), *Class and Stratification: An Introduction to Current Debates*, Cambridge, Polity Press.

Crompton, Rosemary (1996), “The fragmentation of class analysis”, *British Journal of Sociology*, 40, pp.56-67.

Crossley, Nick (2003), “From reproduction to transformation: social movement fields and the radical habitus”, in *Theory, Culture & Society*, Vol.20 (6), pp.43-68.

Crossley, Nick (2002), *Making Sense of Social Movements*, Berkshire, Open University Press.

Crossley, Nick (2001), “The phenomenological habitus and its construction”, *Theory and Society*, 30: 81-120.

Crossley, Nick (1999), “Fish, field, habitus and madness: the first wave mental health users movement in Great Britain”, *British Journal of Sociology*, Vol.50, Nº4, pp. 647-670.

Crozier, Michel e Erhard Friedberg (1977), *L'Acteur et le Système: Les Contraintes de L'Action Collective*, Paris, Editions du Seuil.

D'Art, D., T. Turner (2007), “Trade unions and political participation in the European Union: still providing a democratic dividend?”, *British Journal of Industrial Relations*, 45:1, pp.103-126.

Dahrendorf, Ralph (1982), *As Classes Sociais e os seus Conflitos na Sociedade Industrial*, Brasília, Editora Universidade de Brasília.

Della Porta, Donatella and Michael Keating (eds) (2008), *Approaches and Methodologies in the Social Sciences*, Cambridge, Cambridge University Press.

Della Porta, D., Diani, M. (2006), *Social Movements: An Introduction*, Oxford, Blackwell Publishers.

Della Porta, Donatella (2003), *Introdução à Ciência Política*, Lisboa, Editorial Estampa.

- Delsen, L. (1995), *Atypical Employment: An International Perspective*, Groningen, Wolters-Noordhoff.
- Denord, François, Johs Hjellbrekke, Olav Korsnes, Frédéric Lebaron e Brigitte Le Roux (2011), “Social capital in the field of power: the case of Norway”, *The Sociological Review*, 59, pp. 86-108.
- Deth, Jan Van (2008), “Social capital and political involvement”, in Heiner Meulemann (ed.), *Social Capital in Europe: Similarity of Countries and Diversity of People? Multi-level Analyses of the European Social Survey 2002*, London, Brill, pp.191-218.
- Devine, Fiona and Mary C. Waters (2004), *Social Inequalities in Comparative Perspective*, Oxford, Blackwell Publishing.
- Devine, Fiona, Mike Savage, John Scott, and Rosemary Crompton (eds.) (2005), *Rethinking Class: Culture, Identities and Lifestyles*, Houndmills, Palgrave Macmillan.
- Diani, Mário, Eyerman, R. (1992), *Studying Collective Action*, London, Sage Publications.
- Dijk, Jan (2005), *The Deepening Divide. Inequality in the Information Society*, Londres, Sage.
- Dubar, Claude (1991), *La Socialisation, Construction des Identités Sociales et Professionnelles*, Armand Colin, Paris.
- Durkheim, Émile (1977,1893), *A Divisão do Trabalho Social* (2 vols.), Lisboa, Editorial Presença.
- Duverger, Maurice (1964), *Les Partis Politiques*, Paris, A.Collin.
- Drucker, Peter F (1993), *Post-Capitalist Society*, Nova Iorque, HarperBusiness.
- Ebbinghaus, Bernhard (2002), “Trade unions’ changing role: membership erosion, organisational reform, and social partnership in Europe”, *EU Paper Series*, Madison, University of Wisconsin.
- Ebbinghaus, Bernhard e Jelle Vissser (org.) (2000), *Trade Unions in Western Europe Since 1945 (The Societies of Europe)*, Basingstoke e Oxford, Macmillan.
- Ebbinghaus, B e J. Vissser (1999), “When institutions matter: union growth and decline in Western Europe, 1950-1995”, *European Sociological Review*, 15, pp.135-51.
- Eder, Klaus (1993), *The New Politics of Class. Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Society*, Londres, Sage Publications.
- Eder, Klaus (1985), “The ‘new social movements’: moral crusades, political pressure groups or social movements?”, *Social Research*, vol.52, 4, pp. 869-890.
- Eisenstadt, S.N (2010), “Modernity and modernization”, *Sociopedia.isa*: pp.1-15.

- Eisenstadt, S. N. (2000), *Os Regimes Democráticos: Fragilidade, Continuidade e Transformabilidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Eitzen, D. Standley e Janis E. Johnston (2007), *Inequality: Social Class and Its Consequences*, Boulder, Paradigm Publishers.
- Elias, Norbert (2002), *Teoria Simbólica*, Lisboa, Celta Editora.
- Engels, Friedrich (1891, 2002), *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Lisboa, Edições Avante.
- Erikson, Robert e John H. Goldthorpe (1993), *The Constant Flux: A Study of Class Mobility in Industrial Societies*, Oxford, Clarendon Press.
- Erlinghagen, M. (2007), “Self-perceived job insecurity and social context. A multi-level analysis of 17 European countries”, *European Sociological Review*.
- ESOPE (2004), *Precarious Employment in Europe: A Comparative Study of Labour Market related Risks in Flexible Economies*, Bruxelas, European Community Research.
- Esping-Andersen, Gosta (2005), “Inequality of incomes and opportunities”, in A. Giddens e P. Diamond (eds.), *The New Egalitarianism*, Cambridge, Polity Press, pp.8-38.
- Esping-Andersen, Gosta (1999), *Social Foundations of Postindustrial Economies*, Oxford, Oxford University Press.
- Esping-Andersen, Gosta (org.) (1993), *Changing Classes: Stratification and Mobility in Post-Industrial Societies*, Londres, Sage Publications.
- Esping-Andersen (1991), *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, New Jersey, Princeton University Press.
- ESS Survey (2008, 2006). Disponível Online [http:// www.europeansocialsurvey.org/](http://www.europeansocialsurvey.org/).
- Estanque, Elísio (2009), “Trabalho e sindicalismo – os impactos da crise”, *Finisterra – Revista de Reflexão e Crítica*, N^os 65/66, pp.135-150.
- Estanque, Elísio (2003), “O efeito de classe média: desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI”, in M.V.Cabral, J. Vala, e A. Freire (orgs.), *Desigualdades Sociais e Percepções de Justiça*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp.69-105.
- Estanque, Elísio (2000), *Entre a Fábrica e a Comunidade*, Porto, Afrontamento.
- Estanque, Elísio e Mendes, José Manuel (1997), *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal. Um estudo comparativo*, Porto, Afrontamento.
- ETUI (2005), *A Europa e a Globalização*, Bruxelas, European Trade Union Institute for Research.

- Eyerman, R. e A. Jamison (1991), *Social Movements: A Cognitive Approach*, Cambridge, Polity.
- Feldman, Stanley (2003), “Values, ideology, and the structure of political attitudes”, in David Sears, Leonie Huddy e Robert Jervis (eds.), *Oxford Handbook of Political Psychology*, New York, Oxford University Press, pp.477-508.
- Fernandes, António Teixeira (2006), *Monotonia Democrática e Diluição das Regulações Sociais*, Porto, Afrontamento.
- Fernandes, António Teixeira (1997), *A Sociedade e o Estado. Sociologia das Formações Políticas*, Porto, Edições Afrontamento.
- Fernandes, António Teixeira (1988), *Os Fenómenos Políticos. Sociologia do Poder*, Porto, Edições Afrontamento.
- Ferrera, Maurizio, Anton Hemerijck e Martin Rhodes (2000), *The Future of Social Europe: Recasting Work and Welfare in the New Economy*, Oeiras, Celta Editora.
- Field, J. (2003), *Social Capital*, Londres-Nova Iorque, Routledge.
- Fine, Gary Alan e Philip Manning (2000), “Erving Goffman”, em George Ritzer (org.) (2003), *The Blackwell Companion to Major Contemporary Social Theorists*, Oxford, Blackwell, pp.34-62.
- Fitoussi, Jean-Paul e Pierre Rosanvallon (1997), *A Nova Era das Desigualdades*, Oeiras, Celta Editora.
- Flacks, Dicks (2005), “A questão da relevância nos estudos dos movimentos sociais”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº 72, pp.45-66.
- Florida, Richard (2002), *The Rise of the Creative Class*, New York, Basic Books.
- Freire, André (2006), *Esquerda e Direita na Política Europeia. Portugal, Espanha e Grécia em Perspectiva Comparada*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Freire, João (1993), *Sociologia do Trabalho: Uma Introdução*, Edições Afrontamento, Porto.
- Friedberg, Erhard (1995), *O Poder e a Regra: Dinâmicas da Acção Organizada*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Furaker, Bengt (2005), *Sociological Perspectives on Labor Markets*, Hampshire, Palgrave Macmillan.
- Gamson, William (1992), *Talking Politics*, New York, Cambridge University Press.
- Giddens, Anthony (2009), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Giddens, Anthony (2000), *Dualidade da Estrutura. Agência e Estrutura*, Oeiras, Celta Editora.

- Giddens, Anthony (1999), *Capitalismo e Moderna Teoria Social*, Lisboa, Presença.
- Giddens, Anthony (1995), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony (1993), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony (1984). *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, Anthony and Patrick Diamond (eds.) (2005), *The New Egalitarianism*, Cambridge, Polity Press.
- Giugni, Marc, Doug McAdam e Charles Tilly (orgs) (1989), *How Social Movements Matter*, Minneapolis, The University of Minneapolis Press.
- Goldthorpe, John (2002), “Globalisation and social class”, *West European Politics*, Vol.25, 3, pp. 1-28.
- Goffman, Erving (1983), “The interaction order”, *American Sociological Review*, vol.48, nº1, pp.1-17.
- Goffman, Erving (1993), *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, Lisboa, Relógio D'Água.
- Granovetter, Mark (1973), “The Strength of Weak Ties”, *American Journal of Sociology*, 83, pp.1360-1380.
- Greenwood, Royston, Christine Oliver, Kerstin Sahline Roy Suddaby (eds.) (2008), *The Sage Handbook of Organizational Institutionalism*, London, Sage Publications.
- Grint, Keith (2002), *Sociologia do Trabalho*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Grupo de Lisboa (1994), *Limites à Competição*, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- Guest, D. e P. Dewe (1988), “Why do workers belong to a trade union? A social psychology study in the UK electronics industry”, *British Journal of Industrial Relations*, Vol.88 (26), pp.178-192.
- Habermas, Jurgen (2002), *Racionalidade e Comunicação*, Lisboa, Edições 70.
- Habermas, Jurgen (1989), *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry Into a Category of Bourgeois Society*, Cambridge, Polity Press.
- Habermas, Jurgen (1986), *The Theory of Communicative Action: Reason and Rationalization of Society*, vol.1, Cambridge, Polity Press.
- Halford, Susan e Savage, Mike (2010), “Reconceptualizing digital social inequality”, *Information, Communication & Society*, 13:7, pp. 937-955.

- Halman, L. (2003), “Capital social na Europa contemporânea”, in J. Vala, M.V.Cabral e A. Ramos (orgs.), *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp.257-292.
- Halman, L., R. Luijkx (2006), “Social Capital in Contemporary Europe: evidence from the European Social Survey”, *Portuguese Journal of Social Sciences*, Vol.5, N1, pp.65-90.
- Halman, L. e R. de Moor (1994), “Value shift in Western societies”, in P.Ester, L. Halman e R. de Moor (orgs.), *The Individualizing Society: Value Change in Europe and North America*, Tilburg, Tilburg University Press.
- Hamel, Pierre (1995), “Collective action and the paradigm of individualism”, em Louis Maheu, *Social Movements and Social Classes – the Future of Collective Action*, Toronto, Sage, pp. 236-257.
- Hancké, B. (1993), “Trade union membership in Europe, 1960-1990: rediscovering local unions”, *British Journal of Industrial Relations*, 31, pp.593-613.
- Head, R. (2009), “Online social capital and social movement participation”, *Paper submitted to the division of Political Communication*, ICA.
- Healy, Kieran (1998), “Conceptualising constraint: Mouzelis, Archer and the concept of social structure”, *Sociology*, Vol.32, N° 3, pp. 509-522.
- Herreros, Francisco (2009), “The state”, in Gert Svendsen e Gunnar Svendsen (eds.) (2009), *Handbook of Social Capital*, Cheltenham, Edward Elgar, pp.179-196.
- Hindess, Barry (1988), *Choice, Rationality and Social Theory*, Londres, Unwin Hyman.
- Hitlin, S. e J.A.Puliavin (2004), “Values: reviving a dormant concept”, in *Annual Review of Sociology*, vol.30, pp. 359-393.
- Hyman, R. (1992), “Trade unions and the disaggregation of the working class”, in M. Regini (ed.), *The Future of Labour Movements*, London, Sage Publications.
- Inglehart, R., P. Norris e C. Weizel (2003), *Human Values and Social Change*, Leiden, Koninklijke Brill NV.
- James, Jeffrey (2007), “The digital divide across all citizens of the world: a new concept”, *Soc Indic Res*, 89, pp.275-282.
- Jenkins, Richard (2002), *Pierre Bourdieu*, London and New York, Routledge.
- Jennings, M. Kent e outros (1990), *Continuities in Political Action*, Berlim/Nova Iorque, Walter de Gruyter.
- Joas, Hans e Klaus Wiegandt (eds.) (2008), *The Cultural Values of Europe*, Liverpool, Liverpool University Press.

Jowell, Roger, Caroline Roberts, Rory Fitzgerald e Gillian Eva (eds.) (2007), *Measuring Cross-Nationally: Lessons From the European Social Survey*, London, Sage.

Karagiannis, Nathalie (2008), *European Solidarity*, Liverpool, Liverpool University Press.

Katz, James and Ronald Rice (2002), *Social Consequences of Internet Use*, Massachusetts, MIT Press.

Katz, Richard S., e Peter Mair (1992), *Party Organizations: A Data Handbook*, Londres, Sage.

Kelly, J. (1998), *Rethinking Industrial Relations. Mobilization, Collectivism and Long Waves*, London, Routledge.

Kelly, Carolin e Sara Breinlinger (1996), *The Social Psychology of Collective Action*, Londres, Taylor & Francis.

Kelly, J. e J. Waddington (1995), “New prospects for British labour”, *Organization* 2, (3/4), pp.415-426.

Keniston, Keneth (1968), *Young Radicals*, New York, Harcourt Brace Jovanovich.

Kitzinger, David (2002), “Scope of comparative methods in social movement research: a study of multi-profile movement organizations”, *Paper for the 4th Annual Retreat of Society for Comparative Research*, Central European University, Budapeste.

Klandermans, B. (1996), “Ideology and the social psychology of union participation”, in P. Pasture, J. Verberckmoes e H. De Witte (eds.), *The Lost Perspective? Trade Unions Between Ideology and Social Action in the New Europe. Significance of ideology in European Trade Unionism*, Vol.2, Aldershot, Avebury, pp. 259-274.

Klandermans, Bert (1984), “Mobilization and participation: socio-psychological expansions of resource mobilization theory”, *American Sociological Review*, 49(5), pp.583-600.

Klandermans, Bert, Conny Roggeband (eds.) (2007), *Handbook of Social Movements Across Disciplines*, Amsterdam, Springer.

Klandermans, Bert e Susan Staggenborg (ed.) (2002), *Methods of Social Movement Research*, Minneapolis, University of Minnesota Press.

Klandermans, B e T. van Vuuren (1999), “Job insecurity”, *Special Issue of the European Journal of Work and Organizational Psychology*, Vol.8(2), pp.145-314.

Kluckhohn, C. (1951), “Values and value-orientations in theory of action”, in T. Parsons (org.), *Toward a General Theory of Action*, Cambridge, Harvard University Press.

Koster, Ferry e Jeroen Bruggeman (2008), “The institutional embeddedness of social capital: a multi-level investigation across 24 european countries”, in *Policy and Politics*, Vol.36, N°3.

Lahire, Bernard (2006), *A Cultura dos Indivíduos*, Porto Alegre, Artmed.

- Lahire, Bernard (2001), *O Homem Plural. As Molas da Acção*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Lash, Scott (2000), “A reflexividade e os seus duplos”, in U. Beck, A. Giddens e S. Lash, *Modernização Reflexiva*, Oeiras, Celta Editora, pp.105-164.
- Layder, Derek (1998), *Sociological Practice. Linking Theory and Social Research*, London, Sage Publications.
- Lee, David J. e Bryan S. Turner (orgs.) (1996), *Conflicts about Class: Debating Inequality in Late Industrialism*, Harlow (U.K.), Longman.
- Leiulfstrud, Haken, I. Bison, H. Jensberg (2005), *Social Class in Europe. European Social Survey 2002/3*, Report, Working Paper.
- Lemieux, Vincent, e Mathieu Ouimet (2008), *Análise Estrutural das Redes Sociais*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Lenski, G., J. Lenksi e P. Nolan (1991), *Human Societies: An Introduction to Macrosociology*, New York, McGraw-Hill.
- Lima, Pedro, Dores, António Pedro, e Costa, António Firmino da (1991), “Classificações de profissões nos Censos 91”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº10, pp.43-66.
- Lipset, S.M. e S. Rokkan (1967), *Party Systems and Voter Alignments: Cross-National Perspectives*, New York, Free Press.
- Lister, Ruth (2003), *Citizenship: Feminist Perspectives*, Nova Iorque, New York University Press.
- Lister, Ruth (2001), “Citizenship and gender”, in Kate Nash e Alan Scott (eds.), *The Blackwell Companion to Political Sociology*, Malden, Blackwell Publishing, pp.323-332.
- Lockwood, David (1986), “Class, status and gender”, in R. Crompton & M. Mann (eds.), *Gender and Stratification*, Cambridge, Polity.
- López, José, e John Scott (2000), *Social Structure*, Buckingham, Open University Press.
- Lukes, Steven (2005), *Power. A Radical View*, Londres, Macmillan.
- Luther, Kurt R. e F. Muller-Rommel (2002), “Political parties in a changing Europe”, *Working Paper 14*, SPIRE.
- Lyman, Stanford M. (org.) (1995), *Social Movements: Critiques, Concepts, Case-Studies*, Londres, MacMillan Press.
- Lyon, David (1992), *A Sociedade da Informação*, Oeiras, Celta Editora.
- Machado, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, Rosário Mauritti, Suzana da Cruz Martins, José Luís Casanova e João Ferreira de Almeida (2003), “Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº 66, pp.45-80.

Machado, Fernando Luís, Costa, António Firmino da, e Almeida, João Ferreira de (1989), “Identidades e orientações dos estudantes: classes, convergências, especificidades”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 27/28, pp.189-209.

Maheu, Louis (org.) (1995), *Social Movements and Social Classes. The Future of Collective Action*, Londres, Sage Publications.

Mair, P., Biezen, I. Van (2001), *Party membership in Europe, Party Politics*, VII, pp.5-21.

Mann, Michael (1993), “A theory of the modern state”, in Michael Mann, *The Sources of Social Power*, vol.2: *The Rise of Classes and Nation-States, 1760-1914*, Cambridge, Cambridge University Press, pp.44-91.

Marien, Sofie, Marc Hooghe e Ellen Quintelier (2009), “Inequalities in non-institutionalized forms of political participation”, *Political Studies* 2009, pp.1-12.

Marshall, Gordon (1997), *Repositioning Class: Social Inequality in Industrial Societies*, Londres, Sage Publications.

Martins, Suzana da Cruz (2005), “Portugal, um lugar de fronteira na Europa. Uma leitura de indicadores socioeducacionais”, *Sociologia Problemas e Práticas*, Nº49, pp.141-161.

Martins, Suzana Cruz (2003), “Novos associativismos e tematizações na sociedade portuguesa”, in *Sociologia Problemas e Práticas*, 43, pp.103-132.

Marx, Karl, e Friedrich Engels (2008), *Marx Engel Obras Escolhidas Tomo I*, Lisboa, Edições Avante.

Marx, Karl, e Friedrich Engels (1995), textos transcritos em Manuel Braga da Cruz, *Teorias Sociológicas. Os Fundadores e os Clássicos (Antologia de Textos)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Marx, Karl (1975), *A Ideologia Alemã*, Lisboa, Livraria Presença.

Mauritti, Rosário (2008), “Anotações metodológicas e operacionais num olhar de comparação internacional”, *Sociologia Problemas e Práticas*, Nº 57, pp.155-162.

Mauritti, R., S.C. Martins e A.F.Costa (2005), “Classes sociais numa perspectiva comparada: estruturas europeias actuais e instrumentos de análise”, in *Actas do V Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas, Reflexividade e Acção*, Braga, 12 a 15 de Maio de 2004 (edição em CD-ROM) (www.aps.pt/Vcongresso/ateliers-pdfs.htm).

May, Tim (2001), *Social Research. Issues, Methods and Process*, Berkshire, Open University Press.

McAdam, Doug, McCarthy e A. Zald (1996, 1973), "Social Movements", in N.J. Smelser (ed.), *Handbook of Sociology*, Newsbury Pak, Londres, Nova Deli, Sage, pp.695-737.

Mead, G. H. (1997), *Mind, Self and Society*, Chicago, Chicago University Press.

Melucci, Alberto (2001), *A invenção do presente*, Petropolis, Editora Vozes.

Melucci, Alberto (1996), *Challenging Codes: Collective Action in the Information Age*, Cambridge, Cambridge University Press.

Melucci, Alberto (1989), *Nomads of the Present. Social Movements and Individual Needs in Contemporary Society*, Century Hutchison.

Merton, Robert K. (1970), *Sociologia: Teoria e Estrutura*, São Paulo, Ed. Mestre Jon.

Meulemann, Heiner (ed.) (2008), *Social Capital in Europe: Similarity of Countries and Diversity of People? Multi-level Analyses of the European Social Survey 2002*, London, Brill.

Michels, Robert (1962), *Political Parties*, New York, The Free Press.

Milbrath, L.W e M.L. Goel (1977), *Political Participation: How and Why Do People Get Involved in Politics?*, Lanham, University Press of America.

Miller, Byron A. (2000), *Geography and Social Movements: Comparing Antinuclear Activism in the Boston Area*, Minneapolis, University of Minnesota Press.

Milner, Andrew (1999), *Class*, Londres, Sage Publications.

Milward, A. (1992), *The European Rescue of the Nation-State*, London, Routledge.

Miranda, David (2003), "Em rede: algumas questões epistemológicas", in José Rebelo (coord.), *Novas Formas de Mobilização Popular*, Porto, Campo das Letras, pp. 87-90.

Morris, Lydia (1996), "Classes, underclasses and the labour market", in David Lee e Bryan S. Turner (orgs.), *Conflicts about Class: Debating Inequality in Late Industrialism*, Harlow, Longman, pp.184-195.

Mouzelis, Nicos (2008), *Modern and Postmodern Social Theorizing*, Cambridge, Cambridge University Press.

Mouzelis, Nicos (2001), "Reflexive modernization and the third way: The impasses of Giddens social democratic politics", *Sociological Review*, Vol.49, N° 3, pp. 1-18.

Mouzelis, Nicos (1995), *Sociological Theory: What Went Wrong? Diagnosis and Remedies*, Londres, Routledge.

Mouzelis, Nicos (1992), "The interaction order and the micro-macro distinction", *Sociological Theory*, Vol.10, N°1, pp. 122-128.

Mouzelis, Nicos (1991), *Back to Sociological Theory: The Construction of Social Orders*, Londres, Macmillan.

Mouzelis, Nicos (1989), “Restructuring structuration theory”, *The Sociological Review*, Vol.37, Nº4, pp.613-635.

Mozzicafredo, Juan (1997), *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta.

Narayan, D. E M.F. Cassidy (2001), “A dimensional approach to measuring social capital: development and validation of a social capital inventory”, in *Current Sociology*, vol.49, pp.59-102.

Neveu, Erik (1996), *Sociologie des Mouvements Sociaux*, Paris, La Découverte.

Newton, K. (2004), “Confiança social”, in J.M. L. Viegas, A.C. Pinto e S. Faria (orgs.), *Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes*, Lisboa, Celta Editora, pp.61-84.

Norris, Pippa (org.) (2002), *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism*, Nova Iorque, Cambridge University Press.

Nunes, Nuno (2010), recensão crítica a Manuel Carlos Silva (2009), *Classes Sociais: Condição objectiva, identidade e acção colectiva*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, in *Le Monde Diplomatique*, Nº 49, II Série.

Nunes, Nuno (2008), “A sociologia das classes sociais na investigação sociológica em Portugal”, *CIES e-Working-paper*, Nº 50/2008.

Nunes, Nuno e Renato Miguel do Carmo (2010), “Condições de classe e acção colectiva na Europa”, in Renato Miguel do Carmo (org.), *Desigualdades Sociais 2010. Estudos e Indicadores*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp.119-126.

Nunes, Nuno e Josué Caldeira (2009), “Desigualdades sociais e acção colectiva na sociedade portuguesa”, *Le Monde Diplomatique*, Nº28.

Nunes, Nuno e Marinús Pires de Lima (2008), “Movimentos sociais Por Timor”, *Travessias*, Coimbra, Nº 6/7, pp.165-189.

Offe, Claus (1996), *Partidos políticos y nuevos movimientos sociales*, Madrid, Editorial Sistema.

Offe Claus, (1985), “New social movements: challenging the boundaries of institucional politics”, *Social Research*, Vol.52, nº 4, pp.817-868.

Offe, Claus e Helmut Wiesenthal (1984), “Duas lógicas da acção colectiva: notas teóricas sobre a classe social e a forma de organização”, in Claus Offe (ed.), *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

Oliveira, Luísa (2008), “Desemprego e precariedade: à procura do modelo perdido?”, in Anália Torres e Luís Baptista (orgs.), *Sociedades Contemporâneas. Reflexividade e Acção*, Porto, Edições Afrontamento, pp.307-324.

Oliveira, Luísa e Helena Carvalho (2010), *Regulação e Mercado de Trabalho – Portugal e a Europa*, Lisboa, Edições Sílabo.

Olson, Mancur (1998), *A Lógica da Acção Colectiva: Bens Públicos e Teoria dos Grupos*, Oeiras, Celta Editora.

Olson, Mancur (1994), “Public Goods and the Free Rider Problem” em Randall Collins, *Four Sociological Traditions*, Oxford, Oxford University Press, pp.162-170.

Opp, Karl-Dieter (1989), *The Rationality of Political Protest*, Boulder, Colo Westview.

Ostrogorski, Moisei (1979), *La Démocratie et les Partis Politiques*, Paris, Seuil.

Oyen, E. (org.), (1990), *Comparative Methodology. Theory and Practice in International Social Research*, Londres, International Sociological Association, Sage Publications.

Pacheco, J. e E. Plutzer (2008), “Political participation and cumulative disadvantage. The impact of economic and social hardship on young citizens”, *Journal of Social Issues*, 64 (3), pp.571-593.

Pakulski, Jan and Malcolm Waters (1996), *The Death of Class*, London, Sage.

Panebianco, Angelo (1995), *Modelos de Partido*, Madrid, Alianza Editorial.

Parker, John (2000), “The ‘structurationists’”, em John Parker (2000), *Structuration*, Buckingham, Open University Press, pp.37-66.

Parker, John (2000), “Beyond the ‘structuracionists’: back to reality”, em John Parker (2000), *Structuration*, Buckingham, Open University Press, pp.67-101.

Parkin, Frank (2000), *Max Weber*, Oeiras, Celta Editora.

Parkin, Frank (1979), *Marxism and Class Theory: a Bourgeois Critique*, London, Tavistock.

Parry, G., G. Moyser e outros (1992), *Political Participation and Democracy in Britain*, Cambridge, Cambridge University Press.

Passy, Florence e Marco Giugni (2000), “Life spheres, networks, and sustained participation in social movements. A phenomenological approach to political commitment”, *Sociological Forum*, 15, pp.117-144.

Pereira, Virgílio Borges (2005), *Modalidades de Estilização de Vida na Cidade do Porto: Classes e Culturas de Classe das Famílias Portuenses*, Porto, Afrontamento.

Perista, Heloísa (2002), “Género e trabalho não pago. Os tempos das mulheres e os tempos dos homens”, *Análise Social*, vol.XXXVII (163), pp.447-474.

Pinto, José Madureira (2008), “Desregulação da Economia, menos Estado Social?”, in José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira (orgs.) (2008), *Desigualdades, Desregulação e Riscos nas Sociedades Contemporâneas*, Porto, Edições Afrontamento, pp.105-135

Pinto, José Madureira (2000), “Flexibilidade, segurança e identidades sócio-profissionais”, *Cadernos de Ciências Sociais*, 19/20, pp.15-37.

Pinto, J. Madureira (1991), “Considerações sobre a produção social de identidade”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº32, pp.217-231.

Pinto, J. Madureira (1985), *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos: Elementos de Teoria e de Pesquisa Empírica*, Porto, Afrontamento.

Pinto, José Madureira e outros (2010), *Ir e Voltar. Sociologia de uma Colectividade Local do Noroeste Português (1977-2007)*, Porto, Afrontamento,

Pinto, José Madureira e Virgílio Borges Pereira (orgs.) (2007), *Pierre Bourdieu. A teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.

Pinto, José Madureira e Maria Cidália Queiroz (1996), “Flexibilização da produção, mobilidade da mão-de-obra e processos identitários na construção civil”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº19, pp.9-29.

Pinto, José Madureira e Maria Cidália Queiroz (1990), “Lugares de classes e contextos de aprendizagem social”, *Cadernos de Ciências Sociais*, Nº 8 / 9, pp.131-143.

Piqueras, José António (1995), *O Movimento Operário*, Porto, Campo das Letras.

Pires, Rui Pena (2007), “Árvores conceptuais: uma reconstrução multidimensional dos conceitos de acção e de estrutura”, *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 53, pp. 11-50.

Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração*, Oeiras, Celta Editora.

Pires, Rui Pena (1988), “A teoria da estruturação de Anthony Giddens”, in *Sociologia Problemas e Práticas*, Nº4, pp.231-236.

PNUD (2007/2008), *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Coimbra, Almedina.

PNUD (2002), *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Nova Iorque, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Popielarz, Pamela (1999), “(In) Voluntary association: A multilevel analysis of gender segregation in voluntary organizations”, *Gender and Society*, Vol.13, Nº2, pp. 234-250.

Portes, A. (2000), “Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea”, in *Sociologia Problemas e Práticas*, vol.33, pp.133-158.

Poteete, Amy e Elinor Ostrom (2004), “In pursuit of comparable concepts and data about collective action”, *Agricultural Systems*, 82, pp. 215-232.

Poulantzas, Nicos (1975), *Classes in Contemporary Capitalism*, Londres, NLB.

Putnam, Robert D. (2000), *Bowling Alone*, New York, Simon & Schuster Paperbacks.

Putnam, Robert D. (1993), *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*, Princeton, Princeton University Press.

Queiroz, Maria Cidália (2007), “As teorias das classes sociais em Bourdieu: primado das relações de concorrência sobre as de subversão”, in José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira (orgs.), *Pierre Bourdieu. A teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, pp.59-90.

Queiroz, Maria Cidália (2005), *Classes, Identidades e Transformações Sociais*, Porto, Campo das Letras.

Radcliff, B. (2001), “Organised labour and electoral participation in American national elections”, *Journal of Labour Research*, 22 (2), pp.405-414.

Ramos, Alice (2007), “Dinâmicas dos valores sociais e desenvolvimento socioeconómico”, in Jorge Vala e Anália Torres (orgs.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, ICS/Imprensa de Ciências Sociais, pp.183-218.

Ramos, Alice (2000), “Centralidade do trabalho”, em M.V.Cabral, J. Vala e J. Freire (orgs.), *Atitudes Sociais dos Portugueses. Trabalho e Cidadania*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp.48-69.

Rebelo, José (coord.) (2003), *Novas Formas de Mobilização Popular*, Porto, Campo das Letras.

Reich, Robert (2007), *Supercapitalism*, New York, Vintage Books.

Reich, Robert (1996), *O Trabalho das Nações*, Lisboa, Quetzal.

Rex, John (1981), *Social Conflict. A Theoretical and Conceptual Analysis*, Londres, Longman.

Ridgeway, Cecilia (2001), “Inequality, status and the construction of status beliefs”, in Jonathan H. Turner (org.), *Handbook of Sociological Theory*, New York, Kluwer Academic, pp. 323-340.

Ritzer, George (org.) (2003a), *The Blackwell Companion to Major Classical Social Theorists*, Oxford, Blackwell.

Ritzer, George (org.) (2003b), *The Blackwell Companion do Major Contemporary Social Theorists*, Oxford, Blackwell.

Ritzer, George e Douglas J. Goodman (2004), *Sociological Theory*, Nova Iorque, McGraw-Hill.

Rodrigues, Maria de Lurdes e João Tracado da Mata (2003), “A utilização do computador e da internet pela população portuguesa”, *Sociologia Problemas e Práticas*, Nº 43, pp.161-178.

Rokeach, M. (1973), *The Nature of Human Values*, Nova Iorque, The Free Press.

Roller, Edeltraud e T. Rudi (2008), “Explaining level and equality of political participation. The role of social capital, socioeconomic modernity, and political institutions”, in Heiner Meulemann (ed.) (2008), *Social Capital in Europe: Similarity of Countries and Diversity of People? Multi-level Analyses of the European Social Survey 2002*, London, Brill, pp.251-283.

Romero, Mary and Eric Margolis (eds.) (2005), *The Blackwell Companion to Social Inequalities*, Malden, Blackwell.

Rosenstone, S. e J. Hansen (2003), *Mobilization, Participation and Democracy in America*, New York, Longman.

Rossel, Jorg e Randall Collins (2001), “Conflict Theory and interaction rituals: the microfoundations of conflict theory”, em Jonathan H. Turner (org.), *Handbook of Sociological Theory*, Nova Iorque, Kluwer Academic, pp.509-531.

Rothstein, Bo e Erik Uslaner (2005), “All for all. Equality, corruption, and social trust”, *World Politics*, 58, pp.41-72.

Rousseau, Jean-Jacques (1976), *Discurso sobre a Origem e Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

Ruggiero, Vincenzo e Nicola Montagna (ed.) (2008), *Social Movements. A Reader*, London and New York, Routledge.

Rydland, Lars Tore, Sveinung Arnesen e Ase Ostensen (2007), *Contextual Data for the European Social Survey*, Bergen, Norwegian Social Science Data Services.

Santos, Bovaventura Sousa (1995), *Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*, Nova Iorque, Routledge.

Scholzman, Kay, Sidney Verba e Henry Brady (2009), “The weapon of the strong? Participatory inequality and the internet revolution”, *Prepared for the Annual Meeting of the Midwest Political Science Association*, Chicago, IL, 2-5 Abril.

Schnabel, Claus (2002), “Determinants of trade union membership”, *Discussion Papers N° 15*, Friedrich-Alexander Universitat.

Schnapper, Dominique (1998), *Contra o Fim do Trabalho*, Lisboa, Terramar.

Schuerkens, Ulrike (ed.) (2010), *Globalization and Transformations of Social Inequality*, New York, Routledge.

Schur, L. (2003), “Employment and the creation of an active citizenry”, *British Journal of Industrial Relations*, 41 (4), pp.751-771.

Schwartz, Shalom (2007), “Value orientations: measurement, antecedents and consequences across nations”, in Roger Jowell, Caroline Roberts, Rory Fitzgerald e Gillian Eva (eds.), *Measuring Cross-Nationally: Lessons From the European Social Survey*, London, Sage, pp.169-203.

Schwartz, Shalom (2005), “Basic Human values: Their content and structure across countries”, in A. Tamayo e J. Porto (eds.), *Valores e Comportamentos nas Organizações*, Petrópolis, Vozes, pp.21-55.

Schwartz, S. H (1996), “Value priorities and behavior: applying a theory of integrated value systems”, in C. Seligman, J.M. Olson, e M.P. Zanna (orgs.), *The Psychology of Values: The Ontario Symposium*, Vol.8, Nova Jérsea, Lawrence Erlbaum Associates.

Scott, John (2007), “Power, Domination and Stratification”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, Nº55, pp. 25-39.

Scott, John (2001), *Power*, Cambridge, Polity.

Scott, John (1996), *Stratification and Power: Structures of Class, Status and Command*, Cambridge, Polity Press.

Scott, John (1995), *Sociological Theory. Contemporary Debates*, Cheltenham, Edward Elgar.

Scott, John (1992), *Social Network Analysis: A Handbook*, London /Newbury Park, Sage.

Scruggs, Lyle (2002), “The Ghent system and union membership in Europe, 1970-1996”, *Political Research Quarterly*, 55, pp. 275-297.

Sennet, Richard (1998), *A Corrosão do Carácter: As Consequências Pessoais do Trabalho no Novo Capitalismo*, Lisboa, Terramar.

Shibutani, Tamotsu (1986), *Social Processes. An Introduction to Sociology*, London, University of California Press.

Silva, Augusto Santos (1988), *Entre a Razão e o Sentido*, Edições Afrontamento, Porto.

Silva, Augusto Santos (1994), *Tempos Cruzados. Um estudo interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Afrontamento.

Silva, Luísa Ferreira (2008), *Modernidade e Desigualdades Sociais*, Lisboa, Universidade Aberta.

Silva, Manuel Carlos (2009), *Classes Sociais. Condição Objectiva, Identidade e Acção Colectiva*, Vila Nova Famalicão, Editora Húmus.

Silva, Manuel Carlos (2007), “Classe social: condição objectiva e acção colectiva”, in J.M.Pinto e V.B. Pereira (orgs.), *Pierre Bourdieu. A Teoria da Prática e a Construção da Sociologia em Portugal*, Porto, Afrontamento, pp.91-113.

Silva, Manuel Carlos (2006), “Entre o infra-estatal e o supra-estatal: o Estado-Nação e a democracia em perda”, in M.C. Silva (org.), *Nação e Estado. Entre o Global e o Local*, Porto, Edições Afrontamento, pp.125-149.

Silva, Manuel Carlos (2005), “Desigualdades e exclusões sociais: olhares sociológicos cruzados”, in *Configurações: Desigualdades Sociais: Revista de Sociologia*, Nº1, Porto, Campo das Letras, pp.7-14.

Silva, Manuel Carlos (2003), “Por uma concepção multidimensional de classe: o contributo de Bourdieu”, in *Fórum Sociológico Pierre Bourdieu: Memória e Actualidade*, Nºs 9-10, pp.111-126.

Silva, Manuel Carlos (1998), *Resistir e Adaptar-se – Constrangimentos e Estratégias Camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.

Silva, Manuel Carvalho (2007), *Trabalho e Sindicalismo em Tempo de Globalização*, Mafra, Círculo de Leitores e Temas de Debates.

Silva, Pedro e Adão (2002), “O modelo de welfare da Europa do Sul: reflexões sobre a utilidade do conceito”, in *Sociologia Problemas e Práticas*, Nº38, pp.25-59.

Smelser, Neil (1962), *Theory of Collective Behaviour*, London, Routledge and Kegan Paul.

Smith, Jackie e Tina Fetner (2007), “Structural approaches in the sociology of social movements”, in Bert Klandermans e Conny Roggeband (ed.), *Handbook of social movements across disciplines*, Amsterdam, Springer, pp.13-57.

Smith, P. M. Peterson e S.H. Schwartz (2002), “Cultural values, sources of guidance and their relevance to managerial behavior. A 47-nation study”, in *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 33, pp.188-208.

Snow, David, Sarah A. Soule e Hanspeter Kriesi (eds.) (2007), *The Blackwell Companion to Social Movements*, Malden, Blackwell Publishing.

Snow, David, E. Rochford, S. Worden e R. Benford (1986), “Frame alignment processes, micromobilisation and movement participation”, *American Sociological Review*, 45 (5), pp.787-801.

Spini, D. (2003), “Measurement equivalence of 10 value types from the Schwartz Value Survey across 21 countries”, in *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 34, pp.3-23.

Standing, G. (1999), *Global Labour Flexibility. Seeking Distributive Justice*, London, Macmillan Press.

Stehr, Nico (1994), *Knowledge Societies*, Londres, Sage.

Stoop, Ineke e outros (2010), *Improving Survey Response: Lessons Learned from the European Social Survey*, Chischester, Wiley.

Sutcliffe, Bob (2004), *100 Imagens de um Mundo Desigual*, Lisboa, Editorial Caminho.

Svendsen, Gert e Gunnar Svendsen (eds.) (2009), *Handbook of Social Capital*, Cheltenham, Edward Elgar.

Sverke, M. e J. Hellgren (2002), “The nature of job insecurity: understanding employment uncertainty on the brink of a new millennium”, *Applied Psychology: An International Review*, Vol.51 (1), pp.23-42.

Sverke, M. e J. Hellgren (2001), “Exit, voice and loyalty reactions to job insecurity: do unionized and non-unionized employees differ?”, *British Journal of Industrial Relations*, Vol.39 (2), pp.167-182.

Sverke, M., J. Hellgren e K. Naswall (2002), “No security: a meta-analysis and review of job insecurity and its consequences”, *Journal of Occupational Health Psychology*, Vol.7 (3), pp.242-264.

Swartz, David (1997), *Culture & Power: The Sociology of Pierre Bourdieu*, Chicago and London, The University of Chicago Press.

Tilly, Charles (1978), *From Mobilization to Revolution*, Addison, Mass Wesley Publishing Company.

Tilly, L. L., e C. Tilly (1981), *Class Conflict and Collective Action*, Nova Iorque, Sage.

Torres, Anália e Rui Brites (2007), “Atitudes e valores dos europeus: a perspectiva do género numa análise transversal”, in Jorge Vala e Anália Torres (orgs.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, ICS/Imprensa de Ciências Sociais, pp.325-378.

Touraine, Alain (1998), *Iguais e Diferentes Poderemos Viver Juntos?*, Lisboa, Instituto Piaget.

Touraine, Alain (1969), *A Sociedade Pós-Industrial*, Paris, Editions Denoel.

Turner, Bryan S. (org.) (2000), *The Blackwell Companion to Social Theory*, Oxford, Blackwell.

Turner, Jonathan (2003), *The Structure of Sociological Theory*, Belmont (California), Wadsworth.

Turner, Jonathan H. (org.) (2001), *Handbook of Sociological Theory*, New York, Kluwer Academic.

Turner, Jonathan H.(1988), *A Theory of Social Interaction*, Stanford, Stanford Univ. Press.

Turner, Jonathan H., Leonard Beeghley, e Charles H. Powers (2002), *The Emergence of Sociological Theory*, Belmont, Wadsworth Thomson Learning.

Vala, J. (1998), “Social-values and contexts of interaction”, in J.L.Alves (org.), *Ética e o Futuro da Democracia*, Lisboa, Edições Colibri.

Vala, Jorge e Anália Torres (orgs.) (2007), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, ICS/Imprensa de Ciências Sociais.

Vala, Jorge e Cristina Marinho (2003), “Percepções de justiça social, confiança e avaliação do sistema político”, in Manuel Villaverde Cabral, Jorge Vala e André Freire (orgs.), *Desigualdades Sociais e Percepções de Justiça*, Lisboa, Imprensa Ciências Sociais, pp.151-181.

Vala, Jorge, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos (orgs.) (2003), *Valores Sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Vala, J. e J.M.L. Viegas (1990), “Padrões de valores sócio-políticos em meio urbano”, in AA.VV., *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, vol.II, Lisboa, Fragmentos.

Van Deth, W. e Elinor Scarbrough (1995), “The concept of values”, in Jan Van Deth e Elinor Scarbrough (orgs.), *The Impact of Values*, Oxford, Oxford University Press.

Velho et al. (orgs.) (1976), *Estrutura de Classes e Estratificação Social*, Zahar Editores, Rio de Janeiro.

Veloso, Luísa (2010), “Trabalho manual e trabalho intelectual: precariedade, dignidade e reconhecimento social”, *Conferência Culturgest*, 26 Maio (policopiado).

Veloso, Luísa (2009), *Aprendizagem e Identificação: O Espaço das Empresas*, Porto, Edições Afrontamento.

Veloso, Luísa (2008), *Empresas, Identidades e Processos de Identificação*, Porto, Faculdade Letras Universidade Porto.

Verba, S., K. Scholzman e outros (1995), *Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics*, Cambridge, Harvard University Press.

Verba, S. e G.R. Orren (1985), “The meaning of equality in America”, in *Political Science Quarterly*, 100, pp.369-387.

Verba, S., N. Nie e J. Kim (1978), *Participation and Political Equality*, Nova Iorque, Cambridge University Press.

Verba, Sidney e Norman Nie (1972), *Participation in America*, Nova Iorque, Harper & Row.

Vester, Michael (2003), “Classe e cultura na Alemanha”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, Nº 42, pp. 25-64.

Viegas, José Manuel e Sérgio Faria (orgs.) (2007), “Participação política: o caso português numa perspectiva comparativa europeia”, in J.M. Viegas, Helena Carreiras e Andrés Malamud, *Instituições e Política. Portugal no Contexto Europeu*, Vol.1, Lisboa, CIES-ISCTE e Celta, pp.59-74.

Viegas, José Manuel Leite e António Firmino da Costa (orgs.) (1998), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta.

Vester, Michael (2003), “Classe e cultura na Alemanha”, in *Sociologia Problemas e Práticas*, Nº 42, pp.25-64.

Visser, Jelle (2006), “Union membership statistics in 24 countries”, *Monthly Labor Review*, pp. 38-49.

Visser, Jelle (2002), “Why fewer workers join unions in Europe: a social custom explanation of membership trends”, *British Journal of Industrial Relations*, 40:3, pp.403-430.

Waddington, J e R. Hoffman (2001), “Trade unions in Europe: reform, organisation and restructuring”, in *Trade Unions in Europe: Facing Challenges and Searching for Solutions*, Brussels, European Trade Union Institute, pp.27-79.

Waddington, J. e R. Hoffman (2000), *Trade Unions in Europe: Facing Challenges and Searching for Solutions*, Brussels, European Trade Union Institute.

Wagner, Anne-Catherine (2007), *Les Classes Sociales dans la Mondialisation*, Paris, La Découverte.

Walby, Sylvia (2009), *Globalization & Inequalities*, London, Sage Publications.

Walby, Sylvia (1986), “Gender, class and stratification: Towards a new approach”, in R. Crompton e M. Mann (eds.), *Gender and Stratification*, Cambridge, Polity.

Wallerstein, Immanuel (1990), *O Sistema Mundial Moderno*, Porto, Edições Afrontamento.

Walsh, Edward e Rex Warland (1983), “Social movement involvement in the wake of a nuclear accident: activists and free riders in the TMI area”, *American Sociological Review*, 48 (6), pp.764-80.

Warren, Mark (2003), *Democracy and Association*, Princeton, Princeton University Press.

Waters, Malcolm (1995), *Globalização*, Oeiras, Celta Editora.

Watkins, Kevin e outros (2005), “O estado do desenvolvimento humano”, “Desigualdade e desenvolvimento humano”, em *Relatório do Desenvolvimento Humano 2005*, PNUD, pp.15-72.

Weber, Max (2005), *Três Tipos de Poder e Outros Escritos*, Lisboa, Tribuna da História.

Weber, Max (1995), textos transcritos em Manuel Braga da Cruz, *Teorias Sociológicas. Os Fundadores e os Clássicos (Antologia de Textos)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Weber, Max (1993), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Lisboa, Editorial Presença.

Weber, Max (1978), *Economy and Society* (2 vols.), Berkeley, G. Roth e C. Witich, University of California Press.

Weber, Max (1972), “Classe, “Status” y Partido”, in R. Bendix e S.M. Lipset (org), *Clase, “Status” y Poder*, pp.87-105, vol.II, Madrid, Euramerica.

Wierviorcka, Michel (2010), *Nove Lições de Sociologia*, Lisboa, Teorema.

Whelan, Christopher e Bertrand Maitre (2005), “Vulnerability and multiple deprivation perspectives on economic exclusion in Europe: a latent class analysis”, *European Societies*, 7:3, pp.423-450.

Whitehead, Laurence (2002), *Democratization: Theory and Experience*, Oxford, Oxford University Press.

Wilkinson, Richard e Kate Pickett (2010), *O Espírito da Igualdade*, Queluz de Baixo, Editorial Presença.

Williams, Rhys (2004), “The cultural contexts of collective action”, in David Snow, Sarah A. Soule e Hanspeter Kriesi (eds.), *The Blackwell Companion to Social Movements*, Malden, Blackwell Publishing, pp.91-115.

Williams, R.M. (1968), “Values”, in D. Sills (ed.), *International Encyclopedia of The Social Sciences*, Vol.16, New York, Macmillan.

Witte, Hans de (ed.) (2005), *Job Insecurity, Union Involvement and Union Activism*, Aldershot, Ashgate Publishing.

Witte, James C e Susan E. Mannon (2010), *The Internet and Social Inequalities*, Nova Iorque, Routledge.

Wolf, Jonathan (2003), *Porquê Ler Marx Hoje?*, Lisboa, Edições Cotovia.

Woolcock, Michael (1998), “Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework”, *Theory and Society*, Vol.27, Nº 2, pp.151-208.

Wright, Erik Olin (2010), *Envisioning Real Utopias*, Londres / Nova Iorque, Verso.

Wright, Erik Olin (2002), “The Shadow of Exploitation in Weber's Class Analysis”, in *American Sociological Review*, Vol.67, Nº6, pp.832-853.

Wright, Erik Olin (1997), *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press.

Wright, Erik Olin (1994), “Análise de classes, história e emancipação”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº 40, pp.3-35.

Wright, Erik Olin (1985), *Classes*, Londres, Verso.